

ENTRE OUTUBRO E ABRIL

ESTUDOS SOBRE TRABALHO, REVOLUÇÕES E
MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XX

Coordenação

Jorge Fontes, António Simões do Paço,

João Carlos Louçã e Miguel Pérez



ENTRE OUTUBRO E ABRIL

ESTUDOS SOBRE TRABALHO,
REVOLUÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS
NO SÉCULO XX

Coordenação

Jorge Fontes, António Simões do Paço,
João Carlos Louçã e Miguel Pérez



ENTRE OUTUBRO E ABRIL

ESTUDOS SOBRE TRABALHO, REVOLUÇÕES
E MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XX

Coordenação: Jorge Fontes, António Simões do Paço,
João Carlos Louçã e Miguel Pérez

Direcção gráfica e capa: Edições Húmus

Foto da capa: Manifestação do 1.º de Maio de 1974 na Avenida dos Aliados, Porto

Autor: Foto-Reportagens E.F. Neves & Bruno

© Universidade Nova de Lisboa e autores

Edições Húmus, Lda., 2018

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2018

Depósito legal: xxxxxx/18

ISBN: 978-989-755-xxx-x

ÍNDICE

- 7 Introdução
- 9 Pode haver uma "história do povo"? Isso importa?
Vislumbres de Uma História do Povo da Europa Moderna
William A. Pelz
- 25 A revolução contra o *Capital*?
Marcelo Badaró Mattos
- 39 A guerra das guerras, a revolução das revoluções, 1917
Raquel Varela
- 59 Gonçalves Correia, a revolução através de
um anarquista alentejano singular
João Carlos Louçã
- 85 Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a
Revolução Russa
Demian Bezerra de Melo / Marcio Lauria Monteiro
- 115 A lei do desenvolvimento desigual
e combinado de Trotsky e a Revolução Russa
Felipe Demier
- 143 O Estado e a revolução portuguesa de 1974/75:
entre controlo da produção e controlo operário
Jorge Fontes
- 163 A autogestão operária no processo
revolucionário português de 1974-75
Miguel Ángel Pérez Suárez
- 189 A revolução por telégrafo: o 25 de Abril fora de Lisboa
Luisa Barbosa Pereira
- 213 A intervenção da Internacional Socialista na Revolução dos Cravos
António Simões do Paço

INTRODUÇÃO

Para além de fazerem história, todos os livros possuem a sua própria biografia. Este nasceu no seio do Grupo de Investigação em História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, criado em 2011 no Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA/FCSH, o principal polo de renovação dos estudos sobre o trabalho, o movimento operário, e o movimento social “como um todo” na academia portuguesa.

O centenário da revolução dos soviets na Rússia fez germinar a ideia de um livro coletivo capaz de fazer dialogar criticamente duas revoluções separadas por 57 anos e cerca de 4500 km. Os extremos da Europa tocam-se na analogia dos seus “assaltos aos céus”, embora a sorte dos acontecimentos tenha ditado destinos diferentes às experiências revolucionárias.

Usando o pretexto das efemérides para investigar, produzir e divulgar temas que não se reduzam à evocação das datas redondas dos calendários, este conjunto de textos orienta-se pela bússola “Entre Outubro e Abril. Estudos sobre trabalho, revoluções e movimentos sociais no século XX”, reunindo uma ampla gama autoral de diversas cartografias e trajetórias, mas sendo prenhes de atualidade pelo objeto e projeto que comportam.

Este livro colectivo é dedicado à memória do nosso colega William Pelz, falecido em 10 de dezembro último devido a um ataque cardíaco. Nascido em 13 de março de 1951 num bairro operário do sul de Chicago, Bill gostava de referir na sua biografia que tentara fazer carreira como condutor de autocarros, mas mais tarde resignara-se a ser apenas historiador e ter uma carreira universitária. Bill não chegou nunca a conduzir autocarros, mas foi um brilhante historiador e autor de importantes obras dedicadas ao estudo da classe trabalhadora como: *A People's History of Modern Europe*, traduzido em português com o título de *História do Povo da Europa Moderna*; *Eugene V. Debs Reader: Socialism and the Class Struggle*; *Wilhelm Liebknecht and German Social Democracy: A Documentary History*; *Against Capitalism: The European Left on the March (Studies in Modern European History)*; *Karl Marx: A World to Win* (Library of World Biography Series). Foi cofundador e entusiasta da Associação Internacional para o Estudo das Greves e Conflitos

Sociais, nascida em Lisboa em 2011, e fundador do Institute for Working Class History no seu país natal.

William Pelz oferece-nos um olhar “desde baixo” da história do povo na Europa Moderna, recorrendo a três exemplos: as rebeliões camponesas na Europa Central no início da idade moderna, a resistência de mulheres alemãs no Terceiro Reich de Hitler em meados do século XX e a Revolução Portuguesa de 1974-75. Marcelo Badaró Mattos entranha-nos com singular clarividência no seio dos debates fundamentais do marxismo sobre a formação de classe e estratégia política, em “A revolução contra *O Capital*?”. Com Raquel Varela entramos no palco das grandes lutas sociais europeias que desembocam em “A guerra das guerras, a revolução das revoluções, 1917”. João Carlos Louçã dedica um capítulo à história do anarquista português Gonçalves Correia, numa viagem à conturbada primeira metade do século XX português. Demian Bezerra de Melo e Marcio Lauria Monteiro analisam criticamente “Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa”, debatendo com as visões liberais e conservadoras. Com Felipe Demier acompanhamos o instigante desenvolvimento teórico-prático de “A lei do desenvolvimento combinado de Trotsky e a Revolução Russa”. Jorge Fontes disserta sobre a dualidade de poderes em “O Estado e a revolução portuguesa de 1974/75: entre controlo da produção e controlo operário”. Miguel Pérez Suárez debruça-se sobre “A autogestão operária no processo revolucionário português de 1974-75”. Luisa Barbosa Pereira usa diferentes casos de estudo para fazer história local em “A revolução por telégrafo: o 25 de Abril fora de Lisboa”. *Last but not least*, António Simões do Paço analisa o papel das influências internacionais na Revolução Portuguesa, em “A intervenção da Internacional Socialista na Revolução dos Cravos”.

O livro que aqui se apresenta é assim simultaneamente tributário e portador de um esforço consciente pela afirmação de um espaço transdisciplinar, transfronteiriço e transformador ancorado na revalorização dos estudos sobre o trabalho e as classes sociais na vertigem da crise cíclica de 2008. Ensejo que prossegue, pois enraíza-se no âmago das contradições que fazem mover o social e as interpretações transformadoras da história.

Os coordenadores

Jorge Fontes, António Simões do Paço,
João Carlos Louçã e Miguel Pérez

PODE HAVER UMA “HISTÓRIA DO POVO”? ISSO IMPORTA?

VISLUMBRES DE UMA HISTÓRIA DO POVO
DA EUROPA MODERNA

William A. Pelz

Perguntas de um operário letrado [Brecht]

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome de reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilónia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima dourada moravam os seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar pelos seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias.
Sozinho?
César venceu os Gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou, Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a Guerra dos Sete Anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias,
Quantas perguntas.

*

Imaginemos reis governando sem súbditos, generais em guerra sem soldados ou empresários lucrando sem trabalhadores. É difícil levar a sério uma situação idiota como estas, certo? No entanto, a história é frequentemente escrita como se governantes, chefes militares e gente rica fossem as únicas pessoas na sociedade ou, pelo menos, as únicas pessoas que importam. Este autor discorda dessa ideia. Argumentarei que as pessoas comuns importam e que a história dessas pessoas é importante. Ou seja, o papel do povo na história é parte integrante, ainda que ausente, da história da Europa moderna, uma história que foi ignorada demasiadas vezes. A história permite-nos ver como as sociedades se desenvolvem e mudam e aponta para vários futuros possíveis. É a história de pessoas que lutam, muitas vezes em tempos sombrios.

Este ensaio fornece uma leitura alternativa da história europeia a partir da Idade Média. Em vez de se centrar apenas nos temas e preocupações tradicionais que destacam os governantes, aqui destacamos os dissidentes, rebeldes e radicais que ajudaram a fazer da Europa o que ela é. A maioria dos livros centra-se numa narrativa bastante convencional a que, mais recentemente, foi acrescentada uma secção sobre mulheres ou camponeses para adicionar diversidade. Começando com a decadência e o colapso do feudalismo na Europa Ocidental, este texto traça em linhas gerais os contributos das pessoas comuns, de rebeldes, dissidentes e inconformistas. Além de destacar esses indivíduos e eventos menos conhecidos, daremos destaque a pontos de vista alternativos à forma habitual de entender os acontecimentos. Os soldados da Primeira Guerra Mundial são mostrados a rejeitar o patriotismo espalhado pelos seus governos e às vezes até a matar os seus próprios “superiores” se os considerassem cruéis. Depois da guerra, surgem revoluções e a reação esforça-se por esmagá-las.

No final da década de 1920, os ventos da crise económica atingiram as pessoas comuns. O fascismo desenvolve-se, mata e tortura milhões, mas é-lhe oposta uma resistência feroz por incontáveis europeus. Mais tarde, veremos movimentos sociais esmagados, distorcidos e subvertidos. Espiões, operações clandestinas, suborno maciço e ditaduras militares brutais são apenas algumas das táticas usadas para preservar o *statu quo* e deixar inalterado o poder das classes dominantes. No entanto, as pessoas comuns retornam aos movimentos, protestos e resistência uma e outra vez. E, apesar das dificuldades esmagadoras, frequentemente vencem. Pelo menos obtêm vitórias parciais. São essas vitórias que nos permitem viver num mundo com mais direitos e autonomia do que os nossos precursores medievais poderiam sonhar.

Vamos recorrer a três exemplos frequentemente esquecidos da história: 1) Rebeliões durante o início da idade moderna; 2) Resistência no Terceiro Reich de Hitler em meados do século XX; e 3) brevemente à Revolução Portuguesa da década de 1970.

Em primeiro lugar, é necessário enfatizar que as revoltas camponesas poderiam ocorrer e aconteceram sem a inspiração de uma nova teologia. Um exemplo é a série de revoltas na Catalunha ocorridas entre 1462 e 1486. Essas perturbações são anteriores à Reforma e parecem pouco motivadas pelo anti-clericalismo ou por qualquer desafio sério à Igreja Católica Romana. Como um historiador comentou, a rebelião “não exigiu um estímulo externo dramático, como expectativas milenaristas ou conceitos urbanos importados de igualdade”.

Além disso, a dissensão, quando atingiu a Igreja Católica Romana, não brotou da mente de Martinho Lutero ou de qualquer outra pessoa. Ao longo do período feudal houve numerosos ataques ao cristianismo estabelecido em várias partes da Europa Ocidental. Normalmente, estes eram rotulados de “heresias” pelas autoridades católicas romanas que fizeram todos os esforços para destruí-los. Embora esses desvios da norma da Igreja assumissem muitas e variadas formas, o que todos compartilhavam era um forte desafio às crenças e rituais convencionais da Igreja. A resposta dos poderes estabelecidos foi a Inquisição e todo o seu cortejo de derramamento de sangue e repressão. Apesar da crueldade do ataque da Igreja às heresias, será razoável assumir uma vitória total da ordem clerical entrincheirada sobre os dissidentes? De facto, existe documentação esmagadora para sustentar a ideia de que várias heresias sobreviveram até à Reforma e para além dela.⁽¹⁾

(1) Ibid.

Podemos assumir que o profundo descontentamento com os governantes, tanto laicos como clericais, estava difundido pelo menos nalgumas partes da Europa antes do começo da Reforma. O povo estava frequentemente insatisfeito com a sua sorte na sociedade feudal, embora as revoltas e rebeliões fossem apenas a manifestação mais dramática desse descontentamento. Juntamente com os breves momentos em que os camponeses e outros plebeus subiram ao palco da história, do qual estavam geralmente excluídos, devemos tomar nota de outras formas mais comuns de resistência, incluindo “formas quotidianas de resistência indireta, como a não-cooperação passiva ou a sabotagem”.⁽²⁾

Um precursor da Reforma do século XVI foi o boémio do século XV Jan Hus. Professor na Universidade de Praga, Hus fez uma crítica da Igreja Católica que, em muitos aspectos, era mais profunda e mordaz que a de Lutero um século depois. Apesar do apoio generalizado, Hus cometeu o erro fatal de acreditar que o *establishment* clerical honraria a imunidade que lhe era concedida para participar num conselho da Igreja. Em vez do debate teológico que esperava, Hus foi julgado por heresia, condenado e queimado na fogueira no verão de 1415. Longe de acabar com o assunto, a Igreja Católica Romana desencadeou uma onda de rebelião que durou até à década de 1430 e se espalhou da Boémia para a Polónia.

O movimento hussita, como é geralmente designado, abarcou desde reformadores proto-luteranos moderados aos radicais taboritas. Estes últimos podem ser vistos como comunistas cristãos que procuraram estabelecer uma comunidade cristã onde todos os bens seriam compartilhados. Desde 1360, existia uma tradução boémia da Bíblia. Com efeito, essa tradução permitiu que clérigos radicais e leigos instruídos vissem as contradições entre os ensinamentos originais de Cristo e a prática estabelecida da Igreja. Como sugeriu um crítico do século XIX: “Assim que a população pôde ler a Bíblia por si mesma, não tirou do Novo Testamento as suas lições de humildade e autonegação, mas sim o ódio aos ricos.”⁽³⁾

Depois do assassinio de Hus, os chamados taboritas começaram a estabelecer a sua sociedade ideal. As suas regras incluíam: “Não haverá reis, governantes ou súbditos na terra e todos os impostos e taxas deixarão de existir; ninguém obrigará outro a fazer seja o que for, pois todos serão irmãos e irmãos iguais (...) não há nem meu nem teu, mas tudo é comum a todos e ninguém

(2) Freedman: 42-43.

(3) Karl Kautsky, *Communism in Central Europe in the Time of the Reformation*, London: T. Fisher Unwin, 1894: 27.

possui nada para si próprio. Quem o faz comete um pecado mortal.”⁽⁴⁾ Até um inimigo destes radicais admitiu a importância que deram à educação, incluindo a formação das mulheres. A testemunha hostil admitiu adicionalmente que entre os taboritas “difícilmente se encontrará uma jovem que não seja versada tanto no Antigo como no Novo Testamento”.⁽⁵⁾ Também se disse que estes radicais eram formados por um grande número de tecelões de lã, isso é protoproletários, e não apenas camponeses.⁽⁶⁾ É importante notar que estes rebeldes não se recusavam a lutar.

Havia poucas perspectivas de longo prazo para estes radicais. O movimento foi efetivamente esmagado em 30 de maio de 1434, quando um exército dirigido por nobres massacrrou 13 000 soldados taboritas armados (de um total de 18 000). A derrota de uma maneira ou de outra era provavelmente inevitável. Há bem mais de um século, Karl Kautsky argumentou: “As necessidades dos pobres geraram a luta pelo comunismo, as da produção requereram a existência de propriedade privada. Portanto, o comunismo nunca poderia tornar-se a forma universal da sociedade naqueles dias.”⁽⁷⁾

Ao contrário de Jan Hus e daqueles que seguiram os seus ensinamentos, Lutero, Calvino e muitos outros foram bem-sucedidos na sua ruptura com Roma em grande parte porque obtiveram o apoio dos governantes locais e das elites regionais. Ao rejeitarem a Igreja Católica Romana, eles não denunciaram necessariamente a ideia de uma sociedade hierárquica. Alguns até brincaram dizendo que o luteranismo era o catolicismo romano sem o papa. Embora este seja um julgamento muito simplista, é verdade que a reforma religiosa em grande parte deteve-se às portas do castelo. Fosse a impulsionada por Lutero, o homem a que o papa chamava o pequeno monge bêbado, ou na versão do infame Henrique VIII de Inglaterra, as novas Igrejas iriam apoiar a autoridade secular tal como a Igreja de Roma sempre fizera.

O que possibilitou a propagação desses pensamentos foi o desenvolvimento da imprensa a partir da década de 1460. Uma estimativa sugere que a alfabetização masculina era inferior a dez por cento no início do século

(4) Citado em Kautsky: 59.

(5) Citado em Kautsky: 65.

(6) É necessária mais investigação sobre este ponto, mas esta é a afirmação de Kautsky: 75. Para uma discussão aprofundada deste tema de um ponto de vista de esquerda radical, ver: Norah Carlin, “Medieval Workers and the Permanent Revolution,” *International Socialism*, 2(1), July 1978: 43-54.

(7) Kautsky: 72.

XVI, mas subiu para cerca de cinquenta por cento no final do século.⁽⁸⁾ Independentemente da taxa real de alfabetização, um assunto aberto ao debate e à interpretação (e que, para sermos justos, teria de incluir também as mulheres), é certo que houve uma disseminação explosiva de conhecimento e ideias após o desenvolvimento da imprensa na Europa Ocidental. Esta nova tecnologia da informação sem dúvida estimulou a Reforma. Sem ela, quem pode dizer qual teria sido o destino de pessoas como Lutero ou Calvino? Com ela, Martinho Lutero tornou-se um autor de *best-sellers* que vendeu mais de 300 000 exemplares das suas obras nos três anos seguintes a 1517. Mesmo no mundo saturado de *media* do século XXI, com o Facebook e tudo o mais, isso é impressionante. Não é de admirar que Lutero haja proclamado a imprensa como um exemplo da graça de Deus.⁽⁹⁾ Foi a imprensa, tanto quanto a teologia brilhante, que tornou a Reforma popular entre grande parte da população.

O confronto mais dramático e sangrento entre as teorias conservadoras e radicais da Reforma ocorreu na Europa Central.⁽¹⁰⁾ É conhecida pela história como a Guerra Camponesa Alemã de 1525. Segundo a maioria das estimativas, esta revolta popular foi a maior e mais difundida até pelo menos à Revolução Inglesa de 1640, se não à Revolução Francesa de 1789. Embora o trabalho pioneiro de Engels sobre a Guerra Camponesa tenha levado a que o tema se tornasse um dos favoritos dos historiadores marxistas, pontos-chave como a doutrina da comunidade de bens e a vida do povo comum também foram reconhecidos por historiadores não-marxistas.⁽¹¹⁾ Se o nome de Martinho Lutero ficou para sempre associado à Reforma, Thomas Müntzer⁽¹²⁾ foi o líder espiritual daqueles que rejeitaram não apenas a exploração papal, mas também a opressão secular.

(8) Bard Thompson, *Humanists and Reformers*, Grand Rapids. MI.: B. Eerdmans Publishing Co., 1996: 43.

(9) Elizabeth L. Eisenstein, *The Printing Press as an Agent of Change*, Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1979.

(10) Para saber mais sobre a confederação de pequenos estados alemães, ver: Joachim Whaley, *Germany and the Holy Roman Empire, Vol. I: Maximilian I to the Peace of Westphalia, 1493-1648*, Oxford/New York: Oxford University Press, 2011.

(11) James M. Stayer, *The German Peasants' War and Anabaptist Community of Goods*, Montreal: McGill-Queen's University Press, 1991.

(12) Por vezes também escrito Münzer. Para conhecer melhor o seu pensamento, ver: Thomas Müntzer, *The Collected Works of Thomas Müntzer*, London: T. & T. Clark Ltd, 1994.

Müntzer⁽¹³⁾ era um sacerdote com grande nível de educação que foi atraído pelas ideias de Lutero em 1518. Expulso de Zwickau em 1521, viajou para a Boémia para obter o apoio dos taboritas remanescentes que tinham sido inspirados por Jan Hus. No ano seguinte, ele deu conta da sua oposição total a Lutero e aos seus seguidores. Estava convencido de que Lutero era o porta-voz dos ricos e poderosos. Como Müntzer escreveu no seu *Sermão aos Príncipes*: “Foi graças à nobreza alemã cujos focinhos você acariciou e aos quais deu mel que compareceu diante do Sacro Império Romano em Worms (...) O diabo há-de devorá-lo (...) a sua carne é como a de um jumento e você deveria ser cozido a fogo lento”⁽¹⁴⁾. Em 2012, um acadêmico observou que ele poderia ser considerado um “teólogo da revolução. A crítica estrutural de Müntzer sobre a sociedade poderia ser relevante para nós até hoje”.⁽¹⁵⁾

Com o passar do tempo, a ênfase teológica na obra de Müntzer parece ter passado para segundo plano em relação às suas reivindicações mais seculares. De qualquer modo, os camponeses apresentaram exigências que não eram seguramente discussões obscuras sobre a natureza da salvação. Em março de 1525, um grupo de plebeus de língua alemã chegou a acordo sobre os Doze Artigos, que tiveram uma tiragem de mais de 25 000 exemplares em dois meses.⁽¹⁶⁾ Essas reivindicações incluíam o redirecionamento do dízimo de mais de 10% para fins públicos, permitindo apenas a dedução de uma importância razoável para a vida de um pastor. Entre as outras exigências estavam a abolição da servidão, a restauração dos direitos de pesca e caça, a diminuição dos impostos, rendas e trabalho forçado, bem como o fim de todo o exercício arbitrário da justiça e da administração.⁽¹⁷⁾

Saber se esta rebelião teve motivos religiosos ou foi causada por opressão económica tem sido assunto de intenso debate. É provavelmente justo argumentar a favor da segunda hipótese, envergando embora as roupagens teológicas da primeira. É claro que, para o alemão médio do século XVI, a ideia de separação entre a religião e a vida quotidiana poderia muito bem parecer estranha. Esta foi uma revolução popular, embora fracassada, que

(13) Peter Matheson, “Review Essay: Recent German Research on Thomas Müntzer,” *The Mennonite Quarterly Review*, (86), January 2012: 97-109.

(14) Thomas Müntzer, *Sermon to the Princes*, London: Verso, 2010: 90-91.

(15) Matheson: 109.

(16) Roland H. Bainton, *Here I Stand: A Life of Martin Luther*, Nashville: Pierce & Smith Co., 1978: 211-212.

(17) Engels: 451.

incluiu, de forma não inesperada, a participação das mulheres.⁽¹⁸⁾ Os poderes estabelecidos ficaram bastante alarmados com um movimento que pode ter envolvido 300 mil pessoas; a resposta anti-camponesa foi uma repressão brutal. Os plebeus não tinham artilharia nem cavalaria, muito menos experiência militar. Muitos rebeldes eram pacifistas e não queriam lutar. Como Conrad Grebel escreveu a Thomas Müntzer em 1524, muitos seguidores não “usariam a espada ou a guerra, já que tinham abdicado de matar”.⁽¹⁹⁾

Isso não impediu Martinho Lutero de incitar os assassinos dos camponeses a usarem violência cada vez maior. Em vez de procurar um acordo negociado que poupasse o sangue do povo, Lutero incitou as forças militares da classe alta a não mostrarem misericórdia. As suas palavras são tão vis e assassinas como as que escreveu contra os seus vizinhos judeus.⁽²⁰⁾ Mesmo os camponeses cristãos que procuravam mudar o mundo secular não podiam acalentar qualquer esperança de misericórdia vinda da mente de Lutero. Este incitou os cavaleiros a “apunhalar, ferir, matar quem puderdes. Se morrerdes fazendo-o, melhor para vós! Não poderíeis ter morte mais abençoada (...) [pois esta matança] agrada a Deus; eu sei-o”.⁽²¹⁾ Quando os militares terminaram a sua tarefa de restaurar a ordem a favor dos governantes havia cerca de 100 000 alemães mortos.⁽²²⁾ Comparando as populações de então e de agora, isso equivaleria a mais de um milhão de vítimas em proporções contemporâneas. Foi um holocausto do campesinato alemão, se quisermos.

Passando ao próximo exemplo, já ouvimos falar dos vários e corajosos movimentos de resistência na França, na Jugoslávia e no esforço sobre-humano que o povo soviético fez para derrotar o nazismo. No entanto, o ato

(18) C. Arnold Snyder and Linda A. Huebert Hecht (eds.), *Profiles of Anabaptist Women: Sixteenth-Century Reforming Pioneers*, Waterloo, Ontario: Wilfred Laurier University Press, 1996.

(19) Cornelius J. Dyck, *An Introduction to Mennonite History*, Scottdale, PA., Herald Press, 1967: 45.

(20) Martin Luther, *On the Jews and Their Lies* (1543), in *Collected Works*, Vol. 47, Minneapolis, MN: Augsburg Fortress, 1971. Este ataque é tão violento que seria desculpável se alguém o tomasse por algum panfleto nazi do século XX em lugar de proveniente da pena do grande líder da Reforma.

(21) E.G. Rupp and Benjamin Drewery, *Martin Luther, Documents of Modern History*, London: Edward Arnold, 1970: 126.

(22) Charles H. George, *Five Hundred Years of Revolution: European Radicals from Hus to Lenin*, Chicago: Charles H. Kerr, 1998: 60.

mais inesperado de resistência veio do próprio coração do Terceiro Reich, no centro de Berlim. No início de 1943, Joseph Goebbels, líder do Partido Nazi em Berlim, decidiu tornar a capital "livre de judeus" como presente a Hitler antes do seu aniversário em abril. Judeus anteriormente dispensados deveriam ser reunidos e enviados para campos, incluindo cerca de 2000 que tinham esposas "arianas". Esses homens foram enviados para um centro de recolha provisório na Rosenstrasse, 2-4, no coração de Berlim. À medida que a notícia das prisões se espalhou, as esposas alemãs dos homens presos reuniram-se às centenas no portão do centro de detenção e ergueu-se um grito: "Devolvam-nos os nossos maridos!" Guardas armados ameaçaram as mulheres ordenando-lhes que saíssem da rua, ou eles atirariam. As mulheres corriam para se esconder e depois voltavam e prosseguiram o seu protesto. Isto continuou por dias. Finalmente, a elite nazi das SS apontou as suas metralhadoras às mulheres, mas em vez de fugir, a multidão quase completamente feminina desatou a insultar os nazis. Goebbels poderia ter mandado matar as mulheres, mas temeu a reação dos cidadãos berlinenses à matança em massa de mulheres desarmadas no centro da capital. Lembrou-se da revolução de 1918. A ação destas mulheres na Rosenstrasse foi notável e mostra o que poderia ter acontecido se mais alemães se tivessem levantado como elas.⁽²³⁾ Por que não o fizeram? E, já agora, por que não os Franceses? E os Italianos?

Os historiadores apontaram corretamente como a tecnologia do século XX ajudou os regimes fascistas a esmagar qualquer sinal de dissidência.⁽²⁴⁾ Não é frequente discutir como a conduta dos Aliados desempenhou um papel importante na prevenção de uma revolução a partir de baixo contra o fascismo. Muitas vezes assinala-se, e por vezes até se condena,⁽²⁵⁾ o facto de os Britânicos e o Norte-Americanos terem feito chover a morte dos céus sobre os civis europeus. Assim, algo como 600 000 não-combatentes alemães viram as suas vidas ceifadas, para não mencionar a morte por bombardeamentos de "fogo amigo" de 58 000 cidadãos franceses.⁽²⁶⁾ Na Itália fascista, "apenas" cerca

(23) Nathan Stoltzfus, *Resistance of the Heart: Intermarriage and the Rosenstrasse Protest in Nazi Germany*, New York: W.W. Norton, 1996.

(24) Edwin Black, *IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation*, New York: Random House, 2001.

(25) A.C. Grayling, *Among the Dead Cities: The History and Moral Legacy of the WWII Bombing of Civilians in German and Japan*, New York: Walker & Company, 2006.

(26) Kenneth P. Werrell, "The Strategic Bombing of Germany in World War II: Costs and Accomplishments," *The Journal of American History*, 73(3), December, 1986: 709.

de 60 000 civis estão documentados como vítimas dos ataques aéreos.⁽²⁷⁾ Além disso, há provas de que os bombardeamentos anglo-americanos mataram um número indeterminado, mas muito grande, de trabalhadores escravos estrangeiros e prisioneiros de guerra no Terceiro Reich.⁽²⁸⁾

Apesar de muitos destes mortos terem sido vítimas não intencionais do bombardeamento de alvos militares, a maioria perdeu a vida porque os Aliados, mais particularmente os Britânicos, escolheram uma política terrorista de bombardeamento indiscriminado. Arthur “Bomber” Harris, da RAF britânica, gabou-se de querer expulsar a classe trabalhadora alemã de suas casas à bomba. Os Norte-Americanos geralmente visavam alvos militares reais, mas muitas vezes faziam também bombardeamentos indiscriminados. Em vez de apressar o fim da guerra, esses bombardeamentos desviaram recursos consideráveis para uma carnificina desenfreada; recursos que poderiam ter sido usados com mais eficácia para realmente combater os exércitos fascistas.⁽²⁹⁾ Embora o massacre aéreo possa certamente ter afectado a moral fascista, também serviu para prevenir a resistência popular antifascista. Em maio de 1943, na importante cidade portuária francesa de Marselha, um corte na ração de pão provocou uma série de greves. Quando a luta se espalhou e irrompeu uma greve geral, os nazis e os seus colaboradores franceses foram forçados a enfrentar uma revolta popular massiva. Uma testemunha ocular conta o que aconteceu a seguir: “Aviões americanos encheram os céus e lançaram as suas bombas contra a população que disputava o controle das ruas ao ocupante! Os bairros da classe trabalhadora foram os primeiros a ser atingidos (...) mais de dez mil casas atingidas; cerca de cinco mil vítimas sob os escombros. Nenhuma operação inimiga sofreu sequer um arranhão.”⁽³⁰⁾

Na Alemanha e na Áustria, mesmo os grupos antinazis que apoiaram o bombardeamento anglo-americano descobriram que essa tática dificultava a organização da resistência. Na católica Colónia, antifascistas do Partido do Centro Católico afirmaram que os ataques aéreos foram tão graves que a

(27) Kenneth Hewitt, “Plan Annihilation: Area Bombing and the Fate of Urban Places,” *Annals of the Association of American Geographers*, 73(2), June, 1983: 263.

(28) Panikos Panayi, “Exploitation, Criminality, Resistance: The Everyday Life of Foreign Workers and Prisoners of War in the German Town of Osnabrück, 1939-49,” *Journal of Contemporary History*, 40(3), July, 2005: 493-494.

(29) Richard Overy, *The Bombers and the Bombed: Allied Air War over Europe, 1940-1945*, New York: Viking Press, 2014.

(30) Craipeau: 288.

população pouco mais fez que tentar manter-se viva. Entretanto, os grupos comunistas e socialistas de resistência em Hanôver sublinharam que grande parte do seu tempo foi ocupada a procurar companheiros perdidos e a ajudar os trabalhadores bombardeados a encontrar um lugar para ficar e algo para comer. Membros do movimento de resistência austríaco que haviam conseguido escapar para território neutral protestaram contra o bombardeamento de Viena. Embora haja provas de que a maioria das pessoas entendia, e os grupos de resistência geralmente apoiavam ataques aéreos contra alvos industriais, eles sentiam-se traídos e revoltados com o bombardeamento de áreas residenciais da classe trabalhadora.⁽³¹⁾ Em maio de 1945, a guerra na Europa terminou, não com o estrondo da revolução popular, mas com o ruído surdo de uma vitória militar convencional.

Agora é difícil lembrá-lo, e raramente isso é discutido, mas houve um momento histórico que durou de 1942-1943 até ao início da Guerra Fria em 1947-48 onde havia uma unidade antifascista generalizada.⁽³²⁾ A brutalidade quase inacreditável da ocupação fascista, o genocídio generalizado, a feroz repressão e o enorme sofrimento humano durante a guerra causaram o desenvolvimento de uma nova frente popular. Quando a derrota do fascismo se tornou uma possibilidade, a resistência acelerou. Um antifascista italiano lembrou como “com um confronto violento à vista, as organizações clandestinas em todos os países ocupados pelos Alemães deixaram de se esconder e passaram a lutar ativamente. Na França, na Bélgica, na Holanda, na Hungria, na Albânia, na Jugoslávia, na Grécia, na Itália, as pessoas pegaram em armas e, como vespas, saíram dos seus ninhos para dar ferroadas dolorosas no inimigo e voltavam para os seus esconderijos”.⁽³³⁾

Poderia ter acrescentado que, mesmo dentro do Terceiro Reich, à medida que a máquina assassina nazi enfraquecia, pessoas comuns ergueram-se como as testemunhas da famosa revolta no campo de concentração de Buchenwald quando os Aliados se aproximaram. Mas fora dos campos houve também uma poderosa resistência que arrancou o poder aos fascistas, sendo a mais importante delas a “Antifa”. Esta foi “um instrumento *ad hoc* da esquerda

(31) Gabriel A. Almond and Wolfgang Krauss, “The Size and Composition of the Anti-Nazi Opposition in Germany,” *PS: Political Science and Politics*, 32(3), September, 1999: 563-569.

(32) Geoff Eley, “Legacies of Antifascism: Constructing Democracy in Postwar Europe,” *New German Critique*, 67, Winter, 1996: 79.

(33) G. Franco Romagnoli, *The Bicycle Runner: A Memoir of Love, Loyalty and the Italian Resistance*, New York: St. Martin's Press, 2009: 127.

para a mobilização de todos os possíveis apoios de massas para a assunção do poder governamental na comunidade com base num programa de ação imediata”. O movimento tendeu a ser liderado por membros do KPD, mas para os “aderentes da Antifa, o factor decisivo não era a ligação ao partido, mas o facto de ser nova, prometer uma mudança radical e oferecer um quadro para a ação imediata”.⁽³⁴⁾ A Antifa fez o impensável em alguns lugares. Em Bremen e Leipzig, assumiu o poder e a administração “sem esperar pelo governo militar e assim continuaram, mesmo após a ocupação, sem consultar os militares”.⁽³⁵⁾ Não surpreende que os serviços de informações aliados, como a OSS americana, tenham espiado a Antifa.⁽³⁶⁾ Assim que a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, britânica, francesa, soviética e americana, eles foram atacados. Às vezes, esses ataques vinham da polícia armada de bastões, enquanto outros surgiam na pessoa de burocratas grisalhos que negavam recursos como papel para as suas publicações. E a ocupação permitiu que os Antifas fossem lançados na prisão, conforme necessário, sem muitas preocupações de legalidade.

Muito mais do que apenas uma manobra organizativa dos partidos comunistas da Europa, esta e outras uniões antifascistas incluíam não apenas os opositores tradicionais da direita, como comunistas, socialistas e anarquistas, mas também pessoas recém-radicalizadas. Esses recém-chegados haviam sido pessoas nada radicais, conservadoras e frequentemente religiosas. Em alguns países, esses movimentos estavam fortemente armados, como foi o caso da Grécia, França e Itália. Na Jugoslávia, o movimento *partisan* chegou ao poder. Apesar de a história conformista descrever estes movimentos como exclusivamente masculinos, as mulheres eram participantes essenciais.⁽³⁷⁾ Estes movimentos representavam uma ameaça potencial para os aliados vitoriosos, tanto a leste como a oeste. Estaline não queria esquerdistas ou comunistas que pensavam pelas suas cabeças a dirigir Dresden ou a Jugoslávia. O Ocidente não queria a Antifa, de esquerda, a governar Bremen ou os combatentes da

(34) Leonard Krieger, “The Inter-Regnum in Germany, March-August 1945,” *Political Science Quarterly*, 64(4), December, 1949: 513.

(35) *Ibid.*, 514.

(36) OSS, Monthly Report of Steering Division, SI/Germany, 2 August 1945 in: *U.S. Intelligence on Europe, Leiden and Boston: Brill, 2015* <<http://primarysources.brillonline.com/browse/us-intelligence-on-europe> >

(37) Ingrid Strobl, *Partisans: Women in the Armed Resistance to Fascism and German Occupation (1936-1945)*, Oakland, CA.: AK Press, 2008.

resistência a governar a Grécia. Aquilo em que todas as grandes potências se punham de acordo era que a democracia popular e os movimentos de baixo tinham de ser contidos, destruídos e, se necessário, fisicamente esmagados. Com a domesticação e eliminação destes antifascistas, veio o “abrir mão do sentido de serem agentes da mudança no presente; de esquecerem o que se esperava que a vitória sobre o fascismo trouxesse; de perderem a pele de otimistas, o sentido de que se estava a fazer história; de viver plenamente o momento da libertação antifascista”.⁽³⁸⁾ É verdade que a Europa seria diferente daquela que os fascistas tentaram forjar. Mas não seria a Europa com que o povo sonhou e por que lutou.

Finalmente, a chamada Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal provou ser muito mais potencialmente radical e complexa do que as transições da Grécia ou da Espanha. Portugal era uma nação com pouca história de democracia; tinha sido governado por uma ditadura autoritária desde 1932. Em 25 de abril de 1974, um grupo de jovens oficiais secretamente organizados como Movimento das Forças Armadas (AFM) derrubou a ditadura por meio de um golpe de Estado. Isso abriu caminho para uma enorme onda de protestos populares à medida que a população portuguesa, longamente reprimida, tomava as ruas. A profundidade da radicalização que aconteceu em 1974 tinha quatro características principais: (1) o processo revolucionário foi o resultado da derrota do Exército por camponeses africanos rebeldes nas colônias portuguesas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique; (2) o colapso militar foi acompanhado por uma crise económica que atingiu Portugal em 1973; (3) ao contrário de outras revoltas, o movimento operário surgiu como protagonista central; (4) o movimento dos trabalhadores era notavelmente recente; a concentração na cintura industrial de Lisboa, com a falta de estruturas sindicais oficiais, deu às bases mais espaço para desenvolverem instituições democráticas.⁽³⁹⁾ Estas características tornaram os eventos na pequena nação ibérica uma grande preocupação para os ricos e poderosos em todo o Ocidente.

Tão pouco isso foi um desenvolvimento repentino e totalmente inesperado para Portugal. Durante quinze anos, do início dos anos de 1960 até à revolução, milhares de jovens desertaram das forças armadas. Alguém resumiu

(38) Eley, “Legacies of Antifascism”, 100.

(39) Raquel Varela and Joana Alcântara, “Social Conflicts in the Portuguese Revolution, 1974-1975,” *Labour/Le Travail*, 74, Fall 2014:153-154.

o sentimento dominante quando perguntou: “Por que precisamos de matar os africanos, camponeses como nós?”⁽⁴⁰⁾ A classe dominante de Portugal não estava inconsciente do poder das rebeliões africanas e do crescimento do sentimento anti-guerra daí resultante – ela simplesmente ignorou esses factos. Já em 1961, até a CIA norte-americana ficou impressionada com o facto de Lisboa não entender que estava a perder o controlo nas colónias africanas. Previram que “a situação na África portuguesa vai piorar (...), [a situação militar] seria submetida a forte tensão por qualquer combinação de revoltas e poderia perder o controlo de todo o território, exceptuando as principais cidades e linhas de comunicação em Angola e tudo menos as áreas portuárias da Guiné”.⁽⁴¹⁾ Além disso, a pressão económica que se fazia sentir sobre o cidadão médio de Portugal estava longe de ser um segredo de estado.

Com o início da Revolução de 1974, vários interesses procuraram controlar e canalizar os eventos de uma maneira que menos ameaçasse o capitalismo e a ordem estabelecida. Entre aqueles que tentaram garantir que as coisas “não saíam do controlo” em Portugal esteve, é claro, o Governo dos EUA. Em 16 de outubro de 1974 foi apresentado a Henry Kissinger, conselheiro de Segurança Nacional do Presidente dos EUA, um relatório da CIA intitulado “Proposta de Ação Secreta em Portugal”. O relatório defendia a necessidade de “um Partido Socialista mais forte” e a formação de um partido centrista eficaz para “oferecer aos oficiais do MFA não alinhados uma alternativa atraente” ao Partido Comunista Português (PCP) ou a outros grupos radicais. Para atingir estes objectivos, a CIA sugeria dar “aconselhamento, orientação e financiamento” enquanto “encontrava um candidato centrista para apoiar”. O Presidente Ford respondeu “Vamos a isso.”⁽⁴²⁾ Entretanto, na maior parte do povo português havia uma crescente radicalização a esquerda, e não à direita. Quando, em 1975, a situação pareceu piorar, isto é, para o capital ocidental, o Governo dos EUA direccionou dinheiro para

(40) Giulia Strippoli, “Colonial war, anti-colonialism and desertions during the Estado Novo. Portugal and abroad,” paper presented to 3rd International Conference, International Association Strikes and Social Conflicts, Barcelona, 16-19 June, 2015.

(41) CIA, “The Outlook for Retention of US Azores Base Rights in the Event of Certain Courses of Action,” 27 June, 1961 in: *U.S. Intelligence on Europe*, Leiden and Boston: Brill, 2015 <<http://primarysources.brillonline.com/browse/us-intelligence-on-europe>>

(42) CIA, “Proposed Covert Action in Portugal,” 16 October, 1974 in: *U.S. Intelligence on Europe*, Leiden and Boston: Brill, 2015 <<http://primarysources.brillonline.com/browse/us-intelligence-on-europe>>

determinados meios de comunicação em Portugal. Kissinger observou: “Foi isto que fizemos no Chile.”⁽⁴³⁾

Em janeiro de 1975, a pergunta “patrões para quê?” era feita pelas pessoas em todo o país. Em julho, foi posto à entrada de uma fábrica um cartaz que dizia: “O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o trabalhador é uma máquina.” Seguiram-se mais ocupações de fábricas; 24 no último trimestre de 1974 e 83, 55 e 14, respectivamente nos três primeiros trimestres de 1975.⁽⁴⁴⁾ Nem a classe dominante tradicional nem os seus senhores estrangeiros foram aplaudidos por estas ações diretas, que também ocorreram entre os trabalhadores rurais. Numa conversa em 12 de agosto de 1975, Henry Kissinger, na época secretário de Estado dos EUA, reuniu importantes assessores para discutir o que fazer em relação a Portugal. A situação era séria e Kissinger comentou: “Eu não sou contra um golpe, por chocante que isto possa parecer a alguns dos meus colegas.” Imediatamente, o embaixador dos EUA em Portugal respondeu: “Não, eu também não sou contra um golpe, desde que funcione.” Minutos depois, o secretário de Estado repreendeu o embaixador dizendo: “Quero asseverar que não estamos aqui a reunir um seminário de estudantes de teologia. A sua missão tem de estar ciente disso. Todos devem saber que estamos claramente numa situação revolucionária onde não haverá recompensas por uma derrota moderada.” Mais tarde, o secretário de Estado advertiu o grupo: “Precisamos de agir em Portugal. Isto faz-me lembrar o Chile numa fase mais precoce (...) Temos de correr alguns riscos (...). Quero deixar claro que o que queremos em Portugal não pode ser feito sem correr riscos. Se forem apanhados a correr riscos, eu dar-vos-ei cobertura. Até dou cobertura a incompetentes se o que fizerem for bem-sucedido.”⁽⁴⁵⁾

Não eram apenas chefes de Estado estrangeiros que estavam preparados para afogar a Revolução dos Cravos em sangue, se necessário. Durante a revolução, um jornalista de investigação da Alemanha Ocidental viajou para Portugal, fingindo ser um agente de extrema-direita bem colocado junto do seu governo. Essa artimanha permitiu-lhe expor um ninho de organizações de

(43) White House, Memorandum of Conversation, 5 March 1975 in: *U.S. Intelligence on Europe*, Leiden and Boston: Brill, 2015 <<http://primarysources.brillonline.com/browse/us-intelligence-on-europe>>

(44) Varela and Alcântara, “Social Conflicts”, 169-171.

(45) White House, Memorandum of Conversation, 12 August 1975 in: *U.S. Intelligence on Europe*, Leiden and Boston: Brill, 2015 <<http://primarysources.brillonline.com/browse/us-intelligence-on-europe>>

extrema-direita, com ramificações que chegavam tão alto como o arcebispo primaz de Portugal, à espera de ocasião para destruir fisicamente a esquerda. Vangloriando-se das armas que tinham recebido da CIA e de apoios alemães, um aspirante a assassino disse: “Já temos listas de esquerdistas perigosos que serão mortos quando vencermos.”⁽⁴⁶⁾ Estranhamente, outro disse ao seu “contacto” alemão que o líder do PCP era o único político que ele respeitava: “Ele é corajoso e fiel às suas ideias. Matava-o se pudesse, mas respeito-o.”⁽⁴⁷⁾ Contudo, nunca se chegou a uma solução ao estilo chileno.

Em 25 de novembro de 1975, o golpe não veio dos EUA, mas de unidades militares de esquerda. Pára-quedistas ocuparam várias bases aéreas junto com as estações nacionais de televisão e rádio. Essa incursão foi rapidamente derrotada e os soldados esquerdistas foram presos num contra-golpe de direita. Embora inicialmente apoiasse os soldados de esquerda, o PCP adoptou rapidamente uma posição passiva e chegou até a emitir um panfleto pedindo aos trabalhadores que permanecessem calmos. O resultado foi o começo do fim da revolução portuguesa. Como concluiu um estudo académico, “a revolução foi derrotada com o golpe de 25 de novembro de 1975, quando a única força com capacidade a nível nacional – a confederação sindical Intersindical, dominada pelo PCP – não ofereceu resistência.”⁽⁴⁸⁾ Shakespeare observou certa vez que a maré e o tempo não esperam por ninguém. Parece que isto se aplica igualmente à revolução portuguesa.

Estes três estudos de caso demonstram que devemos olhar para as ações do povo – na nossa época isso significa a classe trabalhadora – para entender a história. É claro que o povo não faz história em condições à sua escolha. Ainda assim, faz história.

Tradução de António Simões do Paço

(46) Günter Wallraff, *The Undesirable Journalist*, London: Pluto Press, 1978:17.

(47) Ibid., 39.

(48) Varela and Alcântara, “Social Conflicts”, 177.

A REVOLUÇÃO CONTRA O CAPITAL?

Marcelo Badaró Mattos

O título deste artigo remete para um artigo brilhante do jovem Antonio Gramsci, publicado no jornal do Partido Socialista Italiano em dezembro de 1917.⁽¹⁾ Nele, Gramsci argumenta que a explosão da “revolução dos bolcheviques” na Rússia contrariava a análise marxista dominante em sua época. Segundo essa análise, somente com o avanço das forças produtivas capitalistas até o nível do pleno desenvolvimento do capitalismo industrial seria possível emergirem as condições para a revolução proletária em direção ao socialismo.

Apesar do título, Gramsci não estava preocupado em argumentar contra a obra de Marx, mas sim contra o marxismo determinista da II Internacional. Ele de fato afirmava no artigo que *O Capital* na Rússia era um livro “dos burgueses, mais que dos proletários”, pois sua leitura dominante “era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução.”⁽²⁾ Porém, logo a seguir, Gramsci emendava:

“se os bolcheviques renegam algumas afirmações de *O Capital*, não renegam seu pensamento imanente, vivificador. Eles apenas não são ‘marxistas’; não construíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca.”⁽³⁾

Segundo Gramsci, o que não morria nunca no pensamento marxista era um método que punha “sempre como máximo fator da história não os

(1) Antonio Gramsci, “A revolução contra o capital” (24 de dezembro de 1917), in Antonio Gramsci, *Escritos Políticos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

(2) Ibidem, idem, p. 126.

(3) Ibidem, idem, pp. 126-27.

fatos econômicos brutos, mas o homem, a sociedade dos homens.”⁽⁴⁾ Sua conclusão era a de que a vontade humana poderia adquirir, como o faz na revolução, o caráter de “motor da economia”, ou “plasmadora da realidade objetiva”. O voluntarismo humanista daquele militante de 26 anos, que logo se transformaria em importante dirigente das lutas revolucionárias do proletariado industrial de Turim e em seguida participaria da fundação do PCI, era temperado, no artigo, por uma análise mais contextualizada do processo de conscientização da classe trabalhadora russa. O elemento central para explicar aquele processo seria a formação de uma vontade coletiva revolucionária, que decorria das consequências socialmente devastadoras de três anos de uma guerra de proporções inéditas. Mas, as duríssimas privações impostas pela guerra não criavam mecanicamente a vontade coletiva transformadora. O “salto de etapas” na consciência de classe do proletariado russo (propositalmente utilizando aqui a expressão popularizada por Trotsky, que não está presente no artigo de Gramsci) era explicado pela atuação das ideias socialistas:

“A pregação socialista pôs o povo russo em contato com as experiências de outros proletariados. A pregação socialista faz viver dramaticamente, num só instante, a história do proletariado, suas lutas contra o capitalismo, a longa série de esforços que ele deve fazer a fim de se emancipar culturalmente dos vínculos do servilismo que o tornavam abjeto, a fim de se tornar nova consciência, testemunho atual de um mundo futuro. A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. Por que ele deveria esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia [?]”⁽⁵⁾

Embora partindo do artigo de Gramsci, minha intenção aqui não é centrar o debate na revolução russa ou nas avaliações de seus contemporâneos. Ainda assim, vou problematizar um entendimento pressuposto tanto no título do artigo publicado no *Avanti*, quanto no argumento tautológico de Gramsci de que Marx “só poderia prever o previsível”, no sentido de que a argumentação lógica de *O Capital* necessariamente conduziria à conclusão de que a revolução proletária só poderia iniciar-se pelos países de desenvolvimento social mais avançado, porque as possibilidades de erupção revolucionária na

(4) Ibidem, idem, p. 27.

(5) Ibidem, idem, pp. 128-29.

periferia só teriam surgido no século XX, com a erupção da guerra e a ação política dos bolcheviques.

Conhecemos hoje, mas Gramsci não conhecia em 1917, a correspondência e os estudos de Marx e Engels sobre a Rússia a partir dos anos 1870 e por esses escritos temos certeza de que, dez anos depois da publicação do Livro I de *O Capital*, seu autor era enfático em afirmar que o “esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental”, apresentado no livro, não era “uma teoria histórico-filosófica do curso fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais elas se encontrem”,⁽⁶⁾ como afirmou em carta à redação de um periódico russo, em 1877. Quatro anos depois repetiria, na famosa carta a Vera Zassulitch, para a qual escreveu vários esboços mais detalhados, que “a ‘fatalidade histórica’ [do processo de gênese do capitalismo descrito em *O Capital*] está expressamente restrita aos países da Europa Ocidental”.⁽⁷⁾ Instigado a responder, na mesma correspondência, e em seus contatos mais gerais com os *narodniks*, sobre a potencialidade revolucionária dos camponeses russos, Marx esboçou argumentos em torno da especificidade da comuna rural russa, que gerava uma situação muito diferente daquela através da qual, na Europa Ocidental, uma forma anterior de propriedade privada da terra fora convertida em propriedade privada capitalista. Na mesma carta a Vera Zassulich afirma apenas que, eliminadas as “influências deletérias que a assaltam”, a comuna poderia ser “a alavanca [*point d'appui*] da regeneração social da Rússia.”⁽⁸⁾ Já no ano seguinte, no prefácio à segunda edição do *Manifesto* Comunista em russo, assinado por Marx e Engels, lê-se uma resposta mais afirmativa à mesma questão:

“Se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”.⁽⁹⁾

(6) Karl Marx, “Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*” (1877), in K. Marx & F. Engels, *Lutas de classes na Rússia*, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 68.

(7) K. Marx, “Carta a Vera Zassulich” (1881), in K. Marx & F. Engels, *Lutas de classes na Rússia*, p. 114.

(8) Ibidem idem, p. 115.

(9) K. Marx & F. Engels, “Prefácio à edição russa do *Manifesto* Comunista” (1882), in K. Marx & F. Engels, *Lutas de classes na Rússia*, p. 125.

Na apresentação desses e de alguns outros escritos de Marx e Engels sobre a Rússia, Michael Löwy afirma que “a partir de 1877, eles sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite a multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade de que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro.”⁽¹⁰⁾

Quero hoje acompanhar outros autores que entendem que já quando publicou o Livro I de *O Capital*, Marx estava distante havia bastante tempo de uma concepção “unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica”, para usar as expressões de Löwy ao acentuar a ruptura que os textos sobre a Rússia teriam significado. Mesmo em *O Capital*, Marx explicita a ideia de que a revolução na periferia poderia “tocar o sino” para a revolução proletária no Ocidente. Para compreender a concepção marxista dessa relação entre os movimentos revolucionários na periferia e no centro do capitalismo, um bom ponto de partida pode ser compreender que, também no campo da luta de classes e da revolução proletária, a concepção marxiana era totalizante, inclusive na sua dimensão territorial global.

I

Colin Barker retoma a ideia corrente no século XIX, expressa também por Marx e Engels, que não definia “movimento social” como um protesto ou contencioso político singular, mas como uma tendência geral das lutas de uma determinada fase da história. Assim, “‘O movimento social’ era a expressão sumária para variadas formas e manifestações de enfrentamento popular ao desenvolvimento capitalista em curso. Ele incluía, sem tornar equivalentes, inúmeros movimentos de trabalhadores.”⁽¹¹⁾

Nessa perspectiva de encarar o “movimento como um todo”, longe de identificá-lo com uma organização ou ação específica, Barker defende que deva ser percebido como uma “rede”. O que o leva a encarar a heterogeneidade dos movimentos, bem como suas oscilações.⁽¹²⁾

(10) Michael Löwy, “Introdução: dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”, in K. Marx & F. Engels, *Lutas de classes na Rússia*, p. 9.

(11) Colin Barker, “O movimento como um todo: ondas e crises”, revista *Outubro*, n.º 22, 2014, p. 9.

(12) *Ibidem*, *idem*, p. 9.

Tendo em vista essa heterogeneidade para pensar sua dimensão de conflitualidade, o movimento social seria marcado por pressões contraditórias. Só a partir do balanço da correlação de forças entre “ciclos de protesto” (elevação do número de ações coletivas e grupos envolvidos, em um determinado período de tempo) e “ciclos de contenção” (a resposta contrária a essas mobilizações) poderíamos definir o potencial de confrontação social contido em tais processos. Percebendo que o termo “ciclo” pode ser associado a algum padrão cíclico regular no intervalo de tempo ou nas suas dimensões, o que não é absolutamente o caso em se tratando do movimento social, Barker opta por definir tais oscilações como “ondas”. A imagem procura captar justamente o sentido de movimento inerente a tais formas de protesto coletivo:

“Não é de surpreender, dada a sua diferenciação interna e o choque de tendências em seu interior, que as trajetórias das ondas de protestos possuam qualquer forma menos a de uma linha suave de desenvolvimento da oposição. Em vez disso, elas consistem em sequências complexas de avanços e recuos, saltos e momentos de paralisia aparente, expansões e contrações, picos e derrocadas.”⁽¹³⁾

Ainda em Barker, a partir dessa visão ampliada do “movimento como um todo”, podemos buscar referências para entender como as ondas de protesto, são um elemento central dos processos de transformação social. Por certo que nem sempre o potencial transformador de tais ondas se realiza, no entanto, como explica o autor:

“A razão pela qual ondas de protesto sejam entendidas aqui como ‘momentos’ que encarnam a possibilidade de transformações sociais de larga escala é simples: elas envolvem a essência do que Trotsky chamou de uma situação revolucionária, ou seja, ‘a intervenção das massas na vida política’. Não há nada, evidentemente, que possa determinar que tais ‘intervensões’ devam produzir resultados sociais revolucionários, mas elas são o elemento necessário, embora não suficiente, dessa possibilidade.”⁽¹⁴⁾

Quero aqui defender a ideia de que Marx percebeu – bem antes dos escritos sobre a Rússia, ou mesmo da publicação do primeiro livro de *O Capital* – as “ondas de protesto”, assim como suas potencialidades revolucionárias, em

(13) Ibidem, *idem*, p. 15.

(14) Ibidem, *idem*, p. 17.

uma escala internacional, para não dizer planetária. Para isso, busco apoio nos estudos de Lucia Pradella, que chamou a atenção para os escritos de Marx sobre a China e a Índia, ainda nos anos 1850, quando aponta que as lutas anticoloniais eram fatores agravantes das crises capitalistas que começavam a se manifestar em escala internacional. Portanto, deveriam ser entendidas como parte importante das lutas antissistêmicas, como diríamos hoje, do século XIX. Compreendendo a expansão imperialista como mecanismo de enfrentamento das crises, Marx teria percebido naqueles escritos tanto a possibilidade aberta pela exploração colonial para uma progressiva elevação dos salários da classe trabalhadora nos países centrais quanto, contraditoriamente, o potencial disruptivo da “agência dos povos não-europeus”. Numa passagem de um de seus artigos sobre a China, resgatada por Pradella, Marx dirá: “o próximo levante do povo europeu (...) provavelmente irá depender do que está agora se passando no Império Celestial – o oposto extremo da Europa – mais do que de qualquer outra causa política atualmente existente.”⁽¹⁵⁾

Na tradução para o português do livro I de *O Capital*, publicado em 1867, Marx usa a palavra revolução 48 vezes. No capítulo sobre maquinaria e grande indústria o termo aparece muitas vezes, quase sempre referindo-se à “Revolução Industrial”; na discussão sobre a “lei geral da acumulação capitalista”, na qual novamente são várias as vezes em que a palavra aparece, seu uso está associado a “revolução agrária”, ou à “revolução técnica” no processo de produção; no capítulo sobre a “acumulação primitiva”, finalmente, há várias referências aos sentidos anteriores, mas também aparecem as revoluções levadas adiante pela burguesia (inglesa e francesa) e o capítulo termina com a passagem conhecida pela aposta na revolução proletária (o termo não é explicitamente mencionado):

“Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e

(15) Lucia Pradella, “Crisis, Revolution and Hegemonic Transition: The American Civil War and Emancipation in Marx’s Capital”, *Science & Society*, Vol. 80, No. 4, 2016, 454-467, p. 457.

a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.”⁽¹⁶⁾

No interior do livro essa parece ser a referência mais explícita à revolução proletária, pela qual Marx vinha lutando havia mais de duas décadas. A revolução como potencialmente contida nas contradições sociais geradas pela acumulação do capital, a “negação da negação”, como ele diria algumas linhas depois.

No Prefácio, porém, Marx faria um registro mais localizado na história concreta de seu tempo que sustentava sua aposta na revolução proletária. Um registro que deixava muito evidente a relação que estabelecia entre as lutas pela libertação dos trabalhadores escravizados e a busca pela emancipação dos proletarizados, ambas partes fundamentais do “movimento social” como um todo: “Assim como, no século XVIII, a Guerra de Independência americana tocou o sino de alarme para a classe média europeia, no século XIX a Guerra Civil norte-americana tocou-o para a classe operária europeia.”⁽¹⁷⁾

Por isso, concordando mais uma vez com Lucia Pradella, diria que o exemplo maior da importância dessa visão mais “global” das lutas sociais de sua época nos escritos de Marx até a publicação de *O Capital*, são suas considerações sobre a guerra civil nos Estados Unidos (1861-1865).

A década de 1860 foi um momento-chave para o entrelaçamento mais completo do movimento abolicionista com o movimento dos trabalhadores europeus, ingleses em especial. Isso se explicita quando o movimento é confrontado com a encruzilhada fundamental enfrentada pelos Estados Unidos, que levou à guerra civil entre os estados do Norte e do Sul, tendo por razão central a manutenção ou não do escravismo como base estruturante da economia agrária do Sul e das áreas de expansão recente da dominação estadunidense. A perspectiva de Marx, ainda profundamente marcado pela guerra civil ao publicar *O Capital*, constrói-se em meio a essa convergência evidente em meados dos anos 1860 entre o movimento dos trabalhadores europeus e a defesa da abolição nas Américas. Nos momentos iniciais do movimento abolicionista (anos 1770-80) ou na fase das vitórias parlamentares do início do século XIX, é possível encontrar aproximações e distanciamentos entre

(16) Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro I, vol. 2, São Paulo, Abril, 1983, pp. 380-81.

(17) K. Marx, *O Capital*, Livro I, vol. 1, p. 13.

os movimentos antiescravistas e o radicalismo que origina um movimento próprio da classe trabalhadora. Já na segunda metade do século XIX, numa dimensão internacional, este movimento incorpora claramente o tema da abolição como uma bandeira sua. Essa incorporação não se deu de forma linear e isenta de disputas, mas a partir de meados de 1862, há cada vez mais posicionamentos diretos da classe trabalhadora inglesa a favor das forças da União na guerra civil, com a defesa aberta da causa da abolição – incluindo o proletariado das cidades industriais inglesas, onde o desemprego na indústria de tecidos, decorrente do bloqueio ao comércio transatlântico do algodão sulino pelas forças da União, impunha forte sofrimento a uma expressiva parcela da classe.⁽¹⁸⁾

Para ficar com um exemplo apenas, em novembro de 1864, poucos dias antes da eleição que conferiria a Lincoln um segundo mandato, o jornal londrino *The Bee Hive*, ligado ao movimento sindical local, publicaria o artigo “Freedom or Slavery”. O artigo, confiando e torcendo pela reeleição, exaltava a origem de classe e o papel decisivo de Lincoln para por fim à escravidão:

“(...) O honesto Abraham Lincoln, o homem que se levantou, pela sua força de caráter e seus esforços, da posição de um trabalhador manual para ser o principal magistrado da grande república americana, receberá das mãos e pelos votos da grande maioria de seus compatriotas um novo mandato desse poder que tão bem usou para esmagar a ‘instituição peculiar’ [como era definida a escravidão pelos escravocratas estadunidenses] que há tantos anos desonra a humanidade e ultraja a Cristandade.”⁽¹⁹⁾

Dias depois o *Bee Hive* seria escolhido porta-voz da recém-fundada Associação Internacional dos Trabalhadores. Marx estava associado à iniciativa. Até por isso, não refletiu sobre a questão da guerra civil apenas *a posteriori*, no Prefácio de *O Capital*. Atuando havia vários anos como correspondente do *New York Daily Tribune*, acompanhou os acontecimentos desde o início e posicionou-se de forma incisiva, desde o primeiro momento, a favor do governo da União, apontando que o conflito decorria fundamentalmente da

(18) Discuto esse posicionamento do movimento da classe trabalhadora inglesa em relação à guerra civil, além de aspectos do debate de Marx sobre o tema, aqui resgatados, no capítulo “Abolicionismo e formação da classe trabalhadora: uma abordagem para além do nacional”, in Flávio Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*, São Paulo, Selo Negro Edições, 2014.

(19) *The Bee Hive*, London, 05/11/1864, p. 4.

questão da escravidão. Não estava sozinho entre os socialistas alemães exilados, pois vários de seus companheiros de luta revolucionária em 1848-1849 haviam migrado para a América do Norte. Muitos não apenas defenderam o Norte, como engajaram-se no Exército da União e ocuparam posições de destaque na campanha militar contra a sedição confederada.⁽²⁰⁾

Em diversos artigos para aquele jornal estadunidense e para um periódico em língua alemã publicado em Viena, *Die Presse*, desde ao menos 1861, Marx já vinha tratando do tema da escravidão nos EUA e da guerra civil como uma questão central para a política de classe do proletariado em escala internacional. Sua maior preocupação nos primeiros artigos escritos sobre o tema era desmontar os argumentos que procuravam justificar o levante dos estados confederados do Sul, em nome de uma presumida resistência liberal a tarifas restritivas impostas pelo governo da União, sob pressão dos estados do Norte. A questão central que levava à guerra, Marx não tinha dúvidas quanto a isso, era a da necessidade vital, para os pouco mais de três mil proprietários escravistas do Sul, de reproduzir o sistema em que baseavam seu poder de classe nos novos territórios, e concluía categoricamente: “todo o movimento foi e é baseado, como se pode ver, na *questão da escravidão*”.⁽²¹⁾

Conforme demonstra Kevin Anderson, a perspectiva de Marx era, desde o início, de que a guerra civil deveria ser vencida pelo Norte, justamente porque representava, ainda que Lincoln em seu primeiro mandato pudesse resistir a essa ideia, uma luta que só poderia ser vencida com a decisão da União de por fim à escravidão.⁽²²⁾ Por esse caminho, defendeu a necessidade de que a União não apenas proclamasse claramente seu objetivo de lutar pela liberdade dos escravizados, como também armasse batalhões de negros livres e libertos, dando sequência à guerra por um caminho revolucionário. Foi esse o sentido de um de seus artigos para o *Die Presse*, publicado em 9 de agosto de 1862, em que cobrava uma postura mais incisiva do governo da União:

(20) Uma coletânea de textos de Marx e Engels sobre a guerra civil e a escravidão, bastante ampla, foi editada por Andrew Zimmerman (ed.), Marx & Engels, *The Civil War in the United States*, 3ª ed., New York, International Publishers, 2016. Na Introdução de Zimmerman há várias referências ao papel dos socialistas alemães emigrados na guerra (pp. XI-XXX).

(21) Ver por exemplo o artigo publicado por Marx sob o título “The North American Civil War” (*Die Presse*, October 25, 1861), in <http://marxists.org/archive/marx/works/1861/10/25.htm>

(22) Kevin Anderson, *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and non-western societies*, Chicago, The University of Chicago Press, 2010. Ver especialmente o 3.º capítulo.

“A Nova Inglaterra e o Noroeste, que forneceram a maior quantidade de tropas, estão determinados a forçar o governo a conduzir a guerra de uma maneira revolucionária e a inscrever “Abolição da Escravidão” na bandeira estrelada-listrada como um *slogan* de batalha ... Até agora, nós temos testemunhado apenas o primeiro ato da guerra civil, conduzindo a guerra constitucionalmente. O segundo ato, conduzindo a guerra de uma maneira revolucionária, está à mão”.⁽²³⁾

Marx havia sido mais explícito na afirmação de que o potencial revolucionário da guerra civil passava por armar os ex-escravizados e demais trabalhadores negros em uma carta a Engels, respondendo à insistência do amigo em valorizar a superioridade militar do Sul. Segundo ele, em carta escrita dois dias antes da publicação do artigo acima citado, na qual utiliza o mesmo raciocínio, Marx reforça que o Norte iria partir para uma ruptura com os interesses escravistas dos estados fronteiriços representados na União e adotaria “métodos revolucionários”. Sobre a superioridade militar sulista (que Marx considerava natural, já que a classe dominante escravista era absolutamente ociosa e tinha mais tempo para treinar a “arte da guerra”), responde a Engels dizendo que “um simples *nigger-regiment* teria um efeito marcante nos nervos sulistas”. Como Anderson sublinha, o uso do termo em inglês *nigger-regiment*, numa carta escrita em alemão, acentuava a ironia de Marx em, utilizando a forma pejorativa com a qual os escravos eram tratados pelos escravistas, afirmar que eles tremeriam frente a negros livres e libertos armados. Se havia uma maneira revolucionária de conduzir a guerra, ela incluía aqueles que haviam sido escravizados no papel de sujeitos históricos.⁽²⁴⁾

Para que a guerra civil pudesse de fato fazer soar o alarme de uma nova vaga revolucionária também na Europa, Marx estava consciente de que seria necessário superar preconceitos raciais arraigados em parte da classe trabalhadora de origem europeia no Norte dos EUA e também envolver decisivamente o movimento operário europeu na campanha contra o Sul e a escravidão. Numa época em que já começava a tratar a questão da independência da Irlanda e as lutas dos trabalhadores e camponeses irlandeses como decisivas para um possível caminho revolucionário na Inglaterra, Marx não vacila em apontar para os limites que a ideologia racista impunha à consciência dos trabalhadores, denunciando o preconceito dos ingleses contra os irlandeses.

(23) Artigo citado em Ibidem, idem, p. 99.

(24) Ibidem, idem, p. 98.

No caso norte-americano, escrevendo para *Die Presse*, em artigo publicado em 23 de novembro de 1862, ele explica que:

“O irlandês vê no negro um perigoso competidor. Os eficientes fazendeiros de Indiana e Ohio odeiam o negro menos apenas que aos escravistas. Para eles, ele é o símbolo da escravidão e a decadência da classe trabalhadora e a imprensa do Partido Democrata os alimenta diariamente com a ameaça de uma inundação de seu território pelo ‘nigger’”.⁽²⁵⁾

Até pela consciência do caráter deletério desse preconceito, Marx registra com júbilo o apoio do proletariado inglês à causa da abolição. No início de 1862, registrando os primeiros comícios pró-Norte e pela abolição da escravidão realizados em Londres, Marx louvaria a maturidade da consciência de classe do proletariado britânico quando, ainda que passando pelas maiores dificuldades decorrentes da crise da indústria têxtil com a interrupção do fornecimento do algodão pelos estados do Sul dos EUA, mantivera-se firme em defender publicamente, através de suas associações, um posicionamento do governo inglês a favor dos estados do Norte e do fim da escravidão.⁽²⁶⁾

Face a essa explícita defesa da abolição pela classe trabalhadora britânica e tendo em vista seus posicionamentos anteriores no que diz respeito ao tema, não é de se estranhar que Marx, quando encarregado de redigir a proposta de Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em outubro de 1864, diante da guerra civil estadunidense e da disjuntiva Sul confederado escravista *vs.* Governo da União abolicionista, não tivesse dúvidas em defender sua posição já consolidada e em registrar a responsabilidade da classe trabalhadora em ter pressionado os governos da Europa Ocidental para renunciarem a qualquer neutralidade a respeito de questões como a da escravidão nas Américas e a servidão no Leste Europeu:

“Se a emancipação das classes operárias requer o seu concurso fraterno, como é que irão cumprir essa grande missão com uma política externa que persegue objetivos criminosos, joga com preconceitos nacionais e dissipa em guerras piratas o sangue e o tesouro do povo? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a resistência heroica das classes operárias de Inglaterra à sua loucura criminosa,

(25) Ibidem, p. 104.

(26) Karl Marx, “A London Workers’ Meeting” (*Die Presse*, 2 de fevereiro de 1862), in <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1862/02/02.htm>

que salvou o Ocidente da Europa de mergulhar de cabeça numa cruzada infame pela perpetuação e propagação da escravidão do outro lado do Atlântico.”⁽²⁷⁾

O “Regulamento Geral” adotado no mesmo momento pela Internacional definia-se pela igualdade entre os homens (registre-se que em termos de igualdade entre os gêneros a Internacional não era tão explícita), ao dispor: “Que todas as sociedades e os indivíduos que a ela adiram reconhecerão a verdade, a justiça e a moralidade como a base de sua conduta entre si e para com todos os homens, sem distinção de cor, credo ou nacionalidade”⁽²⁸⁾

A vitória da União na guerra civil garantiu a libertação dos quase quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras escravizados que viviam nos EUA. Sabemos, entretanto, que a expectativa despertada pelos abolicionistas mais radicais de uma incorporação social e política equânime da população de origem africana ao corpo de cidadãos da nação se veria completamente frustrada após alguns anos, com a devolução das propriedades aos plantadores escravistas derrotados na guerra e a tolerância do governo central para com a legislação abertamente segregacionista que vigoraria nos estados do Sul por cerca de um século. Marx muito cedo percebeu que aquela revolução fora interrompida. Em abril de 1866, escreveu a Engels dizendo que a fase revolucionária aberta pela guerra civil estava sendo enterrada.

Considerações finais

De um ponto de vista restrito à realidade estadunidense, o fim da escravidão foi, portanto, uma revolução social inacabada, para utilizar a expressão resgatada por Robin Blackburn.⁽²⁹⁾ Não é possível diminuir sua importância, pois a libertação de cerca de 3,5 milhões de homens e mulheres escravizados e a superação de toda uma organização social sustentada pelo trabalho escravo são conquistas profundamente significativas. Os desdobramentos posteriores, entretanto, limitaram política, social, cultural e economicamente tais

(27) Karl Marx, *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Fundada em 28 de Setembro de 1864 numa reunião pública, realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres, in <http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>

(28) “General Rules” (outubro de 1864), in <https://www.marxists.org/history/international/iwma/documents/1864/rules.htm>

(29) Robin Blackburn recolhe vários textos de Marx sobre a guerra civil e apresenta uma aprofundada análise sobre o processo em seu livro *An unfinished revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln*, London, Verso, 2011. A carta acima mencionada é reproduzida na p. 54.

conquistas, de tal forma que a subordinação social da descendência daqueles trabalhadores e trabalhadoras escravizados se perpetuará por muito tempo.

No entanto, se entendermos o movimento social como um todo, o que inclui sua dimensão espacial transatlântica e a conexão entre as lutas do proletariado e outras lutas revolucionárias (naquele caso pelo fim da escravidão), aquela revolução inacabada teve um impacto muito mais profundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, como bem demonstrou Angela Davis, o movimento feminista nasceu em conexão com o abolicionismo.⁽³⁰⁾ O fim da escravidão, pela via da guerra civil, com sua dimensão revolucionária (ainda que interrompida), naqueles territórios escravistas da América do Norte, teria também um impacto continental sobre a forma como a classe senhorial e os governos de Cuba (Espanha) e do Brasil, os dois últimos territórios escravistas das Américas, procuraram controlar o processo de “desescravidão”, buscando evitar trilhar o mesmo caminho.⁽³¹⁾

No sentido do “movimento como um todo”, lembrando Barker, ou seja, das ondas de mobilização e protesto na sua dimensão internacional, também a Europa seria impactada e mesmo que não de maneira direta e imediata, a profecia de Marx no prefácio da edição de 1867 do primeiro livro de *O Capital* – com a guerra civil estadunidense tocando o sino para o proletariado europeu – fez todo sentido. Afinal, poucos anos depois eclodiria a Comuna de Paris (1871), momento mais agudo da revolução proletária no século XIX.

Nosso desafio hoje está não apenas em reconhecer que a revolução que eclodiu há cem anos na Rússia não contrariava a lógica fundamental da obra maior de Marx, que então completava cinquenta anos. Ele é maior, pois discutir a revolução de 1917 hoje, remete à compreensão de que as “ondas de protesto” têm se sucedido em escala planetária, se defrontam com dificuldades renovadas para que a “pregação socialista” desperte a “vontade coletiva” revolucionária, no sentido que Gramsci havia identificado em 1917. Um desafio para a intervenção política dos que assumem como seu: tanto o legado de *O Capital* quanto o do processo revolucionário russo.

(30) Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, São Paulo, Boitempo, 2016.

(31) Tamis Paron estudou as relações entre o escravismo nos três espaços em sua tese de doutorado *A política da escravidão na era da liberdade: Brasil, Espanha e Estados Unidos, 1787-1845*, São Paulo, USP, 2015. Sobre o impacto específico da Guerra Civil no Brasil ver Rafael Marquese, *A Guerra Civil dos Estados Unidos e a Crise da Escravidão no Brasil, Afro-Ásia*, v. 51, 2015, p. 37-71.

A GUERRA DAS GUERRAS, A REVOLUÇÃO DAS REVOLUÇÕES, 1917

Raquel Varela⁽¹⁾

A guerra das guerras

Em 1870, foi apresentado no parlamento inglês, por ordem de Sua Majestade, o Relatório sobre as Condições das Classes Trabalhadoras dos países estrangeiros.⁽²⁾ Um grupo de agentes consulares e diplomáticos enviou de várias partes do mundo um relatório detalhado sobre as condições laborais que os capitalistas ingleses iriam encontrar em cada país, desde Portugal ao Império Otomano, dos EUA à Grécia. Nele podem ler-se o número de almas disponíveis para trabalhar, a sua formação média, tamanho da família, hábitos alimentares, habitação, higiene, que trabalhos poderiam ser ocupados por mulheres ou crianças. No caso do Império Otomano, há uma descrição detalhada das organizações de artesãos e quanto ganham por categoria; o relatório de Valência, região espanhola, além de apresentar os números, explica que os trabalhadores ganham mais no verão do que no inverno, provavelmente por escassez de força de trabalho disponível, já que nessa época eles se dedicam às suas próprias colheitas. O de Portugal recomenda os trabalhadores locais, porque não bebem muito aos domingos e, por isso, trabalham bem nas segundas-feiras, e porque “se contentam com pouco”.

Aquilo que hoje seria um moderno sistema de gestão de recursos humanos, realizado provavelmente por um estudo de uma consultora internacional, era já profundamente detalhado na Europa industrializada oitocentista – é a visão do continente como um simples mercado de trabalho. Quantos são, quanto ganham, o que sabem fazer, como é que vivem, quanto se pode pagar? E quanto não se pode pagar?

(1) Raquel Varela é investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Internacional de História Social de Amsterdão e professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

(2) Condition of the Industrial Classes of Foreign Countries. In: Reports from her majesty's Diplomatic and consular agents abroad, Houses of the Parliament. London: Harrison and Sons, 1870 (International Institute for Social History, Archives).

O movimento de deslocamento de empresas para onde o valor do salário direto e indireto é mais baixo tem sido a história da expansão da Europa, dentro dos seus países e entre as suas nações, com exceção dos anos “de ouro” do pós-1945 até 1967:

Quando a rainha Vitória morreu, mesmo no começo do século XX, uma pessoa em cada cinco esperava chegar ao fim desta maneira: um enterro solitário, saído do asilo, ou do hospício da assistência pública ou do hospital dos alienados [...] Cerca de um quarto de toda a população vivia na miséria [...].⁽³⁾

Só em Londres, 30% da população estava na miséria, ou seja, sem meios para obter a sua manutenção, o salário de reprodução biológica. Em 1900, na Europa balcânica e espanhola, a expectativa média de vida era de 35 anos.⁽⁴⁾ As classes sociais não eram exatamente castas na Europa, mas a sociedade dividia-se claramente em classes trabalhadoras, pobres, camponeses; uma minoritária classe média e a aristocracia; e a classe alta, financeira-industrial: “a maioria dos europeus podia esperar acabar a vida exatamente na mesma posição social em que começou”.⁽⁵⁾

Em 1914, a Inglaterra tinha um império 114 vezes o seu tamanho; a Bélgica, 80 vezes; a Holanda, 60; e a França, 20. Entre 1850 e 1911, virtualmente o mundo todo foi conquistado pelos impérios europeus. Na África, apenas a Libéria e a Etiópia ficaram de fora da divisão a régua e esquadro feita pelas potências centrais – se os leitores olharem o mapa da África, encontrarão fronteiras com longas linhas direitas, que cruzam rios, cortam montanhas e suprimem o sustento de povos pastores ou agricultores, que ficaram sem acesso aos meios de produção por causa dessa divisão realizada pelas potências no Congresso de Berlim, em 1895. Na Indochina e na China começava a disputa por esferas de influência, num regime de protetorado e/ou de conquista.⁽⁶⁾ Nesses anos, a “história de toda a humanidade fluiu por um estreito canal desenhado por poucos países europeus”.⁽⁷⁾

(3) Peter Laslett. *O Mundo que Nós Perdemos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975, p. 223.

(4) Robert O. Paxton, *Europe in the Twentieth Century*. Orlando: Harcourt, 1997, p. 14.

(5) Ibid., p. 19.

(6) Ibid., p. 4.

(7) Chris Harman. *A Peoples's History of the World*. London/Sidney: Bookmarks, 1999, p. 449 (tradução própria).

A Europa Central e balcânica estava sob as botas do expansionismo, a Europa Ocidental na luta pelas colônias e mercados. O cenário europeu era, portanto, explosivo.⁽⁸⁾ O Império Austro-Húngaro disputava espaço com a Sérvia e, pelo caminho, esmagava as nacionalidades oprimidas: sérvios, croatas, eslovenos, checos, eslovacos, búlgaros; a França tinha, em 25 anos, perdido a supremacia populacional para a Alemanha e exigia os territórios férteis da Alsácia e Lorena, perdidos na guerra de 1871 – a guerra franco-prussiana –, cujo desfecho tinha impulsionado então o primeiro governo operário da história, a Comuna de Paris.⁽⁹⁾

O capitalismo inglês não podia sobreviver com uma Alemanha forte, que derrotasse a França no continente; a Rússia disputava com o Império Austro-Húngaro o oeste dos seus territórios, os mais industrializados e maiores fontes de impostos para o império, onde o Palácio do Hermitage concentrará simbolicamente o espaço da guerra e da revolução – nele estão as salas de pedras semipreciosas, ouro, soalhos de madeiras nobres trabalhadas e lustres, erguidos em quatrocentos anos de servidão que deixaram, ainda em 1914, 40% dos camponeses sem meios de sobrevivência. Foi nesse palácio que, liderados pelos bolcheviques, os operários russos tomaram o poder, em outubro de 1917.

Era na Polónia, Ucrânia, nos Estados do Báltico e na Finlândia que estava o grosso da riqueza da disputa entre a Áustria-Hungria e o Império Russo. Entretanto, para a Alemanha, uma Rússia forte era uma ameaça. Numa palavra, trata-se do *imperialismo*, isto é, da fase do modo de acumulação capitalista em que um Estado capitalista não podia sobreviver sem destruir o outro.⁽¹⁰⁾

Em 2 de janeiro de 1916, a revolucionária Rosa Luxemburgo⁽¹¹⁾ escreveu:

(8) Osvaldo Coggiola. *História do capitalismo*. Disponível em: <<https://raquelcardeira-varela.files.wordpress.com/2014/11/ocogg-histe280a1ria-do-capitalismo1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

(9) A França perdeu os territórios da Alsácia e Lorena em 1871, na sequência da derrota perante a Alemanha na guerra franco-prussiana.

(10) Chris Harman. Op. cit., p. 409.

(11) Rosa Luxemburgo (1871-1919) nasceu na Polónia e morreu assassinada em Berlim. Líder da social-democracia alemã e polaca, fiel ao internacionalismo de fins do século XIX, Rosa notabilizou-se pela sua tese sobre o militarismo, pelos estudos de *O Capital* e pela liderança contra a guerra, quando o seu partido apoiou o conflito mundial. Em 1915, fundou, com Karl Liebknecht, a Liga Spartaquista e, em 1919, o Partido Comunista Alemão. Embora contra o levantamento de janeiro de 1919, que se iniciou sem o seu conhecimento, Rosa assumiu a sua liderança. Foi, por isso, com a complacência dos sociais-democratas, assassinada pelos *Freikorps*, milícias nacionalistas.

Os negócios prosperam sobre ruínas. Cidades transformaram-se em montes de escombros, aldeias, em cemitérios, regiões inteiras, em desertos, populações, em montes de mendigos, igrejas, em estábulos; o direito dos povos, os tratados, as alianças, as palavras mais sagradas, as autoridades supremas, tudo é feito em farrapos, qualquer soberano pela graça de Deus trata o primo, no campo adversário, de cretino e velhaco desleal, qualquer diplomata trata o colega do outro partido de canalha espertalhão, qualquer governo, vendo no outro uma fatalidade para o próprio povo, abandona-o ao desprezo público; a fome provoca tumultos em Veneza, Lisboa, Moscovo, Singapura; há peste na Rússia, miséria e desespero por toda a parte.⁽¹²⁾

A Primeira Guerra Mundial começa em 28 de julho de 1914. Nesse mês, todos falavam de uma guerra rápida: “Vai acabar no Natal!”,⁽¹³⁾ dizia-se. Foi a mais “popular” das guerras nacionalistas, imperiais. Victor Serge, intelectual socialista, então preso na França, no início da guerra, escreveu: “Chegavam à prisão veementes marselhesas cantadas por multidões que acompanhavam os mobilizados de comboio. Ouvíamos também: ‘Para Berlim! Para Berlim!’ Este delírio, incompreensível para nós, era a consumação do apogeu da catástrofe social permanente.”⁽¹⁴⁾

Todavia, são necessárias “aspas” quando se fala na popularidade da guerra. Investigações recentes mostraram que os sons de entusiasmo ouvidos por Serge ampliavam-se na prisão, como um eco que se multiplica. Os socialistas franceses chegaram a colocar a hipótese de uma greve geral contra uma guerra europeia em julho de 1914;⁽¹⁵⁾ na Alemanha, os grevistas das fábricas eram enviados para a frente de guerra como castigo; fontes históricas demonstram que a classe trabalhadora da poderosa região do Ruhr – ainda hoje a região mais forte e sindicalizada da classe trabalhadora industrial europeia – ficou de fora das manifestações patrióticas;⁽¹⁶⁾ do outro lado do Atlântico, nos EUA, o governo apelou ao recrutamento voluntário de 1 milhão de soldados, mas nas primeiras seis semanas depois da declaração de guerra só 70 mil se alistaram.⁽¹⁷⁾

(12) Rosa Luxemburgo. *Textos Escolhidos*: volume II (1914-1919). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 17.

(13) Chris Harman. Op. cit., p. 405.

(14) Victor Serge. *O Ofício de Revolucionário*. Lisboa: Moraes Editora, 1968, p. 62.

(15) William Pelz. *História do Povo na Europa Moderna*. Lisboa: Objectiva, 2016, p. 189.

(16) Chris Harman. Op. cit., p. 406. Ver também: William Pelz. Op. cit.

(17) Howard Zinn. *A People's History of the United States*. New York: HarperCollins, 2003, p. 364.

A Primeira Guerra Mundial teve, contudo, um recrutamento mais fácil porque os camponeses viviam isolados em aldeias e porque a experiência de uma guerra total era até então desconhecida. Há um isolamento social geográfico no mundo rural, mesmo nas industrializadas Inglaterra, Alemanha e França, o que torna a resistência organizada muito difícil de se concretizar. Aliás, eles tornar-se-ão camponeses resistentes, desertores, só depois de incorporados numa organização coletiva, o Exército, e em guerra.

O nacionalismo prosperou rapidamente como ideologia. Escritores como H. G. Wells clamavam o “apoio à guerra para pôr fim à guerra”; Anatole France discursou para os soldados.⁽¹⁸⁾ Mas o apoio principal veio do seio do movimento operário organizado. A guerra foi apoiada pela social-democracia alemã, austríaca, pelo Partido Trabalhista inglês, pelos socialistas franceses, pelos grandes sindicatos, pelo anarquista Kropotkin e pelo pacifista indiano Gandhi. As ideias de “unidade da nação”, união sagrada e o apelo das burguesias nacionais aos líderes das camadas populares foram magnéticos. E catastróficos. Foram, por baixo, 9 milhões de mortos; outros dados mais recentes falam em 20 milhões.⁽¹⁹⁾ Os que estiveram contra foram poucos: os bolcheviques e os socialistas sérvios. E muitos heróis individuais. Jean Jaurès, opositor à guerra, líder socialista da França, foi assassinado por um nacionalista francês a 31 de julho de 1914.

A guerra revolveu as entranhas da sociedade: as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho. Foram essa passagem do trabalho doméstico, isolado, ao trabalho fabril, concentrado; do trabalho doméstico não pago ao trabalho assalariado; e a Revolução Russa – com conquistas de direitos sociais amplos – que permitiram o primeiro sopro de igualdade de género na história contemporânea. Embora o sufrágio feminino estivesse na agenda desde o início do século XX, conquistado na Austrália em 1902 e na Finlândia em 1906, por exemplo, só a Primeira Guerra vai derrubar a primeira grande barreira à igualdade de género na Inglaterra e na Alemanha⁽²⁰⁾ – e, no caso da Itália e da França, só a Segunda Guerra. Nos países do Sul, urbanizados na década de 1960, a grande alteração nas relações de género dá-se apenas a partir da revolução portuguesa de 1974 e 1975. Um cataclismo económico, a guerra, e uma revolução social, a russa, são os factores que impulsionaram uma das mais importantes mudanças sociais do século XX – a crescente

(18) Chris Harman. Op. cit., p. 406-407.

(19) Ibid.

(20) Robert O. Paxton. Op. cit., p. 22.

igualdade de género e o caminho paulatino para a união livre (decorrente da vontade das partes envolvidas, ao invés da necessidade económica e/ou imposição familiar).⁽²¹⁾

A classe média entrou na trincheira do descontentamento com os governos; houve fome, privação, escassez de abastecimento, porque as baterias de produção estavam voltadas para servir a guerra e a produção relacionada a esta, e porque muitos trabalhadores deixaram as fábricas e ingressaram nos exércitos beligerantes. Na Alemanha, só dois terços das calorias necessárias para viver eram garantidas, 750 mil morreram de fome.⁽²²⁾ Viena foi a mais atingida – “um quarto de milhão de pessoas permanecia diariamente numa das 800 filas alimentares dispersas pela cidade”.⁽²³⁾ Expandiu-se o mercado negro na esteira da inflação. Essa foi a lógica, irracional mas previsível, da primeira guerra total da história. Nem por isso a guerra acabou no Natal. E foi devastadora. Alastrou-se à Mesopotâmia, Grécia/Turquia, com o desmembramento do Império Otomano, e ao Norte de África.

A resistência à guerra

A partir de 1915, na pequena vila de Zimmerwald, na Suíça, reuniu-se um grupo de dirigentes que se opunham à guerra e que tentaram fazer do comunismo um movimento internacional. Entre 5 e 8 de setembro de 1915, 36 delegados de 19 países estavam dispostos a lutar pela revolução social contra a guerra, pela derrota das suas próprias nações, contra o pacifismo. Cabiam em quatro carros. O manifesto, redigido por Leon Trotsky, coloca a base da luta contra toda a “união sagrada”. Outro dirigente destacado, Christian Rakovsky, discursou no fim a favor de uma III Internacional – por estar morta a II Internacional desde que levou os seus partidos irmãos a pegarem em armas uns contra os outros. A ideia de uma nova internacional foi, ao início, mal recebida – Rakovsky seria caluniado como agente alemão. Mas, dois anos depois, os *fronts* internacionalizaram-se com motins em massa nos exércitos. Do outro lado do Atlântico, Eugene Debs, um dos fundadores do mais igualitário sindicato norte-americano, o Industrial Workers of the World (IWW), cujos membros – mineiros, assalariados agrícolas, estivadores, marinheiros – eram conhecidos carinhosamente por *wobblies*, discursa no comício contra

(21) Wendy Goldman. *Mulher, Estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

(22) Chris Harman. Op. cit., p. 408.

(23) William Pelz. Op. cit., p. 206.

a guerra. É deles a origem da canção *Solidarity forever*,⁽²⁴⁾ a mais conhecida música operária depois da Internacional.⁽²⁵⁾ Preso, acusado de ter violado o Espionage Act, que proibia qualquer manifestação pública contra a guerra, Debs recusa defender-se ou ter testemunhas no julgamento: “Fui acusado de obstrução à guerra. Admito-o. Cavalheiros, eu abomino a guerra. Seria contra ela mesmo se estivesse sozinho [...] Tenho simpatia pelos que sofrem e lutam em toda a parte. Não me interessa sob que bandeira eles nasceram, ou onde vivem [...]”.⁽²⁶⁾ Nesse sentido, o historiador William Pelz argumenta que a Primeira Guerra pode não ter sido a mais mortífera, mas o que “poderá não ter tido par foi o nível de oposição coletiva a ela”.⁽²⁷⁾

No Natal de 1914, as tropas francesas e alemãs confraternizaram nas trincheiras, e foram penalizadas. Mas foi só em abril de 1917 que se deu o primeiro “Adeus às armas”⁽²⁸⁾ de massas da Primeira Guerra Mundial – 68 divisões, nada mais nada menos do que metade do Exército francês, recusaram-se a voltar à frente: morte, agonia, piolhos, tuberculose – os trabalhadores, camponeses, agora soldados, estavam a enterrar-se vivos na lama e no sangue das trincheiras. A resposta do Estado foi esmagadora: 500 sentenças de morte e 49 execuções. Algumas unidades ergueram-se com a bandeira vermelha a cantar *A Internacional*, queriam marchar sobre Paris, gritavam “Viva a Revolução!”, “Vivam os Russos!” Cantaram a canção de Craonne: “É em Craonne, sobre o planalto, que devemos deixar a nossa pele [...], mas acabou, pois os soldados vão todos fazer greve”.⁽²⁹⁾ Perto de Bolonha, em Étaples, um motim de 100 mil soldados ingleses durou cinco dias – os oficiais britânicos usaram da política “do pau e da cenoura”: para pôr fim à rebelião, fizeram concessões e executaram os líderes.

Depois do desastre militar de Caporetto, a 24 de outubro de 1917, há uma “greve militar”: soldados italianos amotinaram-se em massa. A Espanha era neutral, mas viveu uma greve geral de 15 a 18 de agosto de 1917, em que o

(24) Escrito em 1915 para os *wobblies*. Tornou-se famosa na voz de Pete Seeger.

(25) A letra foi escrita em 1871 por Eugène Pottier, membro da Comuna de Paris, e musicada em 1888 por Pierre De Geyter.

(26) Howard Zinn. Op. cit., p. 367-368.

(27) William Pelz. Op. cit., p. 207.

(28) Referência ao romance em parte autobiográfico do escritor norte-americano Ernest Hemingway, que desertou da Primeira Guerra Mundial, na Itália.

(29) Pierre Broué. *História da Internacional Comunista: 1919-1943 – ascensão e queda*. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 37. tomo I.

dirigente histórico do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Francisco Largo Caballero, foi condenado a prisão perpétua. Na Rússia, estava em marcha uma “trégua estabelecida de facto na frente”.⁽³⁰⁾ A Revolução Russa – filha direta da guerra – tinha começado em fevereiro de 1917, pelas mãos das operárias têxteis de São Petersburgo exigindo “pão”. Se é verdade que este foi um tempo protagonizado pelo movimento operário masculino e industrial, que era a maioria, não deixa de ser simbólico que a maior revolução social da história, e a primeira vitoriosa, tenha começado no operariado feminino.

A equação “nação é igual a Estado e Estado é igual a povo” – que, lembra o historiador Eric Hobsbawm, foi o centro da constituição do nacionalismo burguês depois da Revolução Francesa⁽³¹⁾ – vai ruir nesse momento. Na luta contra a guerra das guerras ergue-se a revolução das revoluções.

A revolução das revoluções

A Rússia tinha cerca de 170 milhões de habitantes, uma aristocracia rural e uma Igreja em declínio e quase ausência de sectores médios, o que deixava o Estado com menos capacidade (elasticidade) para resolver os conflitos sociais. Essa pouca presença de sectores médios provocava uma separação – sem um colchão social amortecedor – entre os grandes proprietários e os operários e camponeses. A indústria, muito concentrada, tinha cerca de três milhões de operários, e só 5% dos camponeses eram proprietários da sua terra; 12% destes eram considerados abastados (os *kulak*), mas 40% não tinham meios para sobreviver. Esse caldo de contradições transformará uma revolta de massas camponesas em luta pelo fim da guerra e pelo acesso à terra na primeira insurreição proletária da história a tomar o poder num país.⁽³²⁾

As deserções em massa nos exércitos em 1916 começavam a minar a base nacionalista das direções do movimento operário, forçado por isso a evoluir para posições pacifistas e, em alguns casos, revolucionárias. Os povos estavam exaustos da guerra – no quadriénio da guerra multiplicaram-se as aparições, a charlatanice, a superstição, a “religião emerge poderosamente

(30) Leon Trotsky. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 980. 3 v.

(31) Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 32.

(32) A Comuna de Paris foi a primeira experiência de tomada de poder pelos trabalhadores, mas ficou circunscrita a uma cidade.

como um instrumento de consolação”.⁽³³⁾ O culto de Maria vai fazer surgir em numerosas regiões da Europa as “aparições” – a mais famosa, Fátima, em Portugal. Mas o que se revelou central e pôs fim à guerra foi uma revolução e um partido, o bolchevique:

Diferentemente da Europa Ocidental, existia na Rússia um partido revolucionário organizado, o POSDR “bolchevique”, contrário à “revolução por etapas” limitada à democracia parlamentar; era também o único partido russo que enfrentara a “união sagrada” de 1914. No império dos czares, se o efeito da guerra fora desastroso para a tendência combativa e revolucionária do operariado revelada nos anos que a precederam, a partir do final de 1916 a própria guerra passou a se constituir em factor de radicalização e aceleração do ritmo das greves. Os industriais recusavam-se cada vez mais a fazer concessões aos trabalhadores, e o governo continuava a responder a cada greve com uma forte repressão, o que fazia renascer no proletariado a ideia de uma greve geral para dar cabo de uma situação social cada dia mais insuportável. O processo de radicalização política das massas trabalhadoras exprimia-se de maneira convincente pela estatística crescente das greves e pela sua natureza: nos primeiros dois meses de 1917, as greves políticas compreendiam seis vezes mais operários do que as greves económicas. A Rússia voltava a ser o maior centro europeu e mundial da luta e do activismo operário, da luta de classes. A maior tormenta revolucionária da era do capitalismo anunciava-se no horizonte da Ásia, da Europa, do mundo.⁽³⁴⁾

Essa tormenta foi a Revolução Russa, sem a qual não é possível compreender o século XX. Em janeiro de 1917, Lenine declarou: “Nós, os mais velhos, talvez não cheguemos a ver as batalhas decisivas da futura revolução.”⁽³⁵⁾ No dia 18 de fevereiro, dois meses depois, os operários da mais importante metalúrgica de Petrogrado – a cidade de Pedro, o Grande – entram em greve, que uma semana depois já se transformaria numa greve geral. Como no Domingo Sangrento da Revolução de 1905 – o “ensaio geral” –, o czar deu ordens para atirar sobre os manifestantes, mas as tropas recusaram-se e, pelo contrário, juntaram-se aos manifestantes. A “Rússia vê-se numa situação de dualidade de poderes: o Governo Provisório, saído da Duma do Império, e os comités

(33) Angelo d’Orsi. *1917: o ano que mudou o mundo*. Lisboa: Bertrand, 2017, p. 103.

(34) Osvaldo Coggiola. Op. cit., p. 836.

(35) Vladimir Lenin. Informe sobre a Revolução de 1905 apud ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989, p. 121.

de operários e soldados (soviets) que se formaram durante as greves e a abortada repressão”.⁽³⁶⁾

Um processo revolucionário tem como característica essencial a entrada das massas na cena histórica; e tal entrada não se faz por um “plano preestabelecido de transformação social, mas com o amargo sentimento de não lhes ser mais possível tolerar o antigo regime”.⁽³⁷⁾ As classes entram em luta, e a explicação da dinâmica revolucionária está na forma como muda a consciência das massas, “as rápidas e intensas e apaixonadas mudanças psicológicas das classes constituídas antes da revolução”.⁽³⁸⁾

Como é que o proletariado chegou ao poder num país atrasado? Tentando responder a isso, Trotsky expõe a sua *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*,⁽³⁹⁾ central em toda a sua obra e que vai ser uma das mais importantes influências na *teoria do sistema mundo*, de Immanuel Wallerstein.⁽⁴⁰⁾ Os países atrasados “assimilam as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados” e saltam etapas. O capitalismo, que “realizou a universalidade do desenvolvimento da humanidade”, exclui a repetição das formas de desenvolvimento nos países atrasados. Essa teoria permite compreender porque é justamente na Rússia atrasada que se forma o primeiro Estado operário da humanidade, saltando a etapa democrática, dirigida pela burguesia:

[...] o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exactamente, força-o a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil [...].⁽⁴¹⁾

(36) Roger Garaudy. *Lembra-te!: breve história da URSS*. Porto: Campo das Letras, 1995, p. 15.

(37) Leon Trotsky. Op. cit., p. 16. É assim que o futuro líder do Exército Vermelho define uma revolução. A obra mais importante da historiografia da Revolução Russa é sem dúvida essa, escrita pelo seu dirigente, Leon Trotsky. Banida de tantas universidades por ser considerada “política”, ela figura como central ainda hoje nos grandes cursos de História das mais importantes faculdades dos países centrais, a começar pelos EUA.

(38) Leon Trotsky. Op. cit., p. 16.

(39) Sobre essa teoria, ver: Álvaro Bianchi. O primado da política: revolução permanente e transição. *Outubro*, n. 5, p. 101-115; e George Novack. *O marxismo e o desenvolvimento na natureza e na sociedade*. Porto: Ediciones Pluma, 1974.

(40) Para além da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, a teoria do sistema mundo de Wallerstein vai ser determinada pela teoria da dependência (de, por exemplo, A. Gunder Frank) e por Braudel.

(41) Leon Trotsky. Op. cit., p. 24.

Mas esse privilégio, assinala Trotsky, é limitado pelas condições económicas e culturais do país. O historiador norte-americano George Novack, numa sistematização sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, afirma que o “grande atraso que havia fortalecido a revolução e impulsionado as massas russas para a cabeça do resto do mundo transformou-se então no ponto de arranque da reação política e da contrarrevolução burocrática”.⁽⁴²⁾ Ou seja, na ascensão do estalinismo.

Apesar do esforço da historiografia liberal para equiparar Lenine a Estaline, o argumento não passa na prova dos factos – Lenine tem como último combate da sua vida uma luta política de um ano para tentar afastar Estaline do poder.⁽⁴³⁾ Mas hoje é um facto que o atraso da Rússia, sem a concomitante revolução alemã, a fez sucumbir nos anos 1930 a um *Terminator* – uma contrarrevolução – que tem o seu ápice nos processos de Moscovo e na impossibilidade de a URSS ter contribuído para impedir a Segunda Guerra Mundial através da expansão da revolução à Alemanha, Espanha e França nos anos 1920 e 1930.

Mas retornemos ao “salto da flecha para o fuzil”: em 1914, as empresas com mais de mil operários ocupavam 17,8% da totalidade dos operários nos EUA e 41,4% na Rússia (cifra que aumentava a nível local, sendo 44,4% das empresas de Petrogrado e 57,3% daquelas de Moscovo).⁽⁴⁴⁾ Esse operariado, altamente concentrado, vem do campo de forma brusca, rompendo violentamente com o que existia antes – sem passar por uma fase de paulatinas transformações, como na Inglaterra ou na França, os dois países que inauguraram as revoluções burguesas e iniciaram a modernização económica capitalista, *pari passu* com a paulatina democratização do Estado.

A Rússia tinha o mais atrasado dos regimes políticos. Nas vésperas da sua queda, oráculos, mágicos, místicos e santos rodeavam o czar e a czarina – o mais famoso deles, Rasputin, um charlatão que ganharia estatuto de conselheiro de Estado até ser assassinado em 1916. Na turbulência da guerra e da revolução que o derrubou, Nicolau II tomava chá, passeava a pé, andava a cavalo, remava no lago... No seu diário, em vésperas da abertura da Duma, pode ler-se: “Passei. Vestindo blusa fina. Recomecei a remar. Tomei chá na varanda.” Meses depois, quando da dissolução do mesmo órgão, os comentários não diferem: “9 de julho. Domingo. O assunto está liquidado! A Duma foi

(42) George Novack. Op. cit., p. 37.

(43) Moshe Lewin. *Le dernier combat de Lénine*. Paris: Syllepse, 2015.

(44) Leon Trotsky. Op. cit., p. 29.

hoje dissolvida. Ao almoço, após a missa, notavam-se várias fisionomias abatidas. Belo tempo. Durante o passeio encontramos o tio Misha [...] Trabalhei tranquilamente toda a tarde até à hora de jantar. Passeei de bote.”⁽⁴⁵⁾ Por parte da czarina, a política parece ser menos festiva. São dela frases como: “A Rússia gosta de ser acariciada com chicote – está na natureza desta gente!”⁽⁴⁶⁾

A guerra teve inicialmente um papel de retardar a revolução, mas num momento seguinte ela fortaleceu os elementos revolucionários. Entre 1903 e 1917, o número de grevistas políticos variava entre 4 mil em 1910 e 600 mil em 1906, com dois grandes picos de 1,843 milhão em 1905 (ano da revolução) e 1,059 milhão em 1914. Os operários lançaram-se na greve e, entre estes e os soldados, começou a existir confiança mútua no meio das lutas. A direção bolchevique andava ainda a “reboque” dos acontecimentos – e assim se manteria até abril de 1917. Na primeira semana de abril, desertaram 8 mil soldados das frentes norte e oeste, na sua maioria mujiques que queriam terra para viver nela antes de perecerem na frente de guerra. A força propulsora do processo são os soviets. O czar abdica e forma-se um Governo Provisório chefiado pelo príncipe Lvov.

Porém, uma coisa é formar um governo, outra, é que ele seja respeitado. Na Rússia havia a memória e o saber da organização de comitês ou conselhos (os soviets) de 1905. O soviete de Petrogrado tinha sido particularmente importante, porque os seus líderes tinham participado no Comitê de Indústrias de Guerra. O soviete de Petrogrado, depois da revolução democrática de fevereiro, torna-se um parlamento real, de base, no qual se debate política toda a noite e se recebem delegações de toda a Rússia. Quando se reúne o Congresso dos Soviets de toda a Rússia em abril de 1917, havia delegados de 138 soviets locais, 7 do Exército, e 26 das unidades de guerra da frente.⁽⁴⁷⁾ Nesse período multiplicam-se os soviets. As bases são mais radicais que os próprios bolcheviques, exigindo, a partir do bairro de Vyborg, a saída da burguesia liberal do Governo Provisório. Vive-se uma situação de dualidade de poderes. A *dualidade de poderes* é “uma situação na qual a classe destinada a implantar um novo sistema social [...] concentra [...] uma parte importante do poder do Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece nas mãos dos

(45) Leon Trotsky. Op. cit., p. 64.

(46) Leon Trotsky. Op. cit., p. 68.

(47) William Henry Chamberlain. *The Russian Revolution*. New York: 1935, p. 112. v. 1 apud Robert O. Paxton. Op. cit., p. 131.

antigos possuidores”.⁽⁴⁸⁾ Esse fracionamento do poder tem um limite temporal que prenuncia a guerra civil ou a derrota revolucionária.

Charles Tilly, lembrando a dificuldade que todos os processos revolucionários levantam a respeito da teorização de uma definição comum a esses momentos de transformação social e da variabilidade de factores que caracterizam uma situação revolucionária, optou por utilizar como elemento central definidor das revoluções a existência de duplo poder.⁽⁴⁹⁾ Trotsky, no seu já mencionado estudo sobre a Revolução Russa, destacou três elementos que caracterizam uma situação como revolucionária: a entrada em cena de milhões de trabalhadores mobilizados, atração dos setores intermédios da sociedade pelas organizações e métodos de luta das classes trabalhadoras e uma crise nacional (mais tarde, Trotsky acrescentará a essa definição a existência de um partido revolucionário). Em suma, uma situação revolucionária seria um processo político caracterizado pela entrada em cena de vastos setores da população (trabalhadores e classes médias) que altera a relação de forças entre classes sociais, num quadro de crise (decadência) nacional.

Valério Arcary, na sua investigação sobre as revoluções do século XX, propõe a distinção de dois tipos de revoluções, as revoluções políticas e as revoluções sociais. Nas primeiras, muda o poder político; nas segundas, o poder económico muda de mãos, ou seja, coloca-se em questão a propriedade privada. Por analogia à Revolução Russa, classifica essas revoluções políticas de “revoluções de fevereiro”; e as sociais, de “revoluções de outubro”. De acordo com esse critério, a maioria das revoluções do século XX – o século da história da humanidade em que houve mais revoluções – são políticas, objetivamente anticapitalistas, mas subjetivamente não, porque estacionaram na fase de “fevereiro”, ou seja, não puserem em causa a propriedade privada dos meios de produção, pela fragilidade das suas direções políticas.⁽⁵⁰⁾

Lenine voltou à Rússia no início de abril de 1917. Contra a vontade das bases do partido, mais jovens e operárias, os dirigentes, sobretudo Kamenev e Estaline, continuavam a não pôr em causa o Governo Provisório. Lenine apresentou o documento que ficou conhecido como as *Teses de Abril*, que se opunha ao governo e à guerra. Mas as *Teses* iam mais longe. A revolução não se resumia às tarefas democráticas. A 4 de abril, Lenine dirigiu-se ao

(48) Leon Trotsky. *História da Revolução Russa*, op. cit., p. 185.

(49) Charles Tilly. *Las revoluciones europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995, p. 26-27.

(50) Valério Arcary. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 98.

Congresso do partido bolchevique. Na sequência das *Teses de Abril*, Lenine foi tratado pelos dirigentes bolcheviques, pelo Governo Provisório e pelo *Pravda* como um dirigente “desorientado”, que estava há muito tempo fora da Rússia e que não compreendia que não era possível ir além da revolução democrática. Mas Lenine, apoiado sobretudo no setor mais jovem, acabou por ganhar o partido para a sua política no fim de abril, na conferência realizada em Petrogrado entre os dias 24 e 29. De abril a julho, o partido bolchevique cresceu com a radicalização da revolução: em Petrogrado, em junho, contava com 15 mil membros.

No dia 2 de julho de 1917, começaram várias manifestações espontâneas em Petrogrado, que nos dias 3 e 4 de julho chegaram a reunir mais de 500 mil soldados e operários. O partido bolchevique defendia que era cedo demais para uma insurreição. O problema não era tanto o de tomar o poder, mas o de ter força social para conservá-lo. As manifestações daqueles primeiros dias de julho foram derrotadas; a elas seguiram-se uma série de medidas repressivas sobre os operários e soldados e sobre o partido bolchevique, que, embora inicialmente contra as manifestações, acabou por encabeçá-las. A redação do *Pravda* foi destruída; Lenine, caluniado como agente alemão, foi obrigado a viver na clandestinidade; e o próprio Trotsky, que formalmente ainda não era do partido bolchevique, foi preso. Apesar da derrota, o partido não perdeu quadros e acabou por se fortalecer.

Das Jornadas de Julho à insurreição de Outubro decorreram quase quatro meses. Muito pouco tempo na história, se não estivéssemos a falar de uma revolução. Porque, num processo revolucionário, quatro meses é muito. Foi o tempo de a burguesia preparar a sua última tentativa de sustentar o processo revolucionário, dirigindo um golpe que teve à frente o general Kornilov, mas que foi derrotado pelos operários e soldados. Novamente, o partido bolchevique saiu reforçado dessa luta. Os socialistas-revolucionários e os mencheviques foram perdendo terreno. Tentaram canalizar a revolução para um pré-parlamento. O partido bolchevique chegou a aprovar a participação nesse pré-parlamento, mas, sob pressão de Trotsky, Lenine, Sverdlov e do próprio Estaline, recuou e recusou-se a participar. À altura, o partido bolchevique tinha mais de 170 mil membros; só em Petrogrado, havia mais de 40 mil membros.

A guerra camponesa contra os proprietários, em setembro e outubro, radicalizou-se. As condições para a insurreição estavam reunidas: os camponeses tinham perdido a confiança nos socialistas-revolucionários – que, no momento da confiscação de terras aos nobres, tinham recuado, tentando

restringir o movimento camponês – e os bolcheviques eram majoritários nos soviets. Há diferenças políticas dentro do próprio partido bolchevique: Kamenev e Zinoviev opõem-se à insurreição; Lenine apela para que a insurreição seja “agora”; dão-se os preparativos militares da insurreição. Poucos dias depois, dá-se a tomada do poder liderada pelos bolcheviques.

A tomada do poder ficou simbolizada pela tomada do Palácio de Inverno, um lugar central, junto ao rio Neva, em Petrogrado. Do outro lado do rio, está a Fortaleza de Pedro e Paulo. No semicírculo que hoje serve de entrada a milhões de turistas para visitar o Museu Hermitage, alojado nesse sumptuoso palácio, morreram, em 1905, mais de cinquenta trabalhadores metralhados pelas tropas do czar no dia que ficou conhecido como Domingo Sangrento. Também uma bomba tinha explodido ali, desta vez num atentado levado a cabo por um marceneiro, em 1881. Em 1879, nesse mesmo local, o estudante Soloviev disparou contra o czar Alexandre II. No ano de 1917, estava ali Kerensky, quando, na madrugada do dia 25 de outubro, foi derrubado.

A fábula da teoria do golpe de Estado num processo determinado pelas massas, o mais determinado pelas massas que a história conheceu,⁽⁵¹⁾ não se sustenta. Poucos dias antes da tomada de poder, Kerensky reconheceu que “o povo russo – disse com amargura – sofre de esgotamento e também de desilusão no que diz respeito aos Aliados. O Mundo pensa que a revolução atingiu o seu fim. Não acreditem nisso: a Revolução Russa mal começou [...]”.⁽⁵²⁾ Conforme sublinhou Trotsky, “assim como a guerra, ninguém faz uma revolução de boa vontade. A diferença consiste em que, numa guerra, o papel decisivo é o da coação; numa revolução não há coação. A não ser a das circunstâncias”.⁽⁵³⁾

A Revolução Russa “deu tudo de si”

Trotsky apontou que a Revolução Russa “deu tudo de si”: “Durante pouco mais de cinco anos, emergiram na França revolucionária figuras políticas de projeção histórica e alcance mundial que, noutras épocas, o mundo todo teria demorado um século ou mais para produzir. Só a Revolução Russa, entre 1917 e 1923, conseguiu um feito semelhante (mas sem igualá-lo). A Revolução deu tudo de si, nas condições históricas em que aconteceu.”⁽⁵⁴⁾

(51) Leon Trotsky. Op. cit., p. 931.

(52) John Reed. *Dez dias que abalaram o mundo*. Lisboa: Europa-América, 1976, p. 48.

(53) Leon Trotsky. Op. cit., p. 842.

(54) Osvaldo Coggiola. Op. cit., p. 295-296.

Paz, Pão, Terra – o decreto da paz, mesmo perdendo a Rússia vastas áreas de território; a terra para os camponeses; o decreto sobre o controle operário e a expropriação/nacionalização da banca e do setor financeiro. Pela ação direta, os trabalhadores conquistaram oito horas de trabalho, demitiram gestores ligados ao czarismo e à polícia secreta (Okhrana), subiram os salários e controlaram a produção.⁽⁵⁵⁾

Nenhum dos trabalhos que utilizou os arquivos da URSS abertos depois da queda do muro, em 1989/1990, sustenta a visão liberal, que iguala o período da revolução ao estalinismo: “Foi a confiança dos trabalhadores e o seu envolvimento nos locais de trabalho que deu ao regime de fábrica um grau essencial de legitimidade” e os fez aderir em massa ao partido bolchevique – os mesmos trabalhadores que, depois de 1928, desertaram dele. O Código da Terra e da Família, apesar da pobreza extrema, ampliava como nunca os direitos das mulheres; a união livre, o fim da perseguição aos homossexuais, o cuidado das crianças socializado com creches, as lavandarias públicas, a proteção às mães solteiras, o direito ao aborto.⁽⁵⁶⁾

Na disputa que se seguiu à revolução, podemos dizer que, ao talento de Leon Trotsky como chefe militar – que, a bordo de um comboio blindado, chefiou um exército exaurido da Primeira Grande Guerra e derrotou catorze exércitos invasores, as “tropas brancas” – juntavam-se factores objetivos: os brancos não realizaram a reforma agrária nos territórios sob a sua alçada e não colocaram em causa a hierarquia do clero e dos velhos generais – tinham, portanto, escasso apoio entre os camponeses que apoiavam os bolcheviques.

Porquê a revolução social mais importante da história da humanidade, a que mais direitos conquistou, dentro e fora da Rússia, terminou no sangrento banho de sangue da coletivização forçada dos anos 1930, nos processos de Moscovo e na aniquilação física do Comité Central do partido bolchevique e na emergência à escala de centenas de milhares em trabalho forçado na URSS?

Os estudos de Charles Tilly deram muita importância à relação entre as revoluções e os factores macroestruturais. Esse autor defende que a compreensão das causas e do desfecho das revoluções não deve ser isolada “da posição (do país) no sistema de relações entre Estados”.⁽⁵⁷⁾ O isolamento da Revolução Russa, a solidariedade dos países capitalistas ao coordenarem uma

(55) Kevin Murphy. *Revolution and counterrevolution: class struggle in a Moscow metal factory*. Leiden: Berhahn, 2005.

(56) Wendy Goldman. *Mulher, Estado e revolução*, op. cit.

(57) Charles Tilly. Op. cit., p. 26-23.

invasão comum da Rússia e, sobretudo, a derrota da revolução alemã levaram à criação de um monstro – o burocratismo, encarnado na figura de Estaline. Nessa nova situação, nem o passado estava a salvo. Todas as obras de história da Revolução Russa escritas antes de 1937 foram retiradas de circulação, e o simples facto de serem lidas ou de as ter em casa era punível pela lei.⁽⁵⁸⁾

Lenine disse, em vários discursos sobre a Revolução Russa de 1917, que ele próprio liderou: “É um grande infortúnio que a honra de começar a primeira revolução socialista tenha cabido ao povo mais atrasado da Europa.”⁽⁵⁹⁾ Na viragem do século XIX para o século XX, a Rússia camponesa produzia quase um terço a menos que a agricultura alemã e quase um quarto a menos que a agricultura inglesa.⁽⁶⁰⁾ Escrevendo sobre a guerra civil, um dos dirigentes da Internacional Comunista, Victor Serge, recorda que não eram os catorze exércitos estrangeiros que mais os desmoralizavam, mas o “tifo e a fome”.⁽⁶¹⁾

Considerações finais

O capitalismo permitiu, ao derrubar as barreiras do sistema fechado feudal ou semifeudal, introduzir a concorrência, o mercado interno, o trabalho assalariado, impulsionando o maior salto de desenvolvimento das forças produtivas da história da humanidade. Porém, nos finais do século XIX, a primeira grande depressão – 1870 – dava já sinais de que o seu motor estava defeituoso: “Ao deixar patente a existência de um excedente absoluto de capital sem condições objetivas de realimentar o circuito de valorização, a queima de riqueza torna-se um imperativo do metabolismo do capital”,⁽⁶²⁾ ou seja, a guerra e a barbárie. Assim, a produção para a destruição foi o principal e o mais catastrófico facto do século XX – duas guerras mundiais mataram 70 a 80 milhões de pessoas, num processo político violento de “liquidação de valor”, no qual a “destruição de riqueza se impõe como o único meio de restaurar as condições para a retoma do processo de acumulação”.⁽⁶³⁾

Como nos recorda o historiador Chris Harman, o imperialismo não é só uma etapa da história em que há disputa das colónias, é também “um sistema

(58) Victor Serge. *O Ano I da Revolução Russa*. Lisboa: Edições Delfos, 1975, p. 15.

(59) Rosa Luxemburgo. *Textos escolhidos*, op. cit., v. 2, p. 17.

(60) Robert O. Paxton. Op. cit., p. 11.

(61) Victor Serge. *Ofício de revolucionário*. Lisboa: Moraes Editora, p. 108.

(62) Osvaldo Coggiola, *As grandes depressões*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 10-11.

(63) Ibid.

cuja lógica foi a total militarização e a guerra total, apesar da devastação social que isso provocou”.⁽⁶⁴⁾ A contemporaneidade será ainda marcada por duas grandes depressões: 1929, quando o capitalismo mundial sucumbiu e foi procurar salvação na Segunda Guerra Mundial; e 2008, quando a ampliação do Estado salvou os maiores bancos e indústrias dos principais países do mundo, incluindo EUA, Inglaterra, Alemanha e França.⁽⁶⁵⁾

Essa característica económica do modo de acumulação no século XX vai se dar *pari passu* com as revoluções democráticas e sociais. O século XX foi o século mais revolucionário de toda a história da humanidade: revolução russa de 1905; revolução republicana de Portugal em 1910; revolução no México de 1910; revolução irlandesa de 1916; revolução russa de 1917; triénio bolchevique na Espanha, 1917-1920; *Biénio Rosso* na Itália, 1919-1920; revolução húngara de 1919; revoluções alemãs de 1919 e 1923; revolução austríaca de 1934; revolução espanhola de 1934-1936; na Indonésia em 1946-1949; revolução chinesa de 1949; revolução boliviana de 1952; insurreição na Alemanha Oriental em 1953; revolução húngara de 1956; revolução cubana de 1959; todas as revoluções anticoloniais, sendo a mais importante a do Vietname; o Maio de 68; a Primavera de Praga de 1968; o Outono Quente de 1969, na Itália; revolução portuguesa de 1974; revolução na Nicarágua em 1979; revolução iraniana de 1979...

O século XX é o século da luta de classes, do maior número de revoluções de toda a história da humanidade, tal como Karl Marx tinha previsto no panfleto que escreveu com Friedrich Engels para a fundação da Internacional, *O Manifesto do Partido Comunista*.⁽⁶⁶⁾ Nunca um século assistiu a tantas revoluções, democráticas e sociais, como o século XX. O século XX teve mais “fevereiros” – revoluções que mudaram os regimes políticos – do que “outubros” – revoluções que deslocaram o controlo do Estado burguês”.⁽⁶⁷⁾ Houve muitas crises revolucionárias depois dos “fevereiros”, que tiveram uma dimensão semelhante ao Outubro russo, com divisão no seio das forças armadas, dualidade de poderes com criação de conselhos de trabalhadores, ocupação de fábricas e expropriações – mas, na maioria dos casos, os trabalhadores não tomaram o poder. E, nos países em que tomaram, a luta de classes

(64) Chris Harman. Op. cit., p. 409.

(65) Michael Roberts. *The Long Depression*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

(66) Karl Marx; Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Coimbra: Nosso Tempo, 1974.

(67) Valério Arcary. Op. cit., p. 104.

retrocedeu e deu lugar a novas formas de hierarquização, ou, em casos isolados, à escassez incompatível com o socialismo, como foi o exemplo de Cuba.

Uma síntese do historiador Valério Arcary ajuda-nos com as seguintes hipóteses: em primeiro lugar,

[...] os processos revolucionários que triunfaram e foram até à expropriação (Jugoslávia, Albânia, China, Coreia, Vietname, Cuba), contrariaram três prognósticos do marxismo clássico: 1) o proletariado não foi o sujeito social dirigente, predominaram as revoluções agrárias, com forte protagonismo camponês; 2) a auto-organização plural ou a democracia direta não existiram, predominou a forma de duplo poder territorial, através de exércitos revolucionários ou guerrilhas militarmente centralizadas, e depois da conquista do poder, uma evolução uniforme no sentido de regimes ditatoriais de partido único; 3) a estratégia internacionalista não teve maior importância; ao contrário, predominou um intenso nacionalismo, com exceção da revolução cubana nos seus primeiros anos.⁽⁶⁸⁾

Mas as revoluções, prossegue o autor, são determinantes para explicar as reformas:

Somente quando estiveram ameaçados seriamente pelo perigo revolucionário – como pela Comuna de Paris e pelas duas vagas revolucionárias que se seguiram à Revolução de Outubro na Rússia – os capitalistas aceitaram fazer concessões [...] O projeto histórico de reforma do capitalismo tem fracassado repetidas e incontáveis vezes.⁽⁶⁹⁾

Essa afirmação é particularmente brutal hoje, quando 1% da população tem a mesma riqueza dos restantes 99%.⁽⁷⁰⁾ A Revolução Russa sucumbiu ao *Termidor* estalinista, mas não se pode misturar revolução – até 1927 – com contrarrevolução, daí em diante. Estava tudo em aberto nos anos 20 da Europa do século XX: os germes da ditadura que se consolidou, a restauração do capitalismo que lhe seguiu, mas também a semente de uma sociedade igualitária e livre – e essa semente ainda está por germinar.

(68) Ibid., p. 98.

(69) Idem. *O encontro da revolução com a História*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 296.

(70) Reuben, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. *BBC News*, 18 jan. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>. Acedido em: 29 jul. 2017.

GONÇALVES CORREIA, A REVOLUÇÃO ATRAVÉS DE UM ANARQUISTA ALENTEJANO SINGULAR*

João Carlos Louçã*

Graças à luta dos parisienses, a batalha da classe operária contra a classe e o Estado capitalistas entrou num nova fase. O que quer que aconteça, é a conquista de um novo ponto de partida de uma importância histórica universal.

Karl Marx ⁽¹⁾

A revolução é a minha namorada. Eu quero-a. Eu hei-de segui-la.

António Gonçalves Correia ⁽²⁾

Reza a lenda que Lenine dançou na neve do Kremlin ao 73.º dia em que sobrevivia o governo soviético e com ele a revolução. Nesse passo de dança estaria a evocação da Comuna de Paris, violentamente terminada nesse intervalo de tempo e que marcou a experiência revolucionária europeia da geração anterior. Lenine devia saber que ultrapassar o tempo da primavera dos *communards* na Paris libertada era uma prova que ultrapassava as experiências revolucionárias anteriores e que projectava a revolução de outubro para o futuro. Desse momento para a frente, nenhuma outra experiência de revolução proletária tinha aguentado tanto tempo como a soviética. Não podia saber o líder bolchevique que o sistema político instaurado por essa revolução duraria e marcaria todo o século XX. Mas esse outro momento da

* Uma primeira versão deste texto foi publicado pela revista *Em Debate*, da Universidade Federal de Santa Catarina. Rev. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 9, p. 90-111, jan-jun, 2013.

** Doutorando em Antropologia, bolseiro da Fundação para Ciência e Tecnologia, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

(1) Carta a Kugelmann, 17 abril 1971 in *Inventer l'inconnu. Textes et correspondance autour de la Commune*. Paris. La fabrique éditions. 2008, p. 256.

(2) “Carta a um advogado”, incluído em *Gonçalves Correia a utopia de um cidadão*, Exposição Biblioteca Municipal de Beja José Saramago, Org. Francisca Bicho.

evocação, projeto interrompido pela brutalidade reacionária, escancarou a porta das possibilidades e nesses 72 dias enfrentou os destinos traçados dos lugares de classe e das relações sociais marcadas por quem tem (dinheiro, terra, propriedades, poder) e quem não tem coisa nenhuma para além da sua força de trabalho. Em 1917, a sua existência fugaz marcava ainda a medida do tempo do projeto revolucionário. Junto ao corpo embalsamado de Lenine foram depositadas faixas com as palavras dessa Comuna trazidas por quem, em Paris, sobreviveu ao massacre final da sua existência a 28 de maio. No muro dos *communards*, no cemitério de Paris, não tinham sido só fuzilados os últimos resistentes da Comuna, ali tinha sobrevivido o lugar simbólico da classe que tinha ousado o assalto aos céus e que uma Primavera foi bastante para separar a Igreja do Estado, para acabar com o exército regular, pagar os funerais e pensões às viúvas dos mortos em combate, dar cidadania a todos os estrangeiros, submeter os funcionários públicos (inclusive os cargos de representação política) à revogação das suas funções a qualquer momento, estabelecer salários iguais para homens e mulheres. A Revolução Russa de outubro/novembro de 1917 retomou estas aspirações, abrindo um período de esperança e contágio para as classes subalternas de toda a Europa.

E apesar de não se terem cumprido com sucesso as inúmeras sublevações, revoltas e revoluções que, num primeiro tempo, os dirigentes soviéticos aguardavam, no final da Grande Guerra, esse contágio torna-se evidente e há um surto grevista que tem a particularidade de colocar a questão do poder e da alteração de regime. A alternativa ao modo de produção capitalista era já visível na Rússia e a revolução estava na ordem do dia em muitos dos países europeus. Na Finlândia e Países Baixos em 1918, a revolução de novembro na Alemanha em 1918/19, as Repúblicas Soviéticas da Baviera, da Hungria e da Eslováquia em 1919, o Triénio Bolchevique Andaluz entre 1918 e 1920 são exemplos desse surto emancipatório que varria a Europa e colocava na ordem do dia a tomada do poder pelas classes trabalhadoras⁽³⁾. Em agosto de 1920, em Turim, a federação da indústrias metalúrgicas entra numa greve de duração indeterminada. As fábricas são ocupadas e os trabalhadores formam milícias armadas para defender a greve e o controlo operário que pretendem assegurar. Em muitos casos, mantêm as fábricas em funcionamento na expectativa de que o movimento grevista desse origem a um processo revolucionário que pudesse dispensar os capitalistas e alastrar ao resto do país.

(3) José Manuel Lopes Cordeiro, “A recepção da revolução de Outubro em Portugal” in *A Revolução Russa 100 anos Depois*. Lisboa. Edições Parsifal, 2017.

Na Alemanha, uma greve geral, em março do mesmo ano, barra o caminho ao fascismo ascendente numa situação revolucionária que é derrotada pela social-democracia. No Ruhr é fundada uma comuna operária, sem a força suficiente para evitar a derrota. Na Suíça e em França, movimentos grevistas colocam reivindicações sobre horários de trabalho, salário, condições de trabalho e de descanso, participação operária na gestão, assegurando conquistas fundamentais. Uma vaga de greves e esperança revolucionária despontava e parecia querer seguir o exemplo da revolução soviética. O ideal comunista ao alcance da vontade e a possibilidade de, finalmente, um poder proletário que garantisse que o Estado era um anacronismo para terminar. A guerra que prolongou o século XIX até ao final da segunda década do século XX terminaria com a instauração da nova sociedade comunista. A guerra civil que a revolução soviética travava nesse instante era já uma guerra entre classes, com os imperialismos a defender os seus interesses contra uma revolução que triunfava.

Portugal, na turbulência da 1ª República, não escapou à vaga grevista ou ao impacto da revolução de 1917. Nesses primeiros anos do século que começava a contar os mortos da Grande Guerra e da pneumónica, trabalhadores e trabalhadoras, do campo e das indústrias, usaram a greve como arma de luta por melhores condições de vida. A Comuna de Paris, com o seu ideal de República Universal, assim como a revolução soviética, foram inspirações fundamentais para esses momentos de luta e de autorganização.

António Gonçalves Correia, que nasceu quinze anos após o triunfo de Versalhes sobre a Comuna (e no mesmo ano em que Eliseu Réclus, um destacado dirigente da Comuna de Paris, veio a Portugal em missão organizativa), contemporâneo da guerra de 1914/18, da revolução russa e da esperança por ela aberta, que viveu a primeira metade do século XX e das suas ilusões abruptamente interrompidas por Salazar, foi uma dessas personagens cuja vida permite entender as circunstâncias em que as pessoas fazem a sua própria história.

Há temas que a modernidade aparente parece ter feito entrar para lugares de visibilidade e debate social. Há recentes movimentos sociais que parecem ocupar o espaço dos anteriores, há preocupações que mobilizam pessoas e grupos e que aparentam ser novíssimos resultados do século XXI. Mas esta percepção pode revelar-se errada quando lhe procuramos os antecedentes e quando olhamos a história do movimento operário e encontramos afinal exemplos da sua afirmação nos momentos que implicaram as vidas de homens e de mulheres de outros tempos.

Assim foi em Portugal na viragem do século anterior, na agonia da monarquia terminada a 5 de outubro de 1910 – ao mesmo tempo que o *Orpheu* se publicava e o movimento modernista juntava, entre outros, Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros, Bordalo Pinheiro e ainda António Ferro. Portugal fundiário nas mãos de uma aristocracia decadente; Portugal de reduzidos focos de industrialização e falho daquilo que se considera genericamente sinal de modernidade; Portugal titubeante sem visível projecto de modernização do capitalismo que correspondesse a uma classe suficientemente forte para o protagonizar; Portugal periférico na Europa e dependente das relações externas, em particular de Inglaterra, na economia, na política e na moral; Portugal com uma enorme massa de explorados, proletários dos campos mais do que das cidades, que apesar de todas as probabilidades, se erguiam nas formas de organização e de apreensão do mundo, no esforço de alfabetização e de educação, na capacidade de luta. Nesse Portugal podemos encontrar causas que, afinal, não surgiram agora e que fazem parte do património de luta e da consciência crítica da emancipação proletária.

No projecto inacabado de Raul Brandão de retratar a humildade do povo português no livro *Os Operários*, o repórter/escritor parecia querer organizar este seu contributo de análise da classe operária portuguesa e das suas realidades através das pessoas que entrevistou e que representavam as organizações de classe que nesses anos de 1922/23 exerciam influência no movimento operário e popular do país. Antes mesmo das suas notas sobre os taneiros, trapeiros, caldeiros ou os trabalhadores dos fornos de cal⁽⁴⁾, Raúl Brandão entrevista sindicalistas, dirigentes políticos, pessoas com papéis relevantes nos movimentos que representavam as várias correntes que, à época, partilhavam influência e capacidade de organizar as classes trabalhadoras de um país atrasado e dilacerado pelas guerras internas da 1ª República, pela participação desastrosa na guerra mundial, pela pneumónica e pela pobreza. Através destas entrevistas, Raúl Brandão dá-nos um panorama dos debates internos entre a organização comunista nascente, o anarco-sindicalismo dominante na organização dos trabalhadores, os socialistas a quem o peso político em muitos dos momentos da 1ª República estava longe de corresponder a uma presença significativa e capacidade de organização

(4) O projeto de Raul Brandão tinha como título genérico “A Vida Humilde do Povo Português” e era composto por quatro textos diferentes: “Os Pescadores”, “Os Lavradores”, “Os Pastores” e “Os Operários”. Só este último foi publicado em 1984, depois de um trabalho de recuperação a partir dos manuscritos do autor feito por Túlio Ramires Ferro, que organizou e comentou a edição aqui utilizada.

das massas trabalhadoras. Entre estes entrevistados está António Gonçalves Correia, anarquista tolstoiano, cujas ideias e palavras registadas por Brandão têm a capacidade e força de nos remeter para o presente. Visionário capaz de antecipar debates do futuro? Homem à frente do seu tempo ou elemento integrante de uma corrente particular que foi primeiro vencida e depois esquecida pelos ventos do século XX? Exemplo de exceção ou exemplo de um protagonista singular no contexto português, que corresponde a uma linha de pensamento integrante da esquerda mundial e dos projetos de emancipação que atravessaram o século XIX, o XX e que são ainda capazes de atormentar tanta gente e de dar esperança a muita mais?

Nenhuma resposta é fácil nem óbvia, nenhum caminho está isento de contradições e de lapsos, nenhuma investigação pode responder de forma absoluta e afirmar que a histórica é mais do que um exercício de recolha de dados, interpretação e crítica. A verdade dos factos não nos esclarece sobre as intenções das pessoas em retrospectiva e a sua seleção, de que faz parte a actividade do historiador, deixa de fora os elementos considerados não relevantes numa escolha legítima, mas sempre orientada subjetivamente. Na subjetividade destas escolhas reside a força das interpretações que podem sustentar as teorias que olham o presente e a vida das sociedades nos seus percursos. Na actividade crítica dos conhecimentos adquiridos podemos encontrar fragmentos que completem o mosaico da história do movimento operário português, das mulheres e homens que o protagonizaram (na maior parte das vezes sem a história ficar sequer com o registo do seu nome), das suas aspirações e desejos mais profundos, das suas lutas diárias e das extraordinárias realizações de que foram capazes.

Um rebelde consciente

Quem frequentou as ruas de Beja no início dos anos 60 lembra-se dele: “velho de barbas e cabelos compridos na sua bicicleta” (Bicho, 2012). Era daquelas figuras das cidades capazes de surpreenderem por parecerem não fazer parte do contexto, por se diferenciarem das restantes pessoas nas atitudes e naquilo que diziam, na forma como vestiam e nas relações que criavam. Já velho na época, Gonçalves Correia tinha passado pelas prisões da polícia política do Estado, tinha visto os sonhos da sua vida destruídos, tinha acalentado projetos fracassados e vivia em pleno regime onde a liberdade era vigiada, a organização dos trabalhadores reprimida e o autoritarismo reinava. O militante anarquista – conta quem se lembra de o ver – comprava pássaros nas feiras do Alentejo

para depois os devolver à liberdade para gáudio das crianças que o acompanhavam delirantes neste jogo em que gritava entusiásticos vivas à liberdade. Vem a morrer em 2 de dezembro de 1967, numa casa de saúde de Carnaxide, na região de Lisboa, vítima de derrame cerebral. O *Diário do Alentejo* de 27 de dezembro desse ano assinala que a sua morte teve um profundo impacto na população da cidade de Beja. Realçava ainda o mesmo jornal a propósito do falecido ser este um homem de inteligência e cultura, ideias generosas a que se manteve sempre fiel. (Franco, 2000). Mais explícito e usando menos dos eufemismos que na época procuravam afastar a censura, em artigo de opinião no mesmo jornal o advogado António Batista Candeias escreve sob o título “Um homem bom que desapareceu”:

Gonçalves Correia lutou contra um presente adverso, apenas com as armas da eloquência e da bondade. Viveu apaixonadamente o mais belo ideal de fraternidade humana. (...) Se há surdos e cegos que não ouvem nem vêem, tanto pior para eles. Os verdadeiros apóstolos vivem no mundo que sonham. Por isso parecem loucos e morrem, quantas vezes, às mãos dos que pretendem salvar. (...) António Gonçalves Correia nunca aceitou a derrota. O amor, a liberdade, a igualdade, conceitos velhos e puídos pelo tempo, eram palavras que na sua boca se imbuíam de uma nova dimensão e adquiriam timbre jovem (*Diário do Alentejo*, 1967, *apud* Franco, 2000, p. 60.).

Nasce a 3 de agosto de 1886, em São Marcos da Ataboeira, uma das cinco freguesias do concelho de Castro Verde, que o censo de 1890 indica ter 571 habitantes. Segundo carta do próprio ao Presidente da República (*A Batalha*, 21 de maio de 1920), foi republicano dos 18 aos 25 anos, libertário a partir dos 25 e por isso “acusado de inimigo da sociedade e da ordem”. No mesmo texto, Gonçalves Correia, que se encontrava preso, afirma-se “proletário do comércio”. Desenvolveu actividade de caixeiro-viajante – como se designava nessa altura a profissão de vendedor – percorrendo cidades, vilas e aldeias do Alentejo e Algarve. Nestas digressões vendia mercearias, madeiras e cordoaria. Talvez essa prática profissional justificasse o amor que tinha à sua bicicleta, que decorava com um cartão na traseira em verso: “Diz o Gonçalves Correia/ Que do mundo pisa os trilhos (vai tudo bem) / Para não lhe roubarem isto (a bicicleta) / Que é o pão dos seus filhos” (Bicho, 2012). Sem dúvida que esta actividade errante lhe abriu portas para um outro conhecimento do país e da região, para a actividade de organizador e para a propaganda das suas ideias, que considerava um dever militante fundamental. “Chapéu de aba larga

descaído sobre a testa, barba negra a cair ao longo do peito (...) calcorreava todas as estradas poeirentas da região alentejana”, segundo as palavras de Artur Modesto, sapateiro e anarquista de Beja (*Voz Anarquista*, 1977 *apud* Franco, 2000, p. 29), Numa dessas viagens conhece a mulher com quem viria a casar em 1906, Ana de Jesus, filha de um rico comerciante de Portimão.

Em 1916 fixa-se na vila de Cuba, onde funda o jornal *A Questão Social*. No cabeçalho, uma frase de Guerra Junqueiro, “Há mais luz nas 24 letras do alfabeto do que em todas as constelações do firmamento” (*A Questão Social*, 1916 *apud* Franco, 2000, p. 33), resumia assim o objetivo do jornal semanário que editou durante 12 edições e onde escreveu com regularidade. O objetivo da educação e esclarecimento das massas era fundamental para Gonçalves Correia e para muitos dos militantes anarquistas da época, que consideravam que a política também se refletia na vida privada e nos domínios do quotidiano. Esta é uma das particularidades do seu pensamento que o pode aproximar dos nossos dias e da análise de movimentos sociais por muitos considerados como novos sujeitos. O vegetarianismo e a alimentação saudável, o respeito pela dignidade dos animais, o combate ao alcoolismo e ao tabagismo, considerados vícios perniciosos dos trabalhadores e ainda a ideia de amor livre e com ela do casamento como farsa resultante da ausência de moral da sociedade burguesa que aprisiona as relações entre as pessoas transformando-as em contratos materiais sem justificação na realidade das emoções humanas (Correia, 1917). Em suma, uma moral própria, muito crítica das ideias dominantes da época e dos seus reflexos nas culturas operárias e camponesas. Uma ética que conjugava a ideia de sociedade sem classes onde a propriedade privada deixasse de ter lugar, com a absoluta radicalidade de um mundo novo que era necessário construir desde então, sem cedências ou compromissos. No artigo de apresentação da primeira edição de *A Questão Social*, Gonçalves Correia deixa claro que:

o nosso jornal é para afastar o ódio e proclamar a harmonia. Mas o nosso jornal, porque à Verdade se quer sujeitar, terá de dizer muita coisa que não agrada a certos magnates nacionais e estrangeiros (Correia 1916 *apud* Franco, 2000, p. 33).

Um país à beira de um ataque de nervos

Na biografia de Gonçalves Correia há um momento fundamental que condensa de certo modo o seu percurso militante e a sua ligação aos acontecimentos que marcaram a história da 1ª República debaixo do Governo de

Sidónio Pais: a tentativa de greve geral de novembro de 1918. Para alguns historiadores esta foi uma tentativa de insurreição (Telo, 1977), resultado da hegemonia perdida dos socialistas e do anarquismo moderado na União Operária Nacional (UON). Constitui uma derradeira tentativa das direções sindicais mais radicais, então maioritárias, de contrariar o rumo dos acontecimentos, na que terá sido a primeira manifestação revolucionária autónoma do proletariado em que este enfrenta o poder de Estado sem se deixar conduzir pelas classes dominantes, como até então tinha feito nos golpes e contragolpes que instituíram a 1ª República.

Olhemos ligeiramente para trás. A teia produtiva do país em 1911, um ano depois da proclamação da República era, segundo os censos desse ano, composta por 55% de trabalhadores agrícolas, 21% de trabalhadores nas indústrias e 5% no comércio. Uma grande maioria da população vivia nos espaços rurais e mesmo os 21% de trabalhadores na indústria eram na sua grande maioria pessoas que trabalhavam em indústrias artesanais, em pequenas oficinas tradicionais. A industrialização pensada enquanto processo de modernização da sociedade e de nova organização do trabalho em regimes associados ao *fordismo* e *taylorismo* só viria a acontecer depois e em pólos muito reduzidos de implantação. Só a região de Lisboa, a península de Setúbal, Covilhã e Porto é que puderam ver esse processo de industrialização que em Portugal foi tardio e largamento incompleto.

Na manhã de 5 de dezembro de 1917, começaram a juntar-se tropas no alto do Parque Eduardo VII, em Lisboa. É o fim do Governo de Afonso Costa e do Partido Democrático, para o que foi fundamental a revolta generalizada face à carestia de vida provocada pelo esforço da participação do País na Guerra Mundial. Afonso Costa é preso e o Presidente da República, Bernardino Machado, expulso do País. Com sinais contrários, a afirmação dos primeiros momentos do novo governo é a procura de um espaço de consenso entre realidades inconciliáveis, entre interesses populares e dos trabalhadores e as movimentações do restauracionismo monárquico, entre a aspiração de paz que determinou o apoio ao golpe para grande parte da população e a instauração de um regime musculado, feito da construção de uma imagem mitificada de homem-providencial, iluminado e capaz dos maiores feitos.

Pragmático, o embaixador britânico dirige-se logo de manhã ao chefe das tropas revoltosas para garantir o seu total apoio no caso de uma vitória. Afonso Costa ficava assim mais isolado e Sidónio Pais, de quem corriam rumores de ser germanófilo, ficava amarrado aos compromissos militares e comerciais do Estado com a Inglaterra.

A participação da UON neste golpe dá-se quando um grupo de seus dirigentes se dirige a Sidónio, ainda no Parque Eduardo VII, e lhe pede a libertação de presos políticos. Este resiste à exigência num primeiro momento, mas cede e na verdade essa é uma das primeiras medidas executadas pelo novo governo. Provavelmente por este ato profundamente significativo para as direções operárias, ou porque na crítica à participação portuguesa na guerra foi o movimento popular que convergiu com o momento do golpe, o facto é que a alteração política foi recebida com agrado. Afonso Costa, conhecido por “Racha Sindicalistas”, era inimigo declarado e a sua capacidade de resposta ao golpe militar foi impossibilitada pela população que saiu à rua e impediu as tropas de se movimentarem. O sentimento popular era de esperança e Sidónio protagonizou esse sentimento num primeiro momento. Poucos dias depois, na imprensa operária, responsáveis e dirigentes da UON referiam-se ao governo da Junta instaurado pelo golpe com expectativas positivas. A sua aclamação inicial pelas massas seria rapidamente transformada em divórcio entre o regime e a população trabalhadora.

Considerado por muitos um regime que antecedeu e preparou do ponto de vista ideológico o golpe militar de 28 de maio de 1926, Sidónio Pais constituiu-se como precursor das formas autoritárias que se generalizariam nove anos depois. A figura providencial de chefe austero, sempre na sua farda militar, agradava à direita conservadora e aos republicanos que queriam ordem e disciplina. É num projeto legislativo deste tempo que podemos encontrar o embrião da organização corporativa que viria a ser instaurada, mais tarde, pelo regime do Estado Novo.

A ilusão de Sidónio dura pouco. A imagem mítica de salvador da pátria e unificador das diferentes correntes políticas não pôde resistir à realidade de um país empobrecido e em que as classes dirigentes se dividiam entre uma burguesia essencialmente republicana e proprietários fundiários afectos à monarquia. As tréguas de Sidónio com a Igreja Católica, voltando a incorporar os seus rituais nas ocasiões de Estado, não podiam agradar a muitos republicanos e à Maçonaria em particular. Por outro lado, a perseguição que moveu contra organizações e dirigentes operários, não sendo uma novidade, determinou o afastamento definitivo das esperanças nele depositadas, num primeiro momento, pelas massas trabalhadoras. Os seus partidários resolvem criar um partido à sua medida, o PNR, que durante o seu governo foi dirigido pelo Nobel da Medicina Egas Moniz e que pretendia ser chapéu-de-chuva das várias opções políticas que se reuniam à volta do chefe de Estado. Contudo, esta pretensão de olhar para a sociedade através da afirmação de que um único

partido seria preferível a formas de democracia representativa pluripartidária não vingou naquele momento. Viria a ser instaurada oito anos depois, através de um golpe militar que mergulha o País no autoritarismo reacionário durante 48 anos. E nem a participação de Sidónio no “seu” PNR estava assegurada, uma vez que viveu o seu breve consulado governativo na ilusão de manter actuates as forças circunstanciais que o transportaram ao poder.

Com a morte trágica de Sidónio Pais, a sua figura é criada e recriada. Santo para uns e tirano para outros, há um processo de transfiguração no que Fernando Pessoa chama de “Presidente-Rei” (Samara, 2002).

A greve geral falhada de novembro de 1918

Marcada pela UON para o dia 18 de novembro, a greve surge como resposta ao agravar da situação social e do aumento da repressão face às organizações de classe e a todas as formas de contestação. O exemplo da revolução soviética colocava a tomada do poder na ordem do dia. Quando um país igualmente atrasado, igualmente agrário na grande maioria do seu tecido produtivo, mas com pólos importantes de indústria e uma direção proletária radical vivia uma situação revolucionária, esta influenciava e dava esperança aos trabalhadores de todo o mundo. Mas Portugal não era a Rússia, nem as suas frágeis direções operárias tinham a mesma experiência que os bolcheviques de 1917. Seja como for, os exemplos dessa influência são numerosos. Desde logo pela voz de quem vivia no terror do alastramento da experiência soviética. Brito Camacho, ministro do Interior, reflete esse pânico quando garante, a poucos dias da greve geral, que já existem sovietes em Lisboa. A imprensa burguesa multiplica-se em ataques à revolução russa em medida preventiva contra a possibilidade do seu contágio em Portugal. Mas esse contágio crescia à medida que a revolução avançava e se consolidava na Rússia. Nas vésperas da greve geral, a possibilidade de um levantamento popular dirigido pelas organizações de classe dos trabalhadores estaria no espírito dos seus principais responsáveis. Em março desse ano, vários grupos libertários distribuíam propaganda em que a revolução russa era dada como exemplo a seguir. O jornal *A Greve* garante aos eleitores que se aproxima a “grande revolução” e solta vivas à revolução na Rússia. Numa reunião do sindicato da construção civil fazem-se incitamentos à formação de sovietes e à revolução social como única solução para a situação portuguesa. A corrente radical que então dirige a UON encara a perspectiva de uma “implantação de sovietes à russa” (Telo, 1977; Rosas, 2009).

Contudo, as reivindicações imediatas da greve são o aumento generalizado de salários, a recusa da participação dos trabalhadores no Senado corporativo da nova Constituição sidonista e a solidariedade com os trabalhadores presos. A onda repressiva desse ano foi brutal. Em abril, 28 mineiros são presos em São Pedro da Cova. Em junho, durante uma greve de ferroviários, os militares ocupam as instalações e obrigam os grevistas a retomar o trabalho. Na Primavera, poucos meses depois de a ter abolido, Sidónio restabelece a censura na imprensa operária e atribui poderes totais à polícia nos mandatos repressivos. Em agosto, depois de uma greve prolongada na construção civil, os trabalhadores conquistam as oito horas de trabalho diário. Até então trabalhavam dez horas. Em setembro a polícia proíbe os comícios da UON e esta começa a ser alvo de uma brutal repressão, o que vem reforçar a sua corrente interna mais radical. A 14 de outubro o Governo declara o estado de sítio e no dia 13 de novembro o sidonismo organiza uma manifestação dita espontânea de regozijo pelo final da guerra, mas efetivamente de apoio ao regime. Nela há relatos de gritos de “Viva a Rússia livre! Viva a pátria universal! Viva Lenine! Abaixo o exército!” (Telo, 1977).

À escala nacional a greve falhou em toda a linha. Falhou como paralisação geral do País e falhou os seus objetivos de espoletar uma situação revolucionária. Só na região de Lisboa o Governo executa 300 prisões preventivas, entre as quais estão as dos principais dirigentes operários comprometidos com a greve. Na resposta repressiva do Governo, a acusação era de que os grevistas queriam promover sovietes, a desorganização e o saque. Como resultado imediato, mais de mil prisões, inúmeros despedimentos, a dissolução administrativa de sindicatos e uniões federativas mais combativas: a UON, a Federação da Construção Civil, a Federação dos Sindicatos Operários de Sul e Sueste, Associação dos Tipógrafos, entre outras. Por outro lado, os efeitos da gripe pneumónica que, na época, dizimava as classes populares em toda a Europa e se faziam sentir com bastante intensidade também em Portugal, terão sido determinantes no fracasso do movimento grevista⁽⁵⁾. O erro da direção operária foi pensar que este era um elemento que reforçava a luta, ao mesmo tempo que tornava mais precárias e difíceis as condições de vida do proletariado. A influência católica terá sido determinante para deslocar as possibilidades de luta para um plano de resignação místico onde

(5) Entre 1917 e 1918 as epidemias de tifo e de pneumónica (também designada por gripe espanhola) mataram entre 20 e 40 milhões em todo o mundo. Calcula-se que em Portugal mais de 100 mil pessoas morreram neste período devido a estas doenças.

a política da revolução não podia ter lugar. Lembremo-nos do “milagre de Fátima”, em maio de 1917, e da sua enorme influência ideológica num país atrasado e profundamente religioso.

Para mais, o armistício assinado entre os Aliados e a Alemanha tinha posto fim à guerra e com ela à participação portuguesa a escassos sete dias da greve geral. A Europa suspirava, vivia momentos de esperança que aqui também se faziam sentir e que ao mesmo tempo aliviam a pressão social sobre o Governo de Sidónio Pais e as suas políticas.

A 20 de Novembro, nova parada militar em Lisboa de apoio ao Governo, as massas saíram à rua em nome da “família, do lar e da Pátria” e contra a “anarquia e a subversão” (Telo, 1977). A hipótese de greve geral que conduzissem a uma situação de insurreição pré-revolucionária estava enterrada.

A greve geral no Alentejo

Consideravelmente importante a influência anarquista entre os trabalhadores rurais alentejanos, a sua organização sindical centrava-se em torno das estruturas da União Operária Nacional (UON). Se o liberalismo pôde determinar o final do antigo regime de concentração de propriedade e de relações medievais na exploração da mão-de-obra camponesa, verificamos uma transferência paulatina de propriedades das mãos da aristocracia para uma burguesia com interesses económicos diversificados. Por outro lado, o estatuto dos trabalhadores e o seu controlo da propriedade manteve-se inalterado com o advento da República, sobretudo no Alentejo onde o modelo da propriedade era o latifúndio. A relativa modernização dos processos de produção agrícola, com a introdução de vários instrumentos que intensificavam a produção e rentabilizavam a mão-de-obra, veio reforçar taxas de lucro e mecanismos de exploração intensivos, das terras e das pessoas que nelas trabalhavam. Em agosto de 1913, o Governo introduz a “Lei dos Baldios”, que transfere terras tradicionalmente dedicadas ao uso comunitário para as mãos de proprietários privados, no que seria um ataque sem precedentes a formas de vida ancestrais de populações que deixavam de ter maneira de subsistir para além do trabalho à jorna. Estavam reunidas as condições para a organização de trabalhadores, proletários rurais sem terra própria nem contratos permanentes, com horários de trabalho intensivos e salários baixos.

Em 1914 os trabalhadores rurais de Odemira faziam parte da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais que, por sua vez, integrava a UON. Entre 1914 e 1916 desenvolvem vários processos de luta, comícios e ações

de propaganda. É no Vale de Santiago, uma das freguesias do concelho de Odemira, que os conflitos são mais intensos. Em particular um momento em que os trabalhadores são fortemente reprimidos, julgados e condenados a 40 meses de prisão maior. Estes trabalhadores viriam a ser libertados em consequência do golpe de Sidónio.

Como tantos outros trabalhadores antes de si, em luta contra a carestia de vida e a fome, no Vale de Santiago, por esta altura os trabalhadores decidem impedir a saída de géneros do concelho e obrigar à sua venda às populações. Estas formas de “economia moral”, de controlo da produção e distribuição de alimentos, foram sempre negadas pelos proprietários, que utilizaram a força repressiva da Guarda Nacional Republicana (GNR) acusando os trabalhadores de assaltos e vandalismo. Refletindo sobre a realidade das lutas sociais dos trabalhadores alentejanos no virar do século XIX, Pacheco Pereira refere:

Antes das greves de 1921-11, a criminalidade e o banditismo assumem a manifestação mais saliente da luta dos trabalhadores rurais, assumindo principalmente as formas de roubo, da violência contra a propriedade (fogo posto em particular), da vadiagem, da violência contra pessoas (agressão e homicídio). (Pacheco Pereira, 1979, p. 135).

No mesmo trabalho, refere os acontecimentos de 1918 no Vale de Santiago considerando estas formas de violência um

meio de resistência e de defesa e forma ofensiva no terreno da luta de classes. (...) A propriedade nunca foi sacralizada no Alentejo. As primeiras greves de 1910-11 e incidentes isolados como os de Odemira em 1918 revelaram a interligação entre estas formas primitivas de ação social e as formas mais modernas como a greve e a luta sindical, e que elas se podiam fundir (Pacheco Pereira, 1979, p. 155).

Em diversos momentos, até meados de 1918, a população do Vale de Santiago obrigou proprietários e autoridades locais a abrirem os seus armazéns e colocarem nos mercados locais os seus produtos a preços impostos e controlados em assembleias populares. Em junho de 1917, as associações impõem aos proprietários agrícolas formas de contrato coletivo de trabalho com aumentos na ordem dos 100% em todas as freguesias do concelho. No Vale de Santiago, os proprietários, recusando-se a pagar os salários acordados, recorrem a mão-de-obra algarvia e à GNR para conseguir impor a medida, conseguindo ainda a dissolução da associação de trabalhadores. Havia por

isso condições para a adesão entusiástica de trabalhadores desta região ao projeto de greve geral decretado pela UON para 18 de novembro de 1918. Como aconteceu, aliás, no conjunto dos distritos de Beja e Évora, onde a adesão à greve foi generalizada (Canais Rocha *et al.*, 1982).

Foi daqueles momentos da história que são confundidos pelo quadro geral. Este foi de derrota inequívoca e de falta de comparência generalizada dos proletários dos campos e das cidades ao apelo da greve. Mas no Vale de Santiago os trabalhadores aderiram com entusiasmo e fizeram aquilo que melhor sabiam e que a sua experiência anterior tinha demonstrado dar resultados: pararam a produção, arrombaram armazéns, distribuíram bens de primeira necessidade e ocuparam terras. Claro que o facto de terem sido uma excepção resultou na sua derrota inevitável face ao assalto da GNR. O falhanço generalizado da greve condenou os trabalhadores do Vale de Santiago ao isolamento e à ausência absoluta de condições de resistência.

No dia 22, depois de quatro dias de euforia e luta em que os trabalhadores ocuparam terras e distribuíram trigo açambarcado nos armazéns, um grupo de cerca de 60 homens armados de caçadeiras concentravam-se no ponto mais alto da aldeia, o Cerro Alto, onde esperavam resistir ao assalto da GNR, depois de esta ter já fechado a sede da Associação dos Trabalhadores Rurais e feito diversas prisões. Segundo depoimento de um participante ativo nos acontecimentos, concentraram-se ali os trabalhadores resistentes não só daquela freguesia mas também de outras vizinhas. Uma força a cavalo da GNR que integrava grupos de civis armados contra os insurrectos consegue vencer a resistência e pôr o grupo em debandada. Inicia-se a perseguição, que viria a dar origem à prisão e deportação para Luanda, em Angola, de cerca de 30 ativistas, sem julgamento ou culpa formada – “deixaram lá uma avenida de Luanda feita por eles” (Canais Rocha *et al.*, 1982).

Sem ter participado diretamente nestes acontecimentos, Gonçalves Correia é preso em Beja, conduzido à cadeia do Limoeiro em Lisboa, acusado de se ter apossado de adubo indevidamente. Com efeito, o anarquista é figura incontornável deste ambiente onde trabalhadores rurais ensaiavam formas de organização e luta, parte ativa de uma classe que tomava consciência de si própria e das suas capacidades para mudar o mundo. A acusação é falsa e Gonçalves Correia é libertado pouco depois. Mas a sua Comuna da Luz viria a ser desmantelada pelo mesmo movimento de tropas e civis armados que venceram os homens do Cerro Alto. Acusada de ser um refúgio de anarquistas e comunistas, o revanchismo dos homens da situação destruiu as instalações, prendeu quem encontrou e agrediu violentamente mulheres e homens que lá

se encontravam. Confessa Gonçalves Correia a Raul Brandão, interpretando anos depois estes acontecimentos com a mágoa de terem determinado o fim do projeto de vida comunitária que ali ensaiou:

devo dizer-lhe que a Comuna não teve conhecimento nenhum desse movimento [greve geral] e, se pudesse, tê-lo-ia evitado. Eu nem sequer estava nessa ocasião na localidade... Quem fosse sócio da Associação dos Trabalhadores era procurado, insultado e espancado. Por fim disseram: o foco é ali! Ali na Comuna, é que está o mal! (Brandão, 1984, p. 319).

Uma conclusão parece impor-se: a da influência de Gonçalves Correia e da Comuna da Luz no decorrer dos acontecimentos que levaram os trabalhadores do Vale de Santiago a aderir à convocatória da greve geral, a ocupar terras e a sonhar com um mundo em que o seu trabalho não mais fosse garantia de acumulação de riqueza dos patrões.

José Júlio da Costa

Nestes acontecimentos de novembro de 1918 destaca-se um personagem: José Júlio da Costa, 25 anos, ex-sargento do Exército e condecorado após duas comissões em África. Voluntário para o Exército com 16 anos, participa na instauração da República a 5 de outubro de 1910, ao integrar um dos regimentos cruciais para o lado republicano. No Vale de Santiago fazia parte da elite local através do casamento com uma rica herdeira da região, tendo sido nomeado presidente da Junta de Freguesia, após ter sido recusado pela embaixada de França onde se tinha ido oferecer como voluntário para combater contra a Alemanha. No momento do assalto a Cerro Alto integrou a força da GNR a cavalo e teve um papel que ainda hoje não é claro. A versão mais reproduzida garante que teve um papel de mediador em que tentou uma rendição dos sublevados e garantir a sua segurança posterior. Para esta versão, José Júlio teria sido um personagem equilibrado que tinha procurado evitar um banho de sangue e as represálias que se viriam a abater sobre os grevistas. Aliás, terá sido este um episódio determinante na sua decisão de assassinar Sidónio Pais um mês depois, tendo-se sentido traído e ultrajado como negociador do Cerro Alto.

Mas outras versões dão-no como um partidário da repressão e um dos mais entusiastas na perseguição posterior à rendição. Inclusive, Gonçalves Correia também o cita na entrevista que dá a Raul Brandão e dá-o como

presente na Comuna da Luz quando a professora primária que nela participa e que segundo Gonçalves Correia era a sua “alma”, é insultada e agredida à coronhada. José dos Reis Sequeira, operário corticeiro, citado por João Medina conta a sua versão do comportamento de José Júlio da Costa:

Apareceu a cavalo e logo que a tropa se encontrava preparada para marchar, o José Júlio tomou a frente como guia para indicar o caminho da região rebelde, direção de Sta. Luzia. Ouviu-se depois dizer que andou com a Guarda pelos montes à caça dos cabecilhas da greve. Estes foram presos e deportados (Medina, 1994, pp. 179-180).

Esta versão parece ser confirmada pelo agente de polícia Manuel Alves Oliveira:

Pois o único civil que acompanhou a força armada para atacar os assaltantes... foi o José Júlio da Costa, tendo este pedido ao sargento Martins, da Guarda Republicana, para fazer descargas cerradas para os ditos assaltantes e foi um dos que mais queria que matassem os chefes dos *Sovietes* (*Tempo*, 1919 *apud* Medina, 1994, p. 180).

Mas, refere ainda João Medina, apesar deste indício, atribui-se a José Júlio da Costa simpatia pelo “anarco-bolchevismo”. Manuel Ribeiro, aderente do maximalismo⁽⁶⁾, que o entrevistou na prisão para *A Batalha*, escreveu que José Júlio lhe tinha assegurado ser

essencialmente um democrata que não recua ante os mais avançados ideais. Quero a democracia, não para cristalizar nela mas para que ela crie um ambiente novo e condições de viabilidade para o comunismo, que eu considero a meta ideal da felicidade (Medina, 1994).

A ambiguidade do personagem vai manter-se muito para além dos acontecimentos de novembro e ser obviamente parte do mito em torno do assassinato de Sidónio Pais. Viria a ser preso na Penitenciária de Lisboa. Em outubro de

(6) A Federação Maximalista Portuguesa, constituída em 1919, tinha como objetivo “difundir os princípios doutrinários tendentes ao estabelecimento do sindicalismo comunista, admitindo transitoriamente a ação do poder revolucionário exercido em ditadura pelos conselhos operários ou soviets”. Considera-se esta organização efémera ser o embrião do Partido Comunista que viria a ser fundado em 1921.

1921 é libertado em consequência de uma revolta com pormenores sangrentos. Só em janeiro de 1927 volta a ser preso, em Matosinhos, por António Maria Fernandes, admirador de Sidónio Pais e funcionário público obscuro. Já com a polícia política a ensaiar os seus primeiros passos, José Júlio da Costa volta à Penitenciária de Lisboa, de onde só sairá para o hospital psiquiátrico Miguel Bombarda, aonde viria a falecer em 28 de janeiro de 1948. Dele diz-se que foi uma coisa e outra: apoiante do comunismo e verdugo dos trabalhadores, numa espécie de bipolaridade que será difícil confirmar. Diz-se ainda que foi protegido de Ana de Castro Osório, figura simpatizante do sidonismo e, mais tarde, do Estado Novo. Maria Feio, outra sidonista convicta, que o visita na prisão, afirma-o arrependido de ter executado o homicídio do presidente. Mas independentemente dos motivos que o levaram a executar Sidónio e do seu hipotético arrependimento posterior, a verdade do seu papel nos acontecimentos do Vale de Santiago está ainda por esclarecer. Sabemo-lo republicano, investido pelo regime de Sidónio Pais da responsabilidade da junta de freguesia, sabemo-lo ainda participante e provavelmente orgulhoso dessa participação no 5 de outubro de 1910, veria provavelmente com apreensão o regime de Sidónio que se apoiava e simultaneamente dava poder à Igreja e aos terratenentes partidários da restauração monárquica no seu Alentejo natal. Mas tudo isso são hipóteses com necessidade de confirmação, assim como a forma da sua participação nos acontecimentos da greve geral de novembro de 1918.

A natural influência da revolução soviética

Um parêntese pode ser aqui feito para clarificar os aspetos essenciais em torno da influência da revolução russa no movimento operário português e nas suas direções. A revolução soviética de 1917, segundo Eric Hobsbawm, foi para o século XX o momento fundamental que a revolução francesa de 1789 foi para o século XIX (Hobsbawm, 1996). Segundo este historiador, já desde 1914, no início do conflito mundial que se prolongaria até 1918, que as classes trabalhadoras e as suas organizações políticas representativas sabiam da existência de uma alternativa ao capitalismo. A revolução bolchevique constituiu o sinal da revolução mundial esperada e espoletou processos revolucionários em todo o mundo com a expectativa da conquista de poder do Estado. As suas ondas de choque e influência repercutiram-se por décadas entre as duas guerras mundiais e para além delas. No mundo que saiu da II Guerra Mundial, cerca de um terço da humanidade vivia em países e

territórios do campo socialista. Para Hobsbawm, a importância do período de vigência e sobrevivência do Estado soviético sobrepõe-se e justifica a história do século XX.

Mas voltemos a Portugal onde, como vimos já, neste período, a hegemonia ideológica e orgânica entre as classes trabalhadoras era fundamentalmente das correntes anarquistas. No final da segunda década do século XX, ao mesmo tempo que a revolução dos soviets lutava pela sobrevivência, o proletariado português, como provavelmente o do todo o mundo, via com enorme expectativa e esperança o desenvolvimento da revolução de outubro na Rússia. Em introdução ao trabalho de Canais Rocha e Rosalina Labaredas, João Medina salienta que o

Alentejo era palco de revolucionárias reivindicações, espécie de modesto e longínquo eco luso dos decretos bolchevistas de novembro do ano anterior, abolindo o direito de propriedade privada da terra e concedendo a todos os trabalhadores rurais o uso das terras. (...) [o “sovietismo”] explica-se não só pelo alento imenso que à causa operária e rural vinha trazendo o “bolchevismo” (como então se dizia), mas ainda pela ingénua e confiante esperança do anarco-sindicalismo português numa revolução que julgava sua: os sonhos libertários e o projeto leninista ainda não tinham chocado frontalmente (Medina, 1982, *apud* Canais Rocha *et al.*, 1982, p. 5).

Nesta análise o seu autor explica a adesão do anarco-sindicalismo ao projeto revolucionário soviético por uma espécie de engano provocado pela sua ingenuidade. Ora, a revolução soviética, nos seus primeiros anos, protagonizou muito provavelmente as aspirações e desejos de uma parte significativa do proletariado mundial. A divisão que se viria a acentuar entre comunistas e anarquistas em 1917 e 1918 não existia ainda em Portugal. Naturalmente, os militantes sindicais e políticos do anarquismo desses anos olhavam para a revolução russa e sentiam-na como sua. Claro que o choque de que fala Medina aconteceu mesmo e o processo da revolução determinou a exclusão de muitas das suas componentes libertárias que não se reviam no Partido Bolchevique e que, mais tarde, foram por ele perseguidas. Mas num primeiro momento as linhas de divisão até eram outras. Por exemplo, entre quem defendia a participação na guerra mundial e quem era radicalmente contra ela. Nesse último caso estavam uma boa parte dos anarquistas, no plano internacional subscrevendo a posição de Erico Malatesta, assim como os partidários da Internacional Comunista – em Portugal era o caso dos militantes

em torno dos jornais *Aurora* e *Sementeira*. Favorável à participação proletária ao lado dos seus governos e contra a Alemanha, Pedro Kropotkine, cujas posições eram representadas em Portugal pelo *Germinal*. Ou seja, num tema essencial de definição política os militantes anarquistas estavam profundamente divididos à escala internacional e as formas de perceção a propósito da revolução russa não seriam indiferentes a esta linha definidora entre os partidários da guerra e os antigueristas. Nesta hipótese, os argumentos da ingenuidade defendidos por Medina não parecem colher. Provavelmente, Gonçalves Correia, que era radicalmente contrário à guerra – referia-se-lhe como “monstro infamíssimo” –, estaria muito mais próximo dos militantes comunistas que se lhe opunham do que dos anarquistas que a justificavam.

O facto de o regime político de Sidónio Pais e a burguesia utilizarem a revolução russa para diabolizar todas as tentativas de organização operária e todas as lutas por direitos, usando o “bolchevismo” e o “sovietismo” como sinónimos de caos e destruição, tornava-a uma referência simbólica fundamental para esses processos de luta. Por outro lado, a ideia de sociedade sem classes e da revolução para instaurar uma sociedade comunista era partilhada entre militantes comunistas e libertários. O anarquismo do princípio do século XX reivindicava-se do comunismo e muitas pessoas flutuavam entre estas duas realidades ideológicas sem grande distinção, sem grandes barreiras práticas. Terá sido este o caso de Gonçalves Correia que, para além de ter participado na fundação da Federação Maximalista (com tantos outros militantes anarquistas), se dizia comunista e por diferentes ocasiões olhou para a revolução soviética com a esperança de ela poder ser um exemplo fundamental para a luta de emancipação dos trabalhadores em todo o mundo. A sua ficha incluída no ficheiro da PIDE/DGS⁽⁷⁾ apresenta-o como

um comunista perigoso, sendo considerado em todo o Alentejo como organizador e orientador de todos os movimentos de carácter social. Já esteve preso por estar implicado nos tumultos sangrentos de 1918 em Beja, sendo posto à disposição da 4.^a Divisão do Exército. É administrador de concelho maximalista,

(7) Em 1932 Gonçalves Correia é preso e investigado por suspeita de divulgação de propaganda clandestina. Estando o registo desta prisão no ficheiro da PIDE, na Torre do Tombo, contudo a designação da polícia política do regime era, à época, de Polícia Internacional Portuguesa. A PIDE só viria a ser instituída depois da Constituição do Estado Novo, a partir de 1933. Gonçalves Correia viria a ser libertado poucas semanas depois e o auto registado pela Secção de Vigilância Política e Social da referida polícia.

em Beja (Correia, 1932, Ficheiro da PIDE/DGS SC/SPS 583 Caixa 4291, Torre do Tombo, Lisboa).

Na entrevista que realiza em Março de 1923 a um dirigente do Comité Nacional da União Anarquista Portuguesa, Raul Brandão pergunta diretamente: “São comunistas?” Ao que o entrevistado responde: “Na sua grande totalidade são. Há alguns individualistas, mas muito poucos” (Brandão, 1982, p. 285). Nesta resposta, dada já depois de a direção soviética ter reprimido violentamente os marinheiros em Kronstad, o termo “comunista” é associado à vida comunitária, contraposto ao individualismo, mais do que a uma ideologia do comunismo que era vigorosamente protagonizado naquele momento pela experiência soviética. É natural que para muitos dos anarquistas em Portugal a associação ao comunismo fosse essencialmente por esta associação a estilos de vida comunitários e às utopias de configuração social que estas representavam.

Noutro plano, o das referências utilizadas por Gonçalves Correia no seu opúsculo *Estreia de um Crente*, publicado em edição de autor em 1917, refere Louise Michel e Rosa Luxemburgo como exemplos semelhantes de combatividade e capacidade revolucionária na “Carta a uma mulher” que começa com “Minha senhora, camarada, irmã em crença”. Na sua “Carta a um republicano” inserida em *Estreia de um Crente*, Gonçalves Correia afirma-se “inimigo da monarquia em benefício da República, inimigo da fórmula republicana em benefício das teorias comunistas que são hoje a razão da minha existência” (Correia, 1917). No mesmo texto, o seu autor apresenta o “socialismo libertário” como alternativa ao “socialismo parlamentar” e refere os “mártires de Chicago” numa evidência de que as referências internacionalistas seriam partilhadas por libertários e comunistas do mundo inteiro.

Outro personagem desse momento de transição é Carlos Rates, que veio a ser primeiro secretário-geral do Partido Comunista. Dirigente operário do anarco-sindicalismo, responsável pela reorganização da UON no Alentejo, confessa a Raúl Brandão que ficou “bêbado [com a leitura] de Faure e o Kropotkine”. Com a revolução russa e a forte influência que ela exerceu no seu espírito, torna-se um dos “sócios fundadores do Partido Comunista”. Adiante, Carlos Rates refere ainda que

a CGT tem uma corrente que afirma ser inviável a ditadura do proletariado. Se, ao contrário, a CGT preconizasse essa ditadura, saída da própria organização

sindical, o Partido Comunista não tinha possibilidades de se desenvolver (Brandão, 1984, p. 297).

Curiosa esta afirmação que, ao mesmo tempo que salienta a divergência fundamental com os anarquistas (a ditadura do proletariado e não o objetivo final do comunismo), traduz em simultâneo a tradição de Rates associada ao anarco-sindicalismo. Este é entendido não só como forma de representação de classe, mas também como organização política autónoma capaz de lutar pela revolução. Ao contrário de outros países onde ainda hoje perduram organizações sindicais com esta perspetiva globalizante, em Portugal ela não sobreviveu apesar de ser tão forte na época que estamos a tratar.

Comuna da Luz, a utopia tornada concreta

Em formas de organização prévia à sindical, que se viria a generalizar na representação de classe no virar do século, o mutualismo foi elemento incontornável para uma análise histórica dos percursos da classe trabalhadora e dos seus processos constitutivos enquanto sector autónomo da sociedade e com capacidade de se auto-organizar. Como refere Marcel van der Linden (2008), o mutualismo não era exclusivo da classe trabalhadora, mas uma forma de diferentes grupos poderem partilhar trabalho, produtos e dinheiro. Como adianta este autor, esta era uma “importante componente das estratégias de sobrevivência do proletariado” (Linden, 2008, p. 82). Convergente com os interesses de reprodução da mão-de-obra e por isso também das classes dominantes, o mutualismo, no Portugal do século XIX, era naturalmente influenciado por uma cultura católica que ostentava as formas de beneficência dos poderosos como a forma por excelência de redistribuição da riqueza. A sua generalização no seio operário veio colocar visível, pela primeira vez, a capacidade de auto-organização e de gestão comuns de meios escassos. De natureza radicalmente diferente do sindicalismo de representação de classe e com o objetivo de lutar por direitos, o mutualismo foi seu precursor nessa capacidade de os trabalhadores tomarem consciência de si e dos seus problemas. Modalidades da sua sobrevivência podem ser observadas ao longo do século XX, não só na Europa mas um pouco por todo o mundo, fazendo parte da história dos movimentos populares e tendo, sem dúvida, deixado marcas na cultura operária.

Uma dessas influências terá sido a enorme preocupação com a educação dos militantes sindicais do virar do século XIX, que influenciou as formas

de organização de classe que se verificaram posteriormente. Bastará fazer o levantamento em Portugal das Sociedades de Instrução Musical da Península de Setúbal, das muitas escolas de raiz mutualista onde os filhos dos trabalhadores podiam aprender a ler e a escrever⁽⁸⁾, das coletividades que nasciam localmente e tinham nas leituras coletivas de jornais o seu centro, das bibliotecas operárias, etc.

É neste enquadramento histórico que podemos olhar para um dos projetos mais queridos de Gonçalves Correia. A Comuna da Luz tinha como objetivo praticar “o comunismo máximo e adotando o lema ‘De cada um segundo as suas forças, e a cada um segundo as suas necessidades’” (*A Greve*, 1917, *apud* Canais Rocha *et al.*, 1982, pp. 170-171).

Tratou-se da aquisição de uma parcela de terreno de cerca de 3 km², próximo da aldeia do Vale de Santiago, herdade das Fornalhas Velhas. Com cerca de quinze companheiros, entre os quais algumas mulheres e crianças, reconstruíram as ruínas do casario, montaram uma cozinha comunitária e organizaram uma oficina de sapataria. Tendo fundado em simultâneo a escola Ferrer para as crianças da comuna, para além da atividade de produção e reparação de sapatos, dedicavam-se naturalmente à agricultura. Gonçalves Correia explica a Raul Brandão:

levantávamo-nos ao nascer do sol e trabalhávamos sempre: semeámos trigo, plantámos batatas, semeámos todos os vegetais. Água não havia, íamos buscá-la longe – mas resolvemos abrir um poço e, dentro em pouco, ajudados pelos trabalhadores dos arredores que nos viam com simpatia, tínhamos água excelente em abundância (Brandão, 1984, p. 317).

A experiência da Comuna da Luz durou cerca de dois anos e exerceu certamente uma influência grande no proletariado agrícola da região, que via aquela comuna como um exemplo de autoprodução e libertação das amarras do patronato. Não é por acaso que as redes de solidariedade da comuna vão bastante além das relações dos seus membros e se encontram expressas em debates intensos nas páginas de todos os jornais de expressão libertária e com circulação no Alentejo. Com expressão num pensamento crítico, de camaradas que atribuíam à comuna uma forma cooperativa e a sua impossibilidade

(8) É o caso, por exemplo, da Voz do Operário, em Lisboa, que para além de funcionar como escola, foi durante muito tempo local fundamental para a organização de militantes libertários da cidade e, em fase posterior, de militantes comunistas, ainda hoje em atividade.

real de levar à prática os princípios anarquistas, Gonçalves Correia reage e atribui à Comuna da Luz o objetivo de praticar todo o anarquismo permitido pelas circunstâncias e ainda respondendo à crítica,

mas como a grande comuna está ainda demorada – oxalá não estivesse! – parece-me plausível que vamos lançando à terra a semente bendita da Anarquia por intermédio das pequenas comunas (*O Rebelde*, 1918, *apud* Canais Rocha *et al.*, 1982, p. 166).

Esta comuna correspondia a uma visão comum de uma corrente anarquista que, apesar de ter tido pouca influência em Portugal, teve os seus momentos e os seus protagonistas. Gonçalves Correia foi sem dúvida um desses destacados protagonistas do anarquismo tolstoiano, que colocava questões do modo de vida em paralelo com as questões comuns do sistema produtivo e da exploração da força de trabalho.

No mesmo texto Gonçalves Correia defende assim a ideia da Comuna:

a comuna emancipa economicamente o produtor e faz-lhe criar consciência revolucionária. Liberta-o da lei brutal do salário e desenvolve-lhe esplendidamente os sentimentos de fraternidade, levando-o ao conhecimento “prático” do lindo ideal que nos aquece a alma. (...) Julgarão camaradas que uma Comuna não pode ser, com o tempo e boas vontades, uma grande povoação socialista, progressiva e altruísta? Pois eu julgo isso a coisa mais natural deste mundo (*O Rebelde*, 1918, *apud* Canais Rocha *et al.*, 1982, p. 166).

Da educação como condição fundamental para libertar as massas proletárias, do naturismo ao vegetarianismo, do respeito pelos animais à crítica da instituição do casamento burguês, contrapondo-lhe o amor-livre, a Comuna da Luz foi um exemplo essencial da aspiração dos homens e mulheres do início do século XX por uma sociedade mais justa, por liberdade e igualdade. A sua influência ideológica terá sido decisiva nos trabalhadores rurais que ocuparam propriedades durante a greve geral de novembro de 1918 e resistiram durante quatro dias à GNR e às milícias civis dos proprietários rurais. Dessa influência nos dão conta os depoimentos recolhidos por Canais Rocha e Rosalina Labaredas (1982), o relato de Raúl Brandão (1984) e a própria atuação repressivas das forças policiais durante os acontecimentos. Afinal, a semente da subversão lançada pela Comuna da Luz, por Gonçalves Correia e seus camaradas, pode ter influenciado decisivamente os trabalhadores agrícolas que foram protagonistas dos acontecimentos do Vale de Santiago.

O anarquista alentejano apresenta-se na fotografia da edição de *Estreia de um Crente* (Correia, 1917) com ar sério, bigode enrolado, e com a roupa operária que costumava usar no dia-a-dia. Dedicou esse trabalho a todos os “rebeldes conscientes”, como prova do “carinho e do doce afeto” que por eles sente. Ele próprio um *rebelde consciente*, a vida de Gonçalves Correia parece ter ainda a capacidade de nos transportar ao longo do tempo e de acompanhar os dilemas e momentos fundamentais de uma classe que carregou consigo os dramas e as aspirações de emancipação da humanidade. Pacifista radical que aceitava a violência em situações excepcionais “para evitar males maiores”, o seu pensamento esteve sempre em sintonia com um tempo de intensos debates ideológicos, mas sobretudo com práticas em que tentou construir à sua volta condições para a emancipação dos trabalhadores e dos seus filhos. Pretexto útil para pensar a história do trabalho em Portugal no início do século XX e de todos os conflitos sociais que lhe foram próximos, este é o exemplo de um anarquista que procurava no comunismo, *a felicidade de todos os seres na sociedade futura* – como titulóu um seu texto apresentado em conferência e publicado posteriormente –, que procurou sempre que a sua vida estivesse de acordo com os seus ideais. Sem margem para dúvidas, Gonçalves Correia foi alguém que fez da utopia uma prática concreta de vida.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, António Rodrigues, *O Movimento Operário da Covilhã*, Ed. de autor, 2006, Vol. I.
- BRANDÃO, José, *Sidónio – Contribuição para a história do presidencialismo*, P&R, Lisboa, 1983.
- BRANDÃO, Raúl, *Os Operários*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1984.
- CANAIS ROCHA, Francisco e Labaredas, Rosalina, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o Sidonismo – ocupação de terras no Vale de Santiago*, Ed. Um de Outubro, Lisboa, 1982.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. “A recepção da revolução de outubro em Portugal” in *A Revolução Russa 100 anos depois* (obra coletiva), Lisboa, Parsifal, 2017.
- FRANCO, Alberto, *A Revolução é a Minha Namorada – memória de António Gonçalves Correia, anarquista alentejano*, Câmara Municipal de Castro Verde, 2000.
- LINDEN, Marcel van der, *Workers of the world – Essays toward a Global Labor History*, Leiden, Boston, 2008, Vol. I. 114.
- MARX, Karl e Friedrich Engels. *Inventer l'inconnu. Textes et correspondance autour de la Commune*. Paris. La fabrique, 2008.
- MEDINA, João, *Sidónio, Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Cosmos, Lisboa, 1994.
- MEDINA, João (apresentação), *Portugal na Grande Guerra – Guerristas e Antiguerristas*, Centro de História da UL, Lisboa, 1986.

- PEREIRA, José Pacheco, As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve in “O Século XIX em Portugal”, colóquio do Gabinete de Investigações Sociais, Presença, Lisboa, 1979.
- ROSAS, Fernando; Rolo, Maria Fernanda; (coord.), *História da 1ª República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2009.
- SAMARA, Maria Alice, *Sidónio Pais – Fotobiografias do Século XX*, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2002.
- TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Biblioteca Ulmeiro, Lisboa, 1977.
- THOMPSON, E. P., *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do séc. XVIII*, Lisboa, Antígona, 2008.

Outras fontes

- BICHO, Francisca, Gonçalves Correia - Abordagem ao seu pensamento I, *A Batalha*, Lisboa, nov./dez., Nº 251, 2012, p.3
- BICHO, Francisca (org.). Gonçalves Correia, a utopia de um cidadão, Exposição Biblioteca Municipal de Beja José Saramago.
- CORREIA, Gonçalves, Ficheiro da PIDE/DGS SC/SPS 583 Caixa 4291, Torre do Tombo, Lisboa, 1932.
- CORREIA, Gonçalves, *Estreia de um Crente*, Ed. de autor disponível na Biblioteca Nacional, cota S.C. 7175//10V. (fundo monográfico), 1917.
- CORREIA, Gonçalves, Carta ao Presidente da República, *A Batalha*, 21 maio 1920, p. 1.

OS CICLOS DE REVISIONISMO HISTÓRICO NOS ESTUDOS SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

Demian Bezerra de Melo*

Marcio Lauria Monteiro**

Ao entrar em qualquer livraria brasileira neste centenário da Revolução Russa nos deparamos com uma série de obras que poderiam facilmente ser catalogadas como parte de uma demonologia do comunismo. Em primeiro lugar, as biografias disponíveis de personagens chave daquele processo são em geral assinadas por anticomunistas ferrenhos. Em termos de lançamentos, podemos mencionar uma edição atualizada da biografia de Leon Trotsky escrita por Robert Service que, irritado com a respeitabilidade que suas obras possuem no meio intelectual – como, por exemplo, a *História da Revolução Russa* (1930) e *Revolução Traída* (1937) –, faz uma caricatura do revolucionário marxista como um “estalinista moderado” (Service, 2017). Lançadas nesse ano, encontram-se duas não menos problemáticas biografias de Estaline, uma escrita por Robert Gellately, que atribui à suposta “leitura ortodoxa” do marxismo por parte do líder soviético a responsabilidade sobre as purgas e massacres da década de 1930 (Gellately, 2017), e outra por Stephen Kotkin, para quem 1917 não foi uma revolução social proletária, mas uma mera revolta de soldados e marinheiros (Kotkin, 2017). E é muito provável que nas grandes livrarias se encontre *Do czarismo ao comunismo*, de Marcel Novaes, que tão somente avalia o processo da revolução como responsável por um legado de “destruição e morte” (Novaes, 2017).

Já em termos de títulos lançados ao longo da última década, é fácil encontrarmos obras como a pretensiosa biografia de Lenine do mencionado Service (2006) ou uma grande caricatura do movimento comunista no século XX também escrita por ele (*Camaradas*, 2015). Do citado Gellately há ainda

* Professor de História Contemporânea do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da UFF-Angra. Contacto: demian_pesquisa@yahoo.com.br.

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Contacto: marciolmonteiro@gmail.com.

Lenin, Stalin e Hitler (Gellately, 2010), cuja tese central é a de que tais personalidades poderiam ser homogeneamente compreendidas como responsáveis por catástrofes decorrentes da “busca desmedida por ideais utópicos”. Neste mesmo livro, Gellately defende que o regime soviético montado a partir de 1917 teria sido muito mais repressivo que a autocracia czarista, opinião que não por acaso faz muito sucesso nos círculos conservadores.

Trata-se de uma série de revisionismos históricos (por vezes justificados pelo recurso a novas fontes de pesquisa) que reiteram a velha propaganda anticomunista das décadas de 1940-50, produzida por historiadores cujos adversários adequadamente os apelidaram de *cold warriors* (soldados da Guerra Fria). E, não obstante a predominância desse tipo de obras nas prateleiras, felizmente já não é tão provável que se encontre à venda hoje em dia algo como o *Livro negro do comunismo*, de Stéphane Courtois (Courtois et al, 1999 [1997]), um marco desse tipo de produção, publicado há vinte anos e hoje disponível para *download* na internet.

Todavia, além dessa demonologia revisionista é possível encontrar em livrarias brasileiras títulos de outro teor, como as antologias organizadas por Bruno Barreto Gomide, com escritos no calor dos acontecimentos (1917-1924) de variados autores (Gomide, 2017); por Graziela Schneider, contendo materiais sobre a atuação das mulheres (Schneider, 2017), e pelo historiador Daniel Aarão Reis, com diversos manifestos revolucionários e outros textos históricos da revolução (Reis Filho, 2017a). Casas editoriais ligadas à difusão do pensamento de esquerda naturalmente trouxeram ao público brasileiro textos emblemáticos, como a reedição da autobiografia de Leon Trotsky, *Minha Vida* (Trotsky, 2017a), a premiada biografia intelectual de Lenine escrita pelo historiador húngaro Tamás Krausz (Krausz, 2017), o fascinante *Outubro* (Miéville, 2017), do premiado escritor China Miéville. Além, é claro, de reedições de obras importantes, como os clássicos *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed (Reed, 2017), e *O Estado e a Revolução*, de Lenine (Lenin, 2017). Se tiver muita sorte, encontrará uma edição da *História da Revolução Russa* de Leon Trotsky, uma das narrativas mais bem informadas sobre o episódio escrita por um dos seus protagonistas,⁽¹⁾ mas

(1) A primeira edição do livro no Brasil é da década de 1960, pela editora Saga (1967), tendo sido posteriormente editado pela Paz e Terra em 1978, e recebido uma nova edição há dez. Neste ano do centenário da revolução, a editora do Senado Federal também publicou a mesma obra. Estranhamente, essa última edição não pode ser encontrada. Cf. Trotsky (2007 e 2017b).

provavelmente encontrará também a profunda pesquisa de Wendy Goldman sobre a condição feminina na URSS (Goldman, 2014).

Além de textos síntese como *A revolução russa*, de Sheila Fitzpatrick (Fitzpatrick, 2017) e *A revolução que mudou o mundo*, de Daniel Aarão Reis (Reis Filho, 2017b), boa parte da produção historiográfica dos últimos cinquenta anos ainda está longe do alcance do público brasileiro, como bem apontou o jornalista Marcelo Godoy em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, em março desse centenário (Godoy, 18/03/2017). Livros do historiador Alexander Rabinowitch, como *Prelude to Revolution* (1968), *The Bolsheviks Come to Power* (1976) e *Bolsheviks in Power* (2007) não figuram como possibilidade nas casas editoriais brasileiras. A lacuna, no entanto, é naturalmente bem maior que aquela arrolada no artigo de Godoy. Por exemplo, a biografia de Trotsky escrita por Service provocou importante controvérsia no exterior, mas inutilmente o leitor brasileiro procuraria uma tradução de *In Defense of Leon Trotsky*, de David North, parte fundamental do debate.⁽²⁾ Inutilmente procuraria também biografias do mesmo personagem escritas pelos historiadores franceses Pierre Broué (Broué, 1988) e Jean-Jacques Marie (Marie, 2006), embora há muitos anos tenha sido publicada no Brasil a famosa trilogia sobre o revolucionário russo escrita pelo historiador polaco Isaac Deutscher.⁽³⁾

Em termos de supressão, há também o caso daquelas obras cujo clima intelectual impediu que alcançassem maior repercussão no debate internacional, de certo modo justificando a sua não publicação no Brasil, como o *Livro negro do capitalismo* (Perrault, 1998), organizado por Gilles Perrault e publicado em França em 1998 como resposta ao mencionado *Livro negro do comunismo*. Mesmo no mundo anglófono, a editora da Universidade de Harvard, que em 1997 havia publicado o livro de Courtois, se negou no ano seguinte a publicar o de Perrault. Um evento explosivo como a Revolução de 1917 sem dúvida desperta paixões, e a primeira a ser sacrificada é a retórica da liberdade acadêmica.

(2) O primeiro a protestar foi o escritor marxista paquistanês Tariq Ali, que assinalou a pretensão de Service de demolir a monumental biografia do revolucionário russo escrita por Isaac Deutscher (Ali, 31/10/2009). O historiador da Universidade de Stanford Bertrand M. Patenaude assinalou inúmeras imprecisões na biografia escrita por Service, além do propósito explícito de desacreditar a figura histórica e humana de Leon Trotsky (Patenaude, 2011).

(3) O primeiro volume, *O profeta armado – Trotski 1879-1921*, foi publicado no Brasil em 1968, pela editora Civilização Brasileira. A trilogia ganhou nova edição a partir de 2005, pela mesma editora.

O passado como campo de batalha

O comunismo como proposta societária, tal como definido nas páginas célebres escritas por Marx e Engels no *Manifesto* de 1848, a partir da Revolução Soviética de 1917 deixou de ser simplesmente uma hipótese política de alas do emergente movimento operário para se tornar um objetivo concreto de um Estado. Por sua vez, tal Estado teve a existência justificada pelo compromisso de abolir a propriedade privada dos meios de produção, a existência das classes sociais assentadas sobre ela e que constituem o modo de produção capitalista e, assim, o próprio Estado. É claro que, nesses termos marxianos, o comunismo não se estabeleceu em parte alguma do planeta, já que, dialeticamente, este pressupunha a abolição do capitalismo em escala mundial e, também, da estrutura política encarregada de o preservar política e militarmente, o sistema internacional de Estados. De qualquer modo, a fundação da URSS esteve alicerçada nesse projeto de subversão global, centro irradiador da revolução socialista mundial.

“Essa revolução fez um apelo ainda maior ao presente e ao futuro, mantendo a expectativa de ir além de um sistema capitalista que não conseguira resolver tantos problemas humanos e que também levou o mundo à guerra global”, escreveram os historiadores Mike Haynes e Jim Wolfreys nas primeiras páginas da introdução que escreveram há dez anos para um livro dedicado à refutação do revisionismo das revoluções modernas (Haynes & Wolfreys, 2007: 3). Neste centenário, a memória de 1917 continua no centro das batalhas pelo passado que se travam no presente, batalhas essas que, como ensina Josep Fontana, são também vinculadas aos projetos de futuro (Fontana, 1998).

Isolada no território do antigo império russo ao longo dos anos 1920-30, a revolução socialista espalhou-se de forma vitoriosa – ainda que com graves distorções – em importantes regiões do planeta após o fim da Segunda Guerra Mundial, particularmente no mundo sob o domínio do imperialismo, como foram os casos da China em 1949 e da Indochina durante as décadas de 1950 até 1970, região onde partidos comunistas constituídos sob inspiração do modelo soviético foram os protagonistas dos processos de descolonização. A presença de comunistas no processo de descolonização, aliás, é um facto histórico que, em geral, é negligenciado nas narrativas historiográficas revisionistas, bastante interessadas em traçar um paralelo, através da categoria do totalitarismo, com o fascismo histórico, como bem apontou Domenico Losurdo (Losurdo, 2017: 91-134). Conforme salientou esse autor, enquanto a revolução bolchevique lançou “o apelo aos escravizados das colónias para

que arrebenhem suas correntes, isto é, para que conduzissem guerras de libertação nacional contra o domínio imperial das grandes potências”, o “modelo de Hitler se [baseava] no império colonial da Inglaterra” (Idem: 120).

A Revolução de 1917 é indiscutivelmente o processo mais decisivo de toda uma época histórica, como bem demonstrou Eric Hobsbawm na sua consagrada obra *A era dos extremos* (Hobsbawm, 1995). A capacidade de traduzir esse sentido, desdobrado na conclusão de que o fim do Estado soviético fundado naquela revolução determinou o fim do século XX, é o que explicou o sucesso do livro de Hobsbawm, como bem assinalou o historiador italiano Enzo Traverso (Traverso, 2012: 11).

Traverso, aliás, lembra também como o mais bem sucedido livro de Hobsbawm foi boicotado em França, tendo sido rejeitado por Pierre Nora para figurar na sua prestigiosa coleção editada pela Gallimard, com a justificação de que se tratava de uma “obra anacrônica e inspirada numa ideologia de outra época” e, portanto, “não seria rentável”. Só cinco anos depois da edição inglesa (de 1995) ele foi publicado em francês, por iniciativa de um editor belga (Idem, 36)! E, embora sempre se possa alegar que os círculos cultos de língua francesa não tenham esperado cinco anos para ler o livro de Hobsbawm, cabe lembrar que, no mesmo ano de sua edição inglesa, François Furet – baluarte do revisionismo sobre a Revolução Soviética – publicou o que pode ser denominado como seu contraponto liberal, *O passado de uma ilusão*.

Nesse último livro, Furet deu consequência ao seu projeto historiográfico revisionista iniciado na sua obra sobre a Revolução Francesa, que pode ser resumido no propósito de amaldiçoar o conceito de revolução (Cf. Wolfreys, 2007; Loff, 2014). Para Furet, em *O passado de uma ilusão*, a Revolução de Outubro foi simplesmente “um *putsch* bem-sucedido no país mais atrasado da Europa, realizado por uma seita comunista, dirigida por um chefe audacioso” (Furet, 1995: 35). Nesse livro ele reabilita a teoria do totalitarismo, propondo um paralelo entre o comunismo e o fascismo, tratando-os como “irmãos gêmeos”.

Depois de uma trajetória juvenil no Partido Comunista Francês entre 1949 e 1956, Furet se tornou um quadro intelectual da direita gaulesa, sendo o principal promotor do revisionismo historiográfico liberal da Revolução Francesa. Retomando seletivamente aspectos encontrados na obra de pensadores políticos como o *whig* escocês Edmund Burke, de liberais antidemocráticos como Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville e até reacionários conspiracionistas como Augustin Cochin, Furet acabaria por ser canonizado no panteão da tradição liberal, celebrado especialmente por aqueles que sempre

odiam a memória de 1789 e principalmente de 1793-1794. O objetivo que perseguiu com esse revisionismo foi o de desconstruir a leitura de historiadores socialistas como Jean Jaurès, Georges Lefebvre, Albert Mathiez e Albert Soboul, que estiveram à frente da cátedra dedicada ao estudo da Revolução na Sorbonne, e cuja contribuição para a pesquisa em fontes primárias e de debates conceptuais é incomparável à de Furet. Este, todavia, na década do bicentenário da Revolução, seria apresentado pela mídia como seu “maior especialista”.⁽⁴⁾

O revisionismo de Furet sobre 1789 tem como alvo a desconstrução de duas noções chave da interpretação canónica: a de que se tratou de uma ruptura com o Antigo Regime nos planos políticos e sociais e de um processo com uma marca de classe – isto é, uma revolução burguesa. Para Furet, essa revolução teria tão somente acelerado processos de democratização que supostamente já estariam sendo gestados pela própria monarquia, tendo sido nada mais do que uma “derrapagem” desnecessária na estrada rumo ao liberalismo. A única descontinuidade que se poderia atribuir à revolução residiria no plano das “mentalidades”, no qual se poderia detectar o surgimento do que ele chamou de “ideologia democrática”.

A tese da revolução burguesa foi primeiro contestada pelo britânico Alfred Cobban, que lhe chamou “interpretação social da revolução”. Usando como argumento a composição da Assembleia francesa do período da Revolução, quis provar com isso que não eram propriamente capitalistas os que se faziam representar ali (Cobban, 1988 [1964]). Ora, como bem ensina o grande jurista soviético Pachukanis, o que caracteriza o Estado capitalista é justamente o facto de que “o domínio de classe não se apresenta como é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume a forma de um aparelho político impessoal” (Pachukanis, 2017: 143), e nesse sentido é a estrutura jurídica do Estado capitalista que resulta do processo da revolução burguesa, não interessando propriamente se são os próprios burgueses que tomam conta diretamente da administração estatal. Desconsiderando isso, Cobban e Furet visam, na verdade, desacreditar a noção de revolução proletária, sendo evidente que o seu alvo verdadeiro é Outubro de 1917.

Desconstruindo um evento paradigmático das mudanças históricas como a Revolução Francesa, processo cuja importância ultrapassa, e muito,

(4) Sobre a coincidência entre o bicentenário da Revolução, a queda do Muro de Berlim e a publicação do artigo de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, Cf. Fontana (1998, 413-438).

a construção da identidade nacional francesa, Furet tinha com alvo a forma da revolução no século XX, a revolução socialista. Para isso foi necessário remover do horizonte historiográfico e político a noção de que rupturas revolucionárias podem ser uma via para alcançar mudanças sociais progressistas (como quiseram alguns historiadores, que comentaremos mais à frente). Nesse sentido *O passado de uma ilusão* não é um ponto fora da curva em sua trajetória. É, aliás, curioso que Furet tenha atribuído à historiografia de esquerda o propósito de ler 1789 à luz de 1917, coisa que, ao se ler o conjunto da sua obra, percebe-se ser justamente seu enfoque.⁽⁵⁾

Poucos anos depois de lançar *O passado de uma ilusão*, Furet morreu em Toulouse, em 11 de julho de 1997. Em sua memória foi publicado o já lembrado *O livro negro do comunismo*, organizado pelo ex-maoísta Stéphane Courtois, que buscou enquadrar o comunismo (no poder e fora dele!) como o responsável pelos maiores crimes contra a humanidade no século XX. O propósito de constituir uma “Nuremberga do Comunismo”, como gosta de falar o líder neofascista francês Jean-Marie Le Pen, não surtiu efeito. Embora tenha tido boas vendas, de certo modo traduzindo o consenso antissocialista e neoliberal da década de 1990, nada comparável a um “tribunal de crimes contra a humanidade praticados pelo comunismo” foi instalado como resultado das denúncias contidas em *O livro negro do comunismo* – muitas das quais foi provado serem falsas ou, pelo menos, graves distorções dos factos (Traverso, 2007:151). De qualquer modo, no plano historiográfico, o que se reforçou no contexto pós-URSS foi a velha teoria do totalitarismo, conjurada explicitamente por Furet, mas que já havia sido submetida a profunda crítica historiográfica na década de 1960, em razão de suas fragilidades e conotações ideológicas.

Outra leitura historiograficamente conservadora importante de se mencionar é a de Ernst Nolte, revisionista que durante um bom tempo se manteve afastado do paradigma totalitarista. Sua leitura endossa um traço comum ao discurso das direitas após a Segunda Guerra Mundial: o de tentar representar

(5) Conforme caracterizou Hobsbawm, a obra de Furet sobre a Revolução Francesa era “inteiramente dirigida, via 1789, para 1917” (Hobsbawm, 1996: 110). No mesmo sentido, Enzo Traverso escreveu: “Se a historiografia jacobino-leninista da Revolução Francesa esteve prisioneira – desde Albert Mathiez – de uma leitura teleológica que interpreta 1789 à luz de 1917, vendo os jacobinos como antecessores dos bolcheviques, Furet tão pouco está longe dessa visão. Se limita a inverter os códigos, trocando a epopeia revolucionária por um relato totalitário no qual a ‘vulgata leninista’ cede lugar à ‘vulgata liberal’” (Traverso, 2012: 83).

o fascismo como uma “cópia” do bolchevismo.⁽⁶⁾ Segundo Nolte, o extermínio de judeus praticado pelos nazis seria uma “cópia” da “violência asiática” dos comunistas russos (Nolte, 1989), de forma que ele inscreve no horizonte a reabilitação do nazismo, ou sua normalização, como criticou Habermas na década de 1980 (Habermas, 1989), abrindo uma importante controvérsia pública conhecida como *Historikerstreit* (“A querela dos historiadores”) (Cf. Eley, 1988; Madsen, 2000).

Nolte parte do pressuposto de que se poderia colocar em pé de igualdade uma ideologia que prega o extermínio de um povo (“raça”), especialmente dos judeus, com a que prega o fim do capitalismo e das classes sociais. Sua leitura se baseia numa falácia histórica, pois a transposição da tese nolteana para o século XIX levaria a que o movimento pela abolição da escravidão, por exemplo, fosse tomado como “exterminacionista”, já que visava a liquidação de uma classe social, os proprietários de escravos, e seu corolário, a escravização de seres humanos. Comparar a proposta de abolição do capital (e da escravidão assalariada que é seu corolário) com o extermínio de judeus é descabido.

Estas operações de revisionismo histórico, cujos principais protagonistas foram Furet e Nolte, devem ser entendidas como parte de um mesmo movimento, de uma mesma corrente cultural e política que representa “uma guinada historiográfica e cultural de grande relevância” (Losurdo, 2017: 16). Não obstante as diferenças existentes entre esses dois autores,⁽⁷⁾ suas leituras confluem essencialmente no processo de anatemização da revolução social. Nesse sentido, Enzo Traverso fala de uma “frente única”, cujo ponto de unidade seria o “anticomunismo elevado ao *status* de um paradigma histórico” (Traverso, 2007: 139), entendendo “comunismo” aqui de forma abrangente, como todo e qualquer projeto antcapitalista. Qualquer ruptura com o liberalismo burguês seria necessariamente desastrosa (algo “historicamente comprovado”) e, portanto, faríamos bem em aceitar as coisas tal qual elas são – por piores que sejam.

(6) Cf. Nolte (1994). Nolte concebe o fascismo como um fenômeno metapolítico (ou transpolítico), caracterizado por uma resistência contra a modernidade, combinada com a resistência ao que chama de “transcendência prática”, o comunismo/marxismo. Cf. Nolte (1974).

(7) Foge ao escopo deste texto tecer maiores considerações a esse respeito, mas é preciso lembrar que Nolte e Furet protagonizaram uma amigável troca de correspondência sobre suas diferenças em 1996, decorrentes de uma longa nota existente em *O passado de uma ilusão* onde Furet busca distanciar-se da tese nolteana (Furet, 1995: 199-201). Publicado na revista *Commentaire* (números 79 e 80, outono de 1997 e inverno de 1997-1998), o epistolário seria publicado em forma de livro (Cf. Furet & Nolte, 1998).

A soviétologia anticomunista

Como dito anteriormente, esse revisionismo contra a Revolução Soviética que encontramos de modo abundante nas livrarias brasileiras reproduz teses e, de forma mais geral, o *ethos* anticomunista da produção historiográfica ocidental dos anos 1940-50. Desde cedo, o regime soviético estimulou a produção historiográfica acerca do seu surgimento, na forma de revistas e instituições especializadas – naquilo que um especialista brasileiro apropriadamente nomeou de uma “História do Tempo Presente *avant la lettre*” (Segrillo, 2010: 66). Todavia, foi apenas nos anos 1930-40 que o Ocidente – ou, mais precisamente, o Atlântico Norte – passou a desenvolver estudos sistemáticos sobre tais temas dentro das suas principais universidades – em parte sob o impulso da depressão econômica no mundo capitalista frente ao espetacular crescimento da economia soviética sob o estalinismo, em parte sob a necessidade dos governos das grandes potências em ter insumos para compreender seu principal inimigo externo de então e para fazer propaganda interna contra ele. Dessa forma, a produção “ocidental” dessa época foi pesadamente marcada, até meados da década de 1960, pelo contexto da Guerra Fria e pela histeria macarthista que a sustentava (Idem, 72).

A teoria do totalitarismo era a base de sustentação dessa produção. Tanto na lavra mais sofisticada de Hannah Arendt, em seu livro *The Origins of Totalitarianism* (1949),⁽⁸⁾ quanto na vulgarização proposta pelos politólogos Carl J. Freiderich e Zbigniew Brzezinski, em *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (1956), sua proposição desloca a comparação entre os regimes fascista da Itália e do Terceiro Reich para comparar este com a URSS estalinizada.⁽⁹⁾ A função ideológica dessa teoria para os interesses geopolíticos dos EUA durante a Guerra Fria não é difícil de notar: unir num mesmo conceito os inimigos de ontem (a Alemanha nazista) com o inimigo de então (a URSS), esquecendo-se do papel decisivo da URSS na derrota das potências do Eixo. No que toca ao tema da revolução, a teoria do totalitarismo apaga qualquer distinção entre revolução e contrarrevolução.⁽¹⁰⁾

(8) Losurdo assinala que, em *The Origins of Totalitarianism*, a autora ainda busca diferenciar a ditadura revolucionária de Lenine do terror totalitário de Estaline, uma posição que irá desaparecer na obra posterior da filósofa, particularmente com *Sobre a Revolução*, de 1963. Cf. Losurdo (2017: 21-26).

(9) Para uma reconstituição crítica do conceito, cf. Traverso (2001) e Losurdo (2006). Para uma detalhada crítica de sua aplicação no caso dos estudos do fascismo/nazismo, ver Paxton (2007: 345-350).

(10) Como bem assinalou Arno Mayer: “Em seu plano monocromático, os revolucionários

Assim, mais do que um mero paradigma problemático do ponto de vista metodológico e teórico, a compreensão da realidade social centrada no conceito de totalitarismo estava diretamente vinculada a uma visão apologética da política, que erguia a limitada democracia liberal burguesa ao patamar mais elevado e correto de se fazer política, contrapondo-se a projetos de transformação centrados na autonomia e agência das grandes massas populares.

Através da perseguição mais ou menos direta a acadêmicos que não demonstravam hostilidade à URSS e ao comunismo em seus estudos (indo do isolamento institucional à demissão e mesmo à prisão), somada ao financiamento pesado (privado e estatal) daqueles cuja produção rezava pela cartilha macarthista, foi forjado um verdadeiro consenso sobre a experiência soviética. Consenso esse que girava em torno de uma narrativa padrão segundo a qual a URSS era um regime “totalitário”, que havia sido minunciosamente planejado desde o surgimento da fração bolchevique da social-democracia russa, ainda nos primeiros anos do século XX, e posto em prática graças a um golpe de Estado executado, em Outubro de 1917, por uma audaz minoria de fanáticos armados e sedentos de poder.

Um elemento central da obra destes soviétólogos, como ficaram conhecidos os especialistas na URSS, era o que o historiador Stephen Cohen apelidou criticamente de tese da continuidade: a noção de que havia uma linha reta entre a publicação do *Que Fazer?* por Lenine, em 1902, e os *gulags* estalinistas; entre os primeiros anos da experiência revolucionária soviética e o regime altamente antidemocrático consolidado nos anos 1930 – em suma, entre bolchevismo e estalinismo. Os soviétólogos podem ser caracterizados como uma escola *totalitarianista*, dada a centralidade da categoria de totalitarismo para as suas análises. Através dela, encaravam que a sociedade produzida pela Revolução Soviética era, desde seus primeiros momentos, um “monólito”, mantido de pé exclusivamente através de sistemática propaganda e da repressão na forma do “terror”, sem haver o mínimo espaço para dissidências e disputas políticas.⁽¹¹⁾

Analisando em detalhes essa tese da continuidade, Cohen acusou os soviétólogos de serem orientados por um “determinismo monocausal”, uma vez que reduziam os eventos da história soviética a consequências diretas das

.....
e contra-revolucionários tornaram-se totalitários empenhados em submeter primeiramente o seu próprio país, e em seguida o mundo, a um sistema de permanente opressão, exploração e desumanização” (Mayer, 1977 [1970]: 30).

(11) Para um balanço detalhado dessa produção, ver Cohen (1985).

ações e desejos das lideranças do Partido Bolchevique/Comunista, imputando assim um caráter de inevitabilidade à história (Cohen, 1985: 43-44). Por detrás desse determinismo, residia um método analítico que avaliava “o passado nos termos do presente, os antecedentes nos termos dos resultados” (Idem, 52), possuindo assim caráter verdadeiramente teleológico.

Tais características marcaram as análises soviétólogas com uma perspectiva consideravelmente a-histórica, a partir da qual seus adeptos se tornaram incapazes de integrar nelas as diversas mudanças que marcaram o Partido Bolchevique e o regime soviético ao longo das primeiras décadas da nova formação social inaugurada pela revolução (Idem, 23). Em síntese, para mais uma vez recorrermos às palavras de Cohen, “preconceitos cegos, rótulos, imagens, metáforas e teleologia assumiram o lugar de explicações reais” (Idem, 6). Dois expoentes dessa literatura de *cold warriors* foram os historiadores Robert Conquest e Richard Pipes, ambos ligados a agências governamentais estratégicas de seus países nas décadas da Guerra Fria (o Foreign Office britânico e a CIA dos EUA, respectivamente).

A história social da Revolução Soviética: revisionismo em chave positiva

Apesar da força obtida pela escola totalitarista, ao longo dos anos 1960-70 foram desenvolvidos uma série de novos estudos que contestaram o cânone soviétólogo e demonstram a existência de profundas descontinuidades entre os primeiros anos da experiência soviética e o regime estalinista dos anos 1930, bem como desconstruíram teses como a de que os bolcheviques “planejaram” tal regime, de que a Revolução de Outubro foi um mero “golpe”, no qual as massas se mobilizaram apenas graças à hábil manipulação, etc.

Nascida num contexto internacional de massivas mobilizações populares que contestavam tanto o capitalismo quanto o estalinismo no interior do bloco soviético, tal produção, centrada na concepção da “história vista por baixo”, introduziu as massas na história e constituiu uma escola de história social da Revolução Soviética e da URSS. Tratou-se, portanto, de uma revisão historiográfica que fez avançar o saber histórico acumulado, aprofundando sobremaneira ao se confrontar com as teses da escola totalitarista. Nesse sentido, pode-se falar dessa produção como um “revisionismo em chave positiva” e, de facto, esses investigadores reivindicavam-se “revisionistas” (Cohen, 1985), confirmando o caráter “camaleónico” que especialistas atribuem ao termo (Cf. Traverso, 2017: 18), no sentido de que pode tanto ser reivindicado no sentido de uma produção que busca repensar e inovar em determinada

área de estudos, quanto ser utilizado no sentido de uma acusação pejorativa a determinada produção (portanto, em chave negativa).

Suas pesquisas demolem a tese de que a Revolução foi um “golpe” perpetrado por uma “minoría”, ao demonstrarem que a instauração do regime soviético se baseou em ampla mobilização das massas operárias e camponesas, conforme sustentam os estudos dos historiadores Alexander Rabinowitch (Cf. Rabinowitch, 1991 [1968]; Id. 2007 [2004]) e David Mandel (Cf. Mandel, 1983; Id., 1984). Massas essas que não foram “manipuladas” pela oratória “oportunista” dos bolcheviques, nem viam a política como algo “exterior” à sua própria ação, mas possuíam um alto grau de clareza política, pois se encontravam colegiadas em organismos de autogestão baseados num modelo de democracia direta, nos quais o debate e disputa entre forças adversárias era constante (organismos entre os quais constavam não apenas os soviets, mas também comitês de fábrica, comitês de bairro, etc.).

Podem mencionar-se também nessa escola da história social pesquisas que demonstraram a conquista pela revolução de diversos direitos e melhorias sociais para diferentes setores da sociedade oprimida pelos grilhões do czarismo e a sua posterior reversão por parte do regime estalinista, especialmente em esferas como a da emancipação das mulheres, abordada pela mencionada Wendy Goldman, que deu a devida importância ao *Jenotdiél* (Departamento de Mulheres do Partido), criado em 1919 e ativo na auto-organização das mulheres e conquista de seus direitos sob o novo regime, até ao seu encerramento em 1930 (no contexto da ascensão da burocracia estalinista) e no retrocesso dessa pauta (Goldman, 2014); dos homossexuais, abordada por Dan Healey (Healey, 2002); e dos trabalhadores fabris de Petrogrado, abordados por Kevin Murphy (Murphy, 2005). Diante de tais estudos, a tese da continuidade não pode se sustentar.

Naquilo que se refere ao próprio bolchevismo, pode-se mencionar uma miríade de pesquisas de nomes como os mencionados Alexander Rabinowitch e Moshe Lewin, além de Israel Getzler, Monty Johnstone, o já mencionado Stephen Cohen, John Marot, entre outros, que demonstraram a existência de profundas mudanças entre os primeiros anos pós revolução e o regime estalinista da década de 1930 em diante, sendo insustentável a ideia de uma “continuidade” ou mesmo “consequência lógica” entre ambos. Mudanças que se expressam, por exemplo, no regime político pós revolução, originalmente governado por um gabinete multipartidário e cuja censura/repressão se limitava aos elementos efetivamente contrarrevolucionários; bem como à forma de funcionamento do Partido Bolchevique/Comunista, que mudou

do centralismo democrático para o centralismo burocrático; e nas próprias ideias defendidos pelo partido, que mudaram da revolução mundial para o “socialismo num só país” (Cf. Getzler, 1985: 37; Johnstone, 1985: 113-142; Marot, 2012).

E tais mudanças não ocorreram sem resistências vindas das próprias fileiras bolcheviques, nas quais supostamente predominava um “monolitismo” e uma “sede pelo poder total” e que supostamente almejavam o regime estalinista desde pelo menos 1902. Resistências essas que foram mapeadas por diferentes trabalhos, entre os quais vale destacar os do historiador Pierre Broué (Broué, 1973[1962]; Id., 2008[2003]). Nelas, inclusive, é necessário contabilizar o próprio Lenine, supostamente o artífice “maquiavélico” do estalinismo, que, na realidade, foi um dos primeiros a se levantarem contra a degeneração burocrática da revolução e contra o próprio Estaline, conforme demonstrou o historiador Moshe Lewin (Lewin, 2008 [1967]).

A manutenção do cânone soviétólogo: revisionismo totalitarianista

Não obstante a relevância dessa produção, quando do colapso do bloco soviético e do ascenso internacional do projeto neoliberal, alguns dos principais representantes da soviétologia dos anos 1950-60 retornaram ao mercado editorial, com obras nas quais reivindicavam a validade de suas antigas teses. Entre estes encontravam-se os mencionados Pipes e Conquest, que, desde os EUA e a Inglaterra (respectivamente), haviam recebido rios de dinheiro de agências estratégicas dos governos de seus países e de grandes fundações empresariais (como Ford e Rockefeller) no auge da Guerra Fria para que produzissem uma narrativa histórica fundamentalmente hostil à experiência soviética.

Ainda agarrando-se ao paradigma totalitarianista em que assentou a soviétologia, em suas velhas-novas obras dos anos 1990 tais autores alegaram – e seguem alegando, no caso de Pipes – que foi a (parcial) abertura democrática de Gorbachev que destruiu o bloco soviético, dada a suposta incompatibilidade intrínseca entre democracia e o “totalitário” projeto “comunista” vigente no Leste Europeu.

Por ignorarem a rica produção surgida a partir dos anos 1960, pode-se caracterizar a reafirmação das já refutadas teses soviétólogas por figuras como Pipes e o falecido Conquest como parte da operação revisionista discutida na primeira parte deste texto, e à qual se somam os mencionados Service e Gellately, entre outros. Um revisionismo, portanto, com um sinal muito

diferente daquele da escola de história social que emergiu em meados da década de 1960.⁽¹²⁾

Pode-se falar, assim, numa escola totalitarista de revisionismo acerca da Revolução Soviética e da história da URSS. Mas esta não é a única. Há outras narrativas diversas que se chocam com o saber histórico acumulado, com o intuito mais ou menos explícito de condenar a experiência soviética como forma de afirmar a validade eterna do capitalismo contra todo e qualquer tipo de projeto antissistêmico. Entre essas outras narrativas vale destacar e analisar de forma mais detida uma em particular, que se encontra mais sintonizada com o atual *mainstream* acadêmico naquilo que concerne às suas bases teóricas, ainda que também se estruture em torno da tese da continuidade entre bolchevismo e estalinismo – ou, mais precisamente, uma versão reciclada dela.

O revisionismo culturalista sobre a Revolução Soviética e a sua relação com Furet

Conforme apontado, as análises da escola totalitarista de revisionismo não só são estruturadas em torno de uma apologia da ordem liberal burguesa, como são inteiramente perpassadas por problemas conceituais e empíricos. Ignorando – e, na verdade, chocando contra – as contribuições da escola de história social, esses autores revisionistas focam seus esforços em apresentar a experiência soviética e o ideal comunista como “atrocidades que jamais devem ser repetidas”. No campo acadêmico, no entanto, seus trabalhos são vistos com desconfiança. Não à toa, apesar do sucesso editorial de *O passado de uma ilusão* e do *Livro negro do comunismo*, bem como das obras pós queda do Muro de Berlim de autores como Pipes e Conquest – e da visibilidade que eles mantêm até hoje –, referências a essas obras são escassas em periódicos especializados na história da Revolução Soviética e da URSS.

Mesmo na França de Furet tais obras são muito rejeitadas entre especialistas, conforme explicitado por Bernard Pudal, um dos organizadores de uma volumosa coletânea sobre as diferentes facetas do comunismo ao longo do século XX (*O século dos comunismos*, 2002), publicada no início do século XXI. Numa entrevista, este afirmou que Furet e Courtois “repu-diavam todas as aquisições da história social” e adotavam uma abordagem

(12) Para uma apreciação sobre as diferentes operações revisionistas na historigografia, cf. Traverso (2017).

essencialista e redutora da história do comunismo – em suas palavras, “as representações qualificadas como ilusórias no trabalho de Furet e a criminalidade, em Courtois”. Nesse sentido, Pudal apresentou sua coletânea como uma tentativa de fornecer ao público leitor francês um material superior ao de ambos (Pudal, 2009).

Não obstante os problemas que perpassam as análises de Furet, Courtois, Pipes, Conquest, Service, Gellately e afins, a necessidade política de uma hostilidade ao projeto comunista permanece, especialmente pelo facto de as primeiras décadas do século XXI estarem sendo marcadas em boa parte do globo por poderosas ondas de lutas, que questionaram e seguem questionando – principalmente depois da crise económica internacional de 2008 – o consenso neoliberal, que havia predominado nas décadas de 1980-90.

Assim, certos historiadores têm se dedicado a realizar uma “atualização” das leituras hostis à experiência soviética, através de narrativas mais bem sintonizadas com os atuais paradigmas predominantes no meio académico, substituindo o hoje já bastante questionado paradigma totalitarista por um culturalista. Nessa empreitada revisionista, aqueles se apegam à produção de Furet acerca da Revolução Francesa como um tipo de modelo interpretativo, ainda que rejeitando a sua produção posterior que trata diretamente do comunismo e da URSS (até como uma forma de assumir distância devido à rejeição de *O passado de uma ilusão* no meio académico especializado) – como se fosse possível estabelecer um corte epistemológico na obra do historiador francês.

Sintoma do crescimento dessa empreitada revisionista, até mesmo na mencionada coletânea crítica ao legado “furetiano” organizada por Pudal, é possível encontrar teses evidentemente “furetianas” acerca da Revolução Soviética, ainda que estas não sejam uma mera reprodução das ideias presentes no último livro de Furet. A defesa destas teses, conforme feita pelos revisionistas presentes em tal coletânea, bem como por alguns outros autores, tem por base a rejeição de *O passado de uma ilusão* (bem como do *Livro negro...*) e a proposta de um retorno ao “Furet original” de *Pensar a Revolução Francesa*. É, de certa forma, uma tentativa de ser “mais furetiano que Furet”, no sentido de tentar aplicar “melhor” do que o próprio as suas teses ao caso soviético. Constituiu, portanto, o que podemos chamar com precisão uma escola furetiana, ou escola furetiana-culturalista (por conta da sua sustentação teórica) de revisionismo da Revolução Soviética.

Conforme a crítica de um desses historiadores revisionistas, Claudio Sergio Ingerflom (responsável pela secção sobre a Revolução Russa na mencionada

coletânea), o Furet de *O Passado de uma ilusão*, bem como seus simpatizantes, teria incorrido numa “contradição” ao encarar a Revolução de Outubro como o “marco zero” de uma nova sociedade (Ingerflom, 2004: 133). Essa “má aplicação” das teses furetianas pelo próprio Furet e por seus seguidores, Ingerflom e outros revisionistas buscam “corrigi-la” através da negação de que a revolução e a experiência soviética subsequente representaram uma ruptura política e social significativa em relação ao regime czarista. Assim, tentam deslegitimar a experiência e o projeto revolucionário internacional nela fundamentado, realizando uma apologia implícita (e às vezes até mesmo explícita) do liberalismo burguês.

Para traçarem supostas continuidades fundamentais entre o antes e o depois da Revolução Soviética, esses revisionistas resgatam a suposta primazia das “mentalidades” e da esfera cultural presente em *Pensar a Revolução Francesa*, aproximando-o do *mainstream* culturalista atual. Em relação a esse aspecto, destaca-se o uso sistemático por parte de tais historiadores do difuso conceito de “cultura política” como forma de indicar que a esfera cultural é determinante sobre o comportamento humano e dotada de autonomia em relação às demais esferas.⁽¹³⁾ Tal abordagem pressupõe negar ou simplesmente ignorar a esfera social, particularmente no que tange às relações de produção e de propriedade, onde profundas descontinuidades/rupturas podem ser observadas a partir da Revolução Soviética.

Ademais, como não poderia deixar de ser, esses historiadores precisam de resgatar a já amplamente refutada tese soviétóloga, segundo a qual o estalinismo era, se não exatamente a mesma coisa que o bolchevismo, uma “consequência lógica” dele, ignorando as também profundas descontinuidades/rupturas existentes ao longo dos primeiros anos pós revolução e o regime estalinista da década de 1930. Por fim, para elaborarem essa tese de uma continuidade entre a Rússia czarista e a Rússia soviética, retomam a ideia de Furet da ruptura histórica enquanto um mero “mito” autolegitimador criado pelas lideranças do processo revolucionário, neste caso, o Partido Bolchevique/Comunista.

Ao proporem tais teses, a proximidade desses historiadores com Furet fica evidente não apenas pela sua tentativa de transpor para a Revolução Soviética as teses daquele sobre a Revolução Francesa. Pois, ao fazê-lo, eles incorrem no mesmo tipo de operação historiográfica que Furet havia realizado,

(13) Sobre a imprecisão do conceito de cultura política, ver Formisano (2001). Sobre seu sentido de determinismo cultural, ver Cardoso (2012: 52) e Mattos (2014: 70 e 84-86).

isto é, uma revisão do saber histórico que é politicamente orientada e que, na tentativa de produzir insumos historiográficos para salvaguardar o capitalismo, realiza graves distorções ou mesmo falsificações, chocando com o saber histórico já acumulado e aperfeiçoado a partir de rigorosas pesquisas.

Nessa construção revisionista de uma tese da continuidade entre czarismo, bolchevismo e estalinismo pela via cultural, o mencionado Ingerflom “explica” a capacidade do Partido Bolchevique/Comunista de ter liderado a Revolução de Outubro e alcançado o governo através de um suposto atraso de “mentalidade” das massas russas, que estariam de alguma forma familiarizadas com uma “exteriorização” da política. Exteriorização essa que operava pela submissão da política à religião sob o czarismo e pela “ideologia científica” do marxismo entre os bolcheviques, que teriam, assim, dado continuidade a uma suposta ausência de “autonomia” de atuação dessas massas (Cf. Ingerflom, 2004: 137).

Outra característica de continuidade levantada por Ingerflom é sua afirmação de que o “terror”, entendido enquanto o emprego sistemático, em larga escala, da violência como forma de atuação política, seria não só “inerente” ao projeto bolchevique, como também ao conjunto da “cultura política russa” (Idem, 135). E seu colega Peter Holquist defende essa tese de forma ainda mais enfática, afirmando que os bolcheviques possuíam uma “natureza intrinsecamente maniqueísta e agressiva”, a qual seria fruto de um longo período de crise (de 1914 a 1921), no qual a violência havia se tornado uma marca fundamental da política russa como um todo. Daí, defende que pensar a Revolução Soviética enquanto uma ruptura significa remover o bolchevismo de seu suposto “contexto histórico” e, portanto, não compreender as origens dessa sua violência “intrínseca” (Holquist, 2004: 167-169).

Focando nessa questão da violência e do terror, sem diferenciar entre seu uso enquanto parte de um regime autocrático (o czarismo), sua presença num momento de guerra civil (os primeiros anos do regime soviético) e seu uso enquanto parte de um outro regime não democrático, mas assentado sob bases sociais radicalmente distintas (o estalinismo), Holquist conclui que a única mudança significativa da revolução teria sido a “modernização das formas de intervenção do Estado” – isto é, do emprego da violência. Indo mais além nessa tentativa de estabelecer elementos de continuidade sem levar em conta os contextos sócio-políticos extremamente distintos em que se deram, esse historiador afirma ainda a existência de uma “cultura tecnocrática e coletivista” ao longo do período de 1914-21, a qual se expressaria, por exemplo, no uso de políticas de aprovisionamento de cereais ou da produção

industrial por parte do czarismo, do Exército branco contrarrevolucionário, do regime soviético dos tempos da guerra civil (o “comunismo de guerra”) e do regime estalinista (Idem, 143-44, 157, 160 e 166).

Nesse sentido, Holquist explicita a sua defesa de uma nova tese da continuidade, que abarcaria o czarismo e o estalinismo, ao reproduzir a afirmação do historiador William Rosenberg de que o bolchevismo seria “essencialmente a continuação do passado sob uma forma radicalizada, e não uma ruptura revolucionária com esse mesmo passado” – um eco direto das leituras de Furet sobre a Revolução Francesa (Ibid, 160).

Colocando igual ênfase na esfera cultural e das “mentalidades”, Gábor Rittersporn afirma que a “violência implacável” dos bolcheviques era em parte fruto de supostas “práticas sociais inerentes ao cotidiano soviético” e que o caráter “centralizado” do regime estalinista teria sido fruto do “desejo [por parte dos bolcheviques] de afirmar a hegemonia do regime em todos os domínios da vida social e política”. Evidentemente, Rittersporn não diferencia o regime estalinista daquele dos primeiros anos da experiência soviética (Rittersporn, 2004: 172, 177 e 188).

Outro historiador que reproduz essa tese da continuidade culturalista compartilhada por Ingerflom, Holquist e Rittersporn é Bruno Groppo. Este nem sequer é um especialista no tema, mas ainda assim possui certa visibilidade, por seus estudos acerca dos Partidos Comunistas francês e italiano e memórias traumáticas da Europa no século XX, possuindo importante influência entre historiadores latinoamericanos. Groppo igualmente enxerga o bolchevismo (sempre indiferenciado do estalinismo) enquanto representante de um projeto político autoritário cujas origens seriam explicadas por uma “cultura política” e por uma “tradição de despotismo” que supostamente seriam próprias da Rússia (Groppo, 2008: 120).

Mesmo reconhecendo que ocorreram mudanças importantes entre os primeiros anos do regime soviético e a forma que este assumiu sob Estaline, este historiador não se detém em explicar o porquê, dando a entender que a mudança foi intencional, como se uma forma de os bolcheviques se impoem às massas. Ademais, Groppo revive a velha afirmação soviétóloga de que a Revolução de Outubro teria sido “essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força” e “explica” a falta de democracia do regime estalinista pela ideia de que os bolcheviques estariam “absoluta e fanaticamente convencidos de ser [sic] os únicos detentores da verdade” (Idem, 116-18 e 120-21). Mas Groppo vai mais além na transposição das teses do “Furet original” para a análise da Revolução

Soviética, pois ele afirma que tal revolução teria possuído um caráter “ilusório”, de um “mito” forjado pelos vencedores – tal qual, para Furet, os jacobinos teriam feito ao difundirem a noção da Revolução Francesa enquanto uma ruptura histórica –, como forma de dar bases a uma “religião política” de alcance internacional, o comunismo (Idem, 125).⁽¹⁴⁾

Vê-se, através dos exemplos acima, que a junção feita por esses historiadores das teses de Furet acerca da Revolução Francesa com as velhas teses soviéticas acerca da Revolução Soviética e do bolchevismo, resulta numa atualização culturalista destas últimas, incorrendo num abandono do saber acumulado por anos de minuciosas pesquisas, especialmente as desenvolvidas pela escola de história social. São, assim, uma tentativa mais sofisticada de revisionismo do que a representada pelas obras de Gellately e Service mencionadas no início deste texto (a escola totalitarista), não obstante toda a propaganda em torno do uso de novas fontes de pesquisa por parte destes autores. Cabe sublinhar que Kotkin, também mencionado no começo do texto, apesar de não se enquadrar exatamente na escola culturalista/furetiana, segue caminho parecido, no sentido de produzir uma narrativa anticomunista, sem necessariamente reproduzir as teses dos *cold warriors*/totalitaristas.

A influência desse revisionismo também é notada de forma difusa em obras cujo apelo supostamente “renovador” sensibiliza especialistas. Considerado inovador por historiadores respeitáveis como Hobsbawm (1998: 264)⁽¹⁵⁾ e Segrillo (2010: 83), Orlando Figes é outro a endossar a tese da continuidade em chave culturalista. Em seu influente livro *A tragédia de um povo* (Figes, 1999) dedicado à história da Rússia entre 1890 e 1924, resultado de um trabalho de pesquisa monumental com ampla documentação, tanto de fontes estatais como das produzidas por organizações sociais, Figes afirma em sua conclusão que o bolchevismo era basicamente uma força liberticida: “Consequência de séculos de servidão e governo autocrático, que mantiveram a gente comum impotente e passiva, foi a fraqueza da cultura democrática russa que permitiu ao bolchevismo prosperar” (Figes, 1999: 989). Outubro de 1917 aparece, mais uma vez, como um ponto de continuidade na “tragédia” do povo russo, essencialmente acostumado ao despotismo, segundo essa

(14) Cabe sublinhar que essa sua ideia do caráter “mitológico/religioso” do comunismo havia sido proposta de forma quase idêntica pelo historiador brasileiro Jorge Ferreira de Sá, que a aprofunda a partir do uso da antropologia religiosa e de comparações entre a forma de militância comunista e as seitas cristãs (Ferreira, 1998). Uma crítica detalhada das análises de Ferreira pode ser encontrada em Sena Júnior (2014: 112-118).

(15) Esse é um dos pontos da crítica de Murphy a Hobsbawm (Cf. Murphy, 2008).

suposição: “Pode-se traçar uma linha direta entre a cultura que acorrentava o servo e o despotismo bolchevique” (Idem, 1990), conclui Figes. Difícil é não concordar com Haynes e Wolfreys, para quem *A tragédia de um povo* ajuda a constituir um ambiente cultural onde trabalhos como o de Richard Pipes podem prosperar (Haynes & Wolfreys, 2007: 15).

A tese da continuidade pró estalinismo

Outro tipo de revisionismo que leva água ao moinho dessa corrente principal é o expresso numa série de obras que, nos anos pós colapso da URSS, vêm se dedicando à reabilitação histórica de Estaline, dirigente soviético cujo governo foi marcado por perseguições e uma orientação desastrosa para o movimento comunista internacional. Nomes de intelectuais marxistas que até hoje são tidos como inovadores em suas respectivas áreas de pesquisa, como Evgeni Pachukanis e Isaak Rubin, e de revolucionários decisivos na insurreição de Outubro, como Leon Trotsky e Nikolai Bukharin, estão entre suas vítimas. Ademais, seu governo retrocedeu uma série de conquistas sociais e políticas da Revolução e consolidou um regime ditatorial onde a democracia radical dos soviets desapareceu de vez.

Durante a existência da URSS, especialmente no período de Estaline, os manuais de história (constantemente reescritos a cada nova purga ou viragem política no Partido Comunista) eram basicamente o reflexo invertido da produção soviética, no sentido de também afirmarem a “tese da continuidade”, porém em chave positiva: o regime dos anos 1930 não era uma ruptura em relação ao estabelecido em outubro de 1917, mas sua continuidade direta. Estaline era, assim, apresentado como pupilo de Lenine e continuador de sua obra.

Entre os que buscam reafirmar essas teses em tempos recentes, ignorando e indo na contramão das contribuições da história social, destacam-se nomes como o de Grover Furr, professor de literatura medieval na Montclair State University (EUA), que apresenta o “Relatório Khrushchev” (1956), no qual o próprio regime denunciou alguns dos crimes de Estaline, como um conjunto de completas “mentiras”, negando que a Era de Estaline tenha sido marcada por repressão a dissidentes, construção de um culto da personalidade, etc. (Cf. Furr, 2011). Furr vai tão longe na ratificação de todo e qualquer ato de Estaline que chega a endossar como uma de suas principais fontes contra as narrativas críticas elaboradas por Leon Trotsky e seus aliados os autos dos infames e farscos “Processos de Moscovo”, nos quais a velha guarda do

Partido Bolchevique foi forçada a “confessar” crimes diversos e que o regime de Estaline apresentou como uma purga contra uma burocracia supostamente contrarrevolucionária e contra supostos “trotskistas” acusados de serem financiados pelo regime nazi (Cf. Furr, 2015).

Outro exemplo é Ludo Martens, que foi dirigente de uma organização socialista belga e que buscou apresentar como falsas as informações sobre a brutal violência que marcou a coletivização forçada da agricultura na década de 1930 e o uso em larga escala de campos de trabalho forçado, bem como sua função política, ao serem cárceres para os críticos do regime. Segundo Martens, apenas contrarrevolucionários pró capitalismo e czaristas eram enviados para os *gulags*, e ainda assim em pequeno número (Cf. Martens, [1994]). Ambos estes autores, inclusive, igualam as revoltas e revoluções pró socialismo democrático ocorridas no interior do bloco soviético nos anos 1950-60 com os movimentos nacionalistas e pró restauração capitalista de finais dos anos 1980, inclusive reduzindo-os a uma “infiltração imperialista” ou mesmo “fascista” (Cf. Furr, 1982 e Martens, 2016 [1991]).

Mesmo um filósofo tão sofisticado na crítica ao pensamento da direita como Domenico Losurdo escreveu uma biografia sobre Estaline onde trata as purgas da década de 1930 como uma “guerra civil” que dividiu “o grupo dirigente bolchevique” e “assumiu a crueldade de uma guerra religiosa” (Losurdo, 2010: 96) – uma verdadeira ginástica argumentativa, pois que guerra civil estranhíssima é essa onde só um lado morre? Além disso, reabilita a mitologia presente na mal afamada *História do Partido Comunista da União Soviética*, a história oficial estalinista publicada em 1938, e que reproduz calúnias como a de que Bukharin estaria envolvido num complô para derrubar Lenine por ocasião do tratado de Brest-Litovsk (1918), além de todo o cortejo de acusações de “trotskismo” aos críticos marxistas dos rumos do Estado soviético.⁽¹⁶⁾ Trabalhos como esse tornam plausível a velha tese da continuidade essencial entre a Revolução de Outubro e o regime estalinista, da mesma forma que o revisionismo liberal, somente trocando a chave demonológica pela hagiográfica.

Revolução ou golpe?

Esse revisionismo peculiar que surge em intelectuais que (numa acepção ampla) se localizam na esquerda política pode ser encontrado também na

(16) Sobre esse *revival* do estalinismo, valem as linhas de Bianchi (2013: 81-108).

produção do historiador brasileiro Daniel Aarão Reis Filho, que aborda a temática da Revolução Soviética através de um revisionismo mais nuançado. Aarão Reis é provavelmente o historiador brasileiro que escreveu os textos mais populares sobre a Revolução Russa publicados no Brasil nas últimas décadas. É extremamente lido entre professores do ensino básico, universitário e mesmo na intelectualidade extra acadêmica, com livros presentes nas principais coleções – como *Tudo é História* da editora Brasiliense (Reis Filho, 1986) e *Revoluções do Século XX* (Reis Filho, 2003). No centenário do evento não poderia deixar de contribuir com um novo livro (Cf. Reis Filho, 2017b), onde basicamente reitera a perspectiva que vem figurando em seus trabalhos desde a década de 1990. Senão, vejamos.

Colocando-se a frequente pergunta de se Outubro de 1917 teria sido uma revolução ou um golpe, Reis – ignorando a produção da escola de história social que lida diretamente com o assunto, como as obras do mencionado Rabinowitch, mas também buscando não se identificar completamente com o revisionismo liberal – defende a hipótese de que se tratou das duas coisas. A elaboração dessa hipótese teve uma evolução peculiar. Em seu livro *A revolução perdida*, de 1997, publicado no contexto dos 80 anos da revolução pela fundação do Partido dos Trabalhadores, ele a apresentou do seguinte modo:

a insurreição de outubro foi um golpe vitorioso, mas não vitorioso porque golpista, mas porque se combinou com o atendimento a reivindicações das amplas maiorias. Neste sentido, em larga medida, realizava-se a democracia, enquanto prevalência da vontade da maioria (Reis Filho, 1997: 80).

Em suma, embora apareça a palavra golpe, o historiador toma o episódio em chave positiva, vinculando-o à democracia. Alguns anos depois, no livro *As revoluções russas e o socialismo soviético*, de 2003, publicado como parte de uma coleção de bolso da editora da UNESP, retomou a questão da seguinte forma:

Golpe ou revolução? A análise das circunstâncias sugere a hipótese de uma síntese: golpe e revolução. Golpe na urdidura, decisão e realização da insurreição, um funesto precedente. A política dos *factos consumados*, empreendida por uma vanguarda que se arroga o direito de agir em nome das maiorias. Revolução nos decretos, aprovados pelos soviets, reconhecendo e consagrando juridicamente as aspirações dos movimentos sociais, que passaram imediatamente a ver no

novo governo – o Conselho dos Comissários do Povo, dirigido por Lenine – o intérprete e a garantia das reivindicações populares (Reis Filho, 2003: 67).

Assim, o antológico episódio do assalto ao Palácio de Inverno é reduzido a um “funesto precedente”, exemplar da “política dos factos consumados”, resultante da ação “elitista” de “uma vanguarda que se arroga o direito de agir em nome das maiorias”. Portanto, a Revolução Soviética – que na obra de 1997 já era tratada em chave pessimista, como algo que teria sido melhor não ter ocorrido, dado seus caminhos posteriores – aparece mais recentemente com uma origem mais negativa, aproximando assim o bolchevismo do estalinismo, ainda que de maneira subtil.

Essa evolução de Reis rumo a uma condenação mais veemente da revolução pode ser ainda percebida pela forma como ele dialoga, nas duas obras, com a historiografia liberal. Em *Uma Revolução Perdida*, ele fez uma dura crítica a tal historiografia, apresentando sua fixação na caracterização da revolução como golpe como fruto de uma nostalgia da “alternativa capitalista” derrotada em Outubro de 1917 e condenando-a por nunca ter sido capaz de “analisar em profundidade os fundamentos da falência das sucessivas políticas, sempre pelo alto, que pretenderam modernizar o Império sem alterar, ou alterando de forma lenta e segura, quase imperceptível, as estruturas sociais e políticas dominantes” (Reis Filho, 1997: 72). Já no livro de 2003 limitou-se a sintetizar as teses dessa historiografia, sem esboçar críticas a ela, nem abordar suas motivações políticas (Reis Filho, 2003: 66).

Uma questão central: quem de facto defendeu a democracia em 1917?

Tendo em mente as mencionadas contribuições da história social, fica evidente que a única justificativa para o resgate, realizado pelos diferentes revisionismos, da identificação entre bolchevismo e estalinismo e, mais ainda, entre ambos e o czarismo, bem como de teses sobre o suposto carácter “golpista” da revolução, é uma apologia liberal-burguesa do capitalismo, via condenação do projeto revolucionário comunista. A forma como os revisionistas furetianos/culturalistas abordam o Governo Provisório, situado entre o derrube do czarismo (fevereiro) e a estruturação de um novo Estado a partir dos soviets (outubro), é bastante demonstrativa disto. Pois este, especialmente o gabinete Kerenski, é tido por tais revisionistas, implícita ou explicitamente, enquanto uma experiência democrática prematuramente abortada, como se esse efêmero governo da burguesia nativa russa de facto tivesse se colocado

ao serviço da maior parte daquela sociedade, isto é, das massas proletárias e especialmente do campesinato.

Dos autores aqui abordados, Peter Holquist é aquele que faz uma apologia de tal governo de forma mais explícita, deixando claro que considera o liberalismo burguês a forma ideal de regime social e político, donde sua condenação da experiência soviética. Para ele, o Governo Provisório teria sido “verdadeiramente revolucionário”, por ter se apresentado “explicitamente como a antítese do ‘Antigo Regime’ deposto” – ao passo que o regime soviético, como visto, teria constituído uma mera continuação “radicalizada” das práticas czaristas (Holquist, 2004: 158-159). Ademais, Holquist afirma que, enquanto aquele teria “apostado na força da persuasão e da liberdade”, este teria apostado na “força da coação”, elevando-a a “níveis sem precedentes”. E tenta ainda atribuir ao Governo Provisório algumas medidas legais que, impostas pela força revolucionária das massas organizadas nos soviets, não obstante só se concretizaram legalmente após Outubro. Nesse sentido, ele dá especial atenção ao monopólio estatal sobre o comércio dos cereais, como se tivesse consistido numa grande solução do problema agrário. Já a distribuição de terras, energicamente defendida pelos bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda e que se tornou a primeira medida legal do regime soviético, nem sequer é mencionada (Idem, 158-161).

A ideia de que o Governo Provisório teria consistido numa experiência capitalista democrática “abortada” pelo suposto totalitarismo e/ou terror bolchevique é inteiramente contrafactual. Pois a burguesia russa à época da revolução de fevereiro se tornara cada vez mais incapaz de se apresentar enquanto defensora dos princípios liberais e de atender às reivindicações das massas populares. Seu partido (Cadete), sob a liderança de Pavel Miliukov, buscou a conciliação com os escombros do czarismo, primeiro através da proposta de uma monarquia constitucional, encabeçada pelo irmão do czar (que rejeitou assumir o trono, temendo por sua vida), e depois erguendo um primeiro governo provisório – formado a partir de acordos no interior da Duma – encabeçado pelo príncipe Lvov.

Tanto esse primeiro governo, quanto o encabeçado pelo “socialista” Kerenski, que assumiu em julho – ambos integrados e sustentados pelos cadetes – se esforçaram por manter o país na guerra, a despeito da crescente oposição por parte dos soldados e trabalhadores. Também não adotaram nenhuma medida em prol da autodeterminação das várias nacionalidades oprimidas pelo czarismo e seu chauvinismo grão-russo. Pelo contrário, Kerenski suprimiu e ameaçou militarmente a Finlândia, após seu parlamento

ter aprovado uma lei garantindo a soberania do país. Em determinado ponto, conforme crescia a revolta das massas diante da falta de melhorias nas suas condições de vida – que, na realidade, seguiam piorando, em decorrência do esforço de guerra –, os cadetes passaram a apostar numa invasão alemã como forma de “pacificar” as massas, que foram momentaneamente detidas pela sangrenta repressão das “jornadas de julho”. Como forma de garantir que tal repressão fosse duradoura, os cadetes apoiaram a tentativa de golpe do general Kornilov, em agosto, que visava extinguir pela força o poder dos soviets. Ademais, a burguesia e seus representantes adiaram ao máximo a convocação de uma Assembleia Constituinte, só tomando para si essa reivindicação após a insurreição soviética ter derrubado o Governo Provisório. A partir de outubro, tal burguesia deu início à guerra civil e cooperou com mais de uma dezena de nações estrangeiras para massacrar a revolução, incluindo aí o governo estadunidense, que tinha planos de instaurar uma ditadura militar favorável aos seus interesses econômicos (Cf. Trotsky, 2009, cap. 9 e 10; Foglesong, 1995).

Foi precisamente a incapacidade da burguesia liberal de atender aos anseios democráticos e econômicos das massas populares que fez que ela não conseguisse se apresentar enquanto alternativa política, abrindo espaço para o poder proletário dos soviets. Nesse sentido, até mesmo o insuspeito historiador conservador Richard Pipes “cobrou” dos liberais russos certa responsabilidade pelo ascenso das ideias comunistas em 1917 (Mendonça, 2014: 95-96). Sobre dita incapacidade, vale lembrar que Leon Trotsky, em seu balanço da revolução derrotada de 1905, fora capaz de delinear qual seria a dinâmica central de uma revolução anti-czarista na Rússia. Segundo sua análise, que se mostrou precisa diante dos acontecimentos de 1917, seriam as massas proletárias e camponesas que assumiriam a realização das tarefas nacional-democráticas (fim da autocracia, reforma agrária, autodeterminação das nacionalidades oprimidas, etc.), dado o atrelamento da burguesia nativa à autocracia fundiária e aos capitais imperialistas, que fazia do seu liberalismo uma ficção. Porém, tomando para si o poder, tais massas não poderiam deter a revolução no patamar liberal-burguês e teriam que adentrar a via socialista – nem que fosse para se preservar da inevitável contrarrevolução burguesa (Trotsky, 2011 [1905]).

Já o Outubro soviético deu origem a uma democracia pluripartidária, baseada no sistema piramidal de representantes amovíveis eleitos a partir dos soviets e do congresso desses órgãos de poder. E isso era parte integral do projeto bolchevique, partido que não apenas “aceitou” a democracia direta

dos soviets, mas efetivamente lutou em sua defesa e a apresentou ao mundo como modelo, através da atuação da Internacional Comunista. De forma semelhante, o caráter multipartidário do regime também não foi algo aceite a contragosto pelos bolcheviques (Cf. Murphy, 2008: 55) – afinal, mesmo nas múltiplas variações de definições que o líder bolchevique Lenine atribuiu ao conceito de “ditadura do proletariado” ao longo dos anos que precederam a revolução de 1917, ele nunca havia definido o “monopartidarismo” como uma de suas características (Johnston, 1985: 130).

Se mencheviques e parte dos socialistas revolucionários (de direita) não se fizeram presentes no primeiro gabinete soviético, foi porque eles próprios se retiraram do massivo II Congresso Pan-Russo dos Soviets, tendo se juntado à burguesia para formar um “Comitê de Salvação Pública” contrarrevolucionário e iniciado o terror branco (Cf. Serge, 2007 [1930]: 97-104). A partir desse momento, conforme apontou com razão o sociólogo marxista Michael Löwy, a única “alternativa histórica” apresentada ao regime soviético foi “o regime de terror branco de Denikin” – o oficial czarista que comandou o Exército Branco até ao começo de 1920, perpetrando execuções em massa, saques e *pogroms* nas províncias do sul (Löwy, 2015: 164-165). Sendo que os exércitos brancos foram fruto direto do financiamento das potências da Tríplice Entente, interessadas em instalar um regime que mantivesse a Rússia envolvida na guerra mundial e evitar que o exemplo revolucionário se espalhasse para o resto do globo (Murphy, 2008: 58).

Por outras palavras, diferentemente do que tentam apresentar os diferentes revisionismos acerca da Revolução Soviética de 1917, esta não foi a negação da democracia, mas a forma pela qual ela efetivamente pôde se materializar de maneira mais plena na situação concreta da Rússia. Que essa democracia só possa ter se materializado através do ataque à burguesia enquanto classe e ao capitalismo enquanto sistema de relações sociais, nos diz muito sobre os limites do liberalismo burguês e mais ainda sobre aqueles que buscam falsificar a história para defendê-lo. No fundo, o compromisso destes não é com a democracia – e, consequentemente, com o interesse da ampla maioria –, mas com o capitalismo.

É verdade que aquela democracia conquistada pela Revolução de Outubro posteriormente sofreu sérios abalos, até ter sido completamente destruída sob o regime estalinista. Mas para compreender adequadamente como isso ocorreu, teses teleológicas sobre o suposto caráter “intrinsecamente autoritário” dos bolcheviques e/ou do “povo russo” e da sua “cultura política” não apenas não servem, por serem por demais simplistas, como efetivamente

não se sustentam ante as evidências disponíveis. Diante da ofensiva revisionista contra a Revolução Soviética se faz necessário um contramovimento historiográfico não apenas para rebater suas inconsistências, mas também para resgatar a experiência emancipadora representada pelos primeiros anos daquela, em contraposição ao posterior regime estalinista – que deve ser entendido em sua especificidade histórica não como a “continuação” da revolução por outros meios, mas, conforme já o caracterizara Leon Trotsky décadas atrás, como “a reação ainda constrangida a vestir as roupas da revolução” (Trotsky, 2005 [1936]: 62).

Bibliografia

- ALI, Tariq. The life and death of Trotsky. *The Guardian*, 31/10/2009. Disponível em <http://bit.ly/2sTKOea>
- BIANCHI, Alvaro. O retorno do antitrotskismo. In. *Arqueomarxismo*: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013, p.81-108.
- BROUÉ, P. *El Partido Bolchevique*. Madrid: Ayuso, 1973[1962].
- . *Trotsky*. Paris: Fayard, 1988.
- . *Comunistas contra Stalin. Masacre de una generación*. Málaga: Sepha, 2008 [2003].
- CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política? In Cardoso, C. F. & Vainfas, R. (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COBBAN, A. A *interpretação social da Revolução Francesa*. Lisboa: Gradiva, 1988 [1964].
- COHEN, S. *Rethinking the soviet experience – Politics and History since 1917* [1968]. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- . *Bukharin: uma biografia política, 1988-1938*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- COURTOIS, S. et al. *O livro negro do comunismo*. Crimes, terror e repressão. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- ELEY, G. Nazism, Politics and the Image of the Past: Thoughts on the West German *Historikerstreit* 1986-1987. *Past and Present*, n. 121, p. 171-208, nov. 1988.
- FERREIRA, J. URSS: Mito, utopia e história. *Tempo*, v. 4, n. 5, 1998.
- FIGES, O. *A tragédia de um povo*. A Revolução Russa, 1891-1924. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1996].
- FITZPATRICK, Sheila. *A revolução russa*. São Paulo: Todavia, 2017.
- FOGLESONG, D. *America's Secret War Against Bolshevism, 1917-1920*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.
- FONTANA, J. *História dos homens*. Bauru (SP): EDUSC, 1998.
- FORMISANO, R. The Concept of Political Culture. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, n. 3, inverno de 2001.
- FURR, Grover. *Khrushchev Lied*. The Evidence That Every “Revelation” of Stalin’s (and Beria’s) Crimes in Nikita Khrushchev’s Infamous “Secret Speech” to the 20th Party Congress of the

- Communist Party of the Soviet Union on February 25, 1956, is Provably False. Kettering: Erythros Press & Media, 2011.
- . The AFT, the CIA, and Solidarność. *Comment* vol. 1, n. 2, Spring 1982, p. 31-34.
- . *Trotsky's "Amalgams"*. Trotsky's Lies, the Moscow Trials as Evidence, the Dewey Commission. Kettering: Erythros Press & Media, 2015
- FURET, F. *O passado de uma ilusão*. Ensaio sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.
- FURET, F. & Nolte, E. *Fascismo y comunismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GELLATELY, R. *Lenin, Stalin e Hitler: a era da catástrofe social*. São Paulo: Record, 2010.
- . *A maldição de Stálin*. São Paulo: Record, 2017.
- GETZLER, I. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In: Hobsbawm, E. (org.). *História do Marxismo*. v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GODOY, M. Revolução Russa completa centenário sem historiografia traduzida. *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2017. Disponível em <http://bit.ly/2nnYBHg>. Acessado em 20/03/2017.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução*. Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo / Iskra, 2014.
- GROPP, B. O Comunismo na História do Século XX. *Lua Nova*, n. 75, 2008 [2007].
- HABERMAS, J. Tendências apologéticas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p. 16-27, 1989.
- HAYNES, M. & Wolfreys, J. Introduction. In. *History and revolution: refuting revisionism*. Londres: Verso, 2007.
- HEALY, D. *Homosexual Desire in Revolutionary Russia: The Regulation of Sexual and Gender Dissent*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . *Ecos da Marselhesa* [1990]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . Podemos escrever a história da Revolução Russa? In *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLQUIST, P. A questão da violência. In: Dreyfus, M. et al. *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004 [2000].
- INGERFLOM, C. Introdução. In Dreyfus, M. et al. *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004 [2000].
- JOHNSTONE, M. Lênin e a revolução. In: Hobsbawm, E. (org.). *História do Marxismo*. v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- KOTKIN, S. *Stalin*. Paradoxos do Poder 1878-1928. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lenin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEWIN, M. *Lenin's Last Struggle*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008 [1967].
- LOFF, M. *Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução*. In Melo, D. B. de (org.). *A miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

- LOSURDO, D. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, n. 17, p. 51-79, 2006.
- . *Stálin: história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- . *Guerra e Revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LÖWY, M. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.
- MADSEN, J. W. The Vividness of the Past: A Retrospect on the West German *Historikerstreit* in the mid-1980s. *University of Sussex Journal of Contemporary History*, n. 1, p. 1-9, 2000.
- MANDEL, David. *The Petrograd Workers and the Fall of the Old Regime: From the February Revolution to the July Days, 1917*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 1983.
- . *The Petrograd Workers and the Soviet Seizure of Power: From the July Days, 1917 to July 1918*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 1984.
- MARIE, Jean-Jacques. *Trotsky: Révolutionnaire sans frontières*. Paris: Payot, 2006.
- MAROT, J. E. *The October Revolution in prospect and retrospect: interventions in Russian and Soviet history*. Leiden: Brill, 2012.
- MARTENS, Ludo. *A URSS e a Contrarrevolução de Veludo*. São Paulo: Nova Cultura, 2016 [1991].
- . *Um Outro Olhar Sobre Staline*. [1994] Disponível em <http://bit.ly/2zBkNDx>
- MARTOS, M. B. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: Melo, D. B. de (org.). *A miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MAYER, A. *A dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1970].
- MENDONÇA, C. E. R. *Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- MIÉVILLE, China. *Outubro*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MURPHY, K. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Leiden: Berhahn, 2005.
- . Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Outubro*, n. 17, 2008.
- NOLTE, E. O fascismo enquanto fenômeno metapolítico. In: Rodrigues, Antônio Edmilson Martins (org.). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 115-150.
- . O passado que não quer passar. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 25, p. 10-15, 1989.
- . *La guerra civil europea (1917-1945)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PATENAUDE, Bertrand. Resenha de Robert Service, *Trotsky: A Biography* e David North, *In Defense of Leon Trotsky*. In *The American Historical Review*, v. 116, n. 3, pp. 900-902, junho/2011.
- PAXTON, R. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PERRAULT, G. (org.). *Le Livre noir du capitalisme*. Paris: Le Temps des cerises, 1998.
- PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a K. Tomizaki. *Pro-Posições*, v. 20, n. 2 (59), maio/agosto 2009 [2008].

- RABINOWITCH, A. *Prelude to Revolution – The Petrograd Bolsheviks and the July 1917 Uprising*. Bloomington: Indiana University Press, 1991 [1968].
- . *The Bolsheviks Come to Power. The Revolution of 1917 in Petrograd*. Bloomington: Indiana University Press, 2007 [2004].
- REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- REIS FILHO, D. A. *A Revolução Russa (1917-1921)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- . *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Edunesp, 2003.
- . (org.). *Manifestos Vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.
- . *A Revolução que mudou o mundo*. Rússia, 1917. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.
- RITTERSPORN, G. O Partido. In Dreyfus, M. et al. *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004 [2000].
- SEGRILLO, Â. A historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens. *Projeto História*, v. 41, dezembro de 2010.
- SENA JÚNIOR, C. Z. de. Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In: Melo, D. B. de (org.). *A miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- SERGE, V. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1930].
- SERVICE, R. *Lenin: a biografia definitiva*. Difel, 2006.
- . *Camaradas: uma história do comunismo mundial*. Difel, 2015.
- . *Trotsky: uma biografia*. São Paulo: Record, 2017.
- SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.
- TRAVERSO, E. *El totalitarismo*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- . The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century. In: Haynes, M.; Wolfreys, J. (org.). *History and revolution: refuting revisionism*. Londres: Verso, 2007.
- . *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- . Revisão e revisionismo. In Sena Júnior, C. Z.; Melo, D. B. de; Calil, G. G. (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.
- TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007. 2 volumes.
- . Balanço e perspectivas. In *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011 [1905], p. 25-130.
- . *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS?* São Paulo: Editora Sundermann, 2005 [1936].
- . *Minha vida*. São Paulo: Usina, 2017a.
- . *História da Revolução Russa*. Brasília: Senado Federal, 2017b. 3v.

A LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DE TROTSKY E A REVOLUÇÃO RUSSA

Felipe Demier

A Revolução Russa ou, mais precisamente, as “três revoluções russas” (1905, Fevereiro e Outubro de 1917) se constituíram no principal terreno concreto a partir do qual Leon Trotsky construiu uma arguta perspectiva de interpretação histórica, a qual tem no conceito de desenvolvimento desigual e combinado sua mais aprimorada ferramenta teórico-analítica. O objetivo deste artigo é, com ênfase no processo revolucionário russo, expor o percurso de elaboração dessa “lei” de Trotsky, cujo maior mérito teórico talvez seja o de afirmar a existência de um caráter particular às formações sociais capitalistas de natureza periférica e atrasada.

Como é bastante sabido, com a ascensão da fração estalinista no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional Comunista (IC), em meados da década de 1920, teve lugar o surgimento da teoria do “socialismo num só país”, por intermédio da qual a burocracia partidária, sob a liderança de Estaline, e então com o apoio político e teórico de Bukharin, afirmava a possibilidade de construção de uma sociedade socialista nos marcos de uma só nação (no caso, a União Soviética). De modo concomitante (e diretamente relacionado) a essa ruptura inaudita com o “internacionalismo” de Marx e Engels (que, até a morte de Lenine, em 1924, jamais havia sido questionado nos meios bolcheviques), a IC adotou abertamente uma linha “etapista” no que dizia respeito ao caráter da revolução nos países *atrasados*,⁽¹⁾ em sua enorme maioria “coloniais” ou “semicoloniais”.

(1) Faz-se necessário apontarmos aqui que a própria noção de atraso é passível de ser problematizada, pois, de algum modo, pode levar a um entendimento de que há uma espécie de linha histórica evolutiva a ser seguida pelas nações. No presente artigo, utilizamos tal conceito na acepção trotskista do mesmo, isto é, de modo que este tenha como seu eixo estruturante a dimensão histórico-temporal das modernizações industriais capitalistas dos países aos quais se refere.

Reeditando o evolucionismo vulgar que predominou na II Internacional – e que, nas duas primeiras décadas do século XX, foi a espinha dorsal da leitura dos mencheviques sobre o caráter e os sujeitos de uma possível revolução na Rússia –, ⁽²⁾ a IC passou a negar categoricamente o caráter “socialista” da revolução nos países atrasados. Segundo seus teóricos, em razão do incipiente desenvolvimento do capitalismo nesses países – o que se expressaria pela vigência de estruturas sociais pré-capitalistas –, tornava-se necessário nos mesmos a realização de uma revolução (etapa) “democrático-burguesa” que abrisse caminho ao florescimento das forças produtivas capitalistas, o que só então colocaria a possibilidade da realização, em algum dia longínquo, de uma revolução socialista.

Essa compreensão da IC acerca do caráter das revoluções nos países atrasados “coloniais” e “semicoloniais”, longe de reduzir-se a mera elucubração teórica, tinha implicações diretas nas lutas travadas pelos trabalhadores dos países submetidos ao imperialismo. A partir de uma visão demasiado esquemática e “etapista”, os dirigentes da IC orientavam os partidos comunistas (PCs) dos países periféricos a estabelecerem alianças com a burguesia “nacionalista” e/ou a pequena-burguesia, com vistas à formação de frentes políticas capazes de lutar contra o “imperialismo” e o “feudalismo”/“latifúndio”. ⁽³⁾ Desde a segunda metade da década de 1920, com exceção do breve interregno 1928-1934, essa foi a estratégia política adotada pelos agrupamentos comunistas de linha estalinista nos países “coloniais” e “semicoloniais” ao longo do século XX, com destaque para o Oriente e para a América Latina. ⁽⁴⁾

O primeiro grande momento no qual a linha política da IC para esses países deu sinais de sua natureza equivocada e ativou o debate entre seus adeptos e opositores no seio do movimento comunista internacional foi a revolução chinesa de 1925-28. A vaga revolucionária surgida na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o

(2) Evolucionismo este que também orientou a política dos bolcheviques diante do governo Kerensky até à chegada de Lenine, com suas “teses”, em abril de 1917.

(3) A aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia urbana, a pequena-burguesia rural (o campesinato) e o proletariado (aliança que teria por finalidade realizar a sonhada revolução “democrático-burguesa”, às vezes chamada apenas de revolução “democrática”) recebeu a denominação de “bloco das quatro classes”.

(4) A partir da década de 1960, as correntes políticas que adotaram a linha chinesa, guardando algumas diferenças “táticas” em relação aos partidos vinculados à União Soviética, também adotavam essa perspectiva “etapista” acerca do caráter da revolução nos países atrasados.

campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo a orientação da IC, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais, e objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomintang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-Shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Estaline, entregue suas armas ao Kuomintang em meio a um movimento paredista dos operários em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-Shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunist” de aliança com Chiang Kai-Shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang-Ching-Wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-Shek. Todavia, não tardou para que o Kuomintang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada “ultraesquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente da noite para o dia, “conselhos operários”, o que resultou num levantamento frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão.⁽⁵⁾

Não obstante todas as alterações “táticas” da IC para o PCCh, o que permaneceu intocável nesse período foi a ideia de que a China, por ser tratar de um país com muitas características ainda pré-capitalistas, deveria necessariamente realizar uma etapa “democrática”, o que adiava para um futuro remoto a proposta de uma “ditadura do proletariado” (revolução socialista) e impunha a necessidade de uma frente política com a burguesia chinesa por parte dos trabalhadores. Achando inevitável que a história das

(5) Demos aqui uma visão deveras resumida do processo revolucionário chinês de 1925-1928. Visões mais detalhadas podem ser encontradas, entre outras obras, em: Deutscher, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1929)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 336-358; Sofri, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. In: Hobsbawm, Eric J. *História do marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 329-373; e Schram, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968, p. 93-140. Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 1930, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927 (Marques Neto, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 68-87).

nações centrais, avançadas, se reproduzisse nos países de desenvolvimento retardatário, Estaline e seus teóricos acabavam por atribuir às burguesias dos países “coloniais” e “semicoloniais” um papel revolucionário, tal como teriam exercido em outro momento histórico as burguesias dos países nos quais a revolução burguesa operou de forma clássica. Foi essa a explicação para a política da IC para a China, assim como para outros diversos países atrasados ao longo do século XX. Não coincidentemente, todas tiveram um desfecho muito similar ao chinês.⁽⁶⁾

É importante lembrarmos que, conforme se desenvolvia o estalinismo, as diretrizes políticas da IC, com todas as suas alterações “táticas”, passavam a estar cada vez mais determinadas pelos rumos políticos do Estado soviético. Os interesses e as estratégias políticas da burocracia estalinista, portanto, acabavam por condicionar as deliberações da IC, que constituíam, na prática, uma espécie de “política externa” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, é possível entrever uma relação entre a defesa da etapa “democrática” (capitalista) da revolução nos países atrasados, que tinha como norte a solução da “questão agrária” para os camponeses, e a política econômica levada a cabo pela direção da União Soviética no período 1924-1927. Esta era centrada na defesa “a qualquer custo” da aliança com o campo (pequena-burguesia rural), expressa na proposta bukharinista do “socialismo a passo de tartaruga” – que resultava, na prática, num favorecimento dos proprietários rurais abastados (*kulaks*), de mentalidade e interesses capitalistas, em detrimento de um processo de coletivização da produção agrícola e de um maior planejamento estatal de viés industrializante. Do mesmo modo, a viragem para o polo oposto, iniciada pela ruptura de Estaline com a linha “direitista” de Bukharin em fins de 1927 e materializada, a partir de 1928, na coletivização forçada dos campos e na industrialização acelerada da União Soviética, encontrou um equivalente internacional na adoção, por parte da

(6) Seriam necessários rios de tinta para citarmos todas as derrotas sofridas pelo proletariado dos países atrasados por consequência de suas direções políticas que, guiadas por uma perspectiva “etapista”, nutriam uma crença na possibilidade de as chamadas “burguesias nacionais” desempenharem um papel revolucionário em aliança com os trabalhadores contra o imperialismo. Acreditamos que os inúmeros golpes militares contrarrevolucionários latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, levados a cabo pelo imperialismo e as burguesias nativas num momento no qual os PCs do continente ainda apostavam todas as fichas em revoluções “democrático-burguesas”, já nos servem de exemplos suficientes para o que afirmamos.

IC, da “ultraesquerdista” tese do “terceiro período” – a qual, por meio da sectária linha política de “classe contra classe”, orientava os PCs a se livrarem de qualquer influência pequeno-burguesa em seus programas, assim como rejeitava a possibilidade de alianças com os partidos social-democratas (considerados “social-fascistas”).

Em função de sua crítica aos rumos da política económica da União Soviética, Leon Trotsky se encontrava na oposição à maioria da direção do PCUS desde 1923, quando o afastamento de Lenine por motivos de saúde se tornou irreversível.⁽⁷⁾ Em finais da década de 1920, um novo debate acirrado e aberto se deu entre Trotsky e a fração estalinista do partido, tendo agora como eixo a política da IC diante da revolução chinesa. Defendendo que a revolução na China só poderia ter um caráter “socialista”, o que colocava na ordem do dia a bandeira da “ditadura do proletariado”, Trotsky condenou implacavelmente a política de submissão à burguesia chinesa efetivada pelo PCCh (traduzida, como vimos, na subordinação deste ao Kuomintang) por orientação da IC. Segundo Trotsky, somente a conquista do poder político pelo proletariado chinês poderia resolver as questões deixadas de lado pela “débil” e impotente burguesia chinesa, em especial as questões agrária e nacional.

Por conta disso, sofreu uma chuva de ataques dos teóricos “oficiais” do PCUS, que o acusavam de querer “saltar” a etapa “democrática” da revolução nos países atrasados, “confundindo”, assim, as revoluções “burguesa” e “socialista”. Por defender o protagonismo da classe operária nos processos revolucionários dos países atrasados em geral, já que só esta poderia, segundo

(7) Quando Lenine adoeceu definitivamente, em 1923, o que levaria ao seu falecimento em janeiro de 1924, o PCUS passou a ser dirigido na prática por um “triumvirato” composto por Zinoviev, Kamenev e Estaline, com destaque para este último. Trotsky, nesse período, dirigiu a chamada Oposição de Esquerda (“Oposição de 1923”), que exigiu maior democracia nos debates internos, além uma maior planificação e centralização da economia, com vistas a uma maior industrialização do país. Cerca de três anos depois, Zinoviev e Kamenev afastaram-se de Estaline, agora mais próximo de Bukharin, e juntaram a sua oposição (“Oposição de Leningrado”) à Oposição de Esquerda de Trotsky, o que deu origem à chamada “Oposição Unificada”. Em 1927, esta foi expulsa do partido pela direção Estaline-Bukharin (“centro” e “direita” do partido, respectivamente). Na sequência, tanto Zinoviev e Kamenev, como alguns adeptos de Trotsky, capitularam e retornaram ao partido. Muitos desses militantes, justificando sua volta aos quadros partidários, alegaram à época que Estaline, quando iniciou a “coletivização” dos campos e a aceleração da industrialização em 1928, realizava uma ruptura com a direita (Bukharin, Tomsy e Rikov) e começava a adotar o programa da “Oposição”. A imensa maioria desses bolcheviques foi assassinada por Estaline nos processos de 1936 (Deutscher, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1928)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984).

Trotsky, liderar o campesinato na busca de seus objetivos, foi também acusado de “desconsiderar” a importância dos camponeses enquanto sujeito social da revolução. Segundo os teóricos de Estaline, esses “equivocos” de Trotsky seriam os mesmos cometidos por ele desde 1906, quando elaborou suas primeiras análises sobre o caráter da revolução que se deveria realizar na Rússia (um país atrasado) e seus respectivos sujeitos sociais e políticos. Arditamente, os estalinistas resgataram, ao final dos anos 1920, polémicas já superadas há tempos entre Lenine e Trotsky, datadas da primeira década do século XX, e, de modo falsificador, tentaram demonstrar como o último sempre estivera oposto ao primeiro quanto às leituras do processo revolucionário russo aberto em 1905. Como o combate de Trotsky ao “etapismo” da IC estava intimamente ligado à sua crítica à teoria do “socialismo num só país” de Estaline-Bukharin, o ex-líder do Exército Vermelho, devido à sua perspectiva “internacionalista”, foi descrito às massas russas como um incrédulo nas potencialidades revolucionárias do proletariado soviético.

Diante da sucessão de erros da IC, que culminavam em derrotas do proletariado mundial, e tendo em vista a necessidade de responder aos ataques de seus adversários, Trotsky viu-se obrigado a produzir uma série de trabalhos (livros, documentos e cartas) nos quais expôs sua concepção acerca da revolução nos países atrasados e propôs encaminhamentos práticos à luta da classe trabalhadora nos mesmos. Tal como seus opositores políticos, ao discutir o caso chinês, tomou a experiência russa de 1905-1917 como exemplo histórico concreto das teses que defendia, dado que a Rússia se constituía, quando se deu a Revolução de Outubro (e também depois), em uma nação atrasada, embora imperialista.⁽⁸⁾ Resgatando seus escritos desde 1906, nos quais já apontava a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia sem a necessidade de uma etapa “democrática” (burguesa) anterior, Trotsky buscou sistematizar suas posições que ficariam conhecidas como a teoria da “revolução permanente”.

A defesa do revolucionário russo da tese de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história – o que, portanto, colocava para os seus proletariados a necessidade da luta pela “ditadura do proletariado” – se ancorava em uma perspectiva internacionalista que tinha como eixo teórico a noção de totalidade.

(8) Não obstante ser fortemente permeado pelo capital estrangeiro (europeu), o longo império czarista russo era conformado por uma enorme área continental, abrangendo uma série de nacionalidades não russas.

Por estarem integrados em um todo (o sistema capitalista internacional), os países de desenvolvimento capitalista ultrarretardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, nas quais a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos”. Se, pelo facto de terem realizado as suas “revoluções” com atraso de muitas décadas em relação a nações como França, Inglaterra e Estados Unidos, países “tardios” (atrasados) como Alemanha, Itália e Japão já não haviam podido reproduzir o modelo revolucionário das primeiras (e, entre outras coisas, não conheceram uma etapa “democrática”),⁽⁹⁾ os países “coloniais” e “semicoloniais”, extremamente atrasados e submetidos ao imperialismo, não poderiam sequer sonhar em alguma fase “revolucionária” (“democrática”) intermediária entre a submissão ao domínio imperialista e a conquista do poder político pelo proletariado.

É interessante aqui chamarmos a atenção para o facto de que Trotsky, mesmo sem grandes preocupações nominativas, distinguia, dentre o conjunto das nações atrasadas, aquelas que conheceram seu processo de “revolução” burguesa quando o imperialismo ainda não se constituía como um fenómeno dado, e aquelas que, mais retardatárias ainda, realizavam seu desenvolvimento capitalista já sob sua órbita. Desse modo, mesmo sendo todos países de desenvolvimento retardatário, atrasados – distintos, portanto, das nações pioneiras, avançadas –, haveria uma grande diferença entre aqueles que, em função de sua modernização industrial ter se dado durante a passagem do capitalismo “concorrencial” ao “monopolista”, somaram-se ao bloco de nações imperialistas, e os que, demasiadamente atrasados, só conheceram o desenvolvimento das relações e forças produtivas capitalistas quando o imperialismo encontrava-se já como uma realidade totalmente inescapável, submetendo à sua lógica o conjunto dos desenvolvimentos nacionais.

Nesse sentido, enquanto algumas nações de desenvolvimento capitalista industrial “tardio” como Alemanha, Itália e Japão, e outras ainda mais

(9) Lenine, com a ideia de “via prussiana” (Lenine, V. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira Revolução Russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980), e posteriormente Gramsci, com seu conceito similar de “revolução passiva” (Gramsci, A. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3), além de Barrington Moore Jr., com sua fórmula de “revolução pelo alto” (Moore Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983), foram alguns dos teóricos que também observaram as particularidades das “revoluções burguesas” nos países tardios. Todos eles, cada um a seu modo, compreenderam que o modelo clássico das revoluções burguesas não se repetia de forma inexorável em países de formações sociais distintas.

retardatárias, como Rússia, Espanha e Portugal, encerravam um caráter indiscutivelmente imperialista, países extremamente atrasados (hipertardios),⁽¹⁰⁾ como China, Índia, Brasil, México e África do Sul, encontravam-se, seja sob a forma de “colônias” ou de “semicolônias”, completamente sob a dominação do imperialismo. Contudo, é a categoria de atrasado que nos é fundamental para compreender a leitura do processo histórico proposta por Trotsky a partir de sua lei do desenvolvimento desigual e combinado.⁽¹¹⁾

(10) O conceito de hipertardio não foi usado por Trotsky e sim por autores que, muito provavelmente, beberam na fonte do teórico bolchevique para interpretar os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista.

(11) Avisamos ao leitor que a divisão que propusemos, a partir dos escritos de Trotsky, no interior do conjunto das nações atrasadas, apresenta um grau de abstração bastante elevado. O critério utilizado por nós (segundo nosso entendimento acerca da visão de Trotsky) para conformar esses dois blocos de países atrasados foi o facto de que alguns desses países foram imperialistas, enquanto outros foram submetidos ao imperialismo (“coloniais” e “semicoloniais”). Como sabemos, a relação que as nações estabelecem com o imperialismo é determinante para os rumos da luta de classes e, nesse sentido, consideramos útil e conveniente separar, por exemplo, o Brasil da Espanha e a China da Itália. Essa divisão é, contudo, deveras abrangente. Se, por um lado, Alemanha e Rússia eram ambas imperialistas, por outro, era incomparável a diferença de desenvolvimento económico e industrial existente entre elas nas duas primeiras décadas do século XX. Do mesmo modo, nessas mesmas décadas, o Japão, com seu imperialismo crescente, não poderia simplesmente ser igualado a Portugal e Espanha, que encontravam enormes dificuldades para realizar sua modernização capitalista. Soma-se a isso o facto de alguns países atrasados, justamente em função de seu processo de industrialização “tardio”, marcado pela rapidez e pela “queima” de etapas, terem alcançado patamares do desenvolvimento das forças produtivas iguais e até mesmo superiores aos dos países originários (foi o caso da Alemanha, por exemplo). Nesse sentido, tornaram-se, do ponto de vista técnico e industrial, países extremamente avançados, carregando, contudo, traços indeléveis de seu atraso histórico, em especial no que diz respeito à formação política e cultural de suas classes dominantes. Por fim, destacamos ainda que no bloco dos países atrasados submetidos ao imperialismo existe também uma enorme diversidade entre seus componentes; mesmo sendo todos países dominados pelo capital estrangeiro e seus agentes internos, não se podem negar as substantivas diferenças existentes entre, por exemplo, um país como o Brasil (Estado independente) e outro como a África do Sul (à época dos textos de Trotsky, uma colônia da Grã-Bretanha). Convém registrar que o próprio Trotsky afirmou a existência de diferentes gradações de atraso no interior do conjunto de países “coloniais” e “semicoloniais”: “Os países coloniais e semicoloniais – atrasados, portanto –, que abarcam a maior parte da humanidade, diferem extraordinariamente entre si quanto ao grau de seu atraso. Ocupam uma escala histórica que vai do nomadismo e ainda do canibalismo até a cultura industrial mais moderna. Essa combinação de extremos caracteriza, em maior ou menor grau, todos os países atrasados. Contudo, a hierarquia do atraso, se é possível empregar o termo, se vê determinada pelo peso específico dos elementos de barbárie e cultura na vida de cada

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (lei do desenvolvimento desigual, de Lenine),⁽¹²⁾ os países atrasados, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Essa superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países avançados e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas, presentes nos ambientes atrasados, se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semicoloniais”.

Na concepção de Trotsky, essa forma particular de desenvolvimento do capitalismo determinaria diretamente a formação e a relação entre as classes sociais, o que, conseqüentemente, acabaria por definir quais as classes que poderiam ou não realizar as chamadas tarefas “democráticas”. Em outras palavras, o modo combinado como o capitalismo se desenvolvera designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados, em especial nos que se encontravam sob o jugo do imperialismo. A adição, por parte de Trotsky, do elemento “combinado” na lei do desenvolvimento desigual de Lenine fez que a perspectiva do primeiro concernente ao desenvolvimento das nações atrasadas recebesse o nome de lei do desenvolvimento desigual e combinado.⁽¹³⁾

.....
país colonial. A África Equatorial está muito atrasada em relação à Argélia, o Paraguai em relação ao México, e a Abissínia em relação à Índia ou China. Detrás de sua dependência económica comum da metrópole imperialista, a dependência política tem em alguns casos o caráter de escravidão colonial aberta (Índia, África Equatorial), enquanto em outros se vê oculta pela ficção da independência estatal.” Trotsky, L. La revolución china. In: _____, *La teoría de la revolución permanente*: Compilación. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones [CEIP] León Trotsky, 2000, p. 527-528.

(12) Lenine, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: o processo de formação do mercado interno para grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova cultural, 1988. 2 v.

(13) É importante alertarmos que Trotsky nunca se referiu à sua “descoberta” sobre a particularidade do desenvolvimento histórico dos países retardatários como lei do desenvolvimento desigual e combinado, nomeando-a na maioria das vezes apenas como lei do desenvolvimento combinado. Foi o trotskista norte-americano George Novack, em seu livro intitulado *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, quem primeiro batizou o conceito de Trotsky tal como este ficaria conhecido (ver: Demier, Felipe. Prefácio. In: Novack, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 11.). Outras discussões acerca do conceito podem ser

No entanto, talvez por certo perfil de historiador que encerrava, Trotsky nunca produziu uma obra dedicada, em abstrato, a uma análise de sua lei do desenvolvimento desigual e combinado. Foi sempre a partir de observações concretas de certas realidades histórico-sociais de países atrasados que Trotsky formulou e desenvolveu essa categoria. Se, como vimos, foi a política “etapista” do estalinismo na China no período 1925-1928 que fez que Trotsky transformasse a questão da revolução nos países atrasados num campo de batalha para o movimento comunista internacional, as observações do revolucionário russo quanto a essa temática, entretanto, haviam se iniciado, como já indicámos, havia mais de uma década.

As origens do conceito de desenvolvimento desigual e combinado

Desde 1906, quando, preso nos cárceres czaristas por seu papel na Revolução de 1905,⁽¹⁴⁾ escreveu sua brochura intitulada *Balanço e perspectivas*,⁽¹⁵⁾ Trotsky já apontava a impossibilidade de realização de qualquer etapa revolucionária “democrática” na história futura da Rússia nos mesmos moldes em que ocorrera na Europa revolucionária de fins do século XVIII e parte do XIX. Contrariando o evolucionismo do raciocínio histórico menchevique, Trotsky, levando em conta a gênese, a composição e a relação entre as classes sociais do país, afirmou o caráter “socialista” da revolução a ser realizada na Rússia. Somente a “ditadura do proletariado”, “arrastando atrás de si os camponeses”, poderia realizar as tarefas “democráticas” deixadas de lado pela impotente, “débil” e contrarrevolucionária burguesia russa.

Em outras palavras: na Rússia, medidas “democráticas”, de natureza capitalista – em especial a reforma agrária –, que, nos países avançados foram realizadas sob a direção da burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores

.....
encontradas em: Löwy, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, n.º 1, 1998, p. 74; Bianchi, Alvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. *Outubro*, São Paulo, n.º 5, p. 101-115, 2001; e Knei-Paz, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In: Hobsbawm, Eric J. (Org.). *História do marxismo V* (O marxismo na época da Terceira Internacional. A Revolução de Outubro. O austromarxismo). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159-196).

(14) Em 1905, Trotsky foi o principal dirigente do soviete de Petrogrado, o mais importante organismo criado pelas massas naquele processo revolucionário que acabou derrotado pela monarquia czarista.

(15) Trotsky, L. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.

se apossassem do Estado. Dada a natureza atrasada do país, que o deixava com uma série de tarefas históricas pendentes, impossíveis de serem superadas ainda no plano do capitalismo, a classe trabalhadora no poder teria de combinar tarefas “democráticas” e “socialistas” no caminho da construção de uma nova sociedade que, por sua vez, só poderia ser alcançada com a vitória do proletariado no espectro internacional. O capitalismo russo, portanto, não poderia conhecer nenhuma etapa “democrática” em seu desenvolvimento. A bandeira da “ditadura do proletariado” colocava-se, na perspectiva trotskista, na ordem do dia para os trabalhadores russos.⁽¹⁶⁾

Para além de toda a caluniosa campanha estalinista realizada a partir da segunda metade da década de 1920 para opor Trotsky a Lenine, é um facto que nos anos seguintes à Revolução de 1905 houve significativas divergências entre ambos quanto à caracterização do papel a ser desempenhado pelas distintas forças sociais num eventual processo revolucionário no país. Se Trotsky, sem receios, apontava a direção do proletariado sobre os camponeses como condição necessária para qualquer revolução na Rússia, o que o fazia lançar a fórmula da “ditadura do proletariado” (“com o apoio dos camponeses”), Lenine, por seu turno, tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma maioria operária num futuro governo revolucionário, dado o enorme peso do campesinato no país.

Por conta disso, Lenine trabalhava com a fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” para a Rússia, na qual não deixava muito claro qual a preponderância de classe (proletariado e campesinato) nos rumos de uma futura revolução na Rússia. A partir dessa fórmula ambígua e imprecisa, Lenine, de algum modo, ainda ficava preso à ideia de que poderia haver alguma revolução “burguesa” na Rússia, na medida em que compreendia que

(16) Mais de duas décadas depois, referindo-se ao surgimento de sua “teoria da revolução permanente” em 1905, Trotsky afirmou: “Ela [a ‘teoria da revolução permanente’] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.” (Trotsky, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985, p. 24.).

um eventual governo de maioria camponesa, com apoio do proletariado – e sem a burguesia –, poderia vir a realizar tarefas revolucionárias de cunho “democrático” no país, o que, entretanto, ainda o manteria nos limites do capitalismo. Trotsky, por sua vez, baseando-se nos escritos de Marx e Engels, considerava o campesinato incapaz de dirigir qualquer processo revolucionário, restando-lhe apenas a opção de seguir a burguesia ou o proletariado.

Contudo, o que é essencial é que Lenine, tal como Trotsky, jamais vislumbrou a possibilidade de a burguesia russa vir a exercer qualquer papel revolucionário, “democrático”, nos destinos do país. Guiada por um raciocínio “etapista”, a maioria da direção dos bolcheviques, tal como os mencheviques, era, até à chegada de Lenine à Rússia em abril de 1917, adepta da ideia de que o governo Kerensky poderia realizar a etapa “democrática” da revolução, o que adiava a questão da tomada do poder pelos trabalhadores para um momento bem distante. Como é sabido, ao lançar o lema de “todo poder aos sovietes”, Lenine alterou a conduta do partido e colocou a questão da “ditadura do proletariado” na ordem do dia, aproximando-se definitivamente da leitura de Trotsky sobre o caráter da Revolução Russa.

Como o próprio Lenine analisou mais tarde, as tarefas “democráticas” da revolução não foram realizadas nos meses entre fevereiro e outubro de 1917, e sim no período iniciado com a tomada do poder pelos trabalhadores, em outubro desse ano. Lenine, tomando a experiência histórica da Revolução de Outubro, reconheceu que sua fórmula provisória da “ditadura democrática” não se realizou na prática, e sim a da “ditadura do proletariado”. Quase dez anos depois de outubro de 1917, diante do processo revolucionário chinês, Estaline, Bukharin e companhia adotaram a velha fórmula frustrada da “ditadura democrática” para a China. Contudo, esdruxulamente, essa estratégia foi utilizada pela direção da IC para conduzir o processo revolucionário à sua sonhada etapa “democrática” sob a direção da burguesia (representada, no caso, pelo Kuomintang), algo que jamais esteve sequer cogitado quando Lenine lançou mão de sua imprecisa fórmula contra o czarismo.

Logo após a experiência revolucionária de 1905, Trotsky já se encontrava na contramão do evolucionismo vulgar (“etapismo”), de fundo economicista, que permeava grande parte do marxismo à época. Em seu *Balanço e perspectivas*, já se podia ler o seguinte:

O proletariado cresce e se fortalece com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo equivale ao desenvolvimento do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as

mãos da classe operária não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim das condições da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos: tradição, iniciativa, disposição para o combate...

É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista [...] Considerar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo “econômico” simplificado ao extremo. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo. A nosso ver, a Revolução Russa criará condições sob as quais o poder poderá (e, em caso de vitória da revolução, deverá) passar para as mãos do proletariado antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político.⁽¹⁷⁾

Da experiência revolucionária de 1905 até à vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky, no exílio, publicou vários artigos e panfletos em periódicos da esquerda europeia, em especial os dirigidos por emigrados russos, nos quais defendeu suas concepções acerca da revolução a ser realizada na Rússia.⁽¹⁸⁾ A incapacidade do Governo Provisório russo, instaurado a partir da Revolução de Fevereiro, de realizar medidas democráticas significativas fez que se confirmassem os prognósticos de Trotsky acerca da fragilidade e impotência da burguesia russa no poder. A congruência entre as suas visões e as de Lenine referentes à estratégia a ser adotada pelo proletariado diante do governo Kerensky (tomada do poder, “todo o poder aos soviets”) teve como corolário a sua adesão e de seu grupo (Intercantonal) ao partido bolchevique. Uma vez conquistado o poder por este último, Trotsky assumiu funções-chave na condução do Estado soviético (Relações Exteriores,

(17) Trotsky, L. *Resultados y perspectivas*, op. cit., p. 38-39. Tradução nossa. Trotsky, tanto em *Balanço e perspectivas*, quanto em outros escritos do mesmo período (muitos publicados à época numa obra intitulada *Nossa revolução*), recebeu a influência de Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus, destacado pensador marxista que, em suas análises sobre a sociedade russa, já apontava o proletariado como o único sujeito revolucionário. Nesse sentido, muitos afirmaram que, de certo modo, Parvus é coautor, ao lado de Trotsky, da “teoria da revolução permanente”. Não obstante sua argúcia teórica, Parvus acabou por apoiar o imperialismo alemão quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). (Deutscher, Isaac. *Trotsky. O profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Capítulo VI, “A revolução permanente”).

(18) Entre os jornais com os quais Trotsky colaborou em seu longo exílio na Europa, podemos destacar o *Nache Slovo* (Nossa Palavra), *Novji Mir* (O Novo Mundo) e *Kievskaja Misl* (Pensamento Kieviano).

Exército Vermelho, política económica, etc.) e relegou para segundo plano o debate sobre o carácter da revolução nos países de desenvolvimento capitalista retardatário.⁽¹⁹⁾

Como vimos, seria somente cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro, por ocasião da revolução chinesa de 1925-1927, que Trotsky retomaria sua produção sobre essa temática. Imerso diretamente em polémicas com a direção da IC referentes à política revolucionária para a China, Trotsky buscou sistematizar sua “teoria” da revolução para os países atrasados. Em novembro de 1929, exilado em Alma-Ata após sua expulsão do PCUS, Trotsky concluiu *A revolução permanente*, que seria publicada em 1930.⁽²⁰⁾ Quase que inteiramente baseada no caso chinês, a obra respondia aos pesados ataques que o autor recebera dos estalinistas do Komintern por conta de suas críticas à política desastrosa do órgão para o Oriente revolucionário.

Defendendo-se dos “epígonos”⁽²¹⁾ que comandavam a IC e de seu ex-companheiro de Oposição de Esquerda, Karl Radek,⁽²²⁾ Trotsky tomou a experiência da Revolução de Outubro para demonstrar tanto que havia acertado em seus prognósticos feitos desde *Balanço e perspectivas* (que, como frisa Trotsky em *A revolução permanente*, não eram, como diziam os estalinistas e Radek, opostos aos realizados por Lenine), como para defender a impossibilidade de uma revolução “democrático-burguesa” na China atrasada e “semicolonial”. Dado o modo desigual e combinado como o capitalismo se desenvolvera naquele antiquíssimo país oriental, somente a ditadura do proletariado, passando, de modo ininterrupto, ou seja, permanente, das medidas “democráticas” às medidas “socialistas”, poderia livrá-lo de suas estruturas arcaicas e de sua submissão ao imperialismo.

(19) Uma descrição e análise histórica acerca da trajetória política e intelectual de Trotsky desde os primeiros anos do século XX até sua expulsão do PCUS e da União Soviética em finais da década de 1920 pode ser encontrada em: Deutscher, Isaac. *Trotsky. O profeta armado*, op. cit.; Deutscher, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado*, op. cit.; e Trotsky, L. *Minha vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

(20) Trotsky, L. *A revolução permanente*, op. cit.

(21) O termo “epígonos” foi utilizado por Trotsky para denominar os burocratas estalinistas que se apoderaram do PCUS e da IC após a morte de Lenine.

(22) Expulso do PCUS – em conjunto com a Oposição de Esquerda liderada por Trotsky – em fins de 1927, Karl Radek, bolchevique de origem judaico-polonesa, escreveu um manuscrito no qual atacou violentamente a “teoria da revolução permanente” como forma de preparar sua capitulação ao partido, o que acabou ocorrendo. Todavia, em 1937 foi condenado a dez anos de trabalhos forçados e acredita-se que, em algum momento entre 1939 e 1942, tenha sido assassinado, por ordens de Estaline, no local onde cumpria pena.

A Revolução Russa: demonstração histórica da validade do conceito

Entre 1930 e 1932, exilado na Turquia após ter sido expulso da União Soviética, Trotsky produziu *A História da Revolução Russa*, obra até hoje incontornável para os estudiosos do tema.⁽²³⁾ Numa brilhante descrição e análise histórica do processo revolucionário russo desde 1905 até à tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky buscou em vários momentos demonstrar como suas teses acerca do desenvolvimento capitalista e consequentes possibilidades revolucionárias da atrasada Rússia (teses elaboradas, como vimos, a partir de 1906) tinham sido confirmadas pelos eventos históricos.

No primeiro capítulo, intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, Trotsky apresentou uma síntese extremamente rica da evolução histórica russa, destacando todas as contradições presentes num país que iniciou bastante tardiamente sua modernização industrial capitalista. Como já expusemos, a ideia de que as nações atrasadas desenvolviam seu capitalismo combinando dialeticamente elementos modernos e arcaicos esteve presente nas análises de Trotsky sobre a Rússia desde *Balanço e perspectivas*. Foi, contudo, em “Peculiaridades...” que a lei do desenvolvimento desigual e combinado apareceu pela primeira vez nomeada (ainda que, conforme já advertimos, não completamente):

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo o processo admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novo. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o

(23) Trotsky, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967. 3 v. O primeiro volume é intitulado “A queda do czarismo”; o segundo, “A tentativa de contrarrevolução”; e o terceiro, “O triunfo dos soviets”.

força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e a flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não começaram ali a história desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processo histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais de um país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. [...]

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a via retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.⁽²⁴⁾

Fazendo uso dessas considerações teórico-históricas, Trotsky, ao longo de “Peculiaridades...”, expôs como as relações entre desenvolvimento econômico, Estado e classes sociais no decurso da história russa se distinguiam das ocorridas nos países originários do capitalismo. Nesse sentido, Trotsky dava continuidade à abordagem da evolução russa que realizara nos primeiros capítulos de *Balanço e perspectivas*; agora, contudo, tinha em mãos, em função dos 26 anos transcorridos entre as duas obras, toda a experiência da vitoriosa Revolução de Outubro de 1917.

(24) Trotsky, Leon. *A História da Revolução Russa*, op. cit., v. 1, p. 24-25.

Assim, se em 1906 o jovem intelectual, a partir da observação da revolução do ano anterior (que abalou, mas não derrubou o czarismo), tinha efetivado uma interpretação histórica do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e traçado prognósticos políticos sobre os rumos revolucionários do país, em 1932 o maduro Trotsky pôde se debruçar sobre o passado russo inteiramente como historiador, pois já lhe era possível delimitar melhor no tempo o seu objeto de análise. O caminho revolucionário que havia levado o proletariado de um país atrasado ao poder antes mesmo do que qualquer outro de uma nação avançada, prescindindo de uma revolução “democrático-burguesa”, já havia se encerrado e, portanto, já podia ser analisado pelas lentes históricas – em vez de ser tomado como uma previsão política que poderia ou não se verificar.

Aliás, quando o dissidente bolchevique se pôs a historiar a Revolução Russa, esta já se encontrava numa nova etapa. Desde quando aventou pela primeira vez a hipótese de que os trabalhadores poderiam tomar o poder na Rússia antes que o fizessem seus congêneres nos países avançados, Trotsky sempre deixou claro que a construção do socialismo no interior das fronteiras russas dependeria inteiramente da vitória dos trabalhadores no resto do mundo, em especial na Europa. O socialismo jamais poderia limitar-se aos estreitos limites nacionais, já superados pelo imperialismo – superação esta que, segundo muitos marxistas, seria uma das principais fontes de crise do capitalismo. Numa nação atrasada do ponto de vista económico, o tempo que um Estado operário oriundo de uma revolução vitoriosa poderia, isoladamente, manter suas bases e conquistas sociais seria significativamente menor do que aquele com o qual contaria uma nação avançada do ponto de vista das forças produtivas. No raciocínio de Trotsky (corroborado por Lenine até à sua morte), o mesmo atraso histórico da Rússia que teria permitido à sua classe operária a conquista do poder político antes de a revolução rebentar no Ocidente converter-se-ia, em caso de confinamento da revolução nas fronteiras nacionais, num inimigo implacável da manutenção do Estado operário no país.

A partir dos fracassos das revoluções na Europa e no Oriente, com destaque para a alemã e a chinesa – em grande parte decorrentes, respectivamente, da política da social-democracia e da IC estalinizada –, o isolamento da Rússia tornou-se uma realidade e, com isso, começaram a se confirmar mais algumas das previsões de Trotsky. A ausência de uma situação revolucionária a partir de 1923 na Europa, combinada, poucos anos mais tarde, com as derrotas no Oriente, criaram as condições materiais para o fortalecimento dos elementos

burocráticos do regime soviético, fazendo que a “ditadura do proletariado” fosse substituída por uma “ditadura burocrática sobre o proletariado”.⁽²⁵⁾

Foi, portanto, completamente imerso na luta política contra a burocracia dirigente da União Soviética e da IC que Trotsky lançou seu olhar histórico sobre a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917. Se, por um lado, como dissemos, é verdade que, diferentemente de quando publicou *Balanço e perspectivas*, Trotsky já tinha, à época de *A história da Revolução Russa*, seu objeto histórico delimitado, por outro, tal como nos anos imediatamente após 1905, o teórico bolchevique mergulhava no passado da Rússia almejando resolver as questões colocadas no presente, que determinariam a vitória ou a derrota do proletariado russo. Se, antes, a revolução era algo a ser realizado por intermédio da conquista do Estado pelo proletariado, agora deveria ser colocada por ele nos rumos certos para que fosse plenamente completada, o que só seria possível a partir de uma posição internacionalista do Estado soviético que, por sua vez, apenas se tornaria viável com o derrube da camarilha burocrática que se assenhoreara do poder desde a morte de Lenine.

Destarte, tanto no que dizia respeito à explicação histórica da Revolução de Outubro quanto no que se referia aos motivos de sua degeneração burocrática, Trotsky apontava o atraso da Rússia como um elemento fundamental. Foi destacando essa importante característica da nação que Trotsky iniciou o já mencionado capítulo “Peculiaridades...”: “O traço essencial e o mais constante da história da Rússia é a lentidão com que o país se desenvolveu, apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.”⁽²⁶⁾

Mencionando o “clima rigoroso”, “o vento leste” e as “migrações asiáticas” que incidiam sobre “a população da gigantesca planície” (população que lutara contra os nômadas até fins do século XVII), Trotsky buscou explicar a “prolongada estagnação” que marcara a agricultura russa (“Tomava-se posse da natureza em extensão, não em profundidade.”).⁽²⁷⁾ Segundo Trotsky,

(25) A obra de Trotsky dedicada mais diretamente ao estudo da degeneração do regime soviético é, sem dúvida, *A revolução traída*. Escrito em 1936, esse trabalho talvez seja até hoje o mais significativo no que diz respeito à análise sociológica da burocracia soviética dos anos 1930 e, sem dúvida, fornece elementos para o entendimento da própria restauração capitalista da União Soviética, ocorrida mais de cinquenta anos depois de sua publicação. Trotsky, L. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. 2.^a ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

(26) Trotsky, Leon. *A História da Revolução Russa*, op. cit., v. 1, p. 23.

(27) Ibid.

enquanto os “bárbaros ocidentais” se instalaram sobre as ruínas da civilização romana e fizeram uso, por exemplo, tanto de pedras antigas quanto de material de construção, os “eslavos do Oriente, em suas inóspitas planícies”, não encontraram nada para herdar: “o nível de seus predecessores era ainda mais baixo do que o seu”.⁽²⁸⁾

Articulando elementos geográficos e condições sociais, Trotsky procurou explicar as origens das desigualdades entre os desenvolvimentos (económico, político e cultural) da Europa Ocidental e da Rússia:

Os povos da Europa Ocidental, cedo bloqueados em suas fronteiras naturais, criavam as aglomerações económicas e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, tão logo se sentia comprimida, embrenhava-se nas florestas ou então emigrava para a periferia, nas estepes. Os elementos camponeses mais dotados de iniciativa e mais empreendedores transformavam-se, no lado oeste, em cidadãos, artífices, mercadores. No Leste, certos elementos nativos, audaciosos, estabeleceram-se como comerciantes, porém em maior número fizeram-se cossacos, guarda-fronteiras ou colonos. O processo de diferenciação social, intenso no Ocidente, retardava-se no Oriente e se difundia por expansão. “O czar da Moscóvia – apesar de cristão – governa um povo de espírito preguiçoso”, escrevia Vico, contemporâneo de Pedro I. O espírito “preguiçoso” dos moscovitas era um reflexo do ritmo lento da evolução económica, das relações amorfas entre as classes, da indigência de sua história anterior.⁽²⁹⁾

Dando continuidade à sua descrição, Trotsky destacou o caráter meio europeu, meio asiático da Rússia. Segundo ele, não somente pela posição geográfica, como também pela história e vida social, o país “ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente europeu, mas também do Oriente asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro”.⁽³⁰⁾ O Oriente teria sido o responsável pelo jugo tártaro-mongol, fundamental na construção do Estado russo; o Ocidente, por sua vez, teria sido um “inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível à

(28) Ibid.

(29) Ibid.

(30) Ibid., p. 24.

Rússia formar-se segundo os moldes do Oriente, compelida como estava [a] acomodar-se à pressão militar e económica do Ocidente”.⁽³¹⁾

Essas diferentes pressões às quais o país esteve exposto, em especial aquelas vindas da Europa, teriam constituído aspectos essenciais para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais e o Estado na Rússia, e, conseqüentemente, para a conformação das suas estruturas políticas:

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras. Tendo, porém, o Estado necessidade do apoio dessas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos czares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza e dominou-os, transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo.⁽³²⁾

Pode-se perceber em Trotsky a ideia de que, diferentemente do caso do absolutismo europeu clássico, o forte papel do Estado na Rússia, e em particular do regime autocrático-czarista, repousava não na força das classes dominantes da sociedade, mas, pelo contrário, na sua fraqueza. Para Trotsky, essa dependência das classes proprietárias russas em relação ao Estado seria um dos elementos essenciais para se compreender a forma como se desenvolveu a indústria moderna no país e, conseqüentemente, a extrema “debilidade” da burguesia nacional. Antes, porém, do próprio processo de modernização capitalista, a classe burguesa, em função do lento desenvolvimento económico da nação e dos vínculos externos do comércio russo, já se encontrava subordinada ao capital estrangeiro europeu:

A indigência, traço característico não somente do feudalismo russo, porém, de toda a história da antiga Rússia, encontrou sua mais triste expressão na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centros de artífices e mercadores.

(31) Ibid.

(32) Ibid., p. 25.

O artesanato, na Rússia, não conseguiu desvincular-se da agricultura e conservou o caráter de pequenas indústrias locais. As cidades russas de outrora eram centros comerciais, militares, administrativos, centros, portanto, de consumo, e não de produção [...]. É verdade que as pequenas indústrias rurais, espalhadas pelas diversas regiões do país, exigiam os serviços intermediários de um comércio bastante extenso. Os mercadores nômadas, porém, não podiam de modo algum ocupar, na vida social, um lugar idêntico ao ocupado no Ocidente pela pequena e média burguesia das corporações de artífices, de comerciantes e de industriais, burguesia que estava indissoluvelmente ligada à periferia rural. Além disso, as principais vias de comunicação do comércio russo conduziam ao estrangeiro, garantindo, desde séculos remotos, um papel dirigente ao capital comercial externo e emprestando um caráter semicolonial a qualquer movimento de negócios nos quais o mercador russo servia apenas de intermediário entre as cidades do Ocidente e as aldeias russas. Tais relações econômicas continuariam a se desenvolver na época do capitalismo russo e encontraram sua mais alta expressão na guerra imperialista.⁽³³⁾

Quando acossada pela Europa avançada, a Rússia viu-se obrigada a empreender a industrialização capitalista moderna. Esse processo, entretanto, carregaria e até mesmo acentuaria diversas características do longínquo passado do país. Dada a já mencionada “debilidade” das classes proprietárias, seria o Estado autocrático czarista russo o principal sujeito do desenvolvimento das forças produtivas industriais do país. O Estado, contudo, levaria a cabo esse movimento fazendo uso de vastos capitais provenientes do exterior, o que teria acarretado, segundo Trotsky, não só a dependência política deste em relação aos Estados europeus (e o conseqüente apoio das burguesias europeias ao regime czarista), como também o aprofundamento da condição heterônoma da burguesia russa que, ao passo que evoluía como classe em função do desenvolvimento da indústria capitalista, subordinava-se cada vez mais ao regime czarista, à aristocracia e, principalmente, ao capital estrangeiro:

A fusão do capital industrial com o capital bancário se efetuou, na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. [...] Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos

(33) Ibid., p. 26-27.

na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.⁽³⁴⁾

Constituindo-se num caso exemplar de demonstração histórico-concreta da lei do desenvolvimento desigual e combinado, a dinâmica da industrialização na Rússia, em função de sua natureza retardatária, não repetiria os passos transcorridos pela industrialização dos países originários do capitalismo. Trotsky fez questão de salientar esse caminho próprio traçado pela modernização industrial russa, já que nele estaria a chave para o entendimento de uma formação social peculiar, atrasada, que acabaria por favorecer a eclosão da primeira revolução proletária vitoriosa da história mundial. Quanto às características da industrialização russa, derivadas do atraso histórico com que foi efetivada, Trotsky afirmou:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém, neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução económica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira revolução [1905] e a [primeira] guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso económico do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim tão rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até à liquidação do antigo regime, mas, que, como sua herança, perdura até hoje.⁽³⁵⁾

(34) Ibid., p. 29

(35) Ibid., p. 28.

Segundo Trotsky, residiria nesse tardio e rápido crescimento industrial da Rússia – caracterizado pela dispensa (“queima”) de várias fases e subfases que haviam tido lugar ao longo do secular desenvolvimento fabril europeu – a explicação para o protagonismo operário presente na história do país logo a partir da primeira década do século XX. Numa clara demonstração empírica de que a história das nações pioneiras do capitalismo não se repete nas formações sociais atrasadas, a Rússia caminhava, desde fins do século XIX, no sentido de sua modernização industrial capitalista sem ter necessitado previamente de uma revolução “democrático-burguesa”. Do mesmo modo, o desenvolvimento do capitalismo russo combinava-se inteiramente com a manutenção da arcaica estrutura fundiária do país, o que colocava na ordem do dia para os revolucionários socialistas a resolução da chamada “questão agrária”.

Mesmo se desenvolvendo economicamente por conta da industrialização, a burguesia russa via agravada sua “debilidade” política, dado o aumento de sua dependência perante o capital europeu e o Estado autocrático. Carecendo de uma consistência social mais sólida, e sendo aliada e subordinada à aristocracia proprietária rural do país, ela era completamente incapaz de liderar os camponeses em qualquer luta por reformas agrárias. Seriam, entretanto, o conteúdo e a forma do desenvolvimento industrial da Rússia que afastariam qualquer chance de essa burguesia vir a exercer um papel revolucionário na história do país.

Ao assimilar os elementos mais avançados da técnica industrial europeia, a modernização capitalista da Rússia, dirigida pelo Estado e financiada pelo capital externo, acabou por proporcionar um cenário no qual essa “débil” burguesia encontrou-se, muito cedo, com um proletariado já pertencente aos ramos mais modernos da economia, aglomerado em grandes fábricas e bastante concentrado em algumas poucas cidades industriais (com destaque para Moscovo e São Petersburgo). Chegada com atraso à cena histórica, a burguesia russa, diferentemente do que ocorrera com as burguesias inglesa, francesa e norte-americana, deparou-se, ao mesmo tempo em que se desenvolvia como classe, com um proletariado tipicamente moderno e possuidor de uma significativa consciência política, aberta à perspectiva revolucionária.

Aliás, o facto de as ideias do marxismo revolucionário terem encontrado espaço entre parcelas significativas do jovem proletariado russo (o que pode ser expresso pela forte presença política dos partidos operários nos meios fabris desde os primeiros anos do século XX) também foi visto por Trotsky como uma demonstração da lei do desenvolvimento desigual e combinado que operava na história russa:

De acordo com a evolução do país, o reservatório de onde saía a classe operária russa não era um artesanato corporativo: era o meio rural; não a cidade, mas a aldeia. É preciso notar que o operariado russo não se formou paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações, de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime de opressão concentrada do czarismo – que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista.⁽³⁶⁾

Essa desproporção relativa de forças entre burguesia e proletariado, ocasionada justamente pelo atraso do país, era agravada pela inexistência de setores urbanos médios, isto é, de uma pequena-burguesia das cidades. Se, como vimos na exposição de Trotsky, a Rússia, por questões históricas de toda a ordem, sempre carecera de um desenvolvimento substantivo das atividades urbanas medievais e modernas e, conseqüentemente, de um desenvolvimento dos grupos sociais que as realizam (artesãos, artífices, mercadores, etc.), com a industrialização capitalista realizada aos “saltos” desenvolveu-se um proletariado moderno, sem que com isso tivesse surgido também uma pequena-burguesia urbana numérica e economicamente significativa.

Assim, a burguesia industrial russa via-se também, entre outros problemas, desprovida politicamente de uma pequena-burguesia urbana do tipo *sans-culotte* que, em outras épocas e lugares, havia servido de base de massas para revoluções “democrático-burguesas”. Na Rússia, portanto, o antagonismo fundamental de classes assumia conteúdo e feição bastante acirrados, já que os inimigos encontravam-se cara a cara, sem intermediários oscilantes que poderiam lhes servir ora de árbitros mediadores, ora de intérpretes confusos.

(36) Ibid., p. 29-30. Ou ainda: “Que dizer de nosso proletariado? Terá passado pela mesma escola medieval das confrarias de aprendizado? Existirão nele tradições corporativas seculares? Nada de parecido. Lançaram-no diretamente à fornalha, assim que o retiraram de seu arado primitivo... Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas, mesmo entre o proletariado, e a juventude do espírito revolucionário; daí, entre outras causas eficientes, Outubro e o primeiro governo proletário que existiu no mundo. Mas daí, também, o analfabetismo, a mentalidade atrasada, a deficiência de hábitos de organização, a incapacidade de trabalhar sistematicamente, a falta de educação cultural e técnica. A cada passo nos ressentimos dessas inferioridades na nossa economia e na nossa edificação cultural.” (Ibid., p. 391, “Apêndice I”).

Todos esses aspectos elencados acima, segundo Trotsky, determinaram a sorte da burguesia russa:

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura dessa indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o facto de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia, mas ainda fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a revolução [...].

A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida quotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos. Por outro lado, a burguesia era igualmente incapaz de arrastar as massas camponesas porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terra e porque temia um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse. Se, portanto, a Revolução Russa tardou em rebentar, não foi tão somente por motivo cronológico: a culpa dessa demora cabe também à estrutura social da nação.⁽³⁷⁾

Covarde e completamente “divorciada do povo”,⁽³⁸⁾ a burguesia russa demonstrava a cada nova fase do desenrolar da luta de classes seu caráter essencialmente contrarrevolucionário. Quando do derrube do czarismo pelas massas, em fevereiro de 1917, a burguesia, convocada ao poder pelos mencheviques e socialistas-revolucionários – grupos guiados, é bom lembrar, pela leitura “etapista”, segundo a qual o poder numa revolução antiabsolutista (que eles, equivocadamente, compreenderam à época como uma revolução

(37) Ibid., p. 29-30.

(38) Ibid., p. 164.

“democrático-burguesa” em seu sentido clássico) cabia inexoravelmente à burguesia –, mostrou-se completamente incapaz de realizar qualquer tarefa “democrática” significativa. Mantendo o país na guerra imperialista e preservando a propriedade fundiária da aristocracia, a burguesia abriu o caminho revolucionário ao proletariado. Distintamente da trajetória revolucionária das primeiras nações burguesas industriais, a questão do poder colocou-se para a classe trabalhadora sem que antes houvesse ocorrido no país uma “revolução burguesa” propriamente dita:

A revolução de [fevereiro de] 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas pelo facto de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista [Bolchevique].⁽³⁹⁾

Breves considerações finais

Confirmando as antigas previsões de Trotsky, feitas ainda em 1906, foi destinado ao proletariado russo, quando este se assenhoreou do poder em outubro de 1917, realizar as tarefas “democráticas” da história russa. Nesse sentido, e apenas nesse, foi que Trotsky, desde muito tempo, já reconheceu que a revolução a ser realizada na Rússia poderia ser chamada de “burguesa”, dado que suas “finalidades primeiras” encerravam um conteúdo “democrático”, em especial a reforma agrária. Contudo, e é aí que reside todo o fundamento de sua “teoria da revolução permanente”, Trotsky, como vimos, sempre vislumbrou que somente o proletariado, apossando-se do leme do Estado, poderia dar conta das questões “democráticas” deixadas de lado pela burguesia russa, ao mesmo tempo que seria forçado, pela dinâmica da luta de classes, a empreender, de modo combinado com as tarefas “democráticas”, medidas de caráter “socialista”, como a expropriação dos meios de produção pertencentes à burguesia. Não por acaso, como mencionamos anteriormente, o próprio Lenine reconheceu que foi somente a partir de outubro de 1917, e não a partir de fevereiro do mesmo ano, que a Rússia realizou sua

(39) Ibid., p. 32.

revolução “democrático-burguesa” – isto é, a partir do momento em que no país começou a se edificar um Estado operário – por intermédio da combinação de medidas como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das grandes indústrias.

Quando ficou claro que o período de vida do regime da “dualidade de poderes” instituído com a “Revolução de Fevereiro” não passou de um brevíssimo prólogo da tomada do poder pelo proletariado, a história veio a confirmar o prognóstico de Trotsky acerca dos rumos revolucionários de um país atrasado; a Rússia, nas suas palavras, “ultrapassou de um salto a democracia puramente formal”.⁽⁴⁰⁾

Por razões óbvias, o exemplo histórico da Revolução Russa orientou as análises de Trotsky referentes aos rumos das lutas de classes nos demais países de desenvolvimento capitalista retardatário. Tendo a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917 servido como verificação empírica de suas teses produzidas desde a segunda metade da década de 1900, Trotsky não hesitou em usar e abusar de analogias referentes à história russa em meio a polémicas com companheiros e adversários sobre o caráter da revolução nos países atrasados. Foi nesse sentido que nomes e termos como Kerensky, Kornilov, bolchevismo e menchevismo foram diversas vezes utilizados por Trotsky em seus textos sobre a China, a Espanha, o México, etc.⁽⁴¹⁾

Por fim, é importante destacar o facto de toda a argumentação de Trotsky aqui exposta se fundar na ideia de que o desenvolvimento do capitalismo nas regiões atrasadas continha uma historicidade própria (combinando elementos arcaicos e modernos), o que contrariava a lógica da repetição das “etapas” do capitalismo europeu clássico nos países “coloniais” e “semicoloniais”, tal como então apregoava a Internacional Comunista. A forma específica como o capitalismo se apresentava nos países atrasados (perpetuando as estruturas arcaicas) não evidenciaria, segundo Trotsky, a alocação destes em algum “estágio” histórico-temporal inferior ao dos países de capitalismo avançado.

Tal compreensão, por sua vez, alicerçava-se numa perspectiva que compreendia o capitalismo mundial como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente num todo (o capitalismo mundial), as

(40) Ibid., p. 33.

(41) Tal facto fez (faz) que alguns críticos de Trotsky o tenham acusado (acusem) de transplantar mecanicamente a experiência russa para outras localidades dotadas de características distintas daquele país.

regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história em separado, e, portanto, não lhes seria possível superar seu atraso passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autónomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história das regiões pioneiras. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico das nações centrais dependeu e dependia inteiramente das relações estabelecidas com as formações económico-sociais periféricas. Essa perspectiva totalizante de Trotsky era a base de seu internacionalismo, que se opunha frontalmente à teoria do “socialismo num só país” sustentada pelos estalinistas, o que o levava à defesa de posições políticas completamente distintas destes últimos.

O ESTADO E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974/75: ENTRE CONTROLO DA PRODUÇÃO E CONTROLO OPERÁRIO

Jorge Fontes

Se o sinal de partida para a revolução russa de Outubro de 1917 foi a greve das operárias têxteis de 8 de março (23 de fevereiro, no antigo calendário juliano), abrindo-se uma crise revolucionária com protagonismo operário e urbano, divisão do Exército e constituição de uma dupla legitimidade (Duma e Congresso dos Sovietes), no caso português um movimento de capitães orquestra um golpe contra um regime incapaz de solucionar a questão colonial. A unificação da revolução camponesa anticolonial com a revolução operária metropolitana que ameaça o prosseguimento das relações sociais de produção capitalistas é contida em última análise pelo seu estopim, o Exército, último reduto do Estado. A originalidade e força da revolução portuguesa será assim também na confirmação da sociologia do Estado, a sua fraqueza fatal, na transição falhada para um novo Outubro, derrotada militarmente em Novembro.

Entre os golpes de estado, a revolução avança

O golpe militar de 25 de Abril desdobra-se numa bifurcação. Ao não resolver a questão do Estado (dimensão imperial e relação entre classes sociais) e regime (bonapartismos, Constituinte e forma constitucional), a crise prolongar-se-á enquanto durar a indefinição.

Conta com a participação decisiva da população urbana da capital, que encurrala o regime no Largo do Carmo e se lança no ataque à sede da polícia política. A mobilização popular inaugura um processo revolucionário que, dismantando as estruturas políticas do regime, tende, para cumprir essa tarefa, a ter de destruir os seus alicerces económicos, num elo em que a dinâmica antifascista se mescla com anticapitalismo.

Assim, entre maio e junho, o País é atravessado por uma onda de greves, na qual a exigência de saneamentos e outras reivindicações de tipo democrático

se combinam com reivindicações económicas e igualitárias. Reaparecem na Europa Ocidental organismos característicos da onda revolucionária mundial de 1917 a 1923, como os comités de fábrica na Rússia ou os conselhos operários de Turim.

Com efeito, nas empresas portuguesas germinam comissões de trabalhadores (CT), normalmente eleitas após plenários, abrangendo todos os trabalhadores da unidade (independentemente da profissão), sob o princípio da sua revogabilidade, mantendo-se sob forte controlo da assembleia de onde emanam, que retém o poder soberano.

Por outro lado, o poder não se precipita na rua como temia Caetano. Ergue-se a figura de Spínola como Presidente da República, sob cuja influência é suprimida uma alínea do programa do MFA expressando o “claro reconhecimento dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva participação das populações autóctones”⁽¹⁾.

Ensaia-se uma solução política de tipo federal, neocolonial. Após uma visita a Angola, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, traz a “convicção de que o povo angolano é, num grande espaço português, um magnífico exemplo de verdadeira vocação luso-tropical”, criticando que se atribuam à Junta de Salvação Nacional “intenções derrotistas de abandono imediato e incondicional”⁽²⁾. A 7 de junho afirma-se “convencido de que Angola decidirá continuar portuguesa”⁽³⁾. Segundo Spínola, “o destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua”⁽⁴⁾. Para o primeiro-ministro Palma Carlos, a “criação de um Estado federal é solução ótima a considerar”⁽⁵⁾.

Neste contexto, Spínola encontra-se com Nixon a 18 de junho, nos Açores. Segundo o autor do célebre discurso sobre a “*silent majority*” que apoiaria a

(1) “Suprimida uma alínea do programa”, in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 42.

(2) “Trouxe a convicção de que o povo angolano é num grande espaço português um magnífico exemplo de verdadeira vocação luso-tropical”, *Diário de Notícias*, 7 de maio de 1974, 1.

(3) “Estou convencido de que Angola decidirá continuar portuguesa”, *Diário de Notícias*, 7 de junho de 1974, 1.

(4) O destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua”, *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1974, 7.

(5) “A criação de um Estado federal é solução ótima a considerar”, *O Século*, 18 de maio de 1974, 2.

guerra do Vietname, o seu congénere português “é um dos raros estadistas que reconhecem os desafios do mundo atual”⁽⁶⁾.

O primeiro-ministro propõe a eleição antecipada do PR, o adiamento das eleições legislativas para fins de 1976 e o reforço dos seus poderes. Contudo, a proposta é rejeitada no Conselho de Estado e na Comissão Coordenadora do MFA, porque “seria absurdo supor o povo apto a votar antes do prazo previsto no Programa, ou seja um ano; por outro lado, o alargamento de poderes do primeiro-ministro, nos moldes do regime anterior, viria a colocar em plano secundário, ou mesmo reduzir à inação, o MFA”⁽⁷⁾. Em consequência, Palma Carlos demite-se a 8 de julho.

O novo primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, garante que não haverá “desvios” ao Programa do MFA, que “não permite a efetivação das transformações radicais ou revolucionárias da estrutura socioeconómica da sociedade portuguesa”⁽⁸⁾.

Para conter o movimento reivindicativo dos trabalhadores, surge o Decreto-Lei 392/74, de 27 de agosto, regulamentando o direito à greve, ilegalizando grande parte das características que a mesma havia assumido desde o 25 de Abril. Proíbe a “cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em setores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo”, a “ocupação dos locais de trabalho durante a greve”, a greve “política”, de “solidariedade”, e por “modificação de contratos e acordos coletivos, antes de expirado o seu prazo de vigência”. A paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, e retira-se às CT a possibilidade de desencadear uma greve, conferindo-a às comissões sindicais ou, na sua ausência, a uma assembleia com mais de 50% dos votos na presença de um representante do Ministério do Trabalho. E assegura ao patronato o direito de *lock-out*.

Intensifica-se a repressão. Em resposta a uma greve convocada pela Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, o Aeroporto de Lisboa é colocado sob ocupação militar, ficando os trabalhadores sob a alçada da justiça militar, registando-se prisões e centenas de despedimentos. Na Lisnave, na famosa greve e manifestação de 12 de setembro, verificam-se dos primeiros

(6) “O Presidente Spínola é dos raros estadistas que reconhecem os desafios do mundo atual”, *Diário de Notícias*, 20 de junho de 1974, 1.

(7) Orlando Neves, dir., *Diário de uma Revolução* (Lisboa: Mil Dias, 1978), 147.

(8) Augusto Gama, org., *Vasco Gonçalves, Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas* (Porto: Augusto Paulo da Gama, 1976), 21.

sintomas de independência política da classe operária face ao Governo, que vê frustradas as suas tentativas de impedir a manifestação.

As contradições não resolvidas, expressas na supressão da alínea do Programa do MFA e na “crise Palma Carlos”, conjuntamente com uma nova vaga de greves em agosto/setembro, impulsionam a tentativa de mobilização de uma “maioria silenciosa” para conferir legitimidade a Spínola, subordinando-se o MFA e a Constituinte, no sentido da adoção de uma solução federal ou “neocolonial” capaz de proteger os interesses económicos monopolistas ultramarinos e de reprimir eficazmente o movimento operário e popular.

É convocada uma grande manifestação da “maioria silenciosa” em Lisboa, para o dia 28 de setembro. Dois dias antes, numa corrida de touros no Campo Pequeno, Spínola é aclamado e Vasco Gonçalves vaiado. Na instalação sonora convoca-se a manifestação. O público grita: “Portugal, Portugal, Ultramar, Ultramar!”

Perante a ameaça, MFA, PCP e Intersindical mobilizam-se para impedir a manifestação. Montam-se barreiras de civis e militares que revistam os veículos e prendem os ocupantes que transportavam armas. Nas principais cidades do País realizam-se manifestações, e sedes de partidos acusados de ligações ao antigo regime são assaltadas e destruídas. Spínola, derrotado, demite-se. Segue-se Costa Gomes como PR.

A Interempresas: unidade e divisão das comissões de trabalhadores

No contexto da onda de greves de maio, começou a esboçar-se uma forma de coordenação relativamente informal de trabalhadores das duas margens do rio Tejo, de CT como as da Efacec, Lisnave, Setenave, Cergal, Applied Magnetics, Melka, ou delegados sindicais da TAP e a Comissão Pró-Sindical dos CTT, num máximo total de cerca de 40 empresas, cuja designação varia até se fixar em Inter-Empresas.

Em muitas destas desenrolam-se lutas que não merecem a simpatia, ou convocam mesmo o apoio à repressão de Governo, MFA, PCP e Intersindical, estimulando-se assim a necessidade de solidariedade, ação conjunta e organização coordenada.

Em Janeiro/Fevereiro de 1975, com o agravamento da crise económica e o aumento do desemprego, desencadeia-se uma nova onda de greves. Convoca-se para 7 de fevereiro uma manifestação de “caráter rigorosamente apartidário”, não sendo permitidas “palavras de ordem, nem estandartes” de “qualquer organização partidária”, sendo “contra os despedimentos,

desemprego e toda a exploração capitalista”⁽⁹⁾. A presença de uma esquadra da NATO no rio Tejo levará a manifestação a ser também pelo “fora a NATO” e pela “independência nacional”.

O Governo Civil de Lisboa cancela todas as manifestações de 7 a 12 desse mês e o PCP “adverte a população”, pois a intenção destas “parece ser provocar perigosos confrontos”⁽¹⁰⁾. Não obstante, a proibição é ignorada, e a “manif” junta cerca de 80 000 manifestantes que chegados à Avenida Duque de Loulé, deparam-se com os “comandos” do major Jaime Neves, mas gritando “em frente”, avançam pela faixa esquerda da avenida por entre o espaço aberto pela tropa. Na Praça de Londres, realizam um comício que termina com a confraternização dos trabalhadores com os soldados do COPCON⁽¹¹⁾.

O ponto mais alto da Interempresas é também o início do seu declínio, num cenário marcado pelas divisões político-partidárias no mundo do trabalho. O PCP reorienta a sua tática e reúne 191 CT na Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores, a 2 de fevereiro. O PRP vai criar os CRTSM (Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros) com representantes de 161 empresas e 21 unidades militares. A Efacec-Inel (que tinha sido a principal impulsionadora da manifestação) promove reuniões com outras empresas, num processo que desaguará na constituição da Intercomissões de Trabalhadores, e no I Congresso Nacional das CT, realizado na Covilhã, a 27 e 28 de setembro de 1975, com 53 CT com direito de voto e 42 observadoras, na qual adquire predominância o MRPP, estando também presentes pequenas delegações do PS e do PRT.

A tendência para a unificação das CT será assim conduzida por diferentes lógicas de aparelho, não se verificando uma frente centralizada capaz de formular uma alternativa orgânica e programática assente nos organismos de democracia do trabalho nas unidades empresariais.

Contrariamente ao mote insistentemente gritado, “o povo unido, jamais será vencido”, a tendência de fundo da revolução portuguesa, progressivamente acentuada à medida que a mesma se prolonga, será a divisão das suas forças. Sintomaticamente, nos dezanove meses de um dos maiores processos revolucionários do século XX, não se declara uma greve geral.

(9) CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 30 janeiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

(10) “Nota sobre as manobras da NATO”, in *Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, 2º vol. (Lisboa: *Avante!*, 1976), 30.

(11) “Grande manifestação operária no centro de Lisboa”, *Diário de Lisboa*, fevereiro 8, 1975, 4.

O Estado em movimento bonapartista

O 11 de março de 1975, nova tentativa golpista contrarrevolucionária chefiada por Spínola, falhando faz ricochete, criando-se as condições para o desmantelamento monopolista (cujo símbolo máximo é a CUF), a nacionalização da banca e seguros, bem como das maiores empresas nacionais. Tornava-se imperativo passar à prática o controlo do poder político sobre o poder económico, como estipulado no Programa de Política Económica e Social, sob pena de se nacionalizarem as paredes das sedes bancárias, na expressão de Silva Lopes.

Na superestrutura institui-se o Conselho da Revolução (CR). Este faz a “afirmação clara do princípio do controle organizado da produção pelos trabalhadores para objetivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento, segundo esquemas a definir com brevidade”⁽¹²⁾. Assim, a Secretaria de Estado da Indústria elabora um projeto de controlo da indústria metalomecânica pesada em sete empresas do ramo (Cometna, Construtora Moderna, Sepsa, Mague, Efacec, Equimetal e Sorefame), às quais junta os estaleiros navais Lisnave e Setenave⁽¹³⁾.

Para além do ensejo de controlo das alavancas económicas pela subordinação do trabalho à centralização estatal, almeja-se a menorização da democracia representativa, com o Pacto MFA-Partidos a definir o PR como máximo órgão de soberania, eleito por um colégio eleitoral constituído por

(12) “Conselho da Revolução apela à mobilização dos trabalhadores”, *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, abril 22, 1975, 3.

(13) Ao respectivo Comissariado para a Indústria Metalomecânica Pesada (pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, regendo-se pela normas das empresas comerciais) competiria: coordenar os programas de produção e investimento das empresas; intervir ao nível dos programas de equipamento do setor público; promover a participação nacional nos investimentos privados; articular os programas de produção das principais empresas com as capacidades das restantes. A direção seria composta por dois elementos designados pela Secretaria de Estado (um deles o presidente) e outros dois designados pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores. O Conselho Geral pela direção, o diretor-geral da Indústria Transformadora, um representante do Ministério do Planeamento e outro do Comércio Externo e ainda um representante de cada um dos utilizadores nacionais. À Comissão de Controlo pertencem todos os membros da Coordenadora das CT, com a seguinte incumbência: fiscalizar a gestão técnica, financeira e comercial do Comissariado; dar parecer sobre orçamento anual e relatório e contas; pronunciar-se sobre o programa de atividades; e propor ou aceitar a admissão de pessoal técnico. “Projeto de Controlo da Indústria Metalomecânica Pesada que cria o Comissariado para a Indústria Metalomecânica Pesada”, in *Controlo Operário em Portugal (II)*, Fátima Patriarca, *Análise Social* 48 (1976): 1065-1072.

duas assembleias (do MFA e legislativa). Tendo a Constituinte por missão única elaborar e aprovar uma Constituição, só após um período de transição de entre 3 e 5 anos poderiam os trabalhadores e o povo português eleger por sufrágio universal e direto uma assembleia legislativa.

A 25 de Abril de 1975, pela primeira vez na história portuguesa, realiza-se um acto eleitoral por sufrágio universal, para a Assembleia Constituinte. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves assegura que o País não está “numa fase de destruição da burguesia, nem esse é o nosso objetivo”, visando-se “um ‘controlo’ dos trabalhadores sobre a produção e a eficiência da produção, subordinada à coordenação de vários organismos a nível central”⁽¹⁴⁾.

As forças programaticamente alinhadas oficialmente com uma via socialista para a revolução portuguesa obtinham um êxito retumbante. O PS vence com 37,9%, seguido de PPD (26,4%), PCP (12,5%), CDS (7,6%), e MDP/CDE (4,1%).

Caso a retórica política fosse sempre obrigada a contrair matrimónio indissolúvel com a substância prática, o CR teria algo mais do que uma razão formalista, quando no seu comunicado pós-eleitoral declara ter a maioria da população rejeitado a via social-democrata (reformista) da revolução, conforme expresso na Declaração de Princípios do PS, cujo secretário-geral Soares conclamava ser necessário que o “próximo patrão seja o poder dos trabalhadores”⁽¹⁵⁾. Contudo, como é sabido, se aparência e essência divergem, na revolução portuguesa, a dissociação entre forma e conteúdo atinge níveis de surrealismo extremo, pois a volatilidade da deslocação de forças “empurra” os sujeitos políticos para guinadas táticas radicais, adotando-se discursos ambíguos e “camaleónicos”.

A disputa entre diferentes legitimidades, característica de períodos de crise, acentua-se. A legitimidade dita “revolucionária” do CR e do MFA tinha a sua matriz no golpe de estado: é um órgão não eleito, maioritariamente apoiado pelo menos em grande parte do processo, mas não sufragado. A legitimidade dita democrática era subordinada ao Pacto, conferia apenas mandato constitucional. Ambas as legitimidades reclamam-se do objetivo socialista de uma sociedade sem classes. Esta divisão de legitimidades expressa na aparência, de um ponto de vista formal, duas táticas para alcançar um objetivo socialista. Mas na essência, um ano após a revolução, os trabalhadores só tinham

(14) Augusto Gama, org., 239.

(15) “Não se constrói o socialismo queimando papéis e bandeiras”, *Diário de Lisboa*, março 20, 1975, 4.

votado ou para comissões de trabalhadores, de moradores e demais “órgãos de poder popular”, para sindicatos, ou para uma Constituinte a prazo, sem poderes legislativos e subordinada ao CR.

A Assembleia do MFA aprova o Documento Aliança Povo-MFA (DAPMFA) a 8 de julho. Neste, pugna-se por um CR como “órgão máximo da soberania nacional” numa orgânica da aliança Povo-MFA, onde as CT e comissões de moradores (CM) são integradas em assembleias locais, de onde emergiriam, em diferentes fases, assembleias populares distritais, assembleias populares regionais e uma Assembleia Popular Nacional, órgãos nos quais participa o MFA.

O PS acusa o DAPMFA de dar “cobertura à instauração de uma ditadura” do MFA, por não prever a existência de um PR, “instituir uma Assembleia Popular Nacional formada por eleição em quarto ou quinto grau e em votação por braços levantados”, em substituição de uma Assembleia Legislativa eleita por sufrágio universal, direto e secreto (como constante no Pacto MFA-partidos), e pretender “tutelar militarmente” as CT e CM⁽¹⁶⁾.

Na vertigem bonapartista, a maioria da “esquerda revolucionária”, impotente, começará a alinhar-se com o “gonçalvismo” que, isolado, procura uma síntese aceleradora do processo, mas precipita-se o fosso de “legitimidade” entre a exigência de “dissolução da Constituinte” e a não existência de uma alternativa orgânica “de baixo” assente nos chamados “órgãos de vontade popular”, conduzindo uma parte a uma vertigem putschista que combina contraditoriamente o “não à guerra civil” com apelos à insurreição.

Sob o chapéu-de-chuva do “socialismo” abrigam-se quase todas as forças políticas, conferindo-se à situação política, pese embora todo o seu dramatismo, um carácter por vezes burlesco, de comédia de enganos. Assim, enquanto o PRP argumenta que o “projeto de poder popular vem ao encontro da nossa proposta”, membros do CR como o “almirante vermelho” Rosa Coutinho em discurso no congresso patronal da CIP, onde se discute o “papel da iniciativa privada numa sociedade em transição para o socialismo”, afirmam lamentar a “falta de confiança mútua patrão-operários, problema básico que urge resolver para estabilizar a economia”⁽¹⁷⁾.

O IV Governo Provisório (GP) é abandonado pelo PS na sequência do “caso República”, seguindo-se um “nado-morto”, o breve V GP. O poder

(16) “No fundo é instaurar apenas uma ditadura”, *Diário de Lisboa*, julho 11, 1975, 10.

(17) “Rosa Coutinho no Congresso da Indústria, Acabar com a dominação do poder económico sobre o poder político”, *Jornal Novo*, julho 12, 1975, 4.

político-militar é concentrado num Directório, que expressa, de certo modo três vias, que se estreitam em duas. A “gonçalvista” de “aliança povo-MFA”, tenazmente aclamada pela Intersindical, e perante a qual a direcção do PCP vai discretamente alimentando uma prudente desaproximação, é forçada devido ao estreitamento da sua base de apoio, a conjugar esforços com a via “otelista” (Documento do COPCON) concitando-se a euforia da chamada “esquerda revolucionária”. Por fim, o plano melo-antunista, dos “moderados” defensores de “uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem” através de um “sólido bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia”, para que a transição se realize “gradualmente, sem convulsões e pacificamente”⁽¹⁸⁾, campo político no qual se aninhará toda a vasta fronda contrarrevolucionária democrática e não-democrática.

A sobreviver a tudo, num notável equilíbrismo em cima de gelo fino, sobressai o melhor fato de todos os candidatos a Bonaparte, no baile de máscaras revolucionárias: o de Costa Gomes.

O controlo operário e o controlo estatal da produção: estudo de caso

Embora o núcleo constitutivo da revolução portuguesa seja o “movimento real” do seu sujeito social e político, a maioria da reconstrução historiográfica acompanhará o deslocamento da relação de forças sociológica. Assim, o metabolismo das classes sociais, nas fábricas e empresas, o pulsar das unidades estratégicas que tecem a malha da formação económico-social, a vanguarda do desenvolvimento e acumulação capitalista e o seu questionamento na emancipação do trabalho, o controlo operário, ensaio geral da substituição sociológica da direcção política do Estado, à medida que perdem a sua corporeidade transubstanciam-se em espectro ausente da análise do “social”.

No âmbito da nossa tese de doutoramento⁽¹⁹⁾, realizámos um estudo sobre uma CT e o controlo operário, numa unidade industrial estratégica, que pensamos inédito em Portugal, e raro a nível mundial, o qual aproveitámos e reciclámos para este caso de estudo. Faltam todavia mais investigações centradas nas unidades de metalomecânica pesada e ligeira, nas principais

(18) “Documento dos Nove” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 238-241.

(19) Jorge Fontes, “História do movimento operário da Setenave 1974-1989” (Dissertação de Doutoramento UNL/FCSH, 2016) Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/20190>

empresas nacionais e multinacionais, nos transportes, capazes de nos entranhar nas lutas disputadas nos túneis subterrâneos que fazem deslocar as grandes placas tectónicas da economia política das classes sociais.

Como vimos, o 11 de Março precipita o controlo político da economia e da produção, começando a suceder-se os planos que exprimem essa necessidade.

No Conselho Económico do IV GP, a 7 de maio de 1975, o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, apresenta um projeto de decreto-lei relativo ao controlo operário. Considerando-se a “urgente necessidade de reconhecer o direito ao controlo organizado da produção” (i.e. verificando-o como um facto *a priori*), postula-se que o mesmo “não deverá conduzir ou contribuir para entrar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”. Limita-se o direito das CT ao controlo, restringindo-o às existentes, e em detrimento de comissões sindicais ou delegados sindicais. Estipula-se as tarefas destes órgãos em: “emitir parecer e garantir a execução” dos “planos gerais da empresa”; “contribuir para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção”, “velar pelo cumprimento dos programas do Governo” e garantir “o cumprimento rigoroso de medidas de austeridade económica que o Governo adote”⁽²⁰⁾.

Em alternativa, apresenta-se um outro documento, elaborado pelo secretário de Estado da Indústria, João Martins Pereira, que define o controlo da produção como “uma ação, por parte dos próprios trabalhadores, tendente a assegurar que a unidade produtiva (ou setor) em que se inserem está a ser utilizada da forma mais adequada, tendo em visto o esforço coletivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista”. Defende-se que assembleias gerais de trabalhadores elejam “comissões de controlo da produção”, ou atribuam à CT ou comissão sindical já existente (ou a parte delas) essa incumbência⁽²¹⁾.

(20) “Controlo Operário da Produção”, in *Controlo Operário em Portugal* (I), Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 792-794.

(21) Considera-se ainda que às comissões administrativas, aos órgãos de gestão sectorial a criar e às comissões de reestruturação dos setores nacionalizados devem ser dados os seguintes princípios orientadores: os trabalhadores devem ter a faculdade de organizar o trabalho nas respetivas oficinas e serviços; e as comissões de controlo terão acesso a todas as informações para fiscalização da gestão técnica, financeira e comercial da empresa, podendo apresentar propostas de reconversão, ampliação e planos de investimento. In “Notas sobre o controlo da produção”, in *Controlo Operário em Portugal* (I), Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 769-772.

A impotência do movimento operário em se centralizar e desenvolver uma alternativa programática independente atrela-o aos projectos de controlo emanados do aparelho de Estado, aos planos castrenses e às disputas partidárias. Assim, a 5 de Junho de 1975 todas as CT do projectado comissariado da metalomecânica pesada aprovam o respectivo projecto⁽²²⁾ e as lideranças laborais das principais empresas reclamarão sucessivamente a aplicação dos diplomas de controlo como panaceia para a crise económico-produtiva. O projeto de controlo da produção será aprovado pelo V GP, mas quedará carente de promulgação presidencial.

A Setenave, empresa de construção e reparação naval, em Setúbal, ponta de lança do desenvolvimento monopolista industrial (CUF) em associação com capital externo (sueco e holandês), equipada para construir gigantescos navios petroleiros, que abasteceriam a refinaria de Sines com o *crude* de Cabinda, constitui um excelente exemplo do curso dos acontecimentos. A partir de Maio de 1974 constitui-se uma representação laboral na forma de um Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS), cuja direção política vai alternando por entre as vicissitudes do processo, apresentando contudo a peculiaridade de ser das poucas grandes empresas industriais dirigidas pela “esquerda revolucionária” até ao 25 de Novembro. Após uma primeira vaga “espontânea” de reivindicações exitosas (aumentos salariais, um mês de férias, décimo terceiro mês de salário, etc.), no início de 1975 desenvolve-se uma luta prolongada pela redução do leque salarial, que se prolonga no Outono “ardente” em disputa pelo controlo da empresa nacionalizada pelo V GP.

Em 6 de outubro, o administrador por parte do Estado, Moura Vicente, dirige uma “Carta aos trabalhadores da Setenave”, publicada no jornal *Expresso* e noutros, na qual traça um retrato do estaleiro: “A situação económica (produção atual e perspectivas) e financeira (saldo de receitas e responsabilidades) da Setenave é verdadeiramente desesperada”. Segundo este, “o abandono dos locais de trabalho é frequente; a produtividade é muito fraca; os tempos mortos são enormes; a autoridade dos chefes é contestada; a disciplina está deteriorada; as relações estão prejudicadas pela ‘invasão da empresa’ pelos conflitos políticos; o desinteresse de grande número de trabalhadores aumenta a par das tensões e disputas; desmobilizam-se as capacidades de

(22) Com excepção da com excepção da Efacec-Inel (MRPP), que argumenta tratar-se de “levar a classe operária a participar na reconstrução do capital”. “Controlo Operário na Metalomecânica”, in *Controlo Operário em Portugal (II)*, Fátima Patriarca, *Análise Social* 48 (1976): 1074-1076.

trabalho”. Deste modo: “Diretores, gestores, operativos demitiram-se já ou apresentaram os seus pedidos de demissão. E até o delegado do Governo se encontra demissionário”⁽²³⁾.

O CTS e os delegados sindicais respondem estar “de acordo que existe um clima indisciplinado”, mas os motivos prendem-se com: “falta de trabalho, pelas demissões dos gestores das responsabilidades que lhes competem no processo, pelo receio de serem contestados nas atitudes que tomem, quer por desenquadramento no processo político, quer por consciência da sua reduzida capacidade”. Reclamam a “institucionalização e prática” do decreto-lei do controlo operário elaborado pelo V GP⁽²⁴⁾.

A 14 de outubro, a administração propõe o “controlo da empresa pelos trabalhadores”, no qual dois representantes dos trabalhadores fariam parte integrante da Comissão Administrativa (composta por três vogais nomeados pelo Governo), com idênticos poderes e obrigações ou com papel de observação e acompanhamento dos trabalhos e decisões da Comissão⁽²⁵⁾. Numa Assembleia Geral de Trabalhadores da Setenave, a 16 de outubro, aprova-se, por unanimidade e aclamação, que o controlo operário “deverá ser feito a partir das bases para controlo da gestão da empresa”, e assim sendo o “repúdio do esquema de cogestão apresentado” e de “qualquer outro que tencione comprometer os órgãos representativos dos trabalhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração”⁽²⁶⁾.

Decide-se ainda encetar um processo de discussão de um programa de controlo operário, que a futura CT deveria aplicar. Apresentar-se-ão cinco alternativas, mas a votação só irá ter lugar após o 25 de Novembro. Entretanto, a 30 de Outubro, o CR aprovará o supramencionado projeto de controlo da produção, mas mais uma vez não chega a ser promulgado pelo PR.

Deste modo, apesar de abundantes, os planos e projectos de controlo não chegam a ver a luz. Contudo, como vimos, este é reconhecido como realidade. Esta contradição expressa dois processos sociais distintos, embora apareçam

(23) O administrador por parte do Estado, Moura Vicente, *Carta aos trabalhadores da Setenave*, (s. l., 6 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

(24) O CTS e os delegados sindicais, *Comunicado nº 2*, (s. l., 9 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

(25) O Administrador Moura Vicente, *Aos Trabalhadores da Setenave*, (s. l., 14 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

(26) O CTS e delegados sindicais, *Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores de 16.10.75*, (s. l., 16 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

por vezes como idênticos na ambiguidade semântica e confusão ideológica características do período. Na nossa hipótese, distinguimos entre controlo da produção e controlo operário. Enquanto o primeiro procura integrar os órgãos dos trabalhadores no aparelho de Estado, em nome da batalha da produção, facilitando-se a aplicação da austeridade governamental, o segundo precede o primeiro e exprime o conflito social dentro das grandes unidades e o impasse na sua resolução, pois ao contrário das pequenas empresas nas quais os trabalhadores conhecem melhor os “segredos da produção” e tendem para a autogestão, nas indústrias complexas a força de trabalho encontra-se mais dependente do saber dos engenheiros e quadros técnicos.

Quando no estaleiro, utilizando a terminologia leninista em voga, “os de baixo já não querem viver como antes, mas não sabem para onde ir, e os de cima já não podem viver como antes, mas não têm para onde ir”⁽²⁷⁾, é o controlo operário que se anuncia, revela. Fenómeno transitório, instável e curto, tal como a situação que o enforma. Que retrocede desvanecendo-se isoladamente, ou avança conservando-se em metamorfose, mudando de qualidade, transformando-se em Estado. Como afirmava um operário da Setenave entrevistado em outubro de 1975 para o documentário *Setúbal, Ville Rouge*, exprimindo sintomática e exemplarmente a ambiguidade da definição do conceito e da situação: “ainda não estamos bem no controlo operário, mas havemos de chegar lá”⁽²⁸⁾.

A resolução militar da crise política

O processo aberto por um golpe militar por outro seria encerrado. Não haveria uma tomada do Palácio de Inverno. A sua analogia mais verosímil no caso português, o cerco a São Bento de 12 de Novembro, testemunha a radicalidade e força do operariado, mas simultaneamente a sua fraqueza. A sua acção dirige-se contraditoriamente contra um subproduto da sua vitória democrática, a conquista do sufrágio universal após meio século de ditadura militar, sem conseguir opor à “democracia burguesa” uma alternativa orgânica de “democracia operária” de tipo soviético.

(27) Lenin, “The Collapse of the Second International”, *marxist internet archive*, tradução nossa, acesso em 25 de setembro, 2015, <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/ii.htm#v21pp74h-212>

(28) *Setúbal Ville Rouge*, Daniel Edinger e Michel Lequenne (1976).

Seja pela imaturidade das “condições objectivas”, ou pelo freio colocado pelas organizações políticas, a dessincronização entre o apodrecimento da crise do Estado e o parto de uma nova autoridade e legitimidade conduzem a revolução portuguesa a uma sorte diferente da experiência russa. A con-substanciação das bifurcações programáticas expressar-se-á no âmago dos detentores do monopólio do armamento.

No alinhamento dos blocos políticos, o posicionamento face ao V GP será um divisor de águas. Como vimos, o “gonçalvismo” acochado procura compensar o seu definhamento lançando pontes à “esquerda revolucionária”. Constitui-se deste modo a Frente de Unidade Popular (FUP), englobando PCP, MDP, FSP, LCI, LUAR, MES e PRP, numa articulação entre o apoio ao V GP e ao Documento do COPCON, a 25 de Agosto no Centro de Sociologia Militar da 5.^a Divisão, que é suspensa pelo CR no mesmo dia.

Dois dias depois, a 27, o COPCON ocupa e encerra a 5.^a Divisão e realiza-se uma manifestação da FUP sob as palavras de ordem: “V Governo, transição para a Revolução”, “Abaixo a social-democracia” e “Dissolução da Constituinte, já!”⁽²⁹⁾.

O PCP não apoia medidas destrutivas face à “atual Assembleia Constituinte”⁽³⁰⁾ e Cunhal propõe um “último esforço na busca de uma solução comum e global”, através de encontros entre representantes do PR, GP e CR, esquerda militar, Grupo dos Nove e COPCON, PCP, participantes no projeto da criação de uma ampla frente revolucionária e PS⁽³¹⁾. O PRP acusa-o de “conciliação” com o PR e o PS e de “traição” às organizações com quem se comprometeu, aos militares revolucionários, a Vasco Gonçalves e às suas bases⁽³²⁾. O PCP “sai” da FUP (argumentando nunca ter chegado a entrar), que se transmuta numa Frente de Unidade Revolucionária (FUR) defensora de um Governo de Unidade Revolucionária e da dissolução da Constituinte.

Vasco Gonçalves sai de cena, substituído no cargo de primeiro-ministro por Pinheiro de Azevedo. O VI GP volta a contar com a presença de PS e PPD e um só ministro comunista. Contra este ergue-se um campo, do PCP à FUR, da Intersindical às CT e CM de variadas tendências, da esquerda militar ao “otelismo”, que perecerá, carente de coesão e direcção.

(29) “Palavras de ordem”, *Diário de Lisboa*, agosto 27, 1975, 20.

(30) “Para uma crise global soluções globais”, *Avante!*, agosto 28, 1975, 2.

(31) “Impõe-se um encontro de forças progressistas para salvar a revolução portuguesa”, *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 9.

(32) “Conciliação do PCP pode gerar guerra civil”, *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 6.

A base do PCP está com o “gonçalvismo”, seduzida pelo “otelismo” e hostil ao “melo-antunismo”. O PCP aposta na conciliação com o “melo-antunismo” e apoia-se no “otelismo”. A FUR, com o “otelismo”, em aliança com o “gonçalvismo”. O PS, MRPP e AOC, com o “melo-antunismo”, a que se junta toda a direita.

O Governo “suspende funções” a 20 de Novembro até que o PR lhe garanta “condições indispensáveis ao exercício das suas funções e autoridade”⁽³³⁾. As direções do PS e do PPD transferem-se para o Porto. O CR substitui Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa. Agrários e pequenos proprietários levantam barricadas em Rio Maior, cortando os acessos a Lisboa.

Pela manhã de 25 de novembro, paraquedistas de Tancos ocupam o Comando da 1.ª Região Aérea, em Monsanto, e bases da Força Aérea, exigindo a demissão do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva (que pouco tempo antes tinha mandado passar à disponibilidade 1000 paraquedistas), bem como dos conselheiros da revolução Costa Neves e Canto e Castro.

O PR convoca Otelo a Belém e assume o comando direto do COPCON. Pelas 16.30, Costa Gomes decreta o estado de emergência em Lisboa e os comandos da Amadora avançam, neutralizando unidades opositoras⁽³⁴⁾. A Intersindical apela a uma paralisação geral, piquetes nas empresas e concentrações junto às unidades militares⁽³⁵⁾. Mas o PCP não permite a saída dos fuzileiros, dirigidos por si⁽³⁶⁾, e desmobiliza num “golpe de rins” as ações civis da Intersindical⁽³⁷⁾.

O Forte de Almada é cercado por cerca de 10 000 trabalhadores da Lisnave e Setenave, que pedem armas⁽³⁸⁾. Otelo revelará que, em Belém, recebe um telefonema do comandante do Forte, Rosado da Luz, a quem instrui no

(33) “VI Governo faz lock out”, *Diário de Lisboa*, novembro 20, 1975, 1.

(34) Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos do PREC* (Lisboa: Expresso/Público, 2006), 401.

(35) Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 297.

(36) Raquel Varela, “História da Política do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos (1974-1975)” (Dissertação de Doutoramento, ISCTE/IUL, 2010), 277.

(37) Maria Manuela Cruzeiro, “25 de Novembro-Quantos golpes afinal?”, *Centro de Documentação 25 de Abril*, acesso a outubro 9, 2015, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>

(38) Rosado da Luz, entrevistado por Raquel Varela, julho 2012.

sentido de se efetuarem tiros de aviso caso alguém galgasse os muros. “E se alguém quiser saltar, fogo nele! Atira-lhe num joelho!”⁽³⁹⁾

Melo Antunes, na RTP, descarta os caminhos de “retorno direto ou indireto às formas de organização capitalista da sociedade”, que considerou “para sempre cortadas”. Afirma que “a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável. Não me parece que seja possível sem o PCP construir o socialismo”⁽⁴⁰⁾.

O VI GP retoma funções a 28 de novembro. São presos e emitidos mandados de captura contra militares de esquerda, acusados de “golpismo”. Os Nove (com um plano preparado desde o verão) derrotam a esquerda militar, num “golpe” que simultaneamente contém os seus aliados, que vão até à extrema-direita. Pinheiro de Azevedo discursa ao País: “Eis o pacto que proponho ao País, nesta hora de reconciliação nacional: o Governo governa, os trabalhadores trabalham, as Forças Armadas vigiam, as instituições funcionam, a Revolução avança”⁽⁴¹⁾. A 5 de dezembro, Eanes toma posse da chefia do Estado-Maior do Exército, para “fazer do Exército uma força apartidária, consciente e decididamente ao serviço do Povo e da revolução democrática e socialista”⁽⁴²⁾.

Deste resultado do 25 de novembro, que consagra a democracia representativa (assembleia legislativa), assegura a legalidade de sindicatos, CT, CM, partidos de esquerda e, constitucionalmente, as “conquistas irreversíveis” em “transição socialista”, resulta um relativo equilíbrio, alimentam-se teses de prosseguimento da revolução e de não existência de uma “democracia burguesa”. Mas o regresso à “pureza inicial” acabará por constituir, como previa então Ferro Rodrigues, a “adequação das instâncias políticas, económicas e ideológicas às necessidades de um desenvolvimento capitalista em Portugal”⁽⁴³⁾.

(39) António Louçã, António Nabo, “Otelos: motivos de ‘arrependimento’ no 25 de novembro”, *RTP Notícias*, acesso a junho 20, 2016, http://www.rtp.pt/noticias/25-novembro1975/otelo-motivos-de-arrependimento-no25-de-novembro_n876040.

(40) “Melo Antunes na televisão: recuperar o PCP”, in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 271.

(41) Pinheiro de Azevedo, *A revolução avança. Comunicação feita ao país pelo primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, no dia 28 de novembro de 1975* (Lisboa: Ministério da Comunicação Social, Direção-Geral da Divulgação, 1975), 5-6.

(42) Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *abril nos quartéis de novembro* (Amadora: Bertrand, 1979), 161.

(43) *A Natureza de classe do 25 de Abril, depoimentos de Ferro Rodrigues, Piteira Santos e Mário Murteira* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974), 12.

17 teses e hipóteses sobre “Abril”

- 1) Passadas mais de quatro décadas do processo histórico português mais importante para a história do século XX, o sujeito social protagonista, o mundo do trabalho, continua a ser em grande medida um ausente da historiografia, da biografia ou da memória deste período.
- 2) A revolução portuguesa assume uma magnitude que surpreende os contemporâneos, por se inscrever na crise económica mundial que encerra os “trinta gloriosos”, ser o subproduto da revolução anticolonial africana e o destacamento mais avançado da onda revolucionária aberta com o Maio francês e seu epílogo.
- 3) Com a derrota da burguesia monopolista e a incapacidade do proletariado de se tornar dirigente da nação, as forças armadas em “movimento” garantem a continuidade do Estado, que assume o controlo político de grande parte da economia, mantendo as relações sociais de produção capitalistas.
- 4) A mutação orgânica da natureza de classe do Estado não se verificará. O Exército, mesmo em crise e dividido, mantém, no final de contas, o fio da sua unidade, corporizada na figura cimeira do Estado, Costa Gomes. Ao contrário da letra da *Internacional*, as armas não se viram contra os generais.
- 5) Ao contrário do objetivo proposto pelo projeto de controlo de produção, ou seja, “não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”, este conduz e contribui para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interfere no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes.
- 6) O controlo operário pressupõe a existência de patronato e Estado capitalista, pois, caso contrário, não poderia existir controlo operário, mas sim controlo e administração do “Estado operário” (ou pós-capitalista) sobre os meios de produção. Como edifício estatal alternativo em gestação e construção, nega-se quando se cumpre; não poderá ser cogestão, na medida em que tal acarreta a partilha da gestão produtiva conciliando interesses que estão em disputa; nem autogestão, pois o controlo operário da produção tem de ser exercido sobre alguém. Quem controla quem?

E o quê? A dificuldade radica portanto em determinar a partir de que grau concreto de controlo operário o mesmo existe e inclusive se este poderá existir “fora” de uma situação pré ou directamente revolucionária, anunciando-a ou realizando-a.

- 7) A “dualidade de poderes” assume uma grande extensão “horizontal”, mas escassa verticalização. Apesar da generalização de comissões de trabalhadores e de moradores e da desagregação do Exército, esses organismos não se coordenaram ao estilo “soviético”. Na cidade de Setúbal constitui-se talvez o ponto mais avançado dessa tendência, no chamado Comité de Luta.
- 8) A reverberação da relação de forças existente no texto constitucional, cristalizando-se as conquistas operárias e os seus organismos democráticos (controlo operário, CT, sindicatos, etc.) dentro da casca parlamentar constitucional do Estado que se mantém ininterruptamente capitalista, conduz ao paradoxo de uma “recuperação capitalista” *real* dentro de uma *formal* “República socialista”, na qual os vencidos do 25 de Novembro se associam à defesa do regime.
- 9) O relativo equilíbrio que resulta do 25 de Novembro e estabelece o PS como partido charneira do regime da II República cria o pacto social constitucional que produz o Estado Social, enquanto subproduto da vaga revolucionária.
- 10) A “recuperação capitalista” acarreta a dissolução do pacto social *real*, em nome de um pacto social *formal*, à medida que se esvazia lentamente a participação dos organismos dos trabalhadores no aparelho de Estado num esboço de concertação constitucional planificadora, substituída pela criação e autonomização de um órgão de tipo neocorporativo, ampliado num Conselho Económico e Social que, imerso numa economia de mercado, ocupa o lugar constitucional do plano, emergindo progressivamente um novo padrão de relações laborais assentes na precariedade da força de trabalho.
- 11) A saída de cena do Exército enquanto dirigente directo da nação, subordinando-se ao poder civil, produz-se por fases, à medida que se afasta a possibilidade estratégica de ultrapassagem da democracia representativa parlamentar por uma revolução social. A contrarrevolução irá devorando os seus filhos, excomungando-se o melo-antunismo e o eanismo como excrescências antidemocráticas, das quais se liberta a “sociedade civil”.

- 12) A relativa “independência nacional” dentro do mercado mundial, desarticulados os “centros de racionalidade” económica de base nacional, inviabilizadas as alternativas bonapartistas ou de substituição sociológica do Estado, torna-se uma miragem, que não mobiliza o regime, cuja sobrevivência é melhor assegurada, sob um declínio lento, na integração subordinada à continentalidade europeia.
- 13) Forçando uma analogia, o Abril lusitano triunfa como o Fevereiro russo, mas o Outubro português é derrotado em Novembro. Nas suas consequências, com o triunfo da “contrarrevolução democrática” (Sousa Franco) abre-se a chamada “vaga de democratização” (Huntington), com efeitos políticos internacionais nas inúmeras mudanças de regime ditatoriais no fim do século XX. A ideologia “democrática” fortalece-se assim, abraçada pelo império como “vacina” contra-revolucionária mais eficaz que a produzida por Kissinger no Chile.
- 14) O “democratismo” luso, sendo de mercado, afastar-se-á da Constituição de 1976 para se entregar ao “europeísmo” consagrado em 1986 como *habitat* único da ideia democrática, eclipsando-se a “independência nacional” como desígnio. A teorização das “elites” como “motor” da história cresce na medida em que a concertação e o pacto social se rompem com a derrota do movimento operário na sequência da crise de 1983-84.
- 15) A transição socialista é reconstruída como transição democrática, num pós-marxismo que também se “democratiza” e “pluraliza” (eurocomunismo, *perestroika*, democracia avançada), numa voracidade em que o vazio deixado pelo pós-modernismo será ocupado por um neo-obscurantismo, à medida que a exportação “democrática” imperial esbarra no atoleiro afegão e iraquiano e na crise de 2008 e a multitude pluralista de narrativas começa a dar lugar ao (re) elogio do “facto” e à crítica das “fake news” enquanto arma contra os denominados “populismos”.
- 16) *Lo llaman democracia y no lo es*, a palavra de ordem que ecoa nas praças espanholas a clamar por *democracia real* fissa a visão conservadora de viés moralista que medrou na análise da transição espanhola como um sucesso, em contraposição à “via revolucionária” lusitana: ignorou que a transição pactuada, a reciclagem democrática do franquismo com restauração borbónica que se consolida com o regime de 1978 e os Pactos de la Moncloa abria espaço ao retardador para o questionamento mais radical da natureza do Estado e do regime, ou pela via republicana,

autonómica, ou de movimentos sociais e políticos que não são ou não se sentem fundadores do regime, ao contrário do caso português, no qual os movimentos sociais abraçaram a Constituição, o hino e a bandeira.

- 17) Contudo, o unanimismo abrilista enquanto autocelebração do momento fundador do regime é apenas aparente. A fuga em frente “rapidamente e em força” para a nova quimera pan-europeia foi a forma encontrada para um país que, perdido o império, confrontado consigo, oscilou no fio da navalha da guerra civil e por isso teme a solidão. Na esquina da história, à espreita de uma oportunidade, estão as contradições magmáticas que se expressaram em março e novembro. Nos combates do futuro se decidirá do destino da história da revolução portuguesa.

A AUTOGESTÃO OPERÁRIA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS DE 1974-75

Miguel Ángel Pérez Suárez

Em 1974 e 1975 Portugal viveu uma profunda crise revolucionária com enormes consequências em todos os âmbitos da sociedade. O movimento operário protagonizou uma vaga de participação e auto-organização sem precedentes. Uma das frentes desse movimento de auto-organização foram as centenas de empresas que foram ocupadas e passaram a ser geridas em regime de autogestão. Na nossa perspectiva a ocupação de empresas constitui uma das formas de luta mais avançadas do movimento operário e possui uma inegável dimensão revolucionária e anticapitalista. Neste texto tentaremos apresentar uma visão global da realidade autogestionária em Portugal a seguir ao 25 de abril de 1974, enquadrando-a necessariamente no desenvolvimento do movimento operário e nos acontecimentos políticos e sociais do chamado PREC (Processo Revolucionário Em Curso).

Efetivamente, durante os meses mais escaldantes do processo revolucionário de 1974-75, centenas de empresas industriais e de serviços foram ocupadas pelos trabalhadores e mantidas em laboração sob a sua gestão, num quadro de participação política radical das camadas sociais mais desfavorecidas. Esses processos verificam-se em paralelo a outros grandes processos participativos. Em 1975 e ao lado das empresas em autogestão, surgiu uma realidade social nova com a nacionalização de parte muito significativa da economia do País: a banca, os seguros, os transportes e os sectores chave da indústria são estatizados, enquanto cerca de 300 outras empresas são intervencionadas pelos sucessivos governos. Ao mesmo tempo, nos campos do Sul uma vasta revolução agrária faz surgir a última experiência de coletivismo nos campos da Europa Ocidental. Cerca de 500 Unidades Coletivas de Produção laboram um terço da área agrícola da região (um pouco mais de um milhão de hectares). Neste texto, porém, focar-nos-emos essencialmente no meio urbano, deixando grandemente de lado essa interessantíssima experiência de gestão coletiva e democrática que foi a Reforma Agrária.

Com o PREC Portugal viveu uma verdadeira revolução social. Parece-nos necessário insistir nesse carácter revolucionário do fim da mais longa ditadura da Europa para poder compreender a profundidade telúrica dos movimentos populares que se desenrolam no pouco mais de ano e meio do processo revolucionário. A derrota militar nos territórios africanos, que está no cerne da conspiração de oficiais subalternos que derrubou a ditadura de Marcelo Caetano no 25 de abril, abriu não apenas uma crise do Estado mas uma verdadeira “crise nacional”: o objetivo histórico, a missão nacional dos Portugueses, já não podia ser mais aquela construção imperial e pluricontinental com mais de cinco séculos de história. Num quadro em que todas as classes sociais foram obrigadas a reacomodar-se, os setores populares (os assalariados, os humildes) entraram em cena na vida política e social do País, colocando em causa o princípio mais elementar da sociedade capitalista: a propriedade privada.

A 25 de abril de 1974 um levantamento militar derrubava o regime do Estado Novo, instituído por Oliveira Salazar no início dos anos 30. O beco sem saída da guerra colonial em África afastou os apoios sociais tradicionais da ditadura e conduziu os oficiais intermédios – o elemento militar chave do esforço de guerra – para uma conspiração militar triunfante naquela data. Marcelo Caetano, sucessor de Salazar desde 1968, entregou o poder ao general Spínola a fim de evitar que “o poder caísse na rua”. Nos dias e semanas seguintes criou-se uma nova e complexa autoridade política com vários pólos. No próprio 25 de abril apareceu uma Junta de Salvação Nacional (JSN) que indicaria um governo provisório, enquanto os capitães pugnavam por manter a estrutura do Movimento das Forças Armadas (MFA) que organizara o golpe militar.

Desde o momento inicial da nova situação iria manifestar-se um conflito irreduzível entre Spínola, um militar conservador que tentou desenvolver um programa direitista e foi colocado como Presidente da República pela JSN, e os jovens oficiais protagonistas do golpe militar organizados no MFA, situados claramente à esquerda e que preconizavam um fim rápido dos conflitos africanos com o reconhecimento da independência das colónias portuguesas.

Neste quadro político, que se irá mostrar vulcânico, surgiu uma vasta e maciça mobilização social que teve as classes assalariadas como principais protagonistas e se desdobrou em diversas frentes. O golpe dos capitães iria revelar-se o detonante da panela de pressão que era a sociedade portuguesa do salazarismo tardio.

As manifestações populares de apoio aos capitães culminaram na jornada do 1º de maio, declarado feriado nacional pelas novas autoridades. Centenas de milhares de cidadãos saíram às ruas de Norte a Sul do País em apoio à nova situação. Na manifestação de Lisboa discursaram os líderes da antiga oposição e agora novo poder, nomeadamente Álvaro Cunhal e Mário Soares, bem como dirigentes sindicais, os quais traçaram uma série de reivindicações que se vão expandir nas semanas seguintes. Simbolicamente, e enquanto nos discursos dos líderes partidários predominava a ideia da unidade das forças democráticas e a moderação, os quatro oradores sindicais, na casa dos trinta anos e pertencentes a uma nova geração etária e cultural da classe trabalhadora, apontavam objetivos como o desenvolvimento das políticas e de um estado sociais, a melhoria de salários e condições laborais, o ataque às estruturas do regime deposto e o saneamento de elementos a ele ligados nas empresas, alguns deles referindo explicitamente o objetivo de uma sociedade socialista⁽¹⁾.

Nos dias seguintes, uma enorme vaga de greves e processos reivindicativos começava a percorrer o País. A 2 de maio temos notícia da greve e retenção dos administradores dos TLP (Telefones de Lisboa e Porto) em Lisboa, assim como das primeiras ocupações de casas no bairro da Boavista, também na capital. Eram primeiros passos do grande movimento de trabalhadores e de moradores urbanos que virá a desenvolver-se durante a revolução.

No que toca à organização das lutas dos trabalhadores tanto na indústria como nos serviços somos obrigados a falar das comissões de trabalhadores e dos seus antecedentes e do movimento sindical existente na altura em Portugal. A ditadura salazarista criara desde os anos 30 estruturas sindicais de enquadramento obrigatório denominadas sindicatos nacionais. Eram estruturas de ofícios sob o controlo das instituições do Estado (Ministério das Corporações-Trabalho e outras entidades estatais) e com uma base geográfica definida no distrito. Os trabalhadores eram obrigados a descontar a quota sindical que era recolhida e entregue ao sindicato pela entidade patronal. No fim do período ditatorial existiam pouco mais de 300 sindicatos⁽²⁾ que

(1) No filme *As Armas e o Povo* (Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão, 1975) aparecem extensivamente trechos desses discursos.

(2) O número de sindicatos ultrapassará os 350 depois do 25 de abril para ir diminuindo depois devido aos processos de verticalização sindical. O aumento de meados da década ficará a dever-se à constituição de novos sindicatos em setores antes excluídos, como os funcionários público, os pescadores e os trabalhadores agrícolas. Sobre a evolução das estruturas sindicais portuguesas ver M^a C. Cerdeira e M^a. E. Padilha, *As estruturas sindicais portuguesas – uma análise evolutiva (1933-1987)*, Lisboa, 1988 (3 vol.).

representavam teoricamente a totalidade dos trabalhadores urbanos, já que os pescadores e os trabalhadores rurais estavam enquadrados numa estrutura diferente, as casas do povo. Na versão portuguesa do corporativismo, os sindicatos e os grémios, representando os empregadores, deviam formar corporações organizadoras da produção nas diferentes actividades económicas.

Durante os longos anos do regime, as forças oposicionistas, nomeadamente o PCP, tentaram em repetidos momentos tornar os sindicatos nacionais em campo de luta contra o regime. Em 1970, e após a conquista por listas oposicionistas de importantes sindicatos, foi realizada por vários desses organismos uma reunião intersindical em que participaram vários dos maiores sindicatos como os dos Bancários e dos Metalúrgicos de Lisboa, entre outros, e que é o antecedente histórico da Intersindical e, depois de 1977, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Neste processo de abertura sindical têm relevância vários aspetos, como o aparecimento de legislação mais tolerante, o fortalecimento das forças de oposição entre a classe trabalhadora, não só do PCP como de grupos de inspiração católica e sectores que virão a estar na origem do Partido Socialista e de outros agrupamentos, e com o próprio crescimento económico da época a fortalecer objetivamente o fator trabalho. Ao lado desta tradição oposicionista na frente sindical existia a experiência de formas mais irregulares de representação e luta dos trabalhadores mas que se enquadravam na tradição histórica do movimento operário. Referimo-nos às chamadas comissões de unidade (e as comissões de praça nos campos do latifúndio da região Sul), que surgiam em situações de conflito e davam voz às reclamações dos trabalhadores. Nas análises do PCP⁽³⁾ ambas expressavam formas complementares na luta da classe trabalhadora.

As primeiras paralisações depois do 25 de abril aconteceram nas grandes indústrias na margem Sul do Tejo, na periferia da capital, em empresas como a Siderurgia Nacional, a Lisnave (o estaleiro naval de dimensões gigantes e construído frente à capital) e a CUF (Companhia União Fabril, o vasto e histórico complexo químico). Iniciaram-se movimentos reivindicativos nas grandes empresas de serviços do Estado, como os telefones, os correios, os caminhos-de-ferro, os transportes aéreos, sem recurso imediato à greve. Nas semanas seguintes, as mobilizações generalizam-se em toda a região metropolitana da capital, num movimento que atinge por ondas todos os sectores, mas sem chegar a ser uma greve geral simultânea. As greves atingiram rapidamente o Porto, que conhece nesse mês uma greve da indústria têxtil

(3) Ver o volume *O PCP e a luta sindical*, Lisboa, 1975.

e mobilizações nos transportes coletivos e nas obras do grande empreendimento eletroquímico de Matosinhos e nos grandes estaleiros de construção civil. A generalidade dos núcleos industriais conhece importantes conflitos operários: Estaleiros de Viana do Castelo, indústria automóvel de Aveiro, de Mangualde e da Guarda, a indústria dos lanifícios da serra da Estrela, vidreiros e metalúrgicos na Marinha Grande. As comunidades piscatórias vivem grandes paralisações nos meses de Verão e, no Outono de 1974, a indústria das conservas de peixe do Algarve encerra uma lista de lutas que completa a geografia e a história do desenvolvimento industrial português.

Cronologicamente, o movimento começa na primeira semana de maio e atinge um pico no final desse mês, prolongando-se durante o mês de junho nalguns conflitos de grande significado (Neves, 1978; Santos *et al.*, 1976; Durán Muñoz, 2000). Não se encontram disponíveis estatísticas oficiais e apenas dispomos de contagens de greves feitas em diferentes contextos, a partir da imprensa diária lisboeta. Representam apenas uma ideia aproximativa das dimensões do movimento, que pensamos sofrer do problema de as greves se terem tornado “não-notícia” com a sua generalização, no contexto de grande agitação social e crise política permanente durante os meses do processo revolucionário.

Sobre os conteúdos reivindicativos desta vaga de conflitos, temos os dados do trabalho pioneiro do Gabinete de Investigações Sociais⁽⁴⁾, que estuda 158 conflitos entre 25 de abril e 31 de maio de 1974. Outros estudos (R. Durán Muñoz, 2000) apontam resultados semelhantes. Segundo o GIS predominam reivindicações de tipo económico e político, em concreto o salário mínimo, que aparece em 45,9% dos conflitos, o saneamento de patrões e pessoal de direção em 43,3%, e aumentos salariais em 42%. Em relação aos aumentos salariais os autores desse estudo salientam o carácter igualitário das reivindicações salariais, com uma grande extensão da exigência de aumentos uniformes e de igualdade salarial para as mulheres e os menores.

Exigia-se o saneamento, o afastamento de elementos vinculados ao regime deposto, reivindicação que se estendeu com facilidade a pessoas acusadas de incompetência, corrupção ou maus tratos aos trabalhadores. O saneamento evidencia, quanto a nós, o sentido libertador e revolucionário dos conflitos

(4) Estudo publicado originalmente em 1975 na *Análise Social* e reimpresso como introdução a uma coletânea de documentos de diversas lutas: Maria de Lurdes Lima Santos, Marinús.Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto, 1977.

nas empresas e colocava o poder patronal em questão, anunciando ou acompanhando outras formas de transgressão: ocupação do local de trabalho, retenção e barragem de passagem de pessoas (proprietários, administradores) ou autogestão são formas de luta comuns desde os primeiros tempos do PREC, que rapidamente se alargam. Segundo os dados que estão ao nosso dispor tratou-se de um movimento que afectou centenas de empresas e de empresários e empregados. Quando em 1976 foi publicada legislação que obrigava a rever estes processos, o Ministério do Trabalho estimou em mais de 1000 casos os saneamentos efetuados nas empresas privadas⁽⁵⁾. E, é necessário dizê-lo, os saneamentos fazem parte de uma certa *lenda negra* sobre o 25 de abril construída pela direita política, com uma certa dose de verdade. Do nosso ponto de visto pomos em destaque a relação direta entre o princípio do saneamento como questionamento do poder patronal no interior da empresa e a vaga de ocupações e autogestão de empresas que virá nos meses seguintes. A ocupação e a autogestão tornaram-se formas de luta usuais e aceites pelo conjunto do movimento, e neste sentido apontamos dois exemplos.

A 22 de maio de 1975 os trabalhadores dos Supermercados Mealheiro do Lar, na região de Lisboa, ocupam os estabelecimentos e entram em autogestão em protesto contra o despedimento de três trabalhadoras. Em julho do mesmo ano os trabalhadores do Hotel Lutécia, também na capital, decidem entrar em autogestão face às dúvidas que lhes levanta a gestão patronal. A situação muda duas semanas depois graças à intervenção do Ministério do Trabalho. Trabalhadores e entidade patronal aceitam um acordo que cria uma situação de cogestão, com amplas atribuições para a Comissão de Trabalhadores do hotel.

Na vaga reivindicativa que se segue ao 25 de abril de 1974 assistiu-se a dois processos no mundo do trabalho. A quase totalidade dos conflitos verificou-se ao nível de empresa, e aí surgiu um vasto oceano de comissões representativas que são eleitas em processos assembleários, com formas e normas muito variadas mas que respondem a uma legitimidade da ação direta e à necessidade de estruturas de direção e representação responsáveis e ágeis. Desde cedo ficaram com a denominação comum de comissões de trabalhadores (CT), mas adotando nomes variados em muitos casos. Por

(5) Gabinete do Ministro do Trabalho, Gabinete Coordenador de Revisão dos Saneamentos nas Empresas, "Relatório Preliminar sobre os afastamentos e saneamentos de trabalhadores", Lisboa, 1976. AHMT, PT/MTSSS/GabMin/788.

outro lado, e ao nível do movimento sindical existente, houve um saneamento dos sindicatos corporativos com a expulsão das direções afectas ao regime e processos democráticos de eleição de novos corpos gerentes. A Intersindical, criada em 1970, aparece reconhecida pelo novo poder político como a base de uma confederação de sindicatos e agrupa em poucas semanas dezenas de sindicatos já libertados, em número crescente com o decorrer das semanas e meses. A 13 e 14 de julho de 1974 mais de 80 sindicatos participaram no plenário da Intersindical. Neste processo de ocupação de organizações sindicais e fortalecimento da Inter o papel dirigente do PCP foi indiscutível.

A linha política assumida pelo PCP considerava que Portugal precisava de uma fase prévia à construção do socialismo, um período caracterizado nos documentos do partido como de revolução democrática e nacional⁽⁶⁾. Nesta fase, um governo de ampla coligação de diferentes forças progressistas em representação dum bloco social abrangendo da classe operária à pequena e média burguesia antimonopolista eliminaria os fatores de atraso da formação social portuguesa (agricultura atrasada e latifundiária, analfabetismo, questão colonial, poder económico dos monopólios), criando condições para a passagem ao socialismo. A eclosão dum movimento operário de massas e fora do controle das estruturas sindicais e políticas existentes punha objetivamente em perigo uma tal aliança de classes, empurrando as próprias camadas burguesas do referido bloco social para soluções de carácter reaccionário. Nesta linha era necessário travar o desenvolvimento do movimento das massas, que se torna inconsequente e aventureiro porque não percebia as necessidades do momento político.

A aplicação prática dessa política levou o PCP a sofrer importantes revezes no mundo operário, abrindo espaço para a influência política de grupos de extrema-esquerda com discursos e programas mais radicais. Assim, nos CTT (correios) a Comissão Pró-Sindicato⁽⁷⁾ ficou hegemónizada por grupos que estiveram na origem da União Democrática Popular⁽⁸⁾ após os repetidos pronunciamentos do PCP contra a paralisação da empresa em junho de 1974. E em 12 de setembro de 1974 os operários da Lisnave manifestaram-se na

(6) Ver, por exemplo, Álvaro Cunhal, *Rumo à vitória*. Porto, 1974.

(7) Os trabalhadores dos correios não tinham direitos sindicais antes de 1974 e a greve de Junho desse ano foi encabeçada por esta CPS, que está na origem da organização sindical dos CTT.

(8) A UDP foi a “frente de massas” do Partido Comunista (Reconstruído), de tendência ultra-estalinista. Foi constituída em dezembro de 1974 e tornou-se na principal organização à esquerda do PCP.

rua pelo saneamento e contra a Lei da Greve, numa mobilização histórica, contra a posição expressa pelo PCP, que ficou em minoria naquela que era uma das maiores concentrações operárias do País. No seu comunicado estes trabalhadores manifestavam:

- (...) A NOSSA LUTA PELO SANEAMENTO NÃO É UMA LUTA SECUNDÁRIA, é uma luta principal, porque a englobamos num combate permanente e sempre vivo contra todas as tentativas e manifestações do FASCISMO, que renasce constantemente da podridão do CAPITALISMO MONOPOLISTA.
 - Que onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua. Onde há diminuição de vigilância por parte do povo as forças contra-revolucionárias avançam tentando esmagar as liberdades já conquistadas.
 - Que estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime.
 - Que não estamos com o Governo quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.
 - Que lutaremos activamente contra a “lei da greve” porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores.
 - (...)
 - Que estaremos com as Forças Armadas sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradores.
- OPERÁRIOS DA LISNAVE SANEIAM FASCISTAS
 MORTE À PIDE – MORTE AO FASCISMO
 DIREITO À GREVE, SIM! LOCK-OUT NÃO!
 AOS CAMARADAS EM GREVE, APOIO!
 DEMOCRACIA AOS OPERÁRIOS – REPRESSÃO AOS REACCIONÁRIOS

Será após essa data, e num processo complexo⁽⁹⁾, que o PCP opera uma viragem política e se aproxima das formas de luta mais radicais do movimento⁽¹⁰⁾. Com efeito, a generalidade dos casos de autogestão que conhecemos

(9) Não é fácil estabelecer essa viragem. Testemunhas afirmam que a direção do PCP deu apoio político à ocupações de empresas desde finais de 1974. Um documento do CC do partido de janeiro de 1975 é bastante esclarecedor nesse sentido.

(10) Torna-se difícil estabelecer quando é que estas discussões aconteceram concretamente e o que esteve em questão concretamente. A questão central terá sido o papel do movimento sindical e das CT. Vários entrevistados referem reuniões de quadros sindicais e dirigentes do partido realizadas num local concreto e em data ou datas indeterminadas. Em relação à

contaram com a participação de militantes e o suporte político do PCP. A posição oficial do partido será de suporte político a estas situações concretas, mas alertando sempre contra qualquer ilusão que fizesse pensar a autogestão como uma via revolucionária de valor global. O PCP irá apoiar decididamente o controlo dos trabalhadores sobre a gestão das empresas, um fenómeno com grande adesão em grandes empresas públicas e privadas a partir de 1975 e que teve reconhecimento legal na Constituição de 1976 e outros diplomas⁽¹¹⁾.

No quadro deste movimento inicial de luta encontramos os primeiros fenómenos de autogestão em Portugal. Referimo-nos aos casos de três empresas de confecções da região de Lisboa: a Naturana, a Charminha e a Sogantal. Trata-se de empresas de tamanho pequeno ou médio e quase totalmente de mão de obra feminina. Se bem que os dois primeiros casos tenham sido anteriores, o caso da Sogantal terá uma repercussão mediática devido aos acontecimentos que se verificaram no mês de agosto. Mas não nos adiantemos...

A 20 de maio as operárias da Sogantal apresentaram um caderno reivindicativo em que exigem um mês de férias pagas, o 13º mês e um aumento geral de 1200\$00 e, como forma de pressão, reduzem os ritmos de trabalho. A 30 de maio a empresa comunica a decisão de pôr fim às actividades da fábrica, decisão que é comunicada a 8 de junho ao Ministério do Trabalho. As operárias exigem em resposta a nacionalização da empresa e a sua reconversão, que o Estado encontre um empresário interessado ou que os salários sejam pagos pelo Estado enquanto a fábrica estiver encerrada.

A 13 de julho a Administração e o seu representante português abandonam as instalações. A fábrica ficará nas mãos das operárias, que continuavam a trabalhar. Receberam a solidariedade de partidos de extrema-esquerda como o MES⁽¹²⁾ e o MRPP⁽¹³⁾, mas também da secção local do PS, assim como o

.....
autogestão, se bem que o PCP não a considere a via para a construção de uma alternativa de sociedade, não duvida em apoiar esses colectivos de trabalhadores e utilizar esses casos para reforçar o discurso socializante da “batalha da produção” desenvolvido durante os governos de Vasco Gonçalves.

(11) Sobre o fenómeno do controlo operário em Portugal, ver Fátima Patriarca, “Controle operário”, in *Análise Social*, vol XII. (47-48), 1976, 3º, Lisboa. Sobre o caso de uma grande empresa pública, e num quadro temporal mais amplo, ver Jorge Fontes, *História do movimento operário na Setenave (1974-1989)*. Tese de Doutoramento em História contemporânea, FCSH-UNL, Lisboa, 2016.

(12) Movimento de Esquerda Socialista.

(13) Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

apoio do Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul. Foi organizada a venda militante de fatos de treino em escolas e fábricas. As primeiras vendas conseguiram pagar parte das quantias devidas às trabalhadoras, que contaram com o apoio solidário de José Afonso.

Na noite de 23 para 24 de gosto, Pierre Lardat, o proprietário, à frente de um comando de cerca de 20 elementos, retoma a fábrica com a intenção de retirar a maquinaria e as mercadorias. Mas o movimento é detectado e no fim da tarde do dia 24 uma concentração de operárias e população à porta da fábrica força a entrada nas instalações e avança sobre o grupo de homens trazidos pelo patrão, que abandonou a empresa protegido pela GNR da fúria dos manifestantes. A atuação do patrão gerou uma considerável polémica, e mostrava que as autoridades portuguesas estavam ao corrente dos planos da operação.

Depois da tentativa de tomada pela força por parte do patrão, a fábrica ficou nas mãos das operárias, que durante cerca de um ano a geriram. Segundo uma das dirigentes da luta:

A partir dessa altura (24 de Agosto) começamos a dormir dentro da fábrica. (...) Fazíamos piquetes, enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país. Levávamos comunicados para divulgarmos a nossa luta e, nisso, éramos apoiadas pelos diversos sindicatos. Gerou-se uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem. E esse dinheiro todo junto dava para pagar os nossos salários. Conseguimos manter a fábrica durante mais de um ano e, entretanto, surgiu a hipótese da autogestão, ou seja, outras empresas darem-nos trabalho e nós utilizarmos a fábrica para produzir⁽¹⁴⁾.

A Charminha era uma pequena fábrica propriedade do grupo suíço-alemão FM Hammerle, instalada na Pontinha. A fábrica produzia quase em exclusividade para a casa mãe e os seus trabalhadores (quase todos mulheres) recebiam salários de 2200\$00 e um trato desumano no seu horário de trabalho. De facto, as primeiras movimentações após o 25 de abril estiveram diretamente ligadas a essa situação. As trabalhadoras exigiam aumentos salariais, fim do

(14) “48 jovens contra mercenários – Operárias da Sogantal expulsaram administração”. Entrevista a F. Cardoso em Setúbal na rede, ed. 86, 23-8-1999. <http://arquivo.setubalnarede.pt/1999//86/86sogantal.html>.

regime opressivo na fábrica e o saneamento do administrador responsável, de nacionalidade austríaca. As trabalhadoras elegeram uma CT de sete elementos dos diferentes sectores da empresa. A 24 de maio o administrador visado pelo saneamento abandonou o País, deixando para o pagamento dos ordenados desse mês um cheque sem fundos.

Neste momento (28-7-1974) as operárias da Charminha continuam a ocupar a fábrica, a fabricar, a vender, e a receber os seus salários, e têm perfeita consciência de que não precisam dos patrões alemães nem do administrador austríaco para continuarem a manter a fábrica em laboração. Possuindo matéria-prima que lhes dá para trabalharem até ao mês de Outubro, as operárias da Charminha estão decididas a continuar a sua luta e já têm planos para isso. Em assembleia geral as operárias aprovaram por 95% a formação de uma cooperativa de produção em que todos os trabalhadores da Charminha entrariam com uma quota igual; essa cooperativa de todos os trabalhadores da Charminha compraria toda a matéria-prima e organizaria a venda dos produtos da fábrica. O dinheiro apurado servirá para pagar os salários, e os lucros eventuais seriam divididos igualmente por todos os trabalhadores no fim do ano, depois de deduzida uma parte para actividades culturais, para uma creche (...). Assim as operárias e trabalhadores da Charminha realizam na prática um dos princípios básicos da sociedade socialista: a apropriação das riquezas por aqueles que as produzem ⁽¹⁵⁾.

A reportagem que estamos a citar dá o seguinte balanço de receitas e despesas para o mês de julho:

Venda ao comércio: 183.272\$40.

Venda ao público: 328.570\$50

Cobranças: 37.840\$60.

Venda ao pessoal: 109.206\$10.

Total de receitas: 658.889\$60.

Ajuda ao pessoal sem ordenados e salários não pagos pela firma: 614.208\$

Luz, telefone e água: 7.587\$40.

Despesas de venda e gasolina: 8.250\$50

Outros: 4.133\$90.

(15) "Charminha: fabricamos e vendemos", in *Revolução*, 26-7-1974.

O entusiasmo de que dá mostras o autor da reportagem é matizado por uma membro da CT: “temos consciência das dificuldades de uma iniciativa deste género numa sociedade capitalista. Mas desde que haja matéria-prima estamos suficientemente preparadas para dirigir isto sem necessidade de patrões, nem de administradores” ⁽¹⁶⁾. Os resultados do primeiro mês em autogestão são eloquentes: as receitas cobrem as despesas sem grande margem para o otimismo.

Os meses posteriores ao 25 de abril foram de um contínuo aprofundar da crise política espoletada pelo golpe dos capitães. As instituições de poder surgidas do movimento militar foram o palco do confronto de projetos políticos divergentes, com a descolonização como ponto de rutura e a mobilização operária e popular como pano de fundo. Em julho de 1974 a não-aceitação de uma proposta de alteração do quadro legal das novas instituições leva à queda do I Governo Provisório e ao enfraquecimento do projeto de Spínola. A 28 de setembro desse mesmo ano a mobilização de rua, com o apoio do MFA, trava uma manifestação de apoio ao presidente e provoca a sua renúncia. Assume a presidência o general Costa Gomes e forma-se um novo governo, o terceiro desde o 25 de abril. A 11 de março de 1975 assistiu-se ao último ato do duelo: Spínola lançou-se num golpe militar que fracassou em poucas horas, empurrando o poder estabelecido e a situação ainda mais para a esquerda.

Esta situação de agitação política permanente, de grandes mobilizações e de ações radicais de massas esteve no cerne da generalização dos fenómenos de autogestão em Portugal nestes primeiros momentos. Torna-se difícil aferir quanto de verdade havia nas acusações de fugas de capitais para o estrangeiro, da chamada “sabotagem económica”, no quadro político desestabilizador por trás dos primeiros efeitos no País da crise económica associada ao choque petrolífero de 1973. É indiscutível que a experiência chilena de 1970-73 pesava grandemente no imaginário do ativismo português, e é um facto que as histórias de empresários e capitalistas que abandonavam o País levando com eles as suas fortunas se multiplicaram com o aprofundamento da crise política.

Das tentativas de aproximação conhecidas sobre as ocupações de empresas fica assente que o fenómeno ganha dimensão nos últimos meses de 1974 e atinge o pico nos primeiros meses de 1975, se bem que se trate de contagens bastante parciais e que não dão conta de grande número de casos. Segundo uma contagem feita pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) ⁽¹⁷⁾

(16) *Ibidem*.

(17) *Boletim* da CIP, 1974-1976.

baseada na imprensa diária, ter-se-iam registado 24 ocupações de empresas no último trimestre de 1974 e 83, 55 e 14 no 1º, 2º e 3º trimestres de 1975, respetivamente. São números que merecem ser analisados com alguma precaução atendendo à natureza dessa estrutura e até porque essa mesma CIP refere cerca de 3000 empresas ocupadas no final de 1975. Um dado de assinalar é que nos obriga a refletir sobre a nossa capacidade para reconstruir estes processos é a quase ausência de notícias na imprensa de ocupações de empresas no outono e inverno de 1975, que contrasta com outras fontes que documentam numerosos casos nesse período. Assim, um inquérito feito pelo Ministério do Trabalho em 1978⁽¹⁸⁾ sobre 131 empresas em autogestão aponta 1 ocupação entre o 25 de abril e o 28 de setembro de 1974, 21 entre essa data e março de 1975, 81 entre abril e dezembro de 1975 e 28 em 1976.

Um caso neste sentido é o da firma Luís Pedro Mendonça, em Santa Iria de Azoia, com cerca de 100 trabalhadores e que produzia equipamentos eléctricos. Os trabalhadores ocuparam a empresa em maio de 1975 face ao abandono por parte do patrão, que foi acusado de ter fugido para o Brasil. Em dezembro do mesmo ano a empresa foi intervencionada pelo Estado. As reclamações do proprietário, que negava qualquer intenção de abandonar a empresa, conduziram à devolução da empresa dois anos depois, após uma greve prolongada dos trabalhadores contra o regresso do patrão.

Havíamos referido acima os acontecimentos de 11 de março de 1975 e a derrota da conspiração do general Spínola. Na confusão gerada com as movimentações do golpe, os sindicatos dos bancários assumem de facto⁽¹⁹⁾ o controlo das operações bancárias e no fim do dia uma assembleia do MFA decide a nacionalização do sector, entre outras medidas importantes. O MFA declarava-se socialista e os órgãos de poder eram reorganizados, sendo a JSN substituída pelo Conselho da Revolução. Alguns dias depois tomava posse o IV Governo Provisório, em que o peso militar e da esquerda aparecia reforçado. Nesta altura o uso do termo PREC tornou-se habitual...

A realização das eleições para a Assembleia Constituinte em abril de 1975 foi um acontecimento de primeira ordem e que viria a marcar a evolução do

(18) Comissão Interministerial para a Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, *Relatório*, Lisboa, 1980.

(19) Sobre a nacionalização da banca ver Ricardo Noronha, "A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)", (Tese de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, FCSH-UNL, 2011).

processo. O PS obteve uma enorme vitória. Com 38% dos votos era o único partido verdadeiramente nacional e ganhou em quase todos os núcleos urbanos do País. Os comunistas tiveram uns magros 12,5% dos votos, muito concentrados no Sul, a que se juntavam os 4% do MDP⁽²⁰⁾. O PPD⁽²¹⁾, com 26%, era o primeiro partido em quase todo o Norte (com exceção do distrito do Porto), mas no Sul era marginal. A participação foi elevadíssima: mais de 92% dos recenseados.

No decurso dos meses seguintes a situação política portuguesa extremou-se à volta de dois projetos políticos que se definiram durante o próprio processo político, ambos com uma implantação social e geográfica relativamente clara. Do resultado das eleições foi possível corporizar um campo que chamaremos de democrático (pois não era contra-revolucionário) que dominava claramente no Centro e Norte do País, agrupando as camadas médias da sociedade, as tradicionais e as novas, urbanas e rurais, o que poderíamos chamar um certo “Portugal profundo”. Os seus suportes políticos eram o PS e os partidos à sua direita, o PPD e o CDS, ainda que a extrema direita terrorista do MDLP e do ELP e os maoístas do MRPP se situassem neste campo. E contava com o apoio da hierarquia da Igreja Católica, um poder com enorme influência e capacidade de mobilização naquelas regiões e no âmbito rural. Defendia um modelo democrático-liberal ocidental junto com uma variedade de propostas de socialismo, o que na época era habitual em todos os programas políticos. A sua força advinha da defesa do resultado das eleições, e portanto da democracia e das liberdades.

A este campo democrático (no sentido liberal e ocidental) opunha-se um campo revolucionário em sentido amplo, que de forma confusa defendia um programa de tipo conselhistas ou basista e não foi capaz de impor a sua força baseada na mobilização e na organização popular. Alinhamos nesta área o PCP e os partidos à esquerda deste, a classe operária industrial e o proletariado rural alentejano. Era provavelmente hegemónico no Sul do País e na capital, mas contava com uma influência bem mais restrita no resto do País e carecia de um programa e de uma direção política clara e unificada.

(20) O Movimento Democrático Português tinha a sua origem numa frente ampla da oposição existente desde 1969. Depois do 25 de abril foi acusado de ser um partido satélite do PCP. Entre 1976 e 1985 concorreu a todas as eleições coligado com esse partido.

(21) Partido Popular Democrático, de centro direita. Em 1976 alterou o seu nome para Partido Social Democrata (PSD).

Com base no veredicto do voto popular, o PS e os seus aliados desenvolveram uma campanha tendo como alvo o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Em junho os ministros socialistas e os do PPD demitiram-se em protesto pela ocupação do jornal *República* e o primeiro-ministro formou um novo gabinete, o quinto desde o 25 de abril, sem representação partidária e com um apoio frio do PCP. Em meados de agosto as manifestações de rua, a favor e contra Vasco, quase diárias e multitudinárias, deram o tom da crise do Verão Quente, junto com os assaltos a sedes do PCP e de outras organizações de esquerda no Centro e no Norte⁽²²⁾. Em setembro de 1975 Vasco Gonçalves foi substituído na chefia do governo e o PS e o PPD regressaram ao governo, o sexto.

Os números mais abrangentes sobre as empresas em autogestão em Portugal de que dispomos são os do relatório da Comissão Interministerial para Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, publicado em fevereiro de 1980⁽²³⁾. Este apresenta uma contagem suficientemente vasta para permitir uma apreciação global do fenómeno, apesar de o seu conteúdo ter sido contestado na altura por estruturas representativas das empresas naquela situação, que denunciaram em livro⁽²⁴⁾ a análise económica e financeira do *Relatório* (baseada apenas em dados de apenas 67 empresas, menos de 10% do total).

Segundo esta contagem, desde maio de 1974 teriam entrado em autogestão 937 empresas que são classificadas entre empresas identificadas em autogestão ou que estiveram nessa situação e que usam a denominação da antiga entidade, e cooperativas que usam denominação própria e o património de outra empresa. A grande maioria estava sob a tutela do Ministério da Indústria e Tecnologia (772), seguindo-se o Ministério de Comércio e Turismo (130). Lamentavelmente não dispomos da denominação das empresas recenseadas nem do total de trabalhadores do sector autogestionário.

As empresas em autogestão localizavam-se, sem surpresa, nos distritos mais industrializados do País: Lisboa (370), Porto (193), Setúbal (69), Braga

(22) Sobre as actividades terroristas da extrema direita em 1975-77 ver *Dossier terrorismo*, Lisboa, 1977. Para uma análise do significado dessas ações ver Diego Palacios Cerezales, "Reacção violenta e Estado revolucionário: o verão quente de 1975", em Idem, *O poder caiu na rua: crise de Estado e ações colectivas na Revolução portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, 2003, pps. 141-175.

(23) Ver nota 18.

(24) Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, *A realidade da autogestão em Portugal*, s. d.

(41) e Aveiro (27) somam quase 700 empresas. E no total teria havido 222 empresas do sector metalúrgico, quase metade no distrito de Lisboa; 172 do têxtil, com destaque para os distritos do Porto e Braga; 101 gráficas, 90 do sector comercial, 55 da alimentação, 40 do sector turístico e 39 do mobiliário. No distrito de Setúbal encontram-se 7 empresas do sector corticeiro, com grande tradição na região.

Os elementos fornecidos sobre a dimensão das empresas limitam-se a apenas 264 empresas. Destas, 35,6% tinha menos de 20 trabalhadores, 36,4% entre 21 e 60 e apenas 20 empresas (7,7%) contavam com mais de 150 trabalhadores. As três maiores empresas que o *Relatório* refere (mais de 400 trabalhadores) eram três importantes empresas têxteis do Norte do País e que viveram grandes processos de luta já em 1976.

Um dos casos mais conhecidos de empresas em autogestão, seguramente um dos pioneiros, foi o da têxtil Sousabreu, uma pequena fábrica com cerca de 30 trabalhadores situada em Guimarães e ocupada a 11 de setembro de 1974. Nos seus comunicados a CT⁽²⁵⁾ denuncia as péssimas condições de trabalho, os horários e ritmos e o incumprimento do salário mínimo por parte do patrão. Os trabalhadores apelam ao apoio da classe e à compra militante dos seus produtos. Em fevereiro de 1976 a empresa é destruída por um incêndio que causa um prejuízo de 2,5 milhões de escudos. Em janeiro de 1977, durante o Congresso de Todos os Sindicatos⁽²⁶⁾, um trabalhador da empresa queixa-se frente a uma câmara de filmar do terceiro incêndio na empresa⁽²⁷⁾. Porém, a Sousabreu torna-se famosa por ter recebido a visita solidária de Jean Paul Sartre quando da sua visita a Portugal em plena revolução. Num documento emitido pela RTP em 1975 pode ler-se num cartaz:

O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro.⁽²⁸⁾

(25) “Manifesto dos operários da Sousabreu em autogestão há cinco meses”, Comunicado. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, Sousabreu.

(26) O Congresso de Todos os Sindicatos realizou-se em janeiro de 1977 e participaram nele cerca de 250 sindicatos representando 1,7 milhões de filiados. O congresso adotou a sigla Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).

(27) *Congresso de Todos os Sindicatos*, Luís Gaspar, 1977, 50.

(28) Citado em R. Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa* (2014).

Ao mesmo tempo que centenas de empresas entram em autogestão há um enorme e paralelo processo de intervenção do Estado na vida económica. Já referimos acima a nacionalização da banca na sequência da tentativa de golpe falhada de 11 de março de 1975. Com efeito, nas semanas seguintes amplos sectores da economia são estatizados. O Estado toma conta dos capitais nacionais no sector financeiro (banca e seguros), nas transportadoras e nos sectores chave da indústria pesada. São cerca de 260 empresas, onde se verificaram importantes processos de participação dos trabalhadores numa vasta reestruturação de sectores e de companhias.

Antes das nacionalizações já o Estado, com a publicação do Decreto-Lei 660/74, em novembro de 1974, ficara com o direito de intervir na administração de empresas privadas. Esse diploma legal determinava que o Estado poderia demitir administrações de empresas privadas nomeando delegados ou comissões administrativas e assisti-las financeiramente. As situações passíveis de intervenção poderiam ser classificadas como “esvaziamento” das empresas: encerramento, ameaça de despedimento, abandono das instalações, descapitalização, desvio de fundos, incumprimento das obrigações da empresa... Entre a data de publicação da norma e março de 1977, 341 empresas passaram por esta situação.

O DL 660/74 parece ter sido delineado para certos casos concretos de grandes empresas em situação muito grave naquele momento, como eram por exemplo importantes empresas do sector imobiliário e de construção civil como a Grão-Pará, a Torralta ou a J. Pimenta, onde existiam evidentes sinais de atividades especulativas. Mas o DL vai servir efetivamente para dar cobertura legal e política a dezenas de casos de empresas em autogestão, nomeando o Estado as CT, ou delegados escolhidos pelos trabalhadores.

Um exemplo do que estamos a referir são os supermercados Pão de Açúcar e Nutripol, com 2400 e 320 trabalhadores respetivamente e com dezenas de lojas espalhadas pelo País. A toma do Pão de Açúcar acontece na sequência do golpe de 11 de março. Os supermercados Nutripol são ocupados em novembro de 1974, numa ação coordenada pela CT central devido à falta de pagamento de salários, e começam a trabalhar em autogestão. Os trabalhadores escrevem na altura:

Nas actuais circunstâncias da empresa em que tudo parece irremediavelmente perdido desde o não pagamento do 13º mês e salário de dezembro ao desemprego forçado para 350 trabalhadores, encontram estes na sua UNIDADE e ORGANIZAÇÃO a força geradora de novas forças que há-de conduzir à prática

de diversas formas de luta numa correlação realista das nossas forças perante os obstáculos a vencer, certos, firmemente certos, da nossa razão. Sabemos por experiência quantos sacrifícios nos esperam, quanta serenidade é preciso ter nos momentos difíceis, quanto ânimo se nos exige ao longo da jornada, quanta firmeza é preciso impor nas nossas decisões.

Mas melhor do que ninguém sabem os trabalhadores quantas necessidades fundamentais é preciso satisfazer (...) Quanta justiça trazem na força dos seus braços, no calor da sua camaradagem, na certeza nos ideais de igualdade e fraternidade.⁽²⁹⁾

Na dinâmica de participação destes meses, os trabalhadores de ambas unificaram as duas empresas e outras de menor dimensão na perspetiva de criação de uma empresa pública de supermercados, Supermercados Reunidos. Porém, tal não passará do projeto. No início de 1976 a Comissão Administrativa do Pão de Açúcar, composta por trabalhadores da empresa da órbita do PCP, foi expulsa da empresa por uma mobilização organizada pela direita, e o Governo nomeou uma nova CA da sua cor política. Com efeito, não estava nos planos do poder nesse tempo aquela grande empresa do Estado e ambas as empresas acabariam desintervencionadas, o Pão de Açúcar já em setembro de 1977 e a Nutripol só bastante adiantada a década de 80.

Não é fácil fazer uma avaliação de conjunto do sentido destas intervenções estatais nas empresas. Como já dissemos, muitas das CA nomeadas foram indicadas pelos próprios trabalhadores através das CT das empresas. Algumas CA foram defendidas com determinação pelos trabalhadores quando postas em questão pelo poder político. A legislação que acompanhou o problema limitou as obrigações das empresas intervencionadas em relação ao passivo prévio à intervenção.⁽³⁰⁾ Certamente essa condição oferecia uma série de garantias que as empresas em autogestão não tinham.

Todos estes fenómenos de transformação económica e social se produziam num quadro político revolucionário que se encerra no final de 1975. Omitimos neste relato aspetos políticos fundamentais do processo e mesmo alguns processos de luta social de enorme relevo, focando os processos nas empresas capitalistas do meio urbano. Mas nessas mesmas cidades houve

(29) “Devem continuar a ser estes senhores do capital a decidir da riqueza produzida pelos trabalhadores?”, *Margem Sul*, 21-12-1974.

(30) Ver o DL 222-B/75 de 12 de maio.

um impressionante quadro de mobilização em redor das grandes questões da urbe: habitação, serviços, educação, saúde, lazer⁽³¹⁾.

E na metade sul de Portugal, entre o rio Tejo e a serra do Algarve, desenrolou-se durante 1975 uma grande vaga de ocupações de terras. Um terço da área agrícola – cerca de 1 milhão de hectares – foi ocupada e expropriada ao abrigo de uma lei de reforma agrária e transferida para a posse dos trabalhadores agrícolas que afirmaram uma vontade de exploração coletiva com a criação de umas 500 Unidades Coletivas de Produção. Não podemos neste texto aprofundar a análise deste processo. Se bem que exista uma bibliografia relativamente abundante sobre o assunto⁽³²⁾, as características e as formas de organização interna das novas unidades nem sempre aparecem claramente descritas. Parece ser possível afirmar que o movimento encontra grandes semelhanças com os fenómenos urbanos de ocupações já referidos. O grande objetivo dos trabalhadores neste movimento não era a posse da terra mas o fim do desemprego, o problema crónico dos trabalhadores da região fora das épocas de trabalho sazonal. No movimento, o papel organizador e dirigente do PCP está fora de questão: na região da reforma agrária o PCP contava e conta ainda com uma implantação profunda que se manifesta no forte poder municipal comunista.

Alguns aspetos deste processo de reforma agrária levantam problemas que o fenómeno autogestionário partilha de forma universal, tais como o nível de consciência e de educação dos trabalhadores, a gestão democrática, o funcionamento assembleário. O debate sobre as retribuições diferenciadas e o recurso ao trabalho de especialistas, por exemplo, está presente nas UCP após as ocupações. E, como veremos, será na reforma agrária que se dará a grande batalha contra o processo contra-revolucionário a partir de 1976.

(31) Existem diversos estudos de carácter local sobre os movimentos de moradores. Para Lisboa ver P. Ramos Pinto, *Lisbon rising: urban social movements in the portuguese revolution (1974-75)*. Manchester e Nova Iorque, 2013. Para Setúbal Ch. Downs, *Revolution at the grassroots: community organizations in the Portuguese revolution*. Nova Iorque, 1989. Sobre o Porto, M. Rodrigues, *Pelo direito à cidade – o movimento de moradores no Porto 1974-1976*, Porto, 1999. Um estudo de conjunto centrado nos processos SAAL: J. M. Bandeirinha, *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de abril*. Coimbra, 2007.

(32) Sobre o processo da reforma agrária ver Vítor Matias Ferreira, *Da reconquista da terra à reforma agrária: as ocupações de terras no Alentejo*, Lisboa; Afonso de Barros, *A Reforma Agrária em Portugal: das ocupações de terras à formação das novas unidades de Produção*, Oeiras, 1979; e Constantino Piçarra, *As ocupações de terras no distrito de Beja*, Coimbra, 2008. Sobre a história do movimento dos trabalhadores agrícolas da região ver José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*, Mem-Martins, s. d.

O golpe militar de 25 de novembro de 1975 marcou o final da crise revolucionária e o início de um período de estabilização capitalista em Portugal. O pronunciamento foi precedido por semanas de tensão política e social, com mobilizações permanentes e em que se assiste à afirmação da auto-organização dos soldados. A crise das unidades de paraquedistas levou a uma intervenção musculada dos sectores direitistas das Forças Armadas que descabeçou as unidades militares tidas como progressistas e restabeleceu a disciplina tradicional nos quartéis. Os acontecimentos reforçaram a autoridade das instituições estabelecidas e prefiguraram o aparecimento de novas figuras políticas como a do general Eanes. Foram também fruto de um invulgar compromisso entre a direção do PCP e determinados sectores do MFA⁽³³⁾ que evitaram um confronto direto. O PREC português terá sido um raro caso de derrota de um processo revolucionário que não culminou num esmagamento sangrento do campo revolucionário.

Cremos necessário frisar que esta análise do final da crise revolucionária fundamenta-se no conhecimento dos factos posteriores. Na altura, o que estava em cima da mesa era a dúvida e a incerteza. Quem poderia ter imaginado à época que as cirúrgicas ações militares de 25 de novembro tinham posto um ponto final ao vulcão aberto no 25 de abril?

Durante 1976 ficou estabelecida a arquitetura constitucional do poder segundo a norma aprovada a 2 de abril, um texto marcadamente progressista e que teoricamente blindava muitas das conquistas do processo revolucionário. A 25 de abril de 1976 foi eleita a Assembleia da República, com o PS em primeiro lugar mas sem maioria absoluta. Em julho foi eleito para a presidência da República o general Ramalho Eanes, com cerca de 60 % dos votos e com o sobressalto do resultado de Otelo Saraiva de Carvalho, segunda posição com 17 %. Em dezembro o povo português escolheu os novos poderes municipais.

A falta de uma maioria parlamentar clara não permitiu grande estabilidade política. Em junho de 1976 Mário Soares formou o I Governo Constitucional, do PS “sozinho”, que se susteve até dezembro de 1977 e iniciou uma política de ajustamento e austeridade capaz de reconciliar o País com as instituições financeiras mundiais. Em fevereiro de 1977 o escudo foi desvalorizado 15% e foram decretados tectos salariais abaixo da inflação. Soares foi acusado de ter metido o socialismo na gaveta. Durante esse ano assistiu-se a uma

(33) Ver A. Cunhal *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, 1999.

vasta ofensiva contra-revolucionária na legislação⁽³⁴⁾, com destaque para a Lei 77/77: a chamada Lei Barreto (do apelido do ministro da Agricultura, António Barreto), ou da contra-reforma agrária⁽³⁵⁾.

Ao nível de um sector autogestionário português, e para além da Lei Barreto, assistiu-se a uma sucessão de vagas de devoluções de empresas intervencionadas e sob gestão dos trabalhadores. Durante o ano de 1977 o Governo procedeu à desintervenção de cerca de uma centena de empresas, o que conduziu a longas greves e processos de luta de grande dureza contra o regresso dos patrões, que geralmente terminaram em derrotas pesadas para o movimento operário. A mobilização operária atingiu neste período um elevado nível, com massivas manifestações de rua e duras lutas em empresas que resistiram à devolução aos antigos patrões. Porém, estas lutas das empresas intervencionadas foram derrotadas devido ao seu isolamento e à falta de uma estratégia global do próprio movimento.⁽³⁶⁾

O governo de Soares acabou por perder uma moção de confiança a poucos dias do Natal de 1977, mas foi Soares quem presidiu a um gabinete de coligação entre o PS e o CDS, o partido mais à direita do espectro político. Esta coligação *sui generis* durou até ao verão de 1978 e foi responsável por uma “carta de intenções” enviada ao FMI solicitando auxílio financeiro.

Com um parlamento cada vez mais fragmentado, o presidente Eanes optou por encomendar a formação de governo a um independente da área socialista, Nobre da Costa, que renunciou após ser aprovada no parlamento uma moção de rejeição ao seu gabinete. Em dezembro de 1978 Mota Pinto, figura independente identificada com a direita e que na década de 80 viria a ser líder do PSD, assumiu como primeiro-ministro beneficiando da abstenção dos deputados socialistas. Tratava-se do governo mais à direita desde o 25 de abril, confrontado com um parlamento em que os partidos de esquerda dispunham de uma clara maioria.

Nova vaga de entregas de empresas e herdades agrícolas se verificou em junho de 1979, na altura da queda do governo Mota Pinto, como a Corame (metalúrgica), Jacinto (têxtil) e J. Pimenta. Eanes convocou eleições legislativas

(34) Ver E. Rosa, *O fracasso da política de direita – 16 meses de governo PS*. Lisboa, 1978.

(35) Sobre os efeitos e consequências da aplicação da norma, Idem.

(36) “A todos os trabalhadores das empresas intervencionadas! A todos os trabalhadores!”, Comunicado, grupo de delegados sindicais da J. Pimenta, Handy, AC, Intento, Construções Técnicas e Grão Pará, s. d. (1977). Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, AC.

intercalares para o mês de dezembro e indicou Maria de Lurdes Pintasilgo na chefia de um governo de transição e sem apoio parlamentar.

Durante os escassos meses de mandato deste governo ocorreram os trágicos acontecimentos de Montemor-o-Novo, quando dois trabalhadores agrícolas e militantes do PCP foram abatidos a tiro pela GNR e vários outros feridos por balas. O facto, nunca bem esclarecido, aconteceu durante uma entrega de terras a um antigo proprietário, em moldes semelhantes a muitos outros acontecidos na região do Alentejo nesse tempo. Efetivamente, entre 1977 e 1980 há dezenas de espancamentos de trabalhadores que protestavam contra as devoluções e efetuaram-se 7 greves gerais em defesa da reforma agrária na região. No início da década de 1980 mais de metade da terra ocupada pelos trabalhadores tinha sido já devolvida. As UCP, privadas do crédito do Estado e amputadas das melhores terras, eram condenadas ao desaparecimento.

As eleições intercalares de dezembro de 1979 deram uma maioria absoluta de deputados à Aliança Democrática constituída entre PSD, CDS e PPM. Porém, a soma dos votos do PS e da APU (Aliança Povo Unido, marca eleitoral do PCP) superava em cinquenta mil votos a da coligação de direita. O novo governo presidido por Sá Carneiro jogaria tudo na revalidação do resultado nas eleições previstas para outubro de 1980⁽³⁷⁾ e na eleição de um presidente da sua área nas presidenciais de dezembro do mesmo ano, mas a morte dos líderes da AD num desastre de aviação e a derrota do seu candidato terminariam com o projeto aliancista. Em 1983 o PS venceu as eleições sem maioria e constituiu uma aliança de governo com o PSD, o chamado Bloco Central, que se sujeitou a uma nova intervenção do FMI num quadro de grave crise financeira. O projeto neoliberal acabou por chegar pela mão de Aníbal Cavaco Silva, o líder do PSD que em junho de 1987 venceu as eleições com mais de 50% dos votos. Ao sabor dos tempos, a retórica revolucionária e as limitações impostas pela Constituição de 1976 foram expurgadas na revisão de 1989, com o consenso do PS. Abria-se o caminho para as privatizações e a liquidação legal das UCP, no quadro da chegada do dinheiro dos fundos europeus e dos primeiros tempos do TINA⁽³⁸⁾.

(37) Em 1976 o Pacto Constitucional assinado entre o MFA e os partidos parlamentares previa que a Constituição aprovada nesse ano só poderia vir a ser revista pela Assembleia da República a ser eleita na seguinte legislatura regular, em 1980.

(38) *There Is No Alternative*, a famosa frase pronunciada por Margaret Thatcher que se tornou em símbolo da época da hegemonia neoliberal.

Não sabemos quanto restou dos fenómenos de autogestão nas empresas industriais e de serviços, podendo supor apenas que existam algumas empresas – na ordem das dezenas – que se mantenham a laborar e que tenham origem em empresas ocupadas ou cooperativas surgidas no calor da revolução naquele verão de 1975. Mas parece-nos que se trata de uma experiência relevante na história da autogestão operária pela sua dimensão qualitativa e quantitativa, e que põs em cima da mesa as grandes questões que a autogestão levanta.

Empresas em autogestão (1974-1980)

Distribuição geográfica e setorial

(Empresas referenciadas pelos Ministérios de Indústria e Tecnologia, e de Comércio e Turismo)

Lisboa	370
Porto	193
Setúbal	64
Braga	41
Santarém	32
Aveiro	27
Faro	24
Madeira, Évora e Coimbra	20
Beja	18
Leiria e Castelo Branco	15
Portalegre	7
Viseu	5
Viana do Castelo	3
Bragança e Açores	2
Vila Real	1
Desconhecido	23
Total	902

Empresas em autogestão por sectores

Metalúrgico e M. Mecânico	222
Têxtil	172
Gráfico	109
Comércio	90
Alimentar	55

Turismo	40
Mobiliário	39
Transformadoras diversas	38
Minerais não metálicos	33
Químico	25
Madeira e Cortiça	18
Calçado	13
Extrativo	9
Curtumes	5
Papel	4
Desconhecido	30
Total	902

Fonte: CIAPMEA, *Relatório*, 1980.

Empresas intervencionadas pelo Estado por actividade (1974 a 1976)

	Empresas	Nº. Trabalhadores
Agricultura	13	1490
Pesca	7	4150
Extractivas	3	2275
Alimentares	8	3690
Bebidas	4	3408
Têxteis, vestuário e couro	18	11 729
Madeira e cortiça	3	2226
Papel e artes gráficas	18	5860
Químico	4	10 581
Min. não metálicos	10	3035
Metalúrgico	28	14 753
Outras indústrias	1	250
Const, Civil	28	17 105
Comércio	43	8433
Hotelaria	20	3131
Transportes	33	1691
Actividades financeiras	3	634

Seguros	9	2630
Imobiliário	58	3139
Serviços às empresas	7	269
Serviços à colectividade	10	2911
Actividades culturais e lazer	1	161
Total	347	107 591

Fonte: Ministério do Trabalho, “Intervenções e Desintervenções do Estado em Empresas 25 Abr 74/31 Dez 77 – *Textos. Ministério do Trabalho*, 50.

Bibliografia

- A. V., *Portugal: l'autre combat – classes et conflits dans la société*. Paris: Spartacus, 1975.
- A. V., *Sindicalismo em Portugal: perspectivas futuras – pacto social*, Lisboa, E. Assírio e Alvim, 1977
- A. V., *Contributos para a história do movimento operário e sindical – das raízes até 1977*, Lisboa: CGTP e IBJC,
- JOSÉ BARRETO, *A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)*. Lisboa, ICS, 1992 (policopiado).
- JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO E CRISTINA RODRIGUES, *A UGT na história do movimento sindical português (1970-1990)*, Lisboa, Tinta da China e UGT, 2013.
- JOSÉ CASIMIRO E CARLOS SANTOS, *Movimento operário: a década de 70*, Lisboa, Biblioteca-Museu Republica e Resistência, 1997.
- M^a C. CERDEIRA E M^a. E. PADILHA, *As estruturas sindicais portuguesas – uma análise evolutiva (1933-1987)*, Lisboa, MESS, Col. Estudos, Ser. C. Trabalho, 1988 (3 vol.).
- RAFAEL DURÁN MUÑOZ, *Contención y transgresión: las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, CECP, 2000.
- MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA, *Autogestão, cooperativa, economia solidaria: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Em debate, 2011.
- ERNEST MANDEL, *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*, Paris, Maspero, 1970.
- ORLANDO NEVES (ORG.), *Textos históricos da revolução*, 3 vols., Lisboa, E. Diabril, 1975-1976.
- (dir.) *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978.
- DIEGO PALACIOS CEREZALES, *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa, ICS, 2003.
- FÁTIMA PATRIARCA, “Controle operário”, in *Análise Social*, vol. XII. (47-48), 1976, 3^o, Lisboa, 1976, 765-816 y 1049-1156.
- “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave” in *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977, 3^a, Lisboa, 1977, 619-680.

“Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, in *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º, Lisboa, 1978, 695-727.

MIGUEL ÁNGEL PÉREZ SUÁREZ, *Contra a exploração capitalista: Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2008 (policopiado). Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Textos%20jornalisticos/contraaexploracaocapitalista.pdf>

PETER ROBINSON, *Workers' Councils In Portugal 1974-1975*. MPhil thesis The Open University, 1990. Disponível em: <http://oro.open.ac.uk/19940/1/pdf115.pdf>.

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES (COORD.), *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa, E. Dinossauro, 1994.

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES, *Abril traído*, Lisboa, E. Dinossauro, 1999.

EUGÉNIO ROSA, *O fracasso da política de direita: 16 meses de governo PS*, Lisboa, Seara Nova, 1978.

O fracasso dos governos de direita em Portugal, Lisboa, Um de Outubro, 1982.

FERNANDO ROSAS (coord.), *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, Colibri, 1999.

F. ROSAS E PEDRO AIRES OLIVEIRA, *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa, E. Notícias, 2004.

MARIA DE LURDES LIMA SANTOS, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, Afrontamento, 1977 (3 vol.).

JOÃO SILVA LOPES, *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa, Gradiva, 1996.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E OUTROS, *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Porto, Afrontamento, 1997.

RAQUEL VARELA, *História do Povo na Revolução Portuguesa*. Amadora, Bertrand, 2014.

A REVOLUÇÃO POR TELÉGRAFO:

○ 25 DE ABRIL FORA DE LISBOA

Luisa Barbosa Pereira*

Portugal, início do século XX. Um país macrocéfalo, concentrado na capital, sustentou a tese de que a República fora conquistada e proclamada em Lisboa e transmitida ao país por telégrafo. ⁽¹⁾

Inaugurada com a revolução de 5 de Outubro de 1910, a I República inicia um regime liberal-democrático em oposição à monarquia constitucional que então existia num país onde a agricultura ocupava 61% dos ativos e só 17% da população vivia em centros urbanos com mais de 5000 habitantes. ⁽²⁾

As altas taxas de analfabetismo (78% em 1900 e 75% em 1910) e de mortalidade infantil (14,6% em 1910 e 22,4% em 1911) ⁽³⁾ evidenciavam as dificuldades vividas por grande parte dos portugueses. ⁽⁴⁾

Mas ao longo do século XX, sob uma ditadura repressiva que durará 48 anos e utilizará de forma sistemática o trabalho forçado nas colónias ⁽⁵⁾, o operariado ganha estatura. Passa de 768 mil na década de 1950 para pouco

* Luisa Barbosa Pereira é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora da rede pública em Armação dos Búzios-RJ-Brasil. Pesquisadora doutorada vinculada ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ), ao Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do IHC-Universidade Nova de Lisboa e ao Projeto In the Same Boat, do Instituto de História Social de Amsterdão.

(1) Sobre a I República Portuguesa ver: Marques, Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizontes, 1980.

(2) A respeito do papel dos trabalhadores na República o historiador Fernando Rosas declara que “A República nasceu aos ombros dos trabalhadores, mas depois rompeu essa aliança a partir de 1911, quando começam as greves e os republicanos espingardeiam as greves”. Paço, António Simões do. *Entrevista com a República*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 72.

(3) Por cada 1000 crianças nascidas. Anuário Estatístico de 1908 a 1926.

(4) Mónica, Maria Filomena. *A Queda da Monarquia: Portugal na Viragem do Século*, Lisboa, Dom Quixote, 1987. 75% no ano de 1911 Rosas, Fernando. *Salazarismo e fomento económico*. Notícias Editorial, Abril, 2000, pp. 33-34.

(5) Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS e a Guerra Colonial*, Lisboa, Terramar, 2004, p. 396.

mais de 1 milhão em 1970. Neste ano três quartos da população ativa era assalariada e 67,4% dos trabalhadores da indústria concentrava-se em unidades fabris com mais de 20 pessoas.⁽⁶⁾

O crescimento desse operariado, aliado às lutas no continente africano por independência e à derrota militar do Exército português, combinado com a crise económica do pós-guerra, formam o caldo histórico da ruptura de Abril de 1974, desencadeada pelos jovens capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA) e apoiada por imensa parcela civil.

Mas que ruptura foi essa? Um golpe de generais seguido de um período de caos?⁽⁷⁾ Uma transição para a democracia e não uma revolução?⁽⁸⁾ Ou uma revolução passiva, excluída de participação popular?⁽⁹⁾

Neste texto analisamos o período entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 em três regiões periféricas, fora do epicentro da revolução:⁽¹⁰⁾ no arquipélago da Madeira; no concelho de Loulé, no Algarve; e na Maia, Norte de Portugal. Nossa pesquisa, que ocorreu entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017, contou com análise sistemática de periódicos de divulgação nacional e regional;⁽¹¹⁾ documentos depositados nos arquivos regionais das localidades pesquisadas; em coleções particulares;⁽¹²⁾ pesquisa bibliográfica; e entrevistas com trabalhadores, populares e atores políticos locais.

(6) Santos, Maria de Lurdes; Lima, Marinús Pires de; Ferreira, Vítor Matias, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Afrontamento, 1976, 3 volumes.

(7) Ramos, Rui (Coord.). *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

(8) Pinto, António Costa. "Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976", in: Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição para a Democracia*, Lisboa, Edições Colibri/IHC, 1999; Schmitter, Philip, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, ICS, 1999.

(9) Sobre o conceito de revolução passiva Antonio Gramsci destaca que este parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. Ver: Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 209-210.

(10) Ou seja, nas cinturas industriais e principalmente em Lisboa. Ver: Varela, Raquel. *A História do Povo na Revolução Portuguesa*, Lisboa: Bertrand, 2014, pp. 52-53.

(11) Principalmente *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *República*, *Voz de Loulé*, *Comércio do Funchal* e *Jornal da Madeira*, mas também jornais de esquerda e boletins sindicais.

(12) Principalmente as coleções de Luís Guerreiro (Loulé), Jorge Catarino (Maia), Lino Bernardo Martins, Diamantino Alturas e Padre Martins Júnior (Madeira) gentilmente cedidas para a pesquisa.

Grande parte dos estudos sobre a Revolução Portuguesa deu peso ao papel das elites dirigentes, dos sujeitos representativos e dos militares.⁽¹³⁾ Tais estudos construíram um conjunto de obras importantes para o entendimento desse período, mas defendemos aqui uma outra abordagem.

Nossa referência principal na análise desse momento de importância fundamental para a história do País e da Europa no século XX, mas ainda pouco estudado sob o ponto de vista da conflitualidade social principalmente fora de Portugal,⁽¹⁴⁾ foi a história do povo. Pesquisámos a Revolução Portuguesa com os olhos voltados para a ação da “classe que vive do trabalho”.⁽¹⁵⁾

Nos anos 1960, sob a influência da escola dos Annales e da chamada crise do historicismo,⁽¹⁶⁾ historiadores de diferentes partes do mundo, mas principalmente de Inglaterra, propuseram a chamada história vista de baixo. E. P. Thompson procurou relacionar esta visão em termos de “consciência” e “experiência”, considerando os trabalhadores como uma “massa de esquecidos” que deveria ser ouvida.⁽¹⁷⁾ Christopher Hill, referindo-se à Revolução Inglesa, defendeu que as elites já haviam sido demasiadamente retratadas e que seria necessário falar da história a partir dos de baixo: “Podemos descobrir que os homens e mulheres obscuros que aparecem neste livro, junto com alguns menos obscuros, nos falam mais diretamente que Carlos I ou Pym ou o general Monk.”⁽¹⁸⁾ Natalie Davis, em seus estudos de orientação

(13) Ver, entre outros: Rezola, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Monarquia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006; Moreira de Sá, Tiago, *Carlucci vs. Kissinger*, Lisboa, D. Quixote, 2008; Ferreira, José de Medeiros. “25 de Abril, uma Revolução?” in, Mattoso, José (coord), *História de Portugal, Portugal em Transe*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993; e as já citadas obras de Ramos, Rui (coord), Pinto, António Costa, Schmitter; Philip.

(14) Nesse âmbito destacamos os estudos já citados de Raquel Varela; Fernando Rosas; de Fátima Patriarca, sobre o movimento operário na cintura industrial de Lisboa; de Dalila Cabrita Mateus *A luta pela independência* (1999) e *Angola 61 e guerra colonial: causas e consequências* (2011) em Portugal, as teses de doutoramento de Jorge Fontes e a dissertação de mestrado de Miguel Pérez, entre outros.

(15) Sobre o conceito ver: Antunes, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

(16) Ideia que, *grosso modo*, leva em consideração o facto histórico em si, sem haver necessariamente uma análise social do período estudado.

(17) Thompson, E. P. “A história vista de baixo”, Editora da Unicamp, 2001.

(18) Hill, Christopher, *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35.

nitidamente cultural, tratou das pessoas humildes e explorou os tipos de experiência social que pudessem ter contribuído para a formação de uma consciência, dando ênfase às formas de vida da população pobre.⁽¹⁹⁾ A história dos “de baixo” também foi dos temas preferidos de Eric Hobsbawm: os rebeldes, os trabalhadores e suas condições de vida; a resistência e a rebelião no mundo do jazz.⁽²⁰⁾

Concordamos com Chris Harman sobre o papel dos movimentos sociais como uma espécie de esqueleto da sociedade que, ainda que não seja o mesmo que o corpo vivo, é fundamental para garantir a sua solidez e sem o qual não poderia sobreviver. Um indivíduo ou uma ideia não podem ser vistos de maneira isolada do desenvolvimento material precedente da sociedade, do modo como as pessoas fazem seus meios de subsistência, da estrutura das classes sociais e do Estado.

Assim, a história do povo que propomos neste texto recupera a ação dos movimentos sociais ligados à “classe-que-vive-do trabalho” e, especialmente, das massas ainda mais esquecidas pelas abordagens sobre o 25 de Abril, ou seja, os trabalhadores de fora dos grandes centros urbanos do País. Esses – olvidados seja por carência de fontes, por orientação ideológica ou ambos – guardam uma riqueza fundamental para a análise social. Dar-lhes voz é também ouvir melhor os acontecimentos históricos e interpretá-los com maior precisão.⁽²¹⁾

(19) Ver por exemplo: Davis, Natalie. *Culturas do povo – sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. A obra é citada por E. P. Thompson em 1976 ao sustentar a importância de uma história das pessoas comuns e defender que não estava sozinho em tal abordagem. Sobre o tema Ver: Kirschner, Tereza Cristina. “Entre Tradições e Inovações, O Percorso Crítico de Natalie Zemon Davis”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, volume 2, número 1, 2013, p. 100-114.

(20) Como, por exemplo: Hobsbawm, Eric. *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015, ou *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

(21) Este artigo é parte de um projeto de pesquisa intitulado “A história do povo na Revolução Portuguesa” realizado em parceria com Raquel Varela. As pesquisas foram financiadas pelas Câmaras Municipais do Funchal, Loulé e Maia.

O 25 de Abril na Maia

*Dê o Povo, porque é Povo
Glória a quem trabalhou
Se temos um Mundo Novo
Foi porque o povo o criou!*⁽²²⁾

Por volta das 3 horas da madrugada do dia 25 de Abril, forças do BC9 de Viana do Castelo tomam o Aeroporto de Pedras Rubras, na Maia. Armando Tavares, técnico superior da Câmara Municipal lembra-se da festa da democracia que se fez no dia, da alegria da mãe em não ter que mandar mais nenhum filho à tropa e das sandes de marmelada e manteiga enviadas aos soldados:

“Corri daqui (Praça do Município) até Moreira para ir buscar o meu irmão. Cheguei a casa, o meu pai tinha as janelas abertas a tocar na emissora que ele estava acostumado a ouvir e todo aquele movimento que gerou de soldados (...). Começaram a chegar com força e ocuparam aquela região de Pedras Rubras, nos dias 25 e 26 de Abril. Eu lembro-me perfeitamente de que ia levar comida, sandes com marmelada e manteiga a todos os soldados que estavam à frente (...). Lembro-me da alegria em minha casa e do meu pai e de ir ao Porto a pé, para as manifestações. Eu ia a todas as que havia”⁽²³⁾

A Maia era um concelho rural, conhecido por ter solos férteis, com boa aptidão para a agricultura e para a produção de milho e cereal de regadio, que abastecia o Porto e região. Sendo uma zona intermédia entre o litoral e o interior montanhoso confinante, onde confluem as águas fluviais da serra da Agrela, as terras da Maia mantêm-se húmidas em virtude da posição da bacia, caracterizando até aos anos 1970 uma lógica social de dependência da cultura rural e uma profunda desigualdade social.

A Maia era uma terra atrasada e todo o país era assim. Antes do 25 de Abril o Café Mira Maia era frequentado apenas por quatro senhoras. Pessoas que

(22) Poema publicado nas Actas do Congresso *Raízes da Nossa Identidade*. In: Mamede, Maria. “Maia no Masculino”. Actas do Congresso *Raízes da Nossa Identidade III*. Câmara Municipal da Maia, Junho de 2003, p. 131.

(23) Armando Tavares, em entrevista concedida a Raquel Varela em 16 de novembro de 2016, CMM.

frequentavam o café e depois iam ao cinema (...) Uma terra conservadora, a mais “regime salazarengo”. O povo comia uma tigela de sopa e agradecia a Deus, ao invés de se revoltar por só ter uma tigela de sopa.⁽²⁴⁾

Mas a proximidade da região⁽²⁵⁾ com o Porto, bem como a maior facilidade em relação ao acesso a transporte ferroviário para o centro desta cidade do que para o centro da Maia, estimulava uma relação de intercâmbio ideológico e territorial com um ambiente urbano mais dinâmico. Assim, quando ocorre o 25 de Abril, grande parte das manifestações que envolvem o povo da Maia dão-se neste município limítrofe. A ação relatada por Armando Tavares, de caminhar até ao Porto, foi comum aos moradores desse concelho, que se recordam de andarem horas à pé para ir às manifestações onde se gritava pela liberdade e contra a guerra colonial.⁽²⁶⁾

No Porto, a tarde de 25 de Abril é marcada pela celebração da queda do regime e pela perseguição popular aos elementos da PIDE e da PSP, Polícia de Segurança Pública.⁽²⁷⁾ O jornal *República* noticia confrontos em frente da Câmara Municipal onde ficam feridas 17 pessoas. Em 26 de Abril, populares manifestam-se no quartel general, na Praça da República com vivas à liberdade, ao Movimento das Forças Armadas e ao futuro de Portugal.⁽²⁸⁾ Armando Tavares também lá estava.

Logo a seguir ao 25 de Abril, estudantes da Escola Secundária da Maia organizaram-se em plenários e realizaram manifestações para apresentarem as suas reivindicações. Até ao ano de 1972, quando é fundada a escola secundária, a Maia possuía apenas o Colégio de Nossa Senhora do Bom Despacho, que iniciou as suas atividades em 1948 como uma escola privada apoiada pelo poder público local e pela Igreja. A construção onde a escola estava sediada ficava na vila de Barreiros, onde hoje está localizado o Centro Comercial Central Plaza, e era propriedade da Santa Casa da Misericórdia. A matrícula custava 100 escudos e o pagamento das propinas era feito por períodos escolares ou mensalmente.

(24) Mário Silva em entrevista concedida a Luisa Barbosa Pereira em 18/01/2017.

(25) Principalmente a zona de Moreira.

(26) Armando Tavares, em entrevista concedida a Raquel Varela em 16 de novembro de 2016, CMM.

(27) *República*, 26 de abril de 1974, p. 14, sobre o 25 de Abril no Porto.

(28) *República*, 26 de abril de 1974, p. 14.

O Dr. Dias Leitão, fundador e seu diretor na altura do 25 de Abril, lembra-se de aparecerem muitos alunos e alunas à porta da sua casa com cartazes “Queremos o nosso diretor, queremos o nosso diretor!”, com o objetivo de apresentarem as suas reivindicações. A principal delas era relativa ao uniforme. As meninas queriam abolir o uso da bata escolar:

“Houve uma coisa que me exigiram as alunas e tiveram resposta imediata. Acabar com a parte que havia de mais democrático naquela escola, que era a bata. A bata tapava a riqueza das meninas ricas e a pobreza daquelas que tinham nascido, porque não tinham possibilidade de ter escolhido, nas famílias pobres (...). Depois houve eleições para formar o conselho diretivo e eu ganhei por larga margem.”⁽²⁹⁾

O Dr. Bernardino Costa, na época industrial de uma empresa familiar que fabricava solas e outros artigos para calçado, também conta que se reuniu com os seus trabalhadores, na altura da revolução, para ouvir as suas reivindicações, mas não se recorda de qualquer manifestação significativa dos trabalhadores da Maia. Destaca, entretanto, outros episódios na sua opinião marcantes, relacionados com os conflitos entre partidos políticos e ataques bombistas às sedes de partidos de esquerda na região. Estes, como mostra o autor Miguel Carvalho, ocorreram com maior intensidade nas regiões Norte e Centro do País, especialmente no Verão Quente de 1975.⁽³⁰⁾

A nossa pesquisa indica pelo menos uma explosão na Maia, ainda que o seu motivo não tenha sido claramente esclarecido.⁽³¹⁾ O local do atentado foi a Tipografia Inova, na Rua Gonçalo Cristovão, em Nogueira da Maia. Um dos dirigentes da empresa, o Sr. António Borges, declarou na ocasião ao *Jornal de Notícias* que tinha vários clientes, entre os quais o Partido Comunista.⁽³²⁾

Em 20 de Junho ocorre uma manifestação anticomunista em Viseu que termina com o assalto e destruição das sedes locais da FSP, MDP/CDE, MES,

(29) Dr. Dias Leitão, em entrevista concedida a Raquel Varela em 16 de novembro de 2016, CMM.

(30) Carvalho, Miguel, *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Lisboa, Oficina do Livro, 2017.

(31) *Jornal de Notícias*, 25 de outubro de 1975, ano 88, n.º 144.

(32) António Borges não excluiu a possibilidade da explosão ter sido motivada por uma fuga de gás. O caso nunca foi explicado. *Jornal de Notícias*, 26 de outubro de 1975, ano 88, n.º 145. A explosão na tipografia Inova, p. 7.

PCP, PRP-BR e UDP. Contabiliza-se 1 morto e 12 feridos.⁽³³⁾ Em Famalicão, Santo Tirso, Porto e Braga ataques bombistas aterrorizam militantes de esquerda, intelectuais e advogados progressistas.⁽³⁴⁾

Bernardino Costa destaca que todo esse processo de ataque à esquerda era “necessário” para conter o “avanço do comunismo” e que grupos de diferentes concelhos atuavam em conjunto para combater uma possível “ditadura de esquerda”:

“Recordo que foi feito um comício aqui na Maia, no antigo cinema aqui na Praça do Municipio onde nós requisitámos à JSD de Famalicão homens fortes para se oporem à extrema esquerda que na altura tentava bloquear todas as atividades (...). Em Milharosa e Pedrosos tivemos que sair pela retaguarda do teatro porque a extrema esquerda queria impedir-nos na altura da sessão de esclarecimento que os partidos realizavam em Pedrosos (...). Então aquilo foi um levantamento nacional contra uma ditadura de esquerda que se iniciava em Portugal e isso é um dos vários episódios a nível nacional para um acordar (...) de ir contra as forças de esquerda que procuravam por todos os meios eliminar a situação em Portugal. Por isso entendi que era necessário.”⁽³⁵⁾

Sessões de esclarecimento cívico, como esta citada na entrevista com Bernardino Costa, eram comuns em todo o País. Geralmente precedidas da exibição de vídeos como *Na Senda das Brigadas Verdes* e *A Canção de Lisboa* – de 1933, realizado por José Cottinelli Telmo, que inaugura o género cinematográfico da comédia à portuguesa –, a sessão debatia os acontecimentos políticos e ouvia os anseios da população. Os militares levantavam o tema da democracia, das questões nacionais e locais e os problemas do dia a dia da população como abertura de ruas, caminhos, construção de infantários e de habitação. A população discutia, mas tinha pressa de ver todas as questões solucionadas.⁽³⁶⁾

(33) Varela, Raquel. *A História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand, 2014, p. 401.

(34) Carvalho, Miguel, *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Lisboa, Oficina do Livro, 2017.

(35) Dr. Bernardino Costa, em entrevista concedida a Raquel Varela em 16 de novembro de 2016, CMM.

(36) *Diário Popular*, n.º 11603, 29 de março de 1975, p. 17.

Na Maia, com objetivo de atender aos mais carentes, fundou-se a partir da ocupação de um edifício em ruínas⁽³⁷⁾ a associação O Amanhã da Criança. A instituição contava com 1600 associados e mantinha em atividade um jardim-escola com 100 crianças, além de um centro de dia para a terceira idade.⁽³⁸⁾ A própria sede do Partido Socialista da Maia, de acordo com relatos dos entrevistados pela pesquisa, também foi conquistada através de uma ocupação. O Dr. Jorge Catarino, presidente do PS da Maia, lembra-se do facto:

“A primeira sede do PS foi numa quinta aqui no centro da Maia e que foi ocupada (...). Alguns camaradas resolveram ocupar uma quinta que estava abandonada, estava a cair, em muito mau estado”.⁽³⁹⁾

Após o 25 de Abril, o então presidente da Câmara, Dr. José Vieira de Carvalho, tendo sido nomeado em 1969 ainda no Estado Novo e tomado posse em 1970, é exonerado.⁽⁴⁰⁾ Em 11 de Março de 1975 foi preso e levado ao CICAP e de seguida a Custóias e Caxias. A sua libertação ocorreu em 23 de Dezembro de 1975.⁽⁴¹⁾ Jorge Catarino, do Partido Socialista, é então nomeado para a Comissão Provisória.

Lutas sociais na Maia

Em Maio de 1974 os trabalhadores metalúrgicos participam na manifestação do Dia do Trabalhador com um caderno reivindicativo de exigências relativas a igualdade entre homens e mulheres e crítica aos patrões. Defendem um salário mínimo de 6000 escudos, anulação da redução de 20% dos salários das operárias metalúrgicas, um mês de férias, um mês e meio de subsídio de férias, 13.º mês e extinção do Ministério das Corporações e criação do Ministério do Trabalho.

(37) A onda de ocupações leva posteriormente ao congelamento da lei das rendas. Este tornou-se um facto que marcaria as quatro décadas seguintes das cidades portuguesas.

(38) *Norte Revista/Notícias do Norte*, Ano I, n.º 5 – Pub. Regionalista, Junho 1984, p. 17.

(39) Dr. Jorge Catarino, em entrevista concedida a Luisa Barbosa Pereira em 19/01/2017.

(40) Freitas, José. José Vieira de Carvalho: O Homem, a Obra. Revista do jornal *Primeira Mão*. 30 de Maio de 2003, presidente da Câmara Municipal da Maia desde 1969.

(41) Vieira de Carvalho concorre à presidência da Câmara em 1979 e é eleito. Permanece no poder até 2002, ano do seu falecimento.

Logo de seguida, na Efacec, metalúrgica com filial na região de Moreira, na Maia, a Comissão de Trabalhadores, eleita em ambiente democrático, convoca uma reunião tendo em vista a proposta de greve. Um novo e amplo caderno reivindicativo sobre condições laborais é apresentado à administração da empresa. Poucos dias depois, e perante a recusa da administração em aceitar as suas reivindicações, os trabalhadores, reunidos em plenário, entram numa greve que dura 21 dias.

Maria Rosa Oliveira, operária da empresa por 23 anos, primeiro em Camões, depois na Arroteia e finalmente na Maia, conta que após o 25 de Abril havia muitos plenários, mas as trabalhadoras, inicialmente, não participavam. A sua chegada à fábrica mudou essa realidade:

“Quando fui para a Maia, vi que as mulheres que trabalhavam sob o domínio do meu chefe não participavam nos plenários. Ele perguntava-lhes se iam ao plenário, elas ficavam cheias de medo. Quando cheguei, ficaram todas contentes: “Ei, veio a Rosinha, agora é que nós vamos”. Um dia o encarregado também me perguntou se eu ia ao plenário. Expliquei-lhe: “Quero que saiba que não vou para chatear o senhor nem ninguém, vou porque acho que é meu dever e de todos os trabalhadores que elegemos a Comissão de Trabalhadores, saber o que eles têm para nos dizer.” As minhas colegas pediam-me para eu as chamar, mas nunca o fiz, se não diziam que estava a incitá-las. E nem precisava de as chamar: saía do meu lugar e dizia alto “Sr. Valdemar, vou ao plenário.” Elas ouviam e também iam.”⁽⁴²⁾

A Comissão de Trabalhadores da Efacec-Norte de Arroteia e Maia, no seu oitavo comunicado com o título “Sanear os inimigos, defender a revolução, avançar pelo socialismo”, defende a expulsão de trabalhadores que atrapalhavam e se opunham ao avanço das lutas na fábrica. O comunicado é publicado no jornal de extrema esquerda *A Voz do Povo* junto com as decisões do plenário ocorrido em Junho de 1975 onde os trabalhadores decidem pôr em execução a partir de 1 de Julho de 1975 o Contrato Colectivo dos Fabricantes de Material Elétrico e o horário semanal de 42 horas, sem prejuízo dos trabalhadores que praticam o horário anterior. Destacam ainda, no 6.º ponto do comunicado, que os trabalhadores portugueses necessitam de tempos livres para se prepararem e organizarem no sentido de “serem os verdadeiros autores do processo político de modo a não serem iludidos por

(42) Maria Rosa Oliveira, In: *Memórias do Porto Laboral no Século XX*, Universidade Popular do Porto.

declarações propagandistas, demagógicas e contra-revolucionárias”.⁽⁴³⁾ Em novembro de 1975, também na *Voz do Povo*, trabalhadores da Efacec Norte defendem publicamente o controlo operário contra o perigo de *lock-out*.⁽⁴⁴⁾

Na Mantex, empresa de confecções situada também em Moreira, na Maia, ainda que não tenhamos encontrado nenhuma fonte documental que tenha atestado a realização de plenários ou mobilizações, vários relatos indicaram que as trabalhadoras desta empresa também se organizaram e garantiram conquistas junto do patronato.⁽⁴⁵⁾

O irmão de uma delegada sindical da Mantex na altura do 25 de Abril lembra que as principais reivindicações das trabalhadoras eram relativas à creche para os filhos, pagamento dos ordenados e maior flexibilidade nas idas às casas de banho. Duas mulheres não podiam ir ao mesmo tempo à casa de banho. Para esse controle cada uma deveria ir à casa de banho com um incómodo pedaço de pau. Somente quando a mulher anterior voltasse e relocasse o pedaço de pau no sítio devido, outra mulher poderia ir à casa de banho, também com o pedaço de pau nas mãos:

“As duas funcionárias que eram delegadas da Intersindical eram as mais trabalhadoras. Elas protestavam e eram das que mais produziam. Então elas conseguiram tudo o que quiseram. Inclusive aumento de ordenado, prendas de natal com comestíveis, refeitório, berçário para as crianças e começaram a adquirir direitos que as pessoas gostariam de ter (...). A minha irmã parava a fábrica num minuto. Em dez minutos resolvia a questão”.⁽⁴⁶⁾

(43) *A Voz do Povo*, ano 2, n.º 16, 27/06/1975, “Efacec Norte (setor Fabril) Ousar Lutar pela Revolução.

(44) *A Voz do Povo*, ano 2, n.º 64, 04/11/75, “Contra o perigo do *lock-out* – controlo operário – Efacec-norte”

(45) Como as entrevistas realizadas com Armando Tavares, técnico superior da Câmara Municipal, e Arídeo Anjos Teixeira. A primeira em 16/11/16 e a terceira em 18/01/17.

(46) Armando Tavares, em entrevista concedida à Raquel Varela em 16 de novembro de 2016, CMM.

A ilha da Madeira na Revolução

“Festa, festa do povo
O povo é quem trabalha
E faz um mundo novo”⁽⁴⁷⁾

No dia 26 de Abril de 1974 o Funchal, na ilha da Madeira, amanhece com a visita inesperada de uma delegação recém exilada: Marcelo Caetano, chefe do Governo Português, Américo Tomás, Presidente da República, Moreira Baptista, ministro do Interior, e Silva Cunha, ministro da Defesa. A população acenava aos carros, sem entender o sentido da visita.

O arquipélago viveu um 25 de Abril alheio aos acontecimentos do continente, com censura aos jornais diários (que chegavam de barco dias depois) e manutenção do aparelho político e militar do Estado Novo. A primeira comunicação oficial sobre a situação política no País só chegou no dia 28. Mas nem todos estavam alheios aos acontecimentos. Na redação do jornal *Comércio do Funchal* jovens, estudantes, intelectuais e religiosos ligados à esquerda progressista articulavam uma reação à visita impertinente. Diziam: “Não somos caixote do lixo”, em alusão a permanência de Caetano e Tomás no Funchal.⁽⁴⁸⁾ A palavra de ordem embalou a manifestação do 1.º de Maio, data que marca a chegada da revolução à Madeira, que, de acordo com Leonel Nunes, sindicalista do setor da hotelaria, “veio de barco, não de avião”, por isso a demora.⁽⁴⁹⁾

A manifestação do Dia do Trabalhador, que quase foi proibida pelo então governador, antes de ser afastado pelas novas autoridades de Lisboa,⁽⁵⁰⁾ envolveu mais de vinte mil pessoas no Largo do Município e seguiu para o Palácio de São Lourenço. Milhares percorreram as ruas do Funchal, entoando outras palavras de ordem como “Abaixo o imperialismo”, “O povo unido jamais

(47) Música popular da Ribeira Seca, Machico, “Viva o povo que trabalha”, letra de Júlia Ribeiro, canção do Padre Martins Júnior, CD *Machico Terra de Abril*.

(48) Lucas, Isabel. “Vicente Jorge Silva conversa com Isabel Lucas”. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015.

(49) Em entrevista a Luisa Barbosa Pereira e Raquel Varela em 27/07/2016.

(50) Vicente Jorge Silva. “O 25 de Abril e a Madeira”. Jornal *Sol*. Sapo 23/04/2014. Disponível em <http://sol.sapo.pt/noticia/104130/O-25-de-Abril-e-a-Madeira> acesso em 24/05/2016.

será vencido”, “Julgamento e prisão”.⁽⁵¹⁾ Nos Paços do Concelho atirou-se de uma das janelas uma efígie de Salazar, como símbolo da queda da ditadura, para comoção da população que acompanhava a celebração da democracia.

Fora do Funchal, o 1º de Maio também foi celebrado no Machico, onde um grupo de populares, tendo como principal dirigente o Padre Martins Júnior⁽⁵²⁾, desfilou pelas ruas da cidade entoando canções regionais e a palavra de ordem “Machico é nosso!”⁽⁵³⁾, acompanhados pelo acordeão do padre; na Calheta, com desfile da Estrela para a Vila e críticas ao chefe da Secretaria da Câmara Municipal, “Rua com Emílio, a Calheta não é cano de esgoto”; e na Câmara de Lobos, onde as questões relacionadas com o posto da Polícia e a taxa paga pelos pescadores ao governo local compuseram as reivindicações populares. O 1º de Maio iniciou uma fase de intensa conflitualidade social, mudanças institucionais e políticas, tendo como pano de fundo tanto a questão da autonomia da ilha em relação a Portugal quanto a melhoria das condições de vida da população que vivia do trabalho.

Os primeiros segmentos políticos e autonomistas começaram a surgir e a fortalecer-se a partir de então. De um lado, a União do Povo da Madeira (UPM), organizada a partir do Centro de Cultura Operária, padres católicos progressistas, sindicatos de trabalhadores, o grupo ligado ao *Comércio do Funchal* – e a Frente Popular e Democrática da Madeira (FPDM), que agregava padres católicos e simpatizantes do Partido Comunista; o Centro de Informação Popular (CIP) de Machico; e o Movimento Democrático da Madeira (MDM), criado pela oposição democrática. De outro, a Frente Centrista da Madeira, que se associou ao Partido Popular Democrático (PPD) e também a Igreja Católica, representada pelo bispo do Funchal, D. Francisco Santana, que exerceu grande influência contra os agrupamentos de esquerda na ilha, através das estruturas da própria diocese, do *Jornal da Madeira* (JM) e do apoio a Alberto João Jardim, fundador do PPD, que se tornou diretor do JM por indicação do bispo e, posteriormente, presidente do Governo Regional da Madeira por quase 40 anos (entre 1978 e 2015).

(51) Calisto, Luís - Achas na autonomia. 1ª ed. Funchal : *Diário de Notícias*, 1995. 288 p. 25.

(52) José Martins Júnior, conhecido também como Padre Martins, Zeca ou Padre Vermelho, nasceu na vila de Machico em 1938 e foi uma das principais lideranças da Madeira no 25 de Abril. Foi um dos fundadores do Centro de Informação Popular de Machico-CIP, da União do Povo da Madeira-UPM e compôs o grupo de padres progressistas intitulado “Padres do Pombal”.

(53) *Jornal da Madeira*, 08/05/74.

Lutas sociais na Madeira

No período entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 são muitos os comícios, manifestações, ocupações e greves no arquipélago. Em 5 de maio, em Câmara de Lobos, há uma manifestação popular contra a taxa que os trabalhadores pagavam ao governo local, o que leva o novo governador recém empossado, Carlos Azeredo, à localidade. Em 13 de Maio trabalhadores concentram-se no Largo António Nobre contra a política do Fundo de Desemprego e exigem mais uma vez a saída dos ditadores da ilha. No mesmo período é organizado um plenário de alunos do liceu. A população volta a exigir a saída de Tomás e Caetano da ilha e prepara uma manifestação para as 10 horas da manhã do dia 21 de maio. Estes, no entanto, já tinham sido retirados da ilha por volta das 6 horas da manhã, rumo ao exílio no Brasil. A população comemorou o facto nos arredores do Palácio de São Lourenço. Mas também questionou a postura do governador Carlos Azeredo, que tinha manipulado a informação sobre o horário da retirada dos ditadores para o exílio, com o objetivo de evitar confrontos diretos.

Em junho, Milton Morais Sarmento, Paulo Martins, Liberato Fernandes e Vicente Jorge Silva decidem fundar a União do Povo da Madeira (UPM), numa assembleia realizada no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal. No mês seguinte, em julho, é anunciada a formação da Flama (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), um movimento separatista e paramilitar, que realizou ataques terroristas com o uso de bombas e ameaças aos dirigentes populares. À medida que os movimentos de esquerda ligados aos trabalhadores e aos movimentos populares ganhavam força, a Flama atuava para semear o medo e o terror entre os madeirenses.

Em agosto de 1974, quando a Comissão Interministerial vem à Madeira tratar da aplicação ou não do salário mínimo nacional de 3.300\$00, é realizado um comício no Jardim Municipal, convocado pela UPM. Os manifestantes marcham sobre o edifício da Junta Geral onde as negociações estão a acontecer e impedem a saída da Comissão. Esta cede aos manifestantes. Também neste mês há uma importante greve no setor da construção civil. Em outubro, um pelotão popular, sob a liderança da UPM, faz uma manifestação em frente ao *Apollo*, iate atracado na ilha e acusado de estar ao serviço da CIA. “Era a CIA que andava aí com as bailarinas para espreitar a malta. Era a Flama”, garante Diamantino Alturas, dirigente do Sindicato dos Operários da Construção Civil. ⁽⁵⁴⁾ Há tentativa de invasão do barco e os tripulantes mandam jatos de

(54) Entrevista com Luisa Barbosa Pereira e Raquel Varela no dia 26/07/16.

água aos manifestantes. Dois automóveis e dez motos são atirados ao mar. No dia 6 de outubro, o iate sai da ilha.

Ainda em outubro, frente ao impasse em relação ao ano letivo, o Seminário Menor, localizado na Calçada da Encarnação, é ocupado. O bispo comparece no local e acusa os manifestantes de fazê-lo refém, facto que serve como estímulo para uma acção política ainda mais incisiva da Igreja. Em 2 de novembro os sectores católicos mais ligados à hierarquia da Igreja convocam uma manifestação de apoio ao bispo. Partidos e agrupamentos locais, como o PCP, o PS, a UPM e a FPDM, lançam um apelo na rádio no sentido de uma contra-manifestação. Os dois grupos manifestam-se sem grandes confrontos. As aulas começam em 4 de novembro. No mesmo mês o bispo exige que o Padre Martins Jr. entregue as chaves da paróquia da Ribeira Seca ao vigário de Machico. Manifestantes da Ribeira Seca vão ao Paço Episcopal protestar contra a medida e durante mais de duas semanas realizam protestos e vigílias diurnas e nocturnas. O Padre Martins continua a exercer as suas funções. Também em Novembro é realizada uma manifestação dos camponeses e caseiros pela conquista das terras e greve na construção civil. Em dezembro, além da construção civil, os motoristas dos transportes públicos também estão em greve.

Em Janeiro de 1975 os alunos da Escola Industrial e Comercial do Funchal ocupam as instalações do estabelecimento de ensino. Pouco depois acontece o mesmo no Funchal. Neste período o recenseamento eleitoral na Madeira contabiliza 141 094 cidadãos. Em fevereiro de 1975 é realizada uma manifestação em frente à Câmara Municipal de Machico, ocupando-a por três dias. Os manifestantes exigem a destituição de Alexandre Teixeira como presidente da Câmara. Também em Fevereiro os trabalhadores ocupam as instalações da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Em Março, no Funchal, ocorre uma manifestação com cerca de 15 mil trabalhadores, convocada pelo Sindicato Livre da Construção Civil do Funchal contra o desemprego e o aumento do custo de vida. Em Abril milhares de agricultores, com apoio da UPM e de diferentes sindicatos e grupos políticos de esquerda, ocupam a Fábrica Hinton exigindo maior pagamento pela cana-de-açúcar e entram em acordo por um novo preço.

O Funchal foi a capital da luta na Madeira. Sempre que havia uma luta, os setores dos bordados e da construção civil reuniam-se para ver como poderiam ajudar. Homens na segurança e nós na retaguarda. Na luta do Engenho, por exemplo, nós fazíamos a sopa para ajudar os camponeses. Era uma coisa maravilhosa...

toda a gente em solidariedade. O nosso sindicato foi solidário com todos os que nos ajudaram. A recompensa era a solidariedade, era a palavra de ordem.⁽⁵⁵⁾

Dois mil empregados de escritório também entram em greve. Ainda em Abril, atendendo às reivindicações locais e ao resultado de um escrutínio popular realizado pelo Centro de Informação Popular de Machico em 1974, o Padre Martins Jr. assume a presidência da Câmara Municipal.

Em junho de 1975 há uma greve das operárias da electrónica exigindo o salário mínimo de 4000\$00, assistência médica no local de trabalho e melhores condições. Também há ocupação do Complexo Turístico do Garajau, a Inter-Atlas por operários da construção civil que não recebiam salário há cinco semanas. Em Machico, há ocupação de uma casa desabitada para as instalações da Cooperativa de Consumo Povo Unido. Em Julho, a Flama faz uma ação no Funchal com bandeiras e pinturas azuis e amarelas nas vésperas do comício do PPD, que tem como reivindicação principal a questão da autonomia da ilha. Organizações de esquerda, como a UPM, Sindicato da Construção Civil, escolas, cooperativas, comissões de moradores e CIP de Machico atuam para desmobilizá-la.

Em agosto de 1975 dão-se os primeiros atentados bombistas da Flama: no Centro Regional da Emissora Nacional, numa garagem na zona DP Avista Navios, na padaria de São Jorge e no carro do bancário João Abel Gonçalves, presidente da Comissão Administrativa Camaralobense. Em setembro há também atentados bombistas nas proximidades da Câmara Eclesiástica, na Rua da Levada do Cavalo (no quintal de um sindicalista) e na Rua do Carmo. A Flama promove ainda a retirada de parte do letreiro da instituição de crédito Banco Totta & Açores – Banco da Madeira. Argumenta a favor de um banco regional emissor de moeda própria, o “zarco”. Também em setembro, numa manifestação no Jardim Municipal contra a independência da Madeira, contra a Flama e de solidariedade com a luta do povo do Machico e a favor do Padre Martins, estoura outra bomba. No dia 26, um petardo destrói o automóvel de Milton Moraes Sarmento, que era na altura consultor jurídico do Sindicato dos Operários da Construção e diretor do *Comércio do Funchal*.

Em 7 de outubro, num dos acontecimentos de maior repercussão na ilha durante a revolução, ocorre a ocupação das instalações da Emissora Nacional (EN) na Madeira, por um grupo de militares retornados e independentistas ligados à Flama. A EN é acusada pelos ocupantes de veicular informação

(55) Guida Vieira, entrevista a Luisa Barbosa Pereira em 05/08/2016.

desonesta a favor de minorias extremistas. Reivindicam a regionalização da Emissora, dos programas informativos, culturais e políticos, o saneamento de alguns elementos do seu corpo técnico e o regresso de outros. Lê-se um comunicado que exige a expulsão de Diamantino Alturas, Milton Moraes Sarmento e o Padre Martins Junior da Madeira. Os militares cercam o prédio. O Sindicato da Construção Civil é convocado e a EN é desocupada.

Disseram que não deveríamos ir. Que iam correr comigo, o Padre Martins e Milton Moraes Sarmento. Foi então que eu vi que a malta tinha que se preparar para a batalha campal. Tínhamos uma escola de boxe para preparar a malta para a briga. A malta começou a mobilizar-se (...). Eu estou no meu País, e no meu País vou onde eu quiser. Então vocês desocupam ou nós vamos desocupar.”⁽⁵⁶⁾

Também em Outubro ocorre um atentado bombista diante da sede da UPM e o Funchal amanhece com uma bandeira azul-amarela hasteada num edifício da Administração-Geral do Álcool na Rua Carvalho Araújo com a sigla IDM (Independência Democrática da Madeira), fruto de uma ação da Flama. Em novembro de 1975 os operários da Sociedade de Serragens estão em greve há quase um mês, com ocupação dia e noite das instalações das serragens e armazéns, as operárias da electrónica manifestam-se contra despedimentos e novas bombas explodem: numa cooperativa na Ponta do Sol, região de organização e luta das bordadeiras; na residência da família de Ramos Teixeira; e na casa do grupo progressista de padres do Pombal.

Na madrugada de 13 de novembro acontece o maior atentado bombista até então. Um explosivo atinge o avião Nord-Atlas no Aeroporto de Santa Catarina. Em 14 de novembro a UPM lança um comunicado contra o terrorismo e indica a Flama como inimiga do povo. Em 15 de novembro o PPD divulga um comunicado sobre a situação nacional. Diante dos acontecimentos do 25 de Novembro, forças de centro-direita da Madeira oferecem-se para pegar em armas no caso de vitória do comunismo em Lisboa.⁽⁵⁷⁾

(56) Diamantino Alturas, sobre o episódio da EN, em entrevista realizada por Luisa Barbosa Pereira e Raquel Varela em 26/07/2016.

(57) Luís Calisto, *Achas na autonomia*. 1ª ed. Funchal : *Diário de Notícias*, 1995. 288, p. 97.

O 25 de Abril em Loulé

*Vós que lá do vosso império
Prometeis um mundo novo
Calai-vos, que pode o povo
Querer um mundo novo a sério!*
António Aleixo

Tal como na Madeira, na redação do *Comércio do Funchal*, um grupo de jovens contrários ao regime e à guerra colonial reunia-se em Loulé para discutir a situação do País e ler livros proibidos na época: sobre a história de Portugal, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa, Karl Marx, Lenine, Mao Tsé Tung, Trotsky.⁽⁵⁸⁾ O espaço desse encontro era um sobrado da Rua 5 de Outubro, a rua das lojas, na sede do Atlético Sporting Club – Sociedade de Desporto, Recreio e Instrução. O Clube Atlético, assim como outros clubes da época, apoiava atletas, promovia festas, teatro, atividades desportivas, recreativas, mas também abrigava o debate político e a contestação à ditadura, mesmo sob a perseguição da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

Loulé caracterizava-se como região de grande desigualdade social. O Sr. Joaquim Prado, proprietário do tradicional Café Calcinha, em entrevista, conta-nos que dividia os seus clientes por estrato social: entre mais ricos e menos ricos.⁽⁵⁹⁾ À direita do café ficavam os mais ricos; à esquerda, os menos. Os pobres, inclusive o considerado “farroupilha” António Aleixo, grande poeta popular, só poderiam entrar no estabelecimento a convite de alguém de posses. Mas nem mesmo Loulé, uma região conservadora, sem historial de grandes mobilizações ou lutas sociais, deixou de viver o 25 de Abril.

A Revolução chegou ao concelho em 27 de Abril, quando a população aderiu ao apelo da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) “Todos ao largo fronteiro à Câmara Municipal. Sábado, 27, pelas 17 horas. Viva Portugal!”⁽⁶⁰⁾ e a Praça da República encheu-se por completo. “Abaixo o fascismo!”, “Viva a Liberdade!”, “Viva a Junta de Salvação Nacional!”, “Viva Portugal!”.

(58) Jovens que viriam a ter destaque na vida política louletana e nacional, como o jornalista Carlos Albino, o médico João Barros Madeira, o tipógrafo João dos Santos Simões, os senhores Victor Aleixo, José Manuel Ascensão Martins, Francisco Costa Nunes e outros. Muitos dos quais comporiam a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé após o 25 de abril de 1974.

(59) Entrevista de Luisa Barbosa Pereira com Joaquim Prado, em 30/06/2015.

(60) Apelo da CDE de Loulé à manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional.

A manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas aconteceu em frente do edifício dos Paços do Concelho, na Praça da República. Antes, a Filarmónica Artistas de Minerva percorreu as ruas da vila convidando a população para o local do comício e tocando a “A Portuguesa”. Sob vivas às forças armadas e a Portugal, louletanos conhecidos pelo posicionamento antifascista⁽⁶¹⁾ ocuparam o edifício da Câmara e retiraram das paredes os retratos de Salazar, Marcelo Caetano e Américo Tomás, que estavam no salão nobre do município. Em seguida, dirigiram-se ao varandim central do edifício. Luís Filipe Madeira, representante da CDE no Algarve, que já havia concorrido às eleições para a Assembleia Nacional de 1969 e era apoiante entusiasta do Clube Atlético, discursou para o público criticando os 41 anos de Estado Novo e foi ovacionado pela população. A manifestação finalizou novamente com o canto do hino nacional, tocado no mesmo momento em que era içada a bandeira de Portugal.

Os jovens do Clube Atlético, nos primeiros meses após a Revolução, ganharam ainda mais projeção entre a comunidade louletana. A sede abriu o seu espaço ao teatro, à exibição de filmes, a ciclos de palestras e sessões de esclarecimento, em parceria com o MFA. Nestes encontros ficava clara a limitação do entendimento do povo em relação à situação política do País, mas, ao mesmo tempo, evidente o sentido de justiça. O povo confundia o Movimento das Forças Armadas com partidos políticos, manifestava um sentimento de demasiado paternalismo em relação ao Governo Provisório, mas não deixava de defender as suas posições. Numa das sessões, realizada em Alte, um dos populares perguntara: “Como se deve fazer para fazer sair de determinado organismo um indivíduo de índole e atitudes manifestamente reacionárias?”⁽⁶²⁾ Noutra: “Por que é que o Vale Formoso espera luz há tantos anos e um senhor inglês foi para lá há pouco tempo e já tem luz?” Quanto mais se discutia, mais se via a necessidade de discussão. Todas as sessões eram cheias de povo.⁽⁶³⁾

A população participava em massa nas campanhas de dinamização cultural. As pessoas tinham medo. Mas as reuniões eram grandes, mesmo onde não havia luz.

(61) Muitos deles frequentadores do Clube Atlético.

(62) Relatório da sessão de Alte, in Luís Guerreiro, op. cit., 1994.

(63) De acordo com o relatório da sessão do Parragil – Programa de Dinamização Cultural – Comissão Regional de Faro, a preparação política da população era “muito deficiente”. Ver: Luís Guerreiro, op. cit., 1994.

Havia sempre um filme alegre e depois havia esclarecimento e perguntava-se quais eram as reivindicações das pessoas. Também sobre a política nacional e local. Normalmente os militares tomavam nota, encaminhavam para os organismos públicos, para as câmaras, e o MFA, com a mão de obra da própria população, realizava as obras mais urgentes (...)”⁽⁶⁴⁾

A Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva, popularmente chamada “Música Nova”, iniciou uma espécie de caravana de concertos públicos em todo Concelho, a “ronda das freguesias”. Com apoio da Câmara Municipal, o objetivo da ronda era levar música a todas as localidades de Loulé.⁽⁶⁵⁾ As representações teatrais eram igualmente cheias, onde o grupo “A Comuna” animava a população. As apresentações eram seguidas de sessões de diálogo e esclarecimento, tanto em relação com a situação política quanto sobre as questões que porventura pudessem não ter sido compreendidas pela população.⁽⁶⁶⁾

As principais carências relatadas pela população na época eram a proteção policial ineficaz, a questão da habitação, a precariedade dos caminhos, das escolas e problemas da terra. Para agilizar os processos mais urgentes, a Secretaria de Estado da Agricultura disponibilizava máquinas e a população e os militares colaboravam com a obra, num grande espírito de coletivismo. Cada um ajudava como podia.

As pessoas iam à Câmara fazer as suas solicitações e colaboravam com todos os meios que tinham: com carros, mão de obra, material, abriam estradas (...). Havia necessidade de fazer um pontão e estava um velhote de 80 e tal anos que diz que não tem dinheiro. Mas ele tinha alfarrobas, então dizia quantas arrobas de alfarrobas poderia trocar. Era um espírito de coletividade tremendo. Foi das coisas mais lindas da revolução. Era uma cidadania pura, as pessoas uniam-se para fazer coisas. As casas devolutas foram mapeadas pela população e a Câmara sobrepunha-se ao senhorio e definia o valor da renda. A gente fez muita coisa mesmo sem dinheiro. (...) Loulé era uma cidade governada pelos senhores da terra e o 25 de Abril fez que essa gente se recolhesse. Foram os trabalhadores que tomaram a frente.⁽⁶⁷⁾

(64) Entrevista de Luísa Barbosa Pereira com Luís Guerreiro, em 28/7/2015.

(65) “A música nova vai fazer a ronda das freguesias” In *A Voz de Loulé* n.º 544, de 21/8/1974, primeira página.

(66) “Teatro ‘A Comuna’ em Loulé” In *Jornal do Algarve*, 9/11/74, p. 10.

(67) Entrevista de Luísa Barbosa Pereira com João dos Santos Simões em 29/7/2015.

Lutas sociais em Loulé

Mas não era só o Clube Atlético que se mostrava vivo nos primeiros momentos após a revolução. A luta pela piscina pública no Parque Municipal⁽⁶⁸⁾, a criação de uma cooperativa agrícola⁽⁶⁹⁾, a reivindicação de médicos, infantários, transporte⁽⁷⁰⁾ e as dos pescadores, conserveiras, dos trabalhadores da Mina de Sal-Gema e do setor hoteleiro compuseram os 18 meses do período revolucionário.

Os pescadores questionavam principalmente a falta de fiscalização do Governo em relação à pesca de arrasto e denunciavam os donos dos arrastões. Uma comissão foi constituída logo nos primeiros meses após a revolução na Quarteira⁽⁷¹⁾ e esta passou a organizar a ação dos trabalhadores e a publicar questionamentos e comunicados no jornal *Lutar no mar, Lutar em terra*. A defesa do fim do arrasto vinha aliada à necessidade de luta e união dos pescadores.⁽⁷²⁾

As operárias conserveiras realizavam greves e mobilizações na região, reivindicando os seus direitos ao trabalho, às horas extraordinárias, à jornada justa, ao subsídio de Natal e pela abolição do regime de trabalho onde eram obrigadas, no início do contrato, a entregar a carteira profissional ao patrão, sendo-lhes devolvida no fim da época.⁽⁷³⁾ Em 1 de dezembro realizaram uma manifestação de 5000 trabalhadoras depois de o MP ter recusado as suas reivindicações. Declararam, no entanto, estarem unidas, organizadas e dispostas a levar a luta até ao fim.⁽⁷⁴⁾ Estas trabalhadoras, concentradas principalmente em Vila Real de Santo António e Olhão, conseguiram enfim garantir uma nova regulamentação do trabalho onde estaria assegurado o salário-hora de 16\$50 às operárias não permanentes; o pagamento de trabalho extraordinário a 50% à hora para todo o trabalho que, em cada dia, exceda as 8 horas; e trabalho semanal de 24 horas.⁽⁷⁵⁾

(68) A piscina veio a ser construída tempos depois, pela Câmara Municipal de Loulé. Foi colocada ao serviço do público em 1986.

(69) *A Voz de Loulé* n.º 544, de 21/8/1974, primeira página.

(70) *A Voz de Loulé* n.º 553, de 2/1/1975, primeira página.

(71) “QUARTEIRA, presente! Tentando arrumar a casa”, in *Jornal do Algarve*, 22/6/74, contracapa.

(72) *Jornal Lutar no Mar, Lutar em Terra* de 10 a 31 de janeiro de 1975, p. 5.

(73) Raquel Varela, op. cit., 2014, p. 232.

(74) Ibidem.

Raquel Varela, op. cit., 2014, p. 233.

(75) “Foram atendidas as reivindicações das operárias conserveiras algarvias”. In *Jornal do Algarve*, 14/12/1974, p. 10 e seguintes.

Na construção civil, os trabalhadores da Constain⁽⁷⁶⁾, entraram em luta contra o congelamento dos salários, as más condições de trabalho, o despedimento de 113 trabalhadores e a ameaça de despedimento dos 70 restantes. Em meados de dezembro de 1974, o MT assegurara que a empresa dava lucro e os trabalhadores, que continuaram nos locais de trabalho mesmo sem receber o salário, cortaram o abastecimento de água e luz às vivendas e aos locais de construção, com exceção do hotel. Também montaram piquetes de 24 horas nesses locais e nos escritórios em Faro.⁽⁷⁷⁾

Os trabalhadores da Mina de Sal-Gema já estavam a realizar mobilizações e greves desde o final da década de 1960, em virtude do atraso nos pagamentos dos salários. Após duas greves antes do 25 de Abril, em fevereiro e março, e a continuidade do atraso salarial, os trabalhadores decidem paralisar novamente, no final de maio de 1974. Em junho, durante um plenário, um senhor misterioso apareceu na mina e sugeriu que fosse criada uma comissão de trabalhadores para gerir todos os recursos e serem recebidos pela empresa. Fez-se uma assembleia e foi eleita uma comissão composta por 16 operários de diferentes setores da mina:

Desse senhor, que não se sabe quem é, é que surgiu a ideia de montar uma comissão (de trabalhadores). Tenho a impressão de que foi a primeira do país⁽⁷⁸⁾... A Comissão foi composta por 16 homens e combinou de estar às 9 horas no Ministério do Trabalho em Faro, nos dias 15 e 20 de junho. E às 9 horas esse senhor já lá estava. Ficou tudo escrito lá na ata do Ministério do Trabalho. E esse homem nunca mais apareceu... Eu acredito que aquele indivíduo era do PCP [Partido Comunista Português] e nunca mais o vimos. Estávamos preocupados era em receber o ordenado.⁽⁷⁹⁾

(76) Empresa de construção civil de vivendas de luxo em Almancil.

(77) *Jornal do Algarve* de 1/6/74, p. 2.

(78) Para o historiador Miguel Pérez, não parece correto dizer que esta CT de Loulé foi a primeira do País. A generalidade das CT nasce nessa altura, mas outras já se vinham a formar mesmo antes da revolução. Segundo o autor, uma greve ocorrida antes do 25 de Abril na empresa Mague teve entre as suas consequências a transformação da comissão de unidade numa comissão de trabalhadores. Pérez, Miguel, «Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)», Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, agosto de 2008.

(79) Entrevista de Luísa Barbosa Pereira com Otilio Bengalinha da Saúde, da Comissão de Trabalhadores da Mina, em 28/7/2015.

A Comissão da Mina de Sal-Gema foi ratificada pelo Ministério do Trabalho e aberta uma conta bancária no nome de quatro trabalhadores da mina membros da comissão: Otílio Bengalinha (mineiro), Virgílio Murta (engenheiro), António Ferreira (mineiro) e Raul Sales (eletricista). Estes trabalhadores ficariam responsáveis pelas contas da mina e passariam a receber os pagamentos vindos diretamente dos clientes. A conta só poderia ser movimentada com a assinatura de pelo menos dois trabalhadores e a comissão garantia o pagamento das contas, dos salários, do material necessário. A CT reunia-se e realizava assembleias periodicamente, com a presença da quase totalidade dos trabalhadores.

Nesta altura o patrão não fazia nada. O dinheiro que estava na conta era para pagar as contas, os salários... Todo o material que fazia falta era a gente que organizava. O que sobrava dávamos ao patrão, mas só se sobrasse.⁽⁸⁰⁾

O setor do turismo também estava mobilizado. No empreendimento de Vale do Lobo, após o despedimento de 113 trabalhadores e a ameaça de mais demissões, a CT, a gerência da empresa e as Forças Armadas entraram num acordo em que a empresa se obrigava a pagar todos os vencimentos dos trabalhadores que receberam a ordem de despedimento e não aceitaram as respetivas indenizações, o pagamento dos vencimentos e os subsídios legais devidos.⁽⁸¹⁾ Em 1 de março, cerca de 500 trabalhadores do grupo a que pertencia a empresa desfilaram nas ruas de Faro exigindo a dissolução do grupo empresarial.⁽⁸²⁾

Foram manifestações, greves de trabalhadores e de estudantes, ocupações, cooperação para a construção de casas, caminhos, estradas. Mas a ação mais lembrada em Loulé – pelo sentido de cooperativismo e solidariedade – ocorreu pelas mãos da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) que em 21 de março de 1975 ocupou o palacete situado na Fonte da Pipa para transformá-lo no Infantário Popular Poeta António Aleixo. O objetivo da LUAR era consolidar um espaço cultural no concelho e possibilitar às crianças mais desfavorecidas o acesso gratuito à assistência educacional, já que a creche local não assegurava essa assistência no período de férias e feriados nacionais.

A LUAR publicou um comunicado no *Jornal do Algarve* onde reafirmava o seu compromisso com a revolução socialista, a classe trabalhadora

(80) Entrevista de Luísa Barbosa Pereira com Otílio Bengalinha da Saúde, da Comissão de Trabalhadores da Mina, em 28/7/2015.

(81) *A Voz de Loulé* n.º 555, de 5/2/1975, primeira página.

(82) Raquel Varela, op. cit., 2014, p. 234.

e o socialismo de base.⁽⁸³⁾ Finalizava com uma das quadras mais famosas de Aleixo: “O mundo só pode ser/Melhor do que até aqui/Quando consigas fazer/Mais p’los outros que por ti.”

Considerações finais

A maioria dos conflitos laborais durante a Revolução dos Cravos ocorre nas cinturas industriais de Porto, Setúbal e principalmente Lisboa, onde se concentram 43% destes conflitos. Eles também são realizados pelo operariado da indústria têxtil (19%), de maquinaria e fabricação de produtos metálicos (15%), da construção e obras públicas (9%) e da indústria química e alimentação (7%).⁽⁸⁴⁾ Mas ainda que tenham protagonizado o processo de ruptura iniciado em 25 de Abril de 1974, não foram somente esses trabalhadores do centro económico e político de Portugal que construíram a revolução.

Se o 25 de Abril foi “transmitido por telégrafo” – numa analogia com a conquista da República – e de facto chegou ao resto do País depois de Lisboa, ele não ficou limitado à capital. Trabalhadores da construção civil, da indústria química, de alimentação, metalúrgicos e têxteis das cinturas industriais, mas também mineiros, bordadeiras, agricultores da cana-de-açúcar, pescadores, conserveiras, trabalhadores do sector hoteleiro e outras categorias de todo o País também se encontram com o período revolucionário em curso entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 e constituíram-se como o “esqueleto” desta revolução.

Marcada pelo protagonismo de uma classe trabalhadora que realizou ocupações, greves, controle da produção, organizou creches, escolas, moradias populares, sedes de partido e construiu de facto um dualismo de poder pela base, a Revolução Portuguesa, ainda que com níveis diferentes de conflitualidade e intensidade nas lutas sociais, não se restringiu a Lisboa. De rádio, avião ou de barco, a Revolução chegou e ganhou capilaridade num País que, como mostrou a história, também estava “grávido” de uma revolução.⁽⁸⁵⁾

(83) *Jornal do Algarve*, 15/3/1975, contracapa.

(84) Varela, Raquel. op. cit., p. 52-53.

(85) Lênin, Vladimir. *Sobre a Revolução de 1905*. In: Reis, Daniel Aarão. *Manifestos vermelhos: e outros textos históricos da Revolução Russa*. Editora Schwarcz, Companhia das Letras, 2017.

A INTERVENÇÃO DA INTERNACIONAL SOCIALISTA NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

António Simões do Paço

Em 1974 o Sul da Europa estava em chamas. Em Abril caía a ditadura portuguesa, velha de quase meio século. Em Julho, a ditadura dos coronéis na Grécia. Em Espanha, o regime de Franco agonizava.

A revolução portuguesa de 1974-75, que ficaria conhecida internacionalmente por Revolução dos Cravos, encetada em 25 de Abril de 1974 com o derrube da ditadura de Salazar e Caetano pelo Movimento das Forças Armadas, prolongou-se por 19 meses até 25 de Novembro de 1975, altura em que a reposição do controlo da hierarquia sobre as forças armadas permitiu que se iniciasse um processo de consolidação de uma democracia parlamentar de tipo ocidental. Durante esse período, os olhos da Europa e do Mundo estiveram voltados para Portugal.

O empenho dos dirigentes europeus da Internacional Socialista, nomeadamente de trabalhistas britânicos e social-democratas alemães, mas também de franceses, suecos, austríacos, holandeses, para estancar a revolução em curso promovendo uma democracia ao estilo europeu ocidental em Portugal é notório.

O papel da Internacional Socialista foi potenciado pelo facto de muitos dos seus principais dirigentes estarem então no poder, ou muito próximo dele. Willy Brandt foi até Maio de 1974 primeiro-ministro da Alemanha Ocidental e tornar-se-ia no ano seguinte presidente da II Internacional. Mitterrand, presidente do PS francês, perdera no ano anterior a eleição presidencial (que viria a ganhar em 1981) para Giscard d'Estaing por escassíssima margem. Vários eram primeiros-ministros dos respectivos países: Harold Wilson, do Reino Unido; Olof Palme, da Suécia; Joop den Uyl, da Holanda; e Bruno Kreisky da Áustria.

O dirigente trabalhista Harold Wilson tomou posse como primeiro-ministro do Reino Unido a 4 de Março de 1974⁽¹⁾, em consequência da vitória do

(1) Viria a resignar em Março de 1976, sendo substituído a 5 de Abril por James Callaghan.

seu partido nas eleições gerais de Fevereiro desse ano. Governou com uma minoria parlamentar até se realizarem novas eleições legislativas, em Outubro de 1974, que desta vez lhe asseguraram uma maioria de três deputados no Parlamento britânico. Wilson nomeou para os Negócios estrangeiros um dirigente da ala direita do Labour, James Callaghan, que já fora no anterior governo trabalhista, também presidido por Wilson (Outubro de 1964 – Junho de 1970), ministro da Economia e Finanças (*Chancellor of the Exchequer*).

James Callaghan⁽²⁾ acompanhou de perto a situação em Portugal. A primeira preocupação do seu país e do seu partido, o Labour, após o derrube da ditadura de Caetano, foi de procurar impedir que o PCP, aliado ao MFA, se apoderasse do poder, favorecendo os “partidos democráticos” e nomeadamente o Partido Socialista⁽³⁾.

Entre os ditos partidos democráticos, afirma Callaghan, “destacava-se o Partido Socialista, que o Partido Trabalhista britânico reconheceu e apoiara durante os seus anos de exílio. Mário Soares, o seu líder, era sem dúvida a figura política portuguesa mais conhecida, e apesar de exilado, era quem mais se aproximava de ser um líder nacional”⁽⁴⁾. Callaghan conhecera Soares durante a ditadura e considerava que embora este usasse Paris como base para o seu partido no exílio, “era para o Partido Trabalhista britânico que se virava para pedir auxílio”. Por isso, afirma: “Logo após o golpe de estado, convidei-o a vir a Londres, naquela que foi a primeira de muitas visitas nos meses seguintes para discutirmos a ajuda de que Portugal necessitava para estabelecer uma democracia”⁽⁵⁾.

Callaghan prossegue dizendo que “usou todos os recursos à disposição do Foreign Office para apoiar a democracia portuguesa em apuros” e que até fez planos “com Soares e uma mão cheia de outros para prevenir o pior cenário, uma tentativa de golpe dos comunistas”. Precavendo-se contra

(2) James Callaghan foi ministro dos Negócios Estrangeiros (Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs) entre 5 de Março de 1974 e 5 de Abril de 1976, no Governo trabalhista presidido por Harold Wilson, e primeiro-ministro do Reino Unido entre 5 de Abril 1976 e 4 de Maio de 1979.

(3) “Vários partidos democráticos durante muito tempo suprimidos começaram a aparecer e organizar-se. A política do Governo trabalhista foi de assegurar que estes grupos democráticos tinham uma boa oportunidade de apelar ao povo português sem serem disso impedidos, ou dominados pelo Partido Comunista Português”, Callaghan, James (1987), *Time and Chance*, William Collins & Co, Glasgow, Reino Unido, p. 360

(4) Ibidem.

(5) Ibidem.

acusações de ingerência (uma acusação recorrente, de parte a parte, nos anos da guerra fria), invoca até Olof Palme, então primeiro-ministro da Suécia, que respondera aos que questionavam se aquelas acções não “constituíam uma interferência nos assuntos internos de outro país” que “era a obrigação de todos os partidos social-democratas da Europa fazer todos os esforços para que Portugal não caísse vítima quer do fascismo, quer do comunismo”⁽⁶⁾.

A Cimeira de Helsínquia de Agosto de 1975

Alguns dos pontos fortes dessa intervenção da social-democracia europeia ocorreram na preparação e durante a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Helsínquia, a 1 de Agosto de 1975.

Callaghan e Harold Wilson deslocaram-se a Moscovo, em Fevereiro de 1975, e solicitaram ao primeiro-ministro Kossiguine, “em termos fortes”, em nome do Reino Unido “e de outros países europeus” que “chamasse à ordem o Partido Comunista Português”, argumentando que sabiam que “a *détente* era a primeira prioridade da União Soviética e que desejavam que a Cimeira Europeia [de Helsínquia] selasse um acordo de maior cooperação entre Leste e Oeste; a União Soviética compreenderia certamente que estas perspectivas seriam arruinadas se houvesse um golpe comunista em Portugal contra a vontade do seu povo”⁽⁷⁾. Kossiguine teria respondido que “queria que o papel do Partido Comunista Português fosse o de um parceiro responsável dos outros partidos, e esperava que a sua participação no Governo continuasse”. Wilson e Callaghan concluíram que “o Kremlin não estava à procura de nenhuma nova aventura em Portugal e considerava o sucesso da sua política de *détente* mais importante do que o sucesso do Partido Comunista Português”⁽⁸⁾.

Estas revelações são reforçadas pelo estudo das relações entre os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa de Tiago Moreira de Sá, onde se afirma que “muito devido aos esforços de Helmut Schmidt, Harold Wilson e James Callaghan, Olof Palme e Aldo Moro, ainda na capital finlandesa Henry Kissinger aceitou pela primeira vez transmitir um aviso público à URSS, mesmo que adoptando um tom cauteloso”⁽⁹⁾. Disse Kissinger, numa conferência de

(6) Callaghan, ob. cit, pp. 361-362.

(7) Ibidem, p. 362.

(8) Ibidem, p. 363.

(9) Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger – os EUA e a Revolução Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 2008, p. 270.

imprensa em 31 de Julho de 1975, que “uma actividade substancial levada a cabo por um país estrangeiro em Portugal será considerada inconsistente com o espírito, e mesmo a letra, da declaração da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeia”, tendo logo de seguida amenizado: “Devemos ter presente que a *détente* não pode ser usada como um meio para pedir à União Soviética que trate de todos os nossos problemas e uma análise correcta da situação portuguesa deve enfatizar que a maioria dos problemas em Portugal têm origens internas, enquanto outros têm que ver com os países ocidentais”⁽¹⁰⁾.

Em Helsínquia, em 1 de Agosto de 1975, Harold Wilson insistiu, desta vez directamente com Brejnev, em que considerava Portugal como “um teste prático à política de *détente* na Europa”. E “pediu a Brejnev que usasse a sua influência para garantir que a situação de incerteza política fosse resolvida de uma forma consonante com a vontade popular”. Brejnev retorquiu que “Portugal era um país independente”, mas que a URSS “não enviaria armas” e “compreendia as nossas preocupações”; iria “pensar no assunto e discuti-lo com os seus colegas do Politburo quando regressasse a Moscovo”⁽¹¹⁾.

Também Willy Brandt evoca as pressões junto de Brejnev para impor moderação contra as pretensões golpistas que atribui ao PCP. Segundo Brandt, no Outono de 1974, quando esteve em Lisboa, os cravos que haviam simbolizado a Revolução das Flores estavam a murchar. E “os dirigentes do Partido Comunista estavam prestes a apoderar-se do poder, desalojando a democracia tão recentemente adquirida”⁽¹²⁾.

Brandt achou que os acontecimentos em Portugal eram alarmantes. “A situação poderia ameaçar as mudanças necessárias em Espanha e mesmo provocar uma crise internacional. Pareceu-me que teria havido um erro de cálculo dos Soviéticos, sobretudo porque os Americanos davam sinais muito dúbios. O secretário de Estado Kissinger temia uma aliança entre oficiais socialistas revolucionários e os aparentemente moderados comunistas e concluíra que a Itália e outros países poderiam tornar-se presa de ilusões, com consequências ameaçadoras. Via um perigo iminente de toda a Europa do Sul se tornar ‘marxista’”.

(10) *Department of State Bulletin*, vol. LXXII, n.º 1874, July-September, 1975, p. 316, *apud* Gomes e Sá, ob. cit, p. 270.

(11) Callaghan, ob. cit, p. 363.

(12) Brandt, Willy (1992), *My Life in Politics*, Hamish Hamilton, Londres. (Tradução de *Erinnerungen* (1989) Propyläen, Frankfurt.), p. 316.

Assim, explica, “no princípio do Verão de 1975 fui a Moscovo e avisei Brejnev sobre como um erro de julgamento a propósito da situação no Sul da Europa poderia ser fatal. Entreguei-lhe uma carta de Mário Soares e procurei explicar-lhe o tipo de tensão que a liderança soviética poria nas relações Leste-Oeste se pensasse que poderia meter o pé na costa ocidental da Península Ibérica. Neste caso foi mais fácil levar os Russos a pensarem duas vezes do que demover o conselheiro do Presidente em Washington da sua ideia fixa”⁽¹³⁾

O rapto da Europa⁽¹⁴⁾

Uma das armas para seduzir os Portugueses seria acenar-lhes com a integração na Europa dos “ricos”, a Europa mais desenvolvida dos países da CEE. Porém, a associação entre o estabelecimento e fortalecimento de um regime democrático capitalista de estilo ocidental e a integração nas Comunidades Europeias só poderia ser feita, na prática, a partir do momento em que houvesse em Portugal um governo que se pronunciasse claramente por essa opção. Isso só viria a acontecer com o programa do I Governo Constitucional, que tomou posse em 23 de Julho de 1976. O que não quer dizer que os avanços nesse sentido não fossem feitos desde antes, com os partidários dessa opção no espectro político português e com o sector do MFA mais sensível a essa opção.

Em 27 de Junho de 1975, Melo Antunes, então ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Provisório e membro do Conselho da Revolução,⁽¹⁵⁾ deslocou-se a Londres a convite do seu homólogo James Callaghan, onde se encontrou com este e com o primeiro-ministro Harold Wilson. Callaghan mostrou-se preocupado por achar que os “elementos antidemocráticos” do MFA e o Partido Comunista pareciam estar a tomar a dianteira. Melo Antunes, segundo Callaghan, ter-lhe-ia respondido que era verdade que estes “faziam muito barulho, mas havia uma maioria no MFA que se recusava a aceitar um regime comunista”. E que “na verdade, o MFA apoiava uma política socialista

(13) Brandt, ob. cit, pp. 316-317.

(14) Ao contrário da lenda grega, aqui Europa seria a raptora.

(15) Ernesto Melo Antunes foi elemento preponderante do chamado Grupo dos Nove (também conhecido como a ala “moderada” do MFA) e redactor do seu documento programático, que se opôs às teses políticas do Documento “Aliança Povo/MFA. Para a construção da sociedade socialista em Portugal”, da ala dita “gonçalvista” (de Vasco Gonçalves) do MFA. Alinhou-se com o PS no Verão Quente de 1975.

dentro de um sistema pluralista de partidos, com um papel muito importante do sector privado”⁽¹⁶⁾.

Callaghan terá ficado “muito bem impressionado”. Um dos pontos da agenda do encontro abordou as propostas da Comissão Europeia para alargar o Acordo de Comércio Livre entre a CEE e Portugal de 1972. No documento do Foreign Office⁽¹⁷⁾ preparatório da reunião, fazia-se um balanço da relação de Portugal com a CEE desde o 25 de Abril de 1974 que reflectia o atraso da discussão: “Pouco depois da mudança de governo em Portugal em 1974, os Portugueses tornaram claro que queriam mudar a sua relação com a Comunidade. Contudo, só em Julho é que foram capazes de apresentar os seus primeiros esboços de ideias e precisaram de até Fevereiro ou Março deste ano para que essas ideias se traduzissem em pedidos suficientemente precisos para poderem ser devidamente considerados pela Comunidade. Porém, numa reunião da Comissão Portugal/CEE em 23 de Maio, foi acordado que havia bases para uma negociação e foi pedido à Comissão que apresentasse propostas específicas.”⁽¹⁸⁾

Pouco mais de um mês depois, durante a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Helsínquia, a 1 de Agosto de 1975, o primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, e o seu ministro dos Estrangeiros, James Callaghan, encontraram-se com o Presidente Costa Gomes na capital finlandesa. Aí, Wilson garantiu a Costa Gomes que “todos os Nove [no Conselho Europeu de Bruxelas em 16/17 de Julho] tinham sido unânimes em associar uma cooperação económica e financeira mais próxima entre a CEE e Portugal ao desenvolvimento de uma democracia pluralista em Portugal. O Presidente compreenderia que a Comunidade não estava disposta a financiar uma ditadura de qualquer tipo. Mas tínhamos esperanças numa relação de cooperação mais próxima e mais calorosa com um Portugal em rumo para uma democracia assente na escolha do povo feita em eleições”⁽¹⁹⁾.

(16) Callaghan, ob. cit, p. 363.

(17) Desde 1968, o seu nome oficial é Foreign and Commonwealth Office (FCO).

(18) The National Archives of the UK (TNA): Public Record Office (PRO) PREM 16/602 1975. Record of a meeting between the Prime Minister and the Portuguese Foreign Minister at 10 Downing Street on Friday 27 June at 2.30 p.m.

(19) The National Archives. Foreign and Commonwealth Office. TNA. FCO 9/2285. Record of a meeting between Mr. Wilson and the President Costa Gomes at the Finlandia Hall, Helsinki, on 1 August 1975 at 12.30 p.m.

Wilson prosseguira dizendo que “Portugal e o Reino Unido não só eram amigos e aliados, mas também membros da NATO. O Presidente teria presente que o Artigo 2.º do Tratado do Atlântico Norte comprometia todos os membros da Aliança com a democracia. Tínhamo-nos sentido muito encorajados com os primeiros tempos da revolução e com a velocidade e determinação com que a descolonização fora encetada em Moçambique e Angola (como o Presidente tinha referido no seu discurso dessa manhã na Conferência [de Helsínquia]). Mas estávamos neste momento muito preocupados e gostaríamos de fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para ajudar Portugal no caminho da democracia.”⁽²⁰⁾

O Comité de Amizade com a Democracia e o Socialismo em Portugal

Logo após a cimeira da CSCE em Helsínquia, a 2 de Agosto, vários dirigentes da Internacional Socialista, alguns deles no poder nos respectivos países, reuniram-se em Estocolmo e decidiram criar um Comité de Amizade com a Democracia e o Socialismo em Portugal. O comité era formado por Willy Brandt, Harold Wilson, Olof Palme, Joop den Uyl, Bruno Kreisky e François Mitterrand⁽²¹⁾.

Os objectivos definidos para o comité eram:

- a) Defender a democracia (direitos e liberdades democráticas, incluindo eleições gerais livres);
- b) Defender a liberdade de imprensa;
- c) O direito de criar um movimento sindical democrático e permitir que este funcionasse livremente;
- d) O desenvolvimento do socialismo;
- e) Prevenir o isolamento de Portugal⁽²²⁾.

Nas suas memórias, Willy Brandt reclama a paternidade deste comité (que é disputada por Palme e Callaghan – com alguma razão: a primeira reunião teve lugar em Estocolmo e a segunda teria lugar em Londres, a 5 de Setembro. “No Verão desse ano”, escreve Brandt, “por altura da conferência

(20) TNA, FCO 9/2285, Ibidem.

(21) TNA, Prime Minister’s Office. PREM 16/1053. Record of a meeting held at n.º 10 on 5 September 1975.

(22) TNA, PREM 16/1053, Ibidem.

de Helsínquia, Bruno Kreisky contou-me como, no círculo de Kissinger, o que se dizia era que todos os esforços em prol da democracia portuguesa eram vãos e que Soares podia ser considerado uma espécie de Kerensky. Numa conferência em Estocolmo entre chefes de Governo e dirigentes de partidos amigos, sugeri a formação de um comité para a defesa da democracia em Portugal, e propus-me ser o seu presidente. Sem esse tipo de apoio internacional, a tentativa de *putsch* de Novembro de 1975 em Lisboa não se teria esvaziado tão facilmente”⁽²³⁾.

O Comité foi muito diligente. Será crucial na formação do bloco político e social que acabaria por triunfar em Novembro de 1975, juntando o Partido Socialista, a Igreja Católica, a direita social e política, os militares ditos moderados do ‘Grupo dos Nove’. Os casos República e Renascença⁽²⁴⁾ tiveram grande eco na Europa, como símbolos de que a liberdade de expressão estaria em perigo em Portugal. No primeiro caso, um conflito opunha a direcção do jornal, nas mãos dos socialistas, e uma parte da redacção, a outra parte da redacção e aos tipógrafos e administrativos, radicalizados à esquerda e representados pela comissão de trabalhadores. Na Rádio Renascença havia um conflito semelhante, só que desta vez a propriedade da rádio pertencia ao Patriarcado de Lisboa.

Também na questão da “assistência económica” o comité se mostrou activo. Em 29 de Agosto, em contactos com Bona e com outros governos das Comunidades Europeias, Callaghan procurava obter o seu acordo para uma ajuda económica de urgência a Portugal “se os moderados assumissem o poder”. E sugeria que “se poderia dizer aos Portugueses que se houvesse em Portugal um governo que os eleitorados dos países da CEE pudessem ver como democrático e predisposto a um desenvolvimento da cooperação com a CEE, a ajuda da Comunidade poderia e seria disponibilizada”.⁽²⁵⁾ Estariam dispostos a disponibilizar de imediato 100 milhões de unidades de conta, dedicadas a projectos acordados entre Portugal e o BEI (Banco Europeu de Investimentos).⁽²⁶⁾

(23) Brandt, Willy (1992), *My Life in Politics*, Hamish Hamilton, Londres. (Tradução de *Erinnerungen* (1989) Propyläen, Frankfurt.), pp. 316-317.

(24) Ver Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): o caso Rádio Renascença*, ICS, Lisboa, 2005.

(25) Telegramas n.º 434 e 435 para Bona, 29 de Agosto de 1975. Submission from Mr. Baker to Mr. Goodison, Foreign and Commonwealth Office, *The Southern Flank in Crisis 1973-1976. Documents on British Policy Overseas, Series III, Volume V* (2006) Hamilton, Keith and Salmon, Patrick (editors). Routledge, London and New York, pp. 481-482.

(26) *Ibidem*, p. 481.

“Lá teremos que os integrar”

O empenho dos dirigentes europeus, e nomeadamente de trabalhistas (e conservadores⁽²⁷⁾) britânicos e social-democratas alemães, para promover uma democracia pluralista ao estilo europeu ocidental em Portugal durante o período revolucionário de 1974-75 é notório. Porém, a associação entre o estabelecimento e fortalecimento de um regime democrático capitalista de estilo ocidental e a integração nas Comunidades Europeias só poderia ser feita, na prática, a partir do momento em que houvesse em Portugal um governo que se pronunciasse claramente por essa opção. Isso só aconteceu, como já vimos, com o programa do I Governo Constitucional, que tomou posse em 23 de Julho de 1976.

Integrada na campanha do PS para as eleições legislativas, a 13 e 14 de Março de 1976 decorre no Porto a cimeira ‘Europa Connosco’. Uma série de dirigentes socialistas estrangeiros vem dar o seu apoio ao Partido Socialista e à sua opção europeia. Entre eles estão Bruno Kreisky, então primeiro-ministro da Áustria, Felipe Gonzalez, François Mitterrand, Francesco De Martino, líderes dos partidos socialistas espanhol, francês e italiano, Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista, Olof Palme, primeiro-ministro da Suécia, entre outros, saúdam a luta continuada dos socialistas portugueses pela implantação da democracia pluralista em Portugal.

A opção ‘europeia’ ficaria explicitada no programa do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, que resultou da vitória deste partido nas eleições legislativas de 25 de Abril de 1976 e tomou posse a 23 de Julho. No ponto 2, sobre os princípios da política externa, considerava-se: “Com o encerramento do ciclo do império, com a subsequente redução dos interesses portugueses em África, com o fluxo migratório, com a multiplicação dos laços económicos com os países do nosso continente, com a nossa presença na EFTA, acentuou-se decisivamente a componente europeia no enquadramento da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e, o que mais é, irrecusável. Urge assim encarar de

(27) Além do entendimento de Margaret Thatcher sobre esta questão, James Callaghan conta nas suas memórias ter pedido a Tom McNally – mais tarde liberal democrata e ministro da Justiça do Governo liderado por David Cameron, mas na altura um destacado dirigente trabalhista – que contactasse a seu pedido a sede central do Partido Conservador “e os encorajasse a estabelecer laços com outros políticos democratas em Portugal” (Callaghan, ob. cit., p. 361).

frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias, quer no campo político, quer no campo económico e social (...).”⁽²⁸⁾

Para a social-democracia europeia, que como vimos tinha neste período uma importância decisiva nos principais países integrantes das Comunidades Europeias, acolher Portugal tem, em primeiro lugar, uma motivação eminentemente política. Tratava-se de consolidar um regime democrático de tipo ocidental no País, bem como em Espanha e na Grécia, além de prevenir que os focos de instabilidade política nestes países – que em Portugal se traduzia numa revolução – tivessem um efeito de contágio sobre França e Itália. Na declaração do Conselho Europeu de 8 de Fevereiro de 1977 que analisa o pedido de adesão de Portugal que iria materializar-se dali a pouco mais de um mês, em 28 de Março, diz-se explicitamente que “Os Estados-membros alegrar-se-iam com o alinhamento político na Europa do Portugal democrático”⁽²⁹⁾ Isto apesar dos condicionalismos económicos que levam o Conselho a incluir na mesma declaração que “o processo previsto pelo Tratado de Roma exige, antes da abertura de negociações para a adesão, a procura e a definição de soluções satisfatórias para o conjunto de problemas económicos que essa adesão põe a Portugal”⁽³⁰⁾.

Como em 1977 disse David Owen, então ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, “as implicações políticas foram plenamente assumidas; se não fosse assim, ninguém teria sonhado em ter Portugal na Comunidade”.⁽³¹⁾ Ou visto de Portugal, nas palavras de Ernâni Lopes, “era pouco mais do que, do lado português, ‘queremos aderir’ e, do lado comunitário, ‘lá teremos que os integrar’”.⁽³²⁾

(28) Programa do I Governo Constitucional. III – Objectivos e políticas do Governo G) Afirmar uma política de independência nacional e de cooperação internacional a favor da paz. 2 - Política externa. 2.2 - Relações multilaterais. In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado em 30 de Maio de 2011.

(29) Francisco Niny de Castro, *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos Político-Diplomáticos*, Cascais, Príncipeia, 2010.

(30) Ibidem.

(31) The National Archives of the UK: Public Record Office. FCO 98/239. Record of a discussion between the Foreign and Commonwealth Secretary and the United States Secretary of State in the State Department on Friday, 10 March [1977] at 2.30 p.m.

(32) Ernâni Lopes, “Sobre o processo negocial de adesão”, in *Europa. Novas Fronteiras*. Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, n.º 26/27, Janeiro/Dezembro de 2010, p. 27.

